The background of the entire cover is a close-up, high-angle photograph of a blue rope net. The ropes are thick and braided, creating a complex, interlocking pattern of diamond-shaped openings. The lighting is bright, casting shadows that emphasize the three-dimensional texture of the rope.

REDES E RUAS

ocupações híbridas na cidade de São Paulo

Nayara Araujo Ben
Prof. Dr. David Moreno Sper

São Carlos
2018

Instituto de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo

Nayara Araujo Benatti

**Redes e Ruas - Ocupações híbridas
na cidade de São Paulo**

Orientador: Prof Dr. David Sperling

Dissertação apresentada no Programa de
Pós Graduação do Instituto de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo
para obtenção do Título de Mestre.

Versão Corrigida

São Carlos, 2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTA TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Br Benatti, Mayara
Redes e Ruas: Ocupações híbridas na cidade de São
Paulo / Mayara Benatti; orientador David Sperling.
- São Carlos, 2018.
249 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da
Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de
Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo,
2018.

1. ocupação urbana. 2. redes sociais. 3. urbanismo
tático. 4. manifestação. 5. intervenção urbana. I.
Sperling, David, orient. II. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sigolo - CRB - 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato(a): **Nayara Araujo Benatti**

Título da dissertação: **"Redes e Ruas - Ocupações híbridas na cidade de São Paulo"**.

Data da defesa: **21/09/2018**

Orientador: Prof. Dr. David Moreno Sperling

Comissão Julgadora:

Resultado:

Prof. Dr. David Moreno Sperling
(IAU/USP)

Não votante

Prof. Dr. Ruy Sardinha Lopes
(IAU/USP)

aprovada

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
(UFSCar)

APROVADA

Profa. Dra. Natácha Silva Araújo Rena
(UFMG)

APROVADA

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira.**

Instituto de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo

Nayara Araujo Benatti

**Redes e Ruas - Ocupações híbridas
na cidade de São Paulo**

Orientador: Prof Dr. David Sperling

Financiamento à Pesquisa
Processo FAPESP: 2015/21383-0

Diagramação e revisão: Nayara Benatti,
Eduardo Palazzo,
Paula Pacheco e
Ana Luiza Gambardella
Foto de capa: Luciana Roça

São Carlos, 2018

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, assim como o tema da pesquisa, contou com a presença de várias pessoas o longo do seu processo. Talvez uma coincidência, mas prefiro acreditar que juntos nosso percurso seja bem mais agradável.

Neste trajeto, agradeço à FAPESP pelo suporte financeiro e reforço a fundamental importância de financiamento à produção de conhecimento científico no Brasil.

Obrigada a todos os funcionários do IAU-USP, especialmente à Mara Lino e Flávia Cavalcanti Macambyra pela disponibilidade e atenção para me auxiliar em todas as dúvidas e burocracias.

Sou muito grata a todos os professores-pesquisadores com quem tenho o prazer de dividir salas de aula com o sempre ótimo sentimento de “quero ser assim quando crescer”, tendo a certeza que estou fazendo uma preciosa jornada.

Ao meu orientador David Sperling, um especial obrigada pelo comprometimento comigo e com a pesquisa nesse processo de construção e desconstrução de paradigmas.

Aos meus amigos dos rolezinhos às segundas de leve, muitíssimo obrigada. Não teria sido tão divertido (e saboroso) sem vocês!

Aos meus pais, que ótimo é saber que tenho pessoas como vocês bem pertinho de mim quando nem sei o tanto que preciso. Um carinho especial às minhas meninas, com quem dividi muitas horas de cadeira ao longo desses anos todos de vida acadêmica.

Que prazer que é compartilhar a vida com todos vocês,
muito obrigada!

Julho, 2018

BENATTI, Nayara. Redes e Ruas - Ocupações híbridas na cidade de São Paulo. 2018. 253 p. Dissertação de Mestrado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP.

RESUMO

A pesquisa analisa as intervenções urbanas realizadas no Largo da Batata pelo movimento A Batata Precisa de Você e na Avenida Paulista com o programa Paulista Aberta. Os dois movimentos tiveram suas reivindicações ampliadas a partir das Manifestações de Junho de 2013 com discussões em relação a temas como direito à cidade, ocupação de espaços públicos e uma agenda urbana em defesa de maior participação da sociedade civil. Estabelecendo novos diálogos entre atuações nos espaços físicos e nas redes sociais e tendo o urbanismo tático e seus similares como estratégia de ocupação, os dois casos de intervenções são analisados durante o período de 2013 a 2017 acompanhando seus modos de atuação nas duas plataformas, atores envolvidos, seus limites e potenciais.

Palavras-chave: Intervenções urbanas; Redes Sociais; urbanismo tático; Largo da Batata; Paulista Aberta

BENATTI, Nayara. Networks and Streets - Hybrid occupations in the city of São Paulo. 2018. 253 p. Master thesis. Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP

ABSTRACT

The research analyzes the urban interventions carried out in Largo da Batata by the movement A Batata Precisa de Você and at Avenida Paulista with the Paulista Aberta program. The two movements have had their demands broadened since the Manifestations of June 2013 with discussions on issues such as the right to the city, occupation of public spaces and an urban agenda in defense of greater participation of civil society. Establishing new dialogues between actions in physical spaces and in social networks, having tactical urbanism and its similar as an occupation strategy, the two cases are analyzed during the period of 2013 to 2017 following their modes of action in the two platforms, actors involved, its limits and potentials.

Keywords: Urban interventions; Social media; tactical urbanism; Largo da Batata; Paulista Aberta.

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1. Ocupação nas ruas e check-in nas redes sociais	
1.1 Viralização dos protestos urbanos	27
1.2 Da timeline para as ruas e vice-versa	45
1.3 A cidade em disputa	52
1.4 Modos de atuação no espaço físico	57
Capítulo 2. A Batata Precisa de Você	
2.1. Breve formação do bairro de Pinheiros	105
2.2. O movimento A Batata Precisa de Você	116
2.3. A Batata Precisa de Você nas redes sociais	127
2.4. Redes de articulação	155
2.5. Apontamentos	172
Capítulo 3. #PaulistaAberta	
3.1. Breve formação da Avenida Paulista	179
3.2. Ocupando a Paulista	186
3.3. Histórico das ocupações na Paulista	199
3.4. Redes de articulação	206
3.5. Apontamentos	226
Considerações Finais	231
Bibliografia	241

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1. Grafo Manifestação do Vinagre. Fonte: MALINI, Fábio.

Imagem 2. Captura de tela programa Datena. Fonte: Youtube.

Imagem 3 e 4. Postagens de registros das manifestações, acima em 2013 e abaixo em 2014. Fonte: Facebook

Imagem 5 e 6. Postagens de registros das manifestações, acima em 2013 e abaixo em 2014. Fonte: Instagram

Imagens 7 e 8: Em cima, à esquerda, ação de urbanismo tático da Batata Precisa de Você, à direita, Jardim Pop Up, construído durante o Design Weekend no Largo da Batata. Fonte: Instagram

Imagem 9 e 10: Abaixo, à esquerda, ciclismo na Paulista Aberta, à direita movimentação na Paulista Aberta. Fonte: Instagram

Imagem 11. Mapa dos Parklets na cidade de São Paulo. Fonte: DIAS, Ana Carolina.

Imagem 12 a 15. Mapa do Largo da Batata ao longo das obras. 2008, 2012, 2014 e 2017, respectivamente. Fonte: Google Earth.

Imagem 16 a 19. Momentos da ocupação no Largo da Batata. Fonte: Instagram

Imagem 20 a 22. Mobiliários construídos através do Edital Batata Lab. Fonte: Instagram

Imagem 23 a 27. As cinco principais postagens no grupo da A Batata Precisa de Você em 2014. Fonte: Facebook

Imagem 28 a 32. As cinco principais postagens no grupo da A Batata Precisa de Você em 2015. Fonte: Facebook

Imagem 33 a 37. As cinco principais postagens no grupo da A Batata Precisa de Você em 2016. Fonte: Facebook

Imagem 38 a 42. As cinco principais postagens no grupo da A Batata Precisa de Você em 2017. Fonte: Facebook

Imagem 43 a 47. As cinco postagens com maior engajamento na página A Batata Precisa de Você. Fonte: Facebook

Imagem 48. Trecho de discussão a respeito do Batata Eletrônica. Fonte: Facebook

Imagem 49 a 51. Protestos na Avenida Paulista. Acima, 1989, ao meio, 1992 e abaixo, 2014. Fonte: Estadão Conteúdo

Imagem 52. Mapa da Avenida Paulista

Imagem 53. Comentários na página Panela de Pressão em 2015. Fonte: Panela de Pressão

Imagem 54 a 57. Momentos na Paulista Aberta. Fonte: Instagram

Imagem 58. Mapa das ruas no Programa Ruas Abertas. Fonte: Google Maps

Imagem 59 a 62: Momentos na Paulista Aberta. Fonte: Instagram

Imagem 63. Matéria "Domingo na Paulista". Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1106200403.htm>

Imagem 64. Matéria "Nova ameaça à Paulista". Fonte: Acervo O Estado de S Paulo

Imagem 65. Matéria "Serra pára Domingo na Paulista que alcançou 76% de aprovação". Fonte: Folha de S Paulo

Imagem 66 a 70. As cinco postagens com maior engajamento na página da Paulista Aberta. Fonte: Facebook

Imagem 71. Postagem de José Serra sobre a Paulista Aberta. Disponível em <https://www.facebook.com/JoseSerraOficial/photo> Fonte: Facebook

Imagem 72. Matéria "Haddad está preocupado" Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-esta-preocupado,10000003241>

Índice de gráficos

Gráfico 1. Espectro Tático. Fonte: LYDON, Mike.

Gráfico 2. Interações no grupo da A Batata Precisa de Você em 2014. Fonte: Autoral

Gráfico 3. Interações no grupo da A Batata Precisa de Você em 2015. Fonte: Autoral

Gráfico 4. Interações no grupo da A Batata Precisa de Você em 2016. Fonte: Autoral

Gráfico 5. Interações no grupo da A Batata Precisa de Você em 2017. Fonte: Autoral

Gráfico 6. Engajamento no Facebook da página da Paulista Aberta. Fonte: Autoral

Índice de grafos

Grafo 1. Rede de interações da página A Batata Precisa de Você, grau 1 (A-B). Fonte: Autoral

Grafo 3 e 4. Rede de interações da página Paulista Aberta, grau 1 (A-B) e grau 2 (A-B-C). Fonte: Autoral

Introdução

A cidade, enquanto espaço de representatividade e, portanto, de lutas entre diferentes grupos ideológicos, é objeto de uma constante e atual disputa em relação à forma de construí-la e ocupá-la.

Este trabalho tem o propósito de apresentar e discutir algumas intervenções urbanas empreendidas na cidade de São Paulo, as quais estão compreendidas em um contexto específico de disputa política entre partidos, debate de agendas urbanas que de um lado defendem maior ação do setor privado na gestão das cidades, em um discurso produtivista a respeito da constituição da vida urbana, e de outro lado, uma agenda urbana articulada em redes, físicas e virtuais, que reivindica a construção de uma política pública compartilhada entre sociedade civil, poder público e privado na gestão do espaço urbano, criando novos modos e plataformas de atuação política.

Essa disputa ideológica se deflagrou no Brasil especialmente a partir das Manifestações de junho de 2013, quando a noção de cidade como espaço de protesto e campo de disputa (SASSEN 2006; ARORA 2015; HARVEY 2012; FOTH 2011) se ampliou com a pressão dos milhares de manifestantes nas ruas exigindo um espaço de diálogo com o poder público - respondida com severa repressão policial.

Pela primeira vez no contexto brasileiro pós ditadura, os protestos ocuparam a estrutura das ruas e extrapolaram também para as redes sociais. Estas, foram utilizados de forma estratégica para difusão de informações entre militantes que ocupavam as ruas e suas redes de contatos online (PUJOL, 2014), os quais passaram a se tornar também militantes e testemunhas virtuais daquela situação.

O modelo de manifestação nos espaços urbanos com difusão dos acontecimentos nas redes sociais, com conteúdo produzido pelos manifestantes e circulação de informações em tempo real, foi experimentado durante a Primavera Árabe, em 2010.

Na época, diversas ditaduras foram questionadas nos países árabes, com intensos protestos contra a crise econômica e a ausência de democracia no país, ocupando praças públicas das principais capitais. Para desvencilhar-se da censura à imprensa local, foi estabelecida uma nova dinâmica de comunicação, tendo como suporte as redes sociais, com destaque para a plataforma do Twitter.

Essas redes sociais, utilizadas como principal interface entre as ruas árabes e o restante do mundo, passaram a difundir as notícias das manifestações, apropriando-se do papel que tradicionalmente era assumido pela imprensa.

Neste contexto, ocorreu a grande recessão, marcada pela quebra do mercado imobiliário americano em 2008 e a consequente crise financeira que se alastrou pelo mundo, trazendo consequências na história política, econômica e social do mundo globalizado, mundializando além da crise, também as lutas sociais (ANTUNES, 2013).

Nos Estados Unidos, movimentos como Occupy Wall Street, em 2011, tomaram conta das ruas americanas, tendo como principais questionamentos a desigualdade econômica e social, a corrupção e a influência do setor financeiro na política do país. Na Espanha, o movimento dos Indignados Espanhóis, o 15-M, iniciado em 2011, foi protagonizado pelos jovens que reclamavam por mais vagas de trabalho e mudanças no modelo democrático e econômico do país.

Em São Paulo, desde 2011, as ruas já vinham sendo testadas como campo de disputa, com destaque para experiências como o Churrascão de Gente Diferenciada. Neste evento, cerca de 2 mil pessoas fizeram um churrasco/manifesto/deboche contra o abaixo assinado criado pelos moradores do bairro de classe média alta Higienópolis, contrários à criação de uma estação de metrô na região, temendo a presença dos “diferenciados”, referindo-se à classe trabalhadora

No mesmo período, houve a realização das Marchas da Maco-nha e Marcha da Liberdade, ocupando principalmente a Avenida Paulista. A primeira foi fortemente reprimida pela polícia, causando

revolta e alimentando a segunda, pela liberdade de ocupar as ruas e se manifestar.

Em 2012, o contexto era das campanhas eleitorais para prefeitura de São Paulo, quando as pesquisas de voto indicavam para o segundo turno o jornalista e deputado federal Celso Russomano, do Partido Republicano Brasileiro (PRB), candidato religioso e conservador, que naquele momento representava uma continuidade, se não um fortalecimento, das políticas conservadoras que estavam sendo colocadas pelo então prefeito Gilberto Kassab (PSDB).

Contra o crescimento da candidatura de Russomanno, surgiu o movimento #ExisteAmoremSP, com diversas ações online e a realização de um festival de artes na Praça Roosevelt com a presença de 20 mil pessoas. O evento não apoiou diretamente o candidato petista Fernando Haddad, mas possuía uma pauta política e ideológica com a qual seu opositor, José Serra (PSDB), não poderia se identificar.

Aconteceu ainda o Festival Baixo Centro, ocupando a região cortada pelo polêmico Minhocão, que compreende os bairros de Santa Cecília, Campos Elíseos, Barra Funda e Vila Buarque, financiado coletivamente com ações de intervenção artísticas de diversas linguagens ao longo de uma semana.

Todas essas experiências tiveram em comum além da ocupação da cidade, seu entrelaçamento com as redes sociais e suportes digitais. Foi nessas redes que se organizaram eventos com chamadas para participação de manifestantes e artistas, foram nas redes que elas conseguiram seus financiamentos, também nas redes que divulgaram ao vivo o que acontecia nas ruas, gerando uma onda de tomada de consciência e debate sobre como a cidade podia - e precisava - ser ocupada politicamente (SAVAZONI, 2014).

Esses eventos trouxeram insumos para a discussão sobre a cidade, a explosão das grandes manifestações a partir de junho de 2013 e a criação de diversos coletivos e ações de intervenção nos espaços urbanos.

A análise que segue parte de uma premissa sobre a cidade: ela é

local de vivência, lazer, fruição, circulação, manifestação, ocupação. Nas palavras de Raquel Rolnik (2000), e que dá título ao seu trabalho, “O lazer humaniza o espaço urbano”, compreendendo o lazer como uma oposição ao trabalho - mas podendo entendê-lo também como o percurso de casa ao trabalho, enquanto um momento prazeroso que pode estar inserido no cotidiano dos moradores.

Não é a realidade atual, especialmente em grandes cidades como São Paulo em que se locomover pela cidade é sinônimo de intensos congestionamentos, ruídos, poluição, insegurança. Em alguns casos mais extremos, a dificuldade em fazer o trajeto moradia-trabalho é tamanha, que tem forçado trabalhadores a passarem a noite em albergues ou mesmo nas ruas durante a semana, voltando para suas residências apenas nos dias de folga, criando um grupo de moradores de rua que possuem casas, mas em um modelo de relação com a cidade que torna inviável retornar a ela diariamente.

O contexto brasileiro do período de análise deste trabalho, meados de 2013 ao final de 2017, é de um estado de exceção marcado pelo Golpe Parlamentar de 2016 (BOFF, 2016; TATAGIBA, 2017; FREIXO, 2016; JINKINS, 2016; SOUZA, 2016) com o impeachment da presidenta eleita, Dilma Rousseff.

As perspectivas políticas indicam situações anti-democráticas: para os trabalhadores, como as atuais reformas das leis trabalhistas que, entre outras pautas, defendem a jornada de trabalho intermitente e flexibiliza os controles de trabalho, a ponto de tornar legalmente aceitos trabalhos análogos à escravidão; para São Paulo a prefeitura baseada em privatizações defendidas por João Dória e a violência de Estado sob suas várias facetas como é o governo de Geraldo Alckmin, ambos do PSDB; para o Brasil as perspectivas políticas e econômicas também não são animadoras em um contexto pós Golpe onde tudo é instável e os direitos civis são tolhidos em votações obscuras e políticas econômicas direcionadas ao mercado financeiro, sem sequer a discussão de uma política social.

Todo cenário político deste período foi marcado pelos desdobra-

1. A Operação Lava Jato é uma investigação de corrupção e lavagem de dinheiro iniciada em 2014, quando foi descoberta uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis que movimentava recursos ilícitos de organizações criminosas envolvendo diversas estatais, agentes públicos e partidos políticos.

mentos da investigação de corrupção da Operação Lava Jato¹, por momentos de censura contra manifestações e, principalmente, o desmonte de políticas públicas que vinham a passos muito lentos combater a fome, a violência e a desigualdade no país.

No seu lugar, políticas de privatizações e uma economia que preza pela saúde do mercado financeiro internacional, além da aprovação da PEC 241/16, a PEC do Teto, que congela os gastos públicos pelos próximos 20 anos.

Paralelamente a todos os problemas políticos, sociais e econômicos, há um crescimento no Brasil de ações e investigações urbanas, presentes também em países europeus e nos EUA, que buscam colocar novos atores no planejamento urbano dos espaços públicos do cotidiano, endereçado à resolução de problemas e situações em escala local.

Sem negar os problemas estruturais da vida urbana, é proposto pensar pela perspectiva dos moradores e seu cotidiano ao habitar a cidade e vivenciá-la, criando novos mecanismos de participação na construção de espaços urbanos menos inóspitos, promovendo maior sentimento de pertencimento, consciência civil e responsabilidade compartilhada em relação à cidade entre moradores e poder público.

Essa agenda urbana defende o direito à cidade, conceito cunhado pelo francês Henri Lefebvre pouco antes de maio de 1968, como o direito à vida urbana, estabelecendo que a cidade é constituída também pelas diferentes formas de apropriação de seus moradores, suas ações, dinâmicas, modos de vida, contextos sociais e econômicos, e deve ser, portanto, construída para e pelo seus moradores. (LEFEBVRE, 1968; LYNCH, 1982; JACOBS, 2000; GEHL, 2010).

Ao longo dos próximos capítulos esse direito será discutido e analisado enquanto prática na cidade de São Paulo, especificamente nos casos das ocupações do Largo da Batata e da Paulista Aberta, regiões centrais e nobres de São Paulo.

O processo analisado está inserido no contexto brasileiro em que

o direito à cidade vem sendo construído paralelamente às disputas políticas com ideais que por vezes defendem rupturas políticas econômicas e alianças antagônicas à defesa de quaisquer direitos fundamentais, e consequentemente defendem outro modo de participação social quando o assunto é a construção da cidade - ou a ausência de participação na construção do debate sobre o tema, restando aos moradores o papel de viver conforme o planejamento proposto.

Nesse momento, movimentos da sociedade civil têm buscado, ainda com dificuldades, a construção de possibilidades de diálogo e exposição de demandas sociais e suas discordâncias quanto à situação política atual. E é na criação, por vezes forçada, deste espaço de diálogo que o espaço físico da cidade entra em pauta enquanto território de disputa de diferentes discursos e diferentes perspectivas de uso, e as plataformas digitais, no caso as redes sociais, assumem uma função fundamental enquanto meio de comunicação nessa disputa de discursos.

Vivenciar os espaços urbanos para além do fluxo diário de ir e vir, propõe a possibilidade de criar novas relações com o tempo, com outros moradores e com a própria cidade, ampliando os momentos de lazer como espaços de prática política na elaboração das dimensões públicas da cidade e suas funções político e sociais (ROLNIK, 2000).

A dimensão humana dos espaços, tanto no seu planejamento físico quanto nos seus modos de uso, tem sido discutida exaustivamente na literatura acadêmica e é também muito presente nas atividades de profissionais que trabalham com a cidade enquanto espaço de ação, como matéria-prima e ao mesmo tempo cenário para suas criações.

Jane Jacobs (2000) já desenvolveu, no contexto na década de 60, uma relevante análise a respeito da vida nas ruas e calçadas de grandes cidades americanas: a importância da presença de comércio local, da variedade de usos e públicos circulando pelas ruas em diferentes horários, buscando compreender as pequenas dinâmicas sociais locais que são muitas vezes inconscientes mes-

mo para os envolvidos. Jacobs buscou estabelecer olhares para os bairros e seus moradores, em uma dinâmica em que se entrelaça o morar, enquanto habitar a região, e o conviver, como interagir com a dinâmica local, construindo noções de pertencimento e cidadania.

Já nos anos 2000, o arquiteto e urbanista Jan Gehl (2010) desenvolveu a noção de dimensão humana das cidades com o conceito de cidades para pessoas, também buscando resgatar o relacionamento com a cidade através da participação, da experiência afetiva e da vivência dos espaços urbanos. O andar pela cidade, agir sobre ela, participar de suas dinâmicas, se empoderar de seus espaços, assumindo que viver na cidade não seja apenas se mover entre suas vias, mas um ato prático de intervenção e reflexão sobre suas organizações, escalas e dinâmicas, proporcionando experiências agradáveis ao usuário/morador da cidade.

A cidade no campo político deixou de ter qualquer sentido de vida social, e passa a, como Lefebvre afirmou em seu livro-manifesto “O direito à cidade” (1991), reproduzir na vida social de cada habitante a lógica das relações mercantis, o ir e vir baseado no trabalho, normalmente bastante distante do local de moradia, já que a região central da cidade não é feita para vivência de todas as classes sociais. Direito à cidade perpassa também a necessidade de conhecer seus moradores, acompanhar as dinâmicas daqueles que moram na cidade e optam por vivê-la, interferindo nas dinâmicas dos espaços, estabelecendo códigos de conduta, experiências individuais e coletivas.

É inerente ao nosso sistema a distinção social sobre o que se tem ou não acesso, seja por questões financeiras, culturais, sociais. A cidade não é aberta e democrática, ela não é para todos e muito menos de todos. Pelo contrário, a dinâmica da cidade passa a ser pautada pela mesma lógica de exclusão que é aplicada no campo econômico ao determinar a distribuição desigual de renda por meio da diferenciação das pessoas por questões de gênero, cor de pele, e outras formas de distinções sociais baseadas em ideais discriminatórios.

A cidade passa a ser caracterizada por seu potencial produtivo, pela ostentação de sua arquitetura, pontes e prédios, estruturas ligadas à um ideal de desenvolvimento e modernidade que em nada tem a ver com qualidade de vida de seus moradores.

Essa é a cidade cinza, a cidade de asfalto que é na verdade uma ameaça à própria vida urbana (DURAN, 2016), por ela não propiciar em seu fim, vida urbana, mas uma confusão de ir e vir e consumir, submetidas aos interesses de um capital privado, sem lugar para o lazer, para a permanência, para o convívio entre as pessoas, ou mesmo para o conflito, perceber as diferenças e lidar com as desigualdades que nela se conformam.

Enquanto espaço de representatividade, e de lutas por diferentes grupos e ideais, a cidade aqui é vista sob o viés de desenvolvimento do espaço urbano protagonizado pela sociedade civil atuando diretamente na construção das práticas urbanas, estabelecendo conexões entre diferentes setores da sociedade.

É, portanto, um desenvolvimento paralelo ao imposto pelo setor econômico, com foco no mercado imobiliário e o valor da terra da cidade. Enquanto as empresas privadas são centrais no planejamento do transporte urbano, como ficou claro no conturbado processo de revogação do aumento do preço das passagens em 2013, o mesmo acontece com o setor imobiliário que é um dos principais agentes do planejamento da cidade através de um processo classista de urbanização e consequente gentrificação (HARVEY, 2012).

Os moradores, mesmo que inconscientemente, tornam-se gentrificadores (ZUKIN, 2013) por aumentar a demanda de determinados itens de alto custo e mercados de nicho, fazendo com que o valor do aluguel e os custos locais sejam uma das questões centrais na definição do tipo de moradores que vivem na região e o modelo de vida urbana que será constituído.

Em São Paulo, o tema do preço da terra esteve presente em discussões sobre direito à moradia enquanto diversas ações de reintegração de posse aconteciam sob intensa violência policial contra os moradores dessas ocupações (ROLNIK, 2014), especialmente

quando o processo de mercantilização da vida é um fator fundamental na formação das cidades.

Enquanto o valor do imóvel aumenta e o custo de vida cresce em todas as suas diferentes dimensões, somado a todo um conjunto de questões políticas, econômicas e sociais, aumenta também a busca por uma participação mais ativa e democrática no planejamento e funcionamento das cidades. Nesse movimento, está também presente a denúncia dos problemas que ela abrange, que com o tempo são invisibilizadas, tornando-se parte da rotina urbana.

Como vem afirmando a urbanista Ermínia Maricato (2000), existe (ainda) hoje um “analfabetismo urbanístico” representado pela luta de classes, que não acontece apenas no chão da fábrica, como exposto no marxismo tradicional, mas, principalmente, no chão da cidade, representando a luta de classes em sua dinâmica cotidiana.

É esse cenário de disputa que se deflagrou em 2013, inicialmente com a questão do aumento da tarifa de transporte, mas presente também em diversas situações do nosso cotidiano, como a questão das desintegrações de posse de edifícios abandonados em nome do propriedade privada; na arquitetura hostil ou de exclusão que inibe a utilização de mobiliários urbanos por moradores de rua e outros excluídos socialmente; e tantas outras políticas de embelezamento e defesa de uma cidade que muitas vezes se destina a fins econômicos, e não às necessidades de seus moradores em toda sua diversidade e complexidade.

Sendo o contexto atual combustível para essa discussão, este trabalho foca em aspectos relacionados à ocupação da cidade como espaço de protesto, mas também de convívio, em um contexto de mobilização que tem como diferencial o uso das redes sociais como plataforma de comunicação e atuação política.

Ao acompanhar as dinâmicas daqueles que moram na cidade e optam por utilizar e interferir (ou não) na dinâmica deste espaço, este trabalho direciona seu olhar para as intervenções realizadas pelos moradores em espaços urbanos, tendo o ambiente virtual

das redes sociais como plataforma complementar de ação e gestão de práticas urbanas participativas.

Tendo atenção especial aos atores envolvidos, suas ações e formas de organização, que perpassam a perspectiva política individual, pautando noções de participação política e social na construção dos espaços urbanos, estabelecendo diálogos com setores públicos, privados e sociedade civil em constantes diálogos - físico e virtual.

A sugestão de Lefebvre (1991) a favor da mobilização social e da luta político-social como forma de reivindicar o direito à cidade parecia correto, e ainda o é, mas o desenrolar dos acontecimentos no caso brasileiro demonstra que há uma linha tênue entre um movimento de resistência e um movimento de continuidade da política vigente - essa que privatiza o acesso à cidade.

A metodologia da pesquisa foi articulada conforme as demandas dos dois campos de análise, físico e virtual, em diálogo com revisão bibliográfica e entrevistas com articuladores dos movimentos pesquisados.

Para a pesquisa no campo físico, foram feitas diversas visitas nos dois espaços urbanos em discussão, tanto em dias em que as atividades de intervenção aconteciam, quanto em outros momentos do cotidiano. Nessas situações foram feitos registros fotográficos dos espaços, atividades e especialmente do público presente, com quem também foram estabelecidos diálogos informais que se mostraram proveitosos na identificação dos modos de percepção do público em relação aos seus modos de apreensão desses espaços.

Na pesquisa de campo virtual, foram utilizadas ferramentas de raspagem e análise de dados. O aplicativo Netvizz é uma ferramenta de software livre que permite a filtragem e sistematização de diversos dados disponíveis no Facebook, como postagens e comentários feitos em grupos e páginas, e redes de articulação entre páginas. Outra ferramenta utilizada é o programa Gephi, também de código aberto, para construção de grafos que tornam visíveis as relações entre diferentes tipos de usuários e mídias das redes

sociais.

A revisão bibliográfica, os acontecimentos nos espaços físicos e o engajamento nas redes sociais foram sistematizados de forma a identificar atores sociais e seus modos de engajamentos nas diferentes plataformas analisadas.

Como resultado desta investigação, o trabalho foi dividido em três capítulos: no primeiro, é feito um breve panorama político a partir das Manifestações de Junho de 2013, com os desdobramentos dos acontecimentos na esfera política que culminou no Golpe Parlamentar de 2016, e o fortalecimento de uma mobilização política com viés conservador e neoliberal.

Neste capítulo, é apresentada a conexão entre as mobilizações políticas que ocuparam as ruas e as redes sociais como um novo modo de atuação política, mobilização social, difusão de informações e uso dos espaços urbanos como território de disputa.

É apresentado o crescimento de uma agenda urbana pautada em questões de qualidade dos espaços públicos, mobilidade urbana e o direito à cidade, aplicando o conceito de urbanismo tático para ações de intervenção. Esse cenário é pano de fundo da disputa política dos objetos de estudo, tendo em seu horizonte a criação de novos modos de viver e ocupar o espaço urbano.

Os capítulos seguintes irão discorrer sobre os dois objetos de análise: o capítulo 2 apresenta o movimento da A Batata Precisa de Você e as ações de intervenção realizadas no Largo da Batata. O capítulo 3 acompanha o movimento que reivindicou uma Paulista Aberta, limitando a circulação de veículos aos finais de semana e priorizando a circulação de pedestres e atividades de lazer na Avenida.

A especificação desses dois locais de ocupação urbana, o Largo da Batata e a Avenida Paulista, se deu principalmente pela potencialidade desses movimentos em se articularem com diferentes atores sociais, a mídia tradicional e alternativa, o intenso uso das redes sociais para divulgar suas ações e a criação de parcerias com o poder público e o setor privado.

Mesmo enfrentando severas críticas a respeito da agenda urbana defendida, essas experiências tornaram-se referências de experiência urbanística em defesa da participação social na construção das cidades e utilização de seus espaços públicos. Os dois capítulos irão discorrer a respeito dessas ações de intervenção com aplicação de modelos advindos do urbanismo tático e como elas dialogam com a aposta de empoderamento e melhora do espaço público defendidas por esse modelo de urbanismo.

Para esta investigação, serão apresentados os processos de construção dessas ocupações, relações entre os diferentes atores envolvidos, a mediação das redes sociais, e as conjunturas sociais e políticas que as contextualizam e construíram seus modos de mobilização, conquistas e potencialidades.

Por fim, serão feitas considerações e apontamentos a respeito dos percursos de cada uma dessas experiências durante o período de análise. Disputando uma agenda urbana em defesa do direito à cidade por meio da participação social, em modos físicos e virtuais, serão visualizados seus limites, contradições e potencialidades na construção e desenvolvimento desses novos modelos de política urbana.

Capítulo I. Ocupação nas ruas e nas redes sociais

1.1 VIRALIZAÇÃO DOS PROTESTOS URBANOS

Rápido panorama político a partir das Manifestações de Junho de 2013

O cientista político André Singer (2013), analisando os acontecimentos de 2013 ainda no calor do momento, principalmente na cidade de São Paulo, e rapidamente se alastrando por outras capitais e cidades de todo país.

Inicialmente conectado a uma reivindicação o contra o aumento das tarifas de transporte público, os protestos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL) discutiam a política do sistema público/privado do transporte no Brasil, em seu limite, defendendo a desmercantilização do transporte e a consequente tarifa zero universal (ORTELLADO, 2013).

Esse ideal estava associado a uma proposta de reforma que reivindicava a mobilidade urbana e o direito à circulação na cidade enquanto um direito universal - direito esse que é sucessivamente negado, especialmente, aos moradores das periferias (TATAGIBA, 2014 apud MARICATO et al., 2013).

Apesar de defender uma reforma que beneficiaria primordialmente os moradores da periferia, maiores usuários do sistema público de transporte e maiores vítimas da exclusão urbana, grande parte dos integrantes do MPL, dos manifestantes e militantes do movimento ali iniciado, não faziam parte desse grupo social. Pelo contrário, em 2013 teve início movimentos políticos protagonizados por uma massa de manifestantes em sua maioria jovem, brancos, moradores dos centros urbanos, com alto grau de escolaridade e de classes sociais mais elevadas.

Não é, portanto, um movimento formado por uma maioria de pessoas oprimidas, mas sim por um grupo de jovens intelectuais que articularam um movimento capaz de parar o trânsito não apenas na capital paulista, mas também difundiram sua pauta política por diversas cidades do país. E por serem jovens brancos classe média ocupando as principais vias da cidade, não se esperava uma reação tão agressiva contra esse perfil de manifestantes diferente de negros da periferia, que são alvo cotidiano da violência policial.

Em São Paulo, epicentro político e econômico do país, os primeiros protestos foram marcados pela violência policial na contenção dos manifestantes. Até o dia 11 de junho, a campanha midiática vociferava repressão aos manifestantes, também chamados de vândalos.

Na análise de Fábio Malini, Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Internet e Cibercultura da UFES, escrita no dia 14 de junho de 2013 no meio da explosão dos protestos, foi apresentada a articulação entre as pessoas nas ruas e na internet por meio das redes sociais.

Segundo o pesquisador, aqueles que estavam nas mobilizações nas ruas relatavam os fatos, enquanto aqueles que participavam remotamente pelas redes sociais espalhavam esses relatos (MALINI, 2013) e os interpretava, criando uma situação de comoção em relação à causa e, principalmente à situação dos manifestantes.

Foi importante naquela situação a proximidade entre esses dois grupos de pessoas, presentes nas ruas e nas redes, em nome de uma reivindicação como a do transporte público que afeta direta ou indiretamente a todos.

O fato de ver uma pessoa próxima a você sendo alvo da tirania policial que ocorria naquele momento, causa maior empatia do que as notícias cotidianas de jornal com violência e mortes em favelas, por exemplo, situações distantes da realidade da massa que ocupava a Paulista naquele momento.

Quando a vítima passou a ter um rosto familiar, as redes sociais não aceitaram o tratamento cotidiano dado pela polícia civil e militar, e a comoção se generalizou, mais pela violência empregada na contenção dos manifestantes, do que pela causa em si.

A imprensa tradicional errou no seu formato de cobertura dos acontecimentos de junho de 2013, e o grafo abaixo demonstra a repercussão deste erro:

Manifestação do Vinagre
14 de Junho de 2013
Análise LABIC

Imagem 1. Grafo Manifestação do Vinagre. Fonte: MALINI, Fábio

O grafo analisa a mudança na movimentação das redes sociais enquanto a polícia militar agredia os manifestantes nas ruas Consolação e Augusta, no dia 14 de junho de 2013. O embate ficou conhecido como a Manifestação do Vinagre, pois vários manifestantes foram presos por portar vinagre, usado para atenuar os efeitos causados pelas bombas de gás lacrimogêneo que eram jogadas pelos policiais, além de balas de borracha e toda sua truculência.

Na televisão, jornalistas das emissoras Globo, Band e Record, com seus repórteres e cinegrafistas nas ruas e em helicópteros, comentavam as imagens dos manifestantes entrando em conflito com os policiais como uma forma de desqualificar os protestos. Vandalismo, baderna, violência eram palavras usadas pela mídia tradicional para se referir à atuação dos manifestantes nas ruas.

O grafo demonstra a resposta das redes sociais, no caso es-

pecífico do Twitter, antes e depois do embate com a polícia nas proximidades da Rua da Consolação, e representa o potencial de conexão entre as ruas e as redes para difusão de informações postadas, curtidas, compartilhadas, retuitadas à exaustão.

No início da manifestação, como a imagem da esquerda representa, havia alguns comentários nas redes sociais sobre o que ocorria nas ruas e o tema dos protestos como um todo. Os manifestantes, identificados no grafo por “povão” por ser um grupo bastante numeroso, conforme apresentado por Malini, andavam pela Avenida Paulista em direção à Rua Augusta com a repressão policial que já era rotineira.

Jornalistas da Globo News faziam sua cobertura em tempo real, mantendo seu discurso dos manifestantes serem vândalos e causadores do caos, exibindo as imagens das ruas apinhadas de gente e fumaça, a polícia tentando “manter a ordem”, os altos números de congestionamento e a crise instaurada na cidade como uma responsabilidade direta e exclusiva da ocupação da Avenida pelos manifestantes.

Na internet, as mesmas imagens produzidas pelos cinegrafistas e helicópteros da Globo, e outras tantas produzidas pelos celulares pessoais e mídias ativistas, como o coletivo Mídia Ninja, eram compartilhadas nas redes sociais, mas interpretadas como demonstrações da truculência policial e a violência com que os manifestantes estavam sendo reprimidos nas ruas. A repressão já era esperada, mas a potência destrutiva aplicada pela ação policial naquela noite assustou, feriu, encarcerou e principalmente, revoltou.

Na segunda imagem, Povão com polícia, é apresentada a movimentação da rede enquanto a polícia encurralava os manifestantes na Rua Consolação, com balas de borracha, gás lacrimogêneo, prisões aleatórias, agressão contra pedestres que nem sequer participavam dos protestos, e a explosão das violências contra os próprios jornalistas da grande mídia que também se tornaram alvo.

Nas proximidades da Rua Augusta, em um estacionamento a poucos metros de onde acontecia o caos, Giuliana Vallone, repórter da TV Folha foi atingida nos olhos por uma bala disparada à queima roupa por um policial. Quase que instantaneamente, sua imagem com olhos sangrando e crachá de repórter no pescoço, viralizou nas redes sociais, junto de outras cenas de violência policial contra equipes da imprensa.

No dia seguinte, o fotógrafo Sérgio Silva também foi manchete por ter perdido um dos olhos vítima de uma bala de borracha atirada por um policial. Três anos após o ocorrido, Sérgio perdeu na justiça o processo por danos morais que moveu contra o Estado de São Paulo. O magistrado entendeu que Sérgio foi o único e exclusivo responsável pelo acidente, independentemente se a bala que o cegou tenha sido de uma arma policial.

Nas palavras de Olavo Zampol Júnior, magistrado da 10ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo

“Ao se colocar o autor [Sérgio] entre os manifestantes e a polícia, permanecendo em linha de tiro, para fotografar, colocou-se em situação de risco, assumindo, com isso, as possíveis consequências do que pudesse acontecer, exsurgindo desse comportamento causa excludente de responsabilidade, onde, por culpa exclusiva do autor, ao se colocar na linha de confronto entre a polícia e os manifestantes, voluntária e conscientemente assumiu o risco de ser alvejado por alguns dos grupos em confronto (polícia e manifestantes)”².

2. Disponível em “Sérgio Silva, culpado: a justiça em estado terminal.” Disponível em <https://outraspalavras.net/brasil/sergio-silva-culpado-a-justica-em-estado-terminal/>. Acesso em 24 de abril de 2018

A corporação assumiu posteriormente ter disparado ao menos 506 projéteis naquela noite, com um número oficial de 150 feridos e mais de 200 presos. Em nota oficial, disse que “a Polícia Militar atuou dentro dos preceitos constitucionais para garantir o direito de livre manifestação, contudo é seu dever assegurar os direitos de toda a população, incluindo-se o direito de ir e vir. É totalmente descabida qualquer declaração de que a PM tenha agido com o intuito de insuflar a violência” (Nota oficial da Polícia Militar, 2013).

Assim como a presença do tema das manifestações dominou as redes sociais naquele momento, a circulação de informações por essas redes incentivou que novas pessoas fossem para as ruas nas manifestações seguintes, estabelecendo esses territórios digitais também como espaços de resistência junto das ocupações nas ruas (ARORA, 2015).

O discurso de manifestante como “baderneiro” saiu do controle uma vez que esses próprios manifestantes estavam assumindo a produção do conteúdo veiculado, mostrando o seu lado da situação e compartilhando com outros amigos que estavam em suas casas distribuindo essas informações para suas próprias redes.

Eram militantes nas ruas ou nos sofás produzindo e compartilhando conteúdo para quem acompanhava as manifestações, e para quem não estava sabendo do que acontecia, mas via toda sua rede virtual se manifestando em relação ao tema.

No programa “Brasil Urgente”, José Luiz Datena, insistia em condenar a “baderna” causada pelos manifestantes nas ruas e o caos que eles haviam estabelecido na cidade. Em sua pesquisa ao vivo, o público não concordava: eram a favor das manifestações.

Acreditando que seus telespectadores não estavam compreendendo sua pergunta, subestimando o entendimento do público em relação à situação, Datena alterou sua pergunta incluindo a palavra “baderna”, e novamente, o resultado manteve-se a favor das manifestações, deixando o apresentador desconcertado, sem compreender o que acontecia.

Imagem 2. Captura de tela programa Datena. Fonte: Youtube.

Enquanto o apresentador fazia seus longos e reacionários discursos, inundados de preconceito e arrogância, sua pesquisa era divulgada nas redes sociais, e pessoas que não assistiam ao seu programa passaram a votar na tal enquete e divulgar a situação tragicômica que o jornalista tinha promovido.

Os jornais tradicionais não saíram ilesos desse dia, assim como os manifestantes, os jornalistas e a polícia. As manifestações foram ignoradas pela grande imprensa no primeiro momento, por não compreender suas causas e dimensões, porém não foi possível continuar com o discurso de culpabilizar os manifestantes uma vez que todos estavam sendo violentados, participando ou não dos protestos.

Não era também possível continuar a apoiar a ação policial por ela estar reprimindo também os jornalistas e o “cidadão de bem” que estava apenas na região dos eventos. O discurso culpabilizando os manifestantes pela violência já não tinha mais força frente às imagens, feitas pela própria velha imprensa, que expunha o erro de interpretação frente aos motivos que geraram tamanha violência nas ruas.

O comentarista Arnaldo Jabor também foi um dos casos que exemplifica a mudança de opinião: no dia 12 de junho, no Jornal da Globo, o comentarista retratou os protestos que aconteciam na capital como um “ódio contra a cidade”, comparou as manifestações aos ataques aos ônibus em 2006 feitos por organizações criminosas (PCC) em São Paulo. E identificou os manifestantes como sendo uma classe média atacando violentamente os policiais, esses vistos como vítimas da situação.

Com uma grande repercussão nas redes sociais, diversos jornalistas independentes e manifestantes responderam ao comentário de Jabor explicando os fundamentos daquela manifestação, e, logo em seguida aos dias de violência policial, Jabor reconsiderou sua crítica e fez uma nova análise em que os protestos foram definidos como uma “inquietação tardia”.

A imprensa tradicional foi pressionada pela potência das mani-

festações que estavam se difundindo para outras capitais e cidades do interior do país, marcadas pela violência policial contra manifestantes e contra os próprios profissionais que faziam a cobertura jornalística.

Depois desses e outros eventos que demonstraram o descompasso entre manifestantes (físicos e virtuais) e imprensa tradicional, a televisão foi pressionada pela mídia digital a rever a construção de sua narrativa (MALINI, 2013). Por não conseguir controlar a interpretação do que ocorria, teve seu discurso anti-protestos contestados de tal modo que deixou seu monopólio como formador de opinião pública e passou a dividir espaço midiático com as redes sociais e emissoras alternativas.

Muito devido à sistemática violência da PM que passou então a ser televisionada, e também compartilhada nas redes sociais, os protestos adquiriram maior apoio da população. No novo protesto, realizado no dia 17 de junho com forte aderência da população que até então não participava das movimentações, diversas cidades foram ocupadas sob gritos de “que coincidência, sem polícia, não tem violência”, com expulsão dos jornalistas de emissoras que até então apoiavam a repressão policial.

Inicia-se então o que Singer (2013) definiu como segunda fase dos manifestos, a partir do momento em que a imprensa tradicional passou a rever sua posição sobre as manifestações e condenar a violência policial que atacava a sociedade civil e seus próprios funcionários durante a cobertura dos movimentos.

Neste dia, a concentração da manifestação em São Paulo aconteceu no Largo da Batata reunindo milhares de manifestantes que circularam da Marginal Pinheiros à Avenida Paulista, causando congestionamentos em toda a cidade, somados já ao trânsito caótico cotidiano.

No dia 19 de junho, depois de muita pressão política contra prefeituras e governos, e com a sustentação da posição do MPL quanto a não negociação de nenhum tipo de acordo que não fosse a revogação do aumento da tarifa (representada pelo grito

Keyce Jhones

19 de junho de 2013 · 🌐

...

#SomosARedeSocial #Vempraru mobilizar e fazer crescer essa rede gigantesca de cidadãos em busca de seus anseios diante tantas irregularidades neste país.

Curtir

Comentar

Compartilhar

👍 31

2 compartilhamentos

2 comentários

[Ver mais 1 comentário](#)

Marlon Lourenço

17 de junho de 2013 · 🌐

...

#saimosdoFacebook

Curtir

Compartilhar

👍 2

12 compartilhamentos

Imagem 3 e 4. Postagens de registros das manifestações, acima em 2013 e abaixo em 2014. Fonte: Facebook. 2013

“se a tarifa não baixar, a cidade vai parar”), o prefeito Fernando Haddad (PT) e o governador Geraldo Alckmin (PSDB) aceitaram a exigência e revogaram o aumento, juntamente com outras cidades do país.

No dia seguinte, as ruas e as redes sociais foram tomadas por manifestantes comemorando a vitória dos protestos. Com uma multiplicidade tão grande de narrativas, não foi de se estranhar a falta de um grito de guerra, um bordão ou, na linguagem das redes, uma hashtag³ única para os acontecimentos.

Com a expansão dos protestos para além do Movimento Passe Livre e da pauta do transporte público, as redes sociais passaram a ser um cenário paralelo das manifestações que aconteciam nas ruas, e a disputa virtual passou a ser representada pelo uso de diversas hashtags, sendo as principais #VemPraRua, #OGiganteAcordou, #VerásQueUmFilhoTeuNãoFogeALuta, #BrasilAcordou, #TodosUnidosPorUmBrasilMelhor, #UnidosVenceremos-DivididosCairemos, e os gritos de ordem e cartazes como “que coincidência, sem polícia, não tem violência”, “Olha que legal, o Brasil parou e nem é carnaval”, “Ô motorista, ô cobrador, me diz aí se seu salário aumentou”, “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Desculpem o transtorno, estamos tentando mudar o país”, “Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar.

3. Uma hashtag, o símbolo jogo da velha (#) seguido de uma palavra ou frase escrita sem espaçamento, é uma forma de marcar um post com uma ideia compartilhada e, com o uso deste símbolo, tornar possível o agrupamento de outras postagens pertencentes a esse mesmo tema ou grupo específico (COSTA MOURA, 2014).

As manifestações de junho tiveram diversas hashtags por terem diversas temáticas, uma imensa diversidade de pautas e grupos participantes. Além disso, os posts daquele momento eram curtos e diretos, marcando a data do novo protesto, enunciando o que havia acontecido com uma imagem representativa. Não havia os “textões do Facebook” ou análises profundas sobre o que acontecia das ruas para as redes.

Para Malini (2013), o que havia nos indivíduos naquele momento, e era representado em seus perfis online, era um engajamento emocional, além de um engajamento político. Isso porque além da pauta política, o que transbordava eram sentimentos de revolta, injustiça e impunidade - tendo a corrupção e o sistema político

como alvos.

Se no começo a demanda era pela revogação do aumento da passagem e o inimigo era o Estado na figura da polícia militar, ao expandir as pautas reivindicadas, a questão política se ampliou em nome de uma reforma política que não possuía diretrizes. Os manifestantes agora questionavam também a representatividade de partidos políticos no sistema brasileiro.

Os gritos por uma manifestação sem partido e movimentos se posicionando como apartidários ou anti-partidários, geraram conflitos em que os inimigos se tornaram os próprios militantes que disputavam ideologias diferentes nos espaços físicos e virtuais - explicitando por um lado a despolitização que viria a tomar as manifestações e, por outro, a desconfiança nos partidos atuais, grosseiramente divididos entre esquerda e direita (ANTUNES e BRAGA, 2013).

Naquele momento, novas pautas se expandiram no debate, como a mudança da maioria penal de 18 para 16 anos, a situação econômica e social do país, discussões quanto aos custos e o legado da Copa do Mundo que aconteceria no ano seguinte, a baixa qualidade dos serviços públicos (especialmente saúde e educação) e principalmente, movimentos contra a corrupção do sistema político do país - reivindicação já tradicional nas mobilizações políticas à esquerda e à direita (TATAGIBA, 2014).

No dia 24 de junho, a presidenta Dilma se pronunciou em rede nacional e mostrou seu apoio “às vozes que ecoavam das ruas”, prometendo um novo plano político acordado com as diferentes esferas de poder.

Em seu pronunciamento foram levantados temas como a melhoria dos serviços públicos, o uso dos recursos dos royalties do petróleo destinados à saúde e educação e uma primeira proposta de constituinte para se discutir a reforma política do país através de um plebiscito - rapidamente esquecida nas pautas tanto das manifestações quanto do corpo político.

Deu-se início então à terceira fase das Manifestações, segundo Singer (2013), momento em que o movimento passou a ser múltiplo em suas demandas e na composição de seus manifestantes (FERNANDES, 2015).

Essa multiplicidade fez com que a horizontalidade e a pauta central inicial da mobilidade urbana desse lugar a uma diversidade de manifestações, tornando-se sinônimo de hostilidade entre os próprios manifestantes.

Esta tensão ofereceu novos pretextos para que a imprensa tradicional rapidamente retomasse seu discurso inicial de protestos como sinônimo de baderna e violência. Utilizando a atuação de movimentos como os Black Blocks, com suas táticas de desobediência civil e destruição de patrimônio privado, como foco de denúncia pelas ações consideradas violentas, as redes sociais se tornaram também palco de discórdias entre diferentes perspectivas políticas.

Ações chamadas de vandalismo passaram a ser centrais na cobertura dos eventos posteriores, fazendo com que parte da população novamente condenasse o modelo de atuação dos manifestantes nas ruas.

Nesse processo, as manifestações foram pouco a pouco perdendo sua popularidade, afastando grupos que não concordavam com as demandas e com os chamados “quebra quebra” e dissolvendo a pauta inicial levantada pelo MPL em relação ao transporte.

O processo de disputa das ruas em 2013 repercutiu na sociedade como um todo nos anos seguintes, explicitando as cisões e polarizações políticas da sociedade (TULLA, 2014).

Com o decorrer dos acontecimentos, somados à atuação sistematicamente violenta da polícia militar, o que foi construído foram manifestações que discutiram o direito à cidade, desde a perspectiva democrática do direito ao acesso universal, à perspectiva oposta, do crescimento de um ideal higienista e classista.

A disputa nas ruas passou a ser representada pelas diferentes visões a respeito dos caminhos que a sociedade deveria tomar, formas de atuação do Estado na economia e a crise de representatividade do sistema político.

As ruas se tornaram uma arena de formação de novos sujeitos políticos, onde uma nova direita se organizou para expressar seu descontentamento com a política vigente e, como aconteceu, impactar na alteração do processo democrático do sistema político brasileiro.

Nesse movimento de formação de novos atores e ativismo de uma direita conservadora e neoliberal, foi construída uma forte narrativa que buscou convencer que o enfraquecimento da economia brasileira seria resultado da corrupção do sistema político - personificado pelo ódio contra a figura do ex-presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva e seu partido de origem, o Partido dos Trabalhadores (PT), e a então presidenta Dilma Rousseff, também do PT - atribuindo aos representantes da esquerda política, uma fraqueza moral que os tornava responsáveis pela corrupção no país.

Esse discurso foi consolidado nas manifestações com um forte envolvimento emocional de raiva e ódio, polarizando a discussão e definindo um inimigo para o país: tudo o que poderia ser entendido como esquerda política ou de alguma forma relacionado ao PT.

A partir desse momento, foram colocadas como pautas as discussões sobre o quanto o corpo político não representava a sociedade, a insatisfação com atos de corrupção em todas as escalas do governo, personificadas por políticos do PT, a grave situação econômica, as taxas de desemprego, os problemas nos serviços públicos e a desigualdade no país.

Esse discurso foi apoiado tanto por classes sociais baixas que se viam como as principais vítimas das deficiências nos serviços públicos, quanto das classes mais altas sendo contrárias às

políticas vigentes, principalmente do que chamavam de políticas assistencialistas, tendo o programa Bolsa Família como seu principal alvo.

Em meados de 2014, as manifestações passaram a incluir não apenas jovens manifestantes, mas também participantes adultos e uma classe média que veio com o discurso de ódio orientado à esquerda e um notório retorno de manifestações com teor nacionalista, sendo comum manifestantes empunhando a bandeira nacional e cantando o hino do Brasil, enquanto queimavam e mordiam bandeiras vermelhas, que representavam o inimigo público petista e sua política “comunista”.

A Copa do Mundo fez parte da imprensa parar de televisionar as manifestações, mas elas continuaram acontecendo e foram reprimidas violentamente pela polícia militar, enquanto o país se contaminava com as emoções dos jogos. Encerrados os jogos, o período de campanha presidencial teve início, e com ela diversas outras manifestações contra a presidenta candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT) e o surgimento de um novo modelo de protesto, os chamados panelaços, como o ato de bater panelas nas janelas dos apartamentos durante pronunciamentos de Dilma.

Surge também o Movimento Brasil Livre (MBL) protagonista dos protestos a favor do impeachment de Dilma Rousseff. O movimento se articulou de forma rizomática no debate político, despontando a figura de Kim Kataguri como o representante intelectual da nova direita brasileira.

Desde sua origem, o movimento atua com facilidade utilizando a linguagem das redes virtuais para dar força à sua atuação na ocupação de espaços físicos. Suas manifestações acontecem, em sua grande maioria, na Avenida Paulista, utilizando eventos no Facebook e a viralização de informações sem rigor com dados reais (as *fake news*).

Rapidamente se conectaram com o sistema político via PSDB, e posteriormente, com as denúncias de corrupção também sofridas pelo partido, apostaram em novas elites políticas, como o

Imagem 5 e 6. Postagens de registros das manifestações, acima em 2013 e abaixo em 2014. Fonte: Instagram

juiz Sérgio Moro.

As eleições foram marcadas por discussões nas ruas e nas redes sociais, trazendo para a campanha brasileira a potencialidade da internet. Correntes online, notícias falsas, discussões entre usuários passaram ser corriqueiras nas redes sociais, principalmente no Facebook.

As manifestações se tornaram frequentes, de direita e esquerda, como uma disputa também pelo domínio das ruas, principalmente a Avenida Paulista, disputando numericamente qual das manifestações conseguia reunir o maior número de pessoas.

As manifestações promovidas pelo MBL sempre exigiam o fim da corrupção, a prisão de Lula e o impeachment de Dilma, e contavam com uma cobertura especial da Rede Globo, assegurando a divulgação prévia das manifestações, assim como reportagens ao vivo ao longo de todo o dia do evento.

Já as manifestações de esquerda apoiavam o governo de Dilma Rousseff, organizadas em sua maioria pela Frente Brasil, grupo formado por entidades e partidos políticos como o próprio Partido dos Trabalhadores, a CUT, o MST e MTST.

Naquele momento, os manifestantes nas ruas passaram a alertar sobre a inconstitucionalidade do processo de impeachment que estava ocorrendo, caracterizando-o como um processo de golpe político (posteriormente identificado como golpe parlamentar).

Os anos de 2015 e 2016 foram tomados por novas manifestações que disputavam as ruas para protestar contra ou a favor da manutenção do mandato de Dilma Rousseff, reeleita em 2014, sendo perceptível que o descontentamento com a situação política não era uma questão apenas de conflito entre direita e esquerda, mas da sociedade como um todo que não concordava com as políticas efetuadas pelo governo.

Com diversos escândalos de corrupção, divulgação de escutas telefônicas e dados sigilosos no processo da Lava Jato, os

anos seguintes contaram com forte atuação de Eduardo Cunha (PMDB), presidente da câmara dos Deputados, promovendo o que passou a ser chamado de manobras políticas.

Eduardo Cunha aceitou o processo de impeachment de Dilma Rousseff no dia 2 de dezembro de 2015, em uma decisão que foi definida por Dilma como um ato de vingança política pelo fato de o PT ter anunciado que votaria a favor da cassação do parlamentar no Conselho de Ética.

Após diversas manobras e votações televisionadas em detalhes pela imprensa tradicional, apoiadora do impeachment, no dia 31 de agosto de 2016, dias antes da realização das Olimpíadas do Rio, Dilma foi deposta e seu vice, Michel Temer (PMDB) assumiu a presidência da República.

Em 2016, além do encerramento do processo de impeachment de Dilma Rousseff, que por si só reorganizou toda a cena política, ocorreram prisões de diversos políticos importantes, entre eles o próprio Eduardo Cunha, com a cassação de seu mandato. Aconteceram também as eleições municipais, elegendo em primeiro turno o candidato tucano na capital paulista, João Doria, e a derrota do PT na grande maioria das cidades brasileiras.

A queda da petista Dilma é vista pela esquerda como um golpe político e uma crise de representação, mas é comemorada como um ato de vitória por sua oposição. Com esse golpe, tornou-se ainda mais grosseira a polarização de ideias entre esquerda e direita, mas sem uma discussão profunda sobre o projeto político para o crescimento estratégico do país.

O ano de 2017 vivenciou reformas econômicas, políticas e sociais de forte teor neoliberal, guiadas pelo plano de governo primordialmente econômico do presidente em exercício, Michel Temer (PMDB). Seu governo foi marcado por processos de suborno de políticos, trocas de favores e cargos para que votações fossem feitas de forma rápida, projetos inconstitucionais aprovados, engavetamento de investigações sobre o envolvimento de Temer em processos de corrupção, diversos escândalos e trocas

de ministros.

Dentre suas ações políticas, é prioritária a corrida política buscando aprovar a reforma da previdência como essencial para reconstrução da economia brasileira. Além desta reforma em particular, foram propostas novas leis trabalhistas que suprimem direitos dos trabalhadores, como a diminuição nas leis de punição contra o trabalho escravo, apoio à bancada ruralista e fortalecimento do agronegócio, conseqüentemente uma despreocupação em relação à preservação ambiental e questões relativas à demarcação de terras indígenas. Seu governo é caracterizado por uma política de diminuição de direitos de grupos sociais que já são historicamente oprimidos e de toda classe de trabalhadores.

Com o fim de uma agenda democrática no Brasil após o golpe parlamentar de 2016, deu-se início à um processo de desmantelamento dos direitos democráticos, interpretações dúbias da Constituição, manobras políticas se tornando o modus operandi de se fazer política de Estado, a camada da sociedade que é historicamente oprimida, população assalariada de baixa ou nenhuma renda, passa a ser ainda mais ignorada pelo Estado em prol de um reajuste fiscal para retomar o crescimento econômico do país - tendo como beneficiário o próprio sistema e seus agentes, mas não a população brasileira.

Manifestações políticas, seja na forma de protestos nas ruas, na produção cultural e intelectual, se tornaram constantes alvos de contenção, controle e censura, criando uma dimensão de medo e opressão.

Surge então, como alternativa para dar voz às angústias e demandas sociais, uma nova conformação de atores e formas de ordenamentos sociais, fazendo da cidade um cenário de constante conflito, às vezes silencioso, permanentemente em disputa. Surgem, assim, os meios virtuais como arena de protesto em novos modos de militância e formas de ação política.

1.2 DA TIMELINE PARA AS RUAS E VICE-VERSA

Nesta segunda seção do primeiro capítulo, serão feitos comentários quanto à dimensão política dos suportes digitais no contexto estabelecido pós-manifestações de junho de 2013 e como esse processo culminou no surgimento de novos modos de atuação política tanto nas plataformas online quanto nos espaços físicos da cidade, estabelecendo outros diálogos entre atuação política e urbanismo.

Assumindo a premissa que a imprensa tradicional - o jornalismo televisivo, radiofônico e impresso, com o grande monopólio do Grupo Globo - tem papel central, direta ou indiretamente, na construção de narrativas, formação de opinião e definição de prioridades, os acontecimentos de 2013 reorganizam o sistema.

Apesar de manter seu monopólio de produção de conteúdo como mídia tradicional, houve o crescimento das mídias digitais também como difusoras de novas narrativas, ampliando o espectro de produtores de conteúdo e diversificando os nichos de consumo dessas informações.

As redes sociais estabeleceram um campo online de atuação e difusão de notícias em que o Estado e a mídia tradicional possuem menos controle, uma vez que não pode (ainda) aplicar suas tecnologias de contenção, repressão e violência nessas redes.

Ao analisar as redes digitais como plataformas políticas, Arora (2013) aponta sua capacidade de adesão de múltiplas pautas, podendo atuar como espaços fragmentados, autônomos, inclusivos ou excludentes. A expansão da dimensão política ativista nas redes sociais (chamado de ciberativismo) sofisticou os modos e oportunidades de atuação política, pulverizou suas pautas e refletiu nos posicionamentos nas ruas e nas redes sociais.

Desenvolveu-se, com a prática, modos de operacionalizar as conexões possíveis entre redes e ruas, uma dando forma e conteúdo à outra a partir da participação de diferentes atores sociais: os usuários online, os manifestantes nas ruas, os coletivos orga-

nizados, a imprensa, o poder público, em um processo de retroalimentação entre diferentes formas de atuação.

As manifestações de junho de 2013 foram o primeiro grande momento em que os usuários das redes sociais no Brasil utilizou seu potencial de produtor de conteúdo no debate político assumindo um novo espaço de disputa para além das ruas, mobilizando as plataformas digitais como uma frente de disputa.

Os eventos do Facebook passaram a ser utilizados como suporte na construção de narrativas multifacetadas do que ocorria nos protestos (COSTA MOURA, 2014), como forma de convocação, relato e espaço paralelo de reivindicação.

O conteúdo produzido pelos manifestantes passou a ser curtido (como forma de apoio), comentado (aumentando a participação e discussão), e compartilhado (difundindo pela rede o conteúdo dos atos) para diferentes grupos de indivíduos em seus perfis pessoais (MALINI, 2013).

Tudo isto muito antes da imprensa tradicional e com ela uma parte “offline” da sociedade entenderem até mesmo o que estava acontecendo com aquela multidão nas ruas parando o trânsito das principais marginais.

Já as redes sociais borbulhavam, conectadas de perto com as ruas, criando novos focos de discussão, estabelecendo um novo território digital como espaço de resistência (ARORA, 2013), embebido do que acontecia nas ruas, mas seguindo também suas próprias peculiaridades.

Essa profusão de conteúdos compartilhados conferiu também fragilidade ao movimento, sendo um dos catalizadores do que se tornou posteriormente um grande espetáculo da mídia (virtual e tradicional) sem contextualização de seu histórico (CHAUI, 2013; TULLA, 2014). E, no limite, sem a construção de um caminho para que aquelas demandas se tornassem de alguma forma pautas na construção de uma política pública.

Os eventos posteriores a junho de 2013, especialmente o golpe de 2016, expuseram a descontinuidade em relação àquilo que estava sendo bradado nas ruas em junho.

Esse processo teve início com o encerramento das manifestações pelo transporte, com a revogação do aumento das tarifas e a fragmentação do movimento em demandas tão distintas, por vezes opostas, defendidas por uma imensa diversidade de grupos que, gradativamente, passaram a se posicionar uns contra os outros.

A discussão do acesso à cidade levantado pelo MPL tendo a tarifa como mote se esgotou com a revogação do aumento, e não conseguiu ter fôlego para dar continuidade ao seu real objetivo, como o próprio nome diz, de alcançar o passe livre com a gratuidade universal do transporte público.

Apesar da derrota enquanto um projeto político a longo prazo, os grupos e coalizões formados online, somados aos resultados dos protestos e manifestações, demonstraram a possibilidade de um território híbrido de ação política, no qual redes e ruas são entendidos como interfaces de ação e plataformas sobrepostas e complementares, iniciando um novo modelo de organização política contemporânea em que o virtual e online passam a ser entendidos como uma nova camada do real e offline (SAVAZONI, 2014).

Essa conformação é importante na análise do momento posterior às manifestações. As manifestações de 2013 foram experiências de produção de processos políticos, dialogando entre seu espaço de ação físico e virtual, testando os limites das manifestações, a resposta das interfaces digitais e as críticas dos setores tradicionais.

Foi uma experiência, ainda como uma novidade no caso brasileiro, das conexões permitidas pelas redes sociais na criação de novos ambientes de comunicação online compartilhados, fundamental frente à forte repressão que ocorreu contra os manifestantes nas ruas. E foi também uma retomada dos protestos de

rua, como havia ocorrido durante o final da ditadura militar no Brasil.

A relevância das redes sociais neste contexto é buscar formas de ressignificar ou possibilitar a construção de novos espaços de atuação da sociedade contra o aparelho de Estado atrasado, antiquado e corrupto, nas palavras de Singer (2013).

Utilizadas como plataforma das várias mobilizações ocorridas nos últimos anos, essas redes têm abrigado espaços de resistência por parte da sociedade, atualizando as possíveis formas de participação social na construção de uma agenda política.

É essencial, no entanto, frisar que os espaços físicos e virtuais são complementares uns aos outros, percebendo a limitação do engajamento superficial que a internet permite (ARORA, 2013), como envolvimento que se limitam a “curtir” ou “compartilhar” uma postagem no Facebook, mas sem um maior comprometimento com a causa defendida.

Apesar do otimismo inicial representado pelo movimento impulsionado pelas mídias digitais, aparentemente tão ágeis e independentes do monopólio de comunicação tradicional, o uso dessas tecnologias de comunicação não são por si só suficientes para construção de espaços de discussão democráticos e permanentes (CHAUÍ, 2013; MARCONDES, 2007), e portanto, se mostra ainda fundamental a mobilização de espaços físicos para dar maior abrangência às causas defendidas.

Direta ou indiretamente, vários setores são atingidos quando espaços públicos são ocupados em mobilizações sociais, seja como manifestações políticas ou ações de intervenção e ocupação urbana.

Faz parte deste contexto de intervenção em espaços públicos a busca por práticas urbanas que permitam novas formas de interação que criem e recombinaem lugares e diálogos; construam novas camadas de relacionamento entre pessoas e informações, e consequentemente, trabalhem com novos conceitos de espa-

ço público, participação social e construção coletiva da cidade, buscando formas e ferramentas de apropriação desses espaços.

A socióloga Ângela Alonso (2017), ao buscar identificar as causas que levaram às mobilizações em massa a partir de 2013, aponta elementos de conjuntura social e política que foram ingredientes para a continuidade das ocupações das ruas e protestos nos anos seguintes.

Primeiro, o surgimento de um novo modelo de ativismo conectado globalmente que inovou na maneira de organizar e ocupar as ruas, tendo as redes sociais como catalisador da novidade e elemento surpresa.

Segundo, a falta de diálogo entre governo e movimentos sociais, especialmente no governo de Dilma Rousseff, possibilitando que mesmo seus apoiadores entrassem para o embate quanto aos problemas urbanos e a deficiente gestão pública, tendo a corrupção como elemento central de indignação unindo direita e esquerda.

Houve também uma aproximação entre estratos sociais graças às políticas de distribuição de renda do início do governo Lula, o que gerou de um lado um novo mercado consumidor e aumento no acesso à educação superior, e de outro um descontentamento da elite brasileira ao ver seus privilégios deixando de ser prioridades dentro do contexto político (ANTUNES E BRAGA, 2013; ALONSO, 2017)

Ainda segundo Alonso, no caso específico de São Paulo, houve um fortalecimento do chamado “ativismo cívico”, baseado na retomada da reivindicação pelo uso do espaço público.

A agenda que discute o uso do espaço público veio embebida de uma lógica de compartilhamento, empoderamento e autonomia da sociedade civil, agora fortalecida após a repercussão de junho de 2013.

Passada a euforia das manifestações, os movimentos sociais

e mesmo os indivíduos não organizados já haviam tateado as potencialidades da construção de redes de sociabilidade autônomas e modelos práticos de atuação, se mantendo latente o desejo de ocupar o espaço urbano de forma permanente.

Na sua continuidade, a ocupação se deu na perspectiva de espaço de lazer e fruição, estabelecendo conexões entre os modos de atuação no espaço urbano e possibilidades trazidas pelo suporte virtual.

O jornalista Leonardo Sakamoto analisa, sobre o contexto das manifestações de 2013: *“essas tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social”* (2013)

Os debates sobre as ocupações e manifestações em espaços públicos da cidade demonstram que a sociedade civil está buscando espaços de autonomia em relação às instituições de poder (CASTELLS, 2013) permitidos pelo uso das plataformas virtuais para se comunicarem em rede, de forma independente da imprensa tradicional ou de qualquer outro mediador.

Segundo Castells (2013), os movimentos sociais no mundo todo dos últimos anos foram desencadeados por situações limites que fizeram com que os manifestantes superassem o medo de desafiar as instituições e se reunissem contra elas, mesmo que isso significasse ter seus direitos violados e serem fisicamente agredidos.

Castells define ainda o espaço urbano combinado ao espaço virtual como um híbrido chamado de “espaço da autonomia”, em que os cidadãos são capazes de se organizar de diferentes formas e se transformar conforme a demanda.

No entanto, o que vemos é uma falta de autonomia dessas ocu-

pações, do apoio popular, da imprensa e do poder público, demonstrando que ainda há muito o que caminhar na construção do debate sobre as funções da cidade e seus modos de ocupação.

Essa autonomia está limitada a dois fatores iniciais: primeiro, quão autônoma pode ser uma rede de manifesto que depende de uma estrutura privada de comunicação para poder existir?

As três principais redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter) possuem seus próprios algoritmos, as duas primeiras do mesmo proprietário, Mark Zuckerberg, com sistemas que obtêm informações pessoais de cada usuário e determinam o conteúdo da mensagem e a ordem das informações apresentadas em seu mural de notícias, funcionando como um editor das informações que chegam até o usuário (MALINI, 2013).

A comunicação virtual permite o alcance da informação em múltiplas plataformas, mas sofre também com processos de censura e a falta de privacidade dos usuários. Com o uso da internet de modo geral, e as redes sociais em especial, o conteúdo é produzido de acordo com a rotina dos próprios usuários, e o conceito de privacidade⁴ tende a se modificar neste ambiente.

4. Ver Marco Civil da Internet em <http://culturadigital.br/marcocivil/> Acesso em 13 de dezembro de 2016

Por fim, apesar das facilidades das redes virtuais, elas não permitem conexões físicas entre as pessoas, do contato direto, da presença e as negociações necessárias para construção de algo em conjunto, diferente do sistema individualista e competitivo no qual estamos socialmente inseridos.

Estabelece-se uma nova forma de nos relacionarmos, ao que Castells (2013) chamou de “companheirismo nas redes”, tanto no que se refere ao relacionamento entre pessoas quanto ao relacionamento com espaços, situações, eventos, política.

A continuidade das ocupações urbanas demonstra um grau de organização para além das manifestações, e experimentam na prática cotidiana a capacidade da rede manter seu funcionamento físico e virtual ao longo do tempo, com a circulação de envolvidos e mudanças no seu contexto.

1.3 A CIDADE EM DISPUTA

A produção capitalista do espaço, ou produção neoliberal atualmente, nega o direito à cidade do precariado urbano. As Manifestações de 2013 trouxeram à tona este debate, tendo o transporte como pauta, e se expandiu posteriormente para acessos a outros espaços da cidade, como o espaço público do lazer.

Contra esse movimento, aos poucos a sociedade civil foi se organizando de forma coletiva, buscando possibilidades de mudança nesse quadro de exclusão social e territorial. Enquanto a atual política federal caminha em direção contrária, atuando na extinção de direitos sociais e trabalhistas antes conquistados, transformando-os em mercadoria a serem renegociadas entre trabalhadores e os proprietários.

Dialogando com a agenda urbana que defende o direito à cidade, no ano seguinte às manifestações, o então prefeito Fernando Haddad (PT), estabeleceu diretrizes gerais para habitação, acessibilidade, mobilidade, preservação do patrimônio material, imaterial e do meio ambiente, inseridas no Plano Diretor Estratégico para a Cidade de São Paulo.

No espaço da cidade, o direito à acessibilidade, à mobilidade urbana, ao lazer, incorporou o debate pós 2013, exatamente dialogando com a agenda política em defesa de uma nova forma urbana, propondo um novo modelo de sociabilidade na cidade, pensando na produção, circulação e compartilhamento de experiências no espaço público, ainda que marcada por processos de gentrificação e exclusão urbana social.

A gestão de Fernando Haddad em São Paulo afirmou sua aposta em fomentar, em políticas pontuais, a relação entre a sociedade civil e o planejamento urbano, criando ferramentas de gestão que fossem mais participativas e horizontais.

Ao longo dos próximos capítulos serão apontados alguns acertos e falhas na atuação desta gestão em relação às políticas urbanas. Algumas práticas foram notórias desde o início de seu plano

de governo, com a criação do Programa Ruas Abertas como uma lei municipal; a manutenção da Lei Cidade Limpa, delimitando a publicidade no espaço urbano; a construção e demarcação de ciclovias e corredores de ônibus; a instalação de parklets municipais, funcionando como extensões temporárias do passeio público e de áreas reservadas para estacionamento remodeladas como espaços de permanência; criação de novos pontos de CEUs, FabLabs, editais de fomento à cultura; políticas direcionadas às minorias, como ações com comunidades LGBTQs.

Neste contexto, a Avenida Paulista se tornou central na defesa de uma agenda política desse modelo de urbanismo que dialogava com temas como direito à cidade e participação social. Por exemplo, em 2014 foi inaugurada uma ciclovia em toda sua extensão, comemorada e divulgada pelos seus apoiadores como uma política de acesso à cidade e melhoria da mobilidade urbana.

Para seus opositores, as ciclovias eram uma obra de alto custo para os cofres públicos, mal planejada e de poucos resultados reais para a melhora da circulação na cidade, uma vez que para esse setor, a circulação de veículos individuais é primordial - prezando então pela construção de novas vias, pontes e ruas.

Neste quesito, Haddad enfrentou uma grave crise política quando, em 20 de julho de 2015, a administração municipal adotou a redução da velocidade nas marginais, limitadas para 50km/h, 60km/h e 70km/h nas pistas locais, centrais e expressas.

Apesar de bons resultados com queda de acidentes e de lentidão nas vias alteradas, essa foi uma das primeiras ações que João Dória desfez quando assumiu o cargo em 2017, alterando, além das velocidades, as metodologias de análise de dados sobre o número de acidentes de trânsito, ocultando dados e impossibilitando análises comparativas do período.

Várias das ciclovias abertas na prefeitura de Haddad também foram fechadas logo no início da gestão Dória, reiniciando toda a discussão sobre mobilidade urbana que havia tido alguns poucos avanços até ali.

Na corrente dos defensores das ciclovias e de ações voltadas à qualidade de circulação de pedestres, integrando a agenda dos movimentos em prol de um novo modelo de urbanismo, aumentaram as pressões de grupos organizados para que o poder público limitasse o acesso de veículos durante os finais de semana na Avenida Paulista para que ela pudesse ser ocupada pelas pessoas em suas atividades de lazer.

A proposta foi iniciada em 2014, a partir da articulação em plataformas digitais do movimento Sampa Pé e da Rede Minha Sampa na campanha “Queremos a Paulista inteira Aberta ao lazer aos domingos!”, um abaixo assinado online buscando dar visibilidade ao movimento e pressionar a prefeitura para dialogar sobre o assunto.

Após quase dois anos, em junho de 2016, foi oficialmente criado o “Programa Ruas Abertas”, promovendo no formato de lei a abertura de ruas aos domingos e feriados para a livre circulação de pedestres.

O fechamento da Avenida Paulista para veículos foi criticado por diversos grupos, como o Ministério Público Estadual e a Associação Paulista Viva, esta última representada por entidades privadas, apesar da aprovação da maioria dos comerciantes e moradores da região.

Essa questão permanece como importante pauta na agenda urbana da cidade, e se mantém em latente discussão na atual gestão do prefeito João Dória (PSDB), que defende uma política muitas vezes oposta ao programa de abertura das ruas.

Constantemente questionado sobre a ocupação da Avenida Paulista aos domingos, Dória afirma que o programa continua sendo apoiado pela prefeitura, mas há dados que demonstram haver um descaso para sua realização, uma vez que é de responsabilidade da prefeitura o fechamento das ruas em dias de evento.

Em entrevistas, Dória afirmou que irá buscar novos patrocínios

para melhorar o programa de restrição de circulação de veículos aos domingos, colocando o Programa Ruas Abertas na mesma lógica empresarial que está sendo implantada em diversos setores da cidade: um projeto de privatização de locais públicos, colocando sob responsabilidade empresarial o que deveria ser um programa de política pública.

Paralelamente ao movimento que debatia a Paulista Aberta, em meio ao cenário de manifestações e discussão sobre o direito à cidade, surgiu o movimento A Batata Precisa de Você, no Largo da Batata, na zona oeste de São Paulo.

O Largo da Batata é um grande espaço público entre a Avenida Brigadeiro Faria Lima, as ruas dos Pinheiros, Teodoro Sampaio e Cardeal Arcoverde, todas importantes ruas comerciais do bairro de Pinheiros, onde está localizada a Estação Faria Lima, da linha amarela do metrô, e o terminal de ônibus intermunicipal, conectando diferentes regiões da grande São Paulo.

Exatamente em meados de junho de 2013, em meio às manifestações, chegaram finalmente ao fim as obras da Operação Urbana Faria Lima, criada em 1995, objetivando transformar a região de Pinheiros em um polo de escritórios.

Ao final da reforma, o Largo da Batata tornou-se um grande vazio cimentado e árido. Nessa situação, o Largo foi utilizado como um ponto estratégico de concentração das Manifestações de Junho, com os manifestantes dividindo espaço entre amontoados de material de construção.

Na esteira desse vazio, no início de 2014, foi criado o movimento A Batata Precisa de Você definido como um laboratório aberto de mobiliário urbano, propondo a gestão aberta e compartilhada entre moradores e poder público desse novo território.

Para fazer a gestão dessa ocupação, foi utilizado um grupo aberto (em que qualquer pessoa pode participar) no Facebook e realizado encontros presenciais no próprio Largo, objetivando a transformação do vazio árido entregue pós reforma, em um

espaço de convivência alinhado também a ações de urbanismo tático, tema da próxima seção deste capítulo.

As atividades no Largo da Batata buscaram desenvolver uma relação afetiva com o lugar, potencializando-o como espaço de convivência e testando novas possibilidades de ocupação que reivindicavam uma estrutura permanente de qualidade, a partir de iniciativas variadas como hortas urbanas, encontros musicais e, principalmente, produção de mobiliários urbanos permanentes e temporários.

É deste fluxo que emergem as ocupações urbanas pesquisadas, inseridas no contexto urbano conectado física e virtualmente, que buscam oferecer novas possibilidades de uso da cidade como arena para ações e intervenções, em uma perspectiva de repensar e requalificar os espaços com e para os moradores, utilizando plataformas digitais como suporte para articulação e comunicação entre diferentes atores participantes.

1.4 MODOS DE ATUAÇÃO NO ESPAÇO FÍSICO

As ocupações citadas da Avenida Paulista e do Largo da Batata, possuem determinadas características em comum que definem também seus desenvolvimentos:

1. ambas as ocupações estão alinhadas a práticas emergentes de urbanismo, baseado em intervenções urbanas que defendem maior participação social na construção de cidade mais humanas.
2. perfil dos envolvidos na gestão dessas ocupações é em sua maioria jovens, com formação universitária, profissionais relacionados com áreas de produção cultural e artísticas, primordialmente de classe média, e consequentemente, na realidade brasileira, pessoas brancas.
3. os dois locais estão em regiões centrais da cidade, com alto custo de vida, fácil acesso à transporte público e privado, estabelecimentos comerciais e culturais dialogando com as demandas locais.

Esse modelo de ocupação urbana defende o direito à cidade em sua concepção mais utópica, a cidade como espaço que se pode produzir, governar e usufruir coletivamente (ROLNIK, 2011).

Para esse modelo de urbanismo, essa utopia seria alcançada pela via da participação no planejamento das cidades, articulando situações que ofereçam mais conforto para o usuário, maior possibilidade de espaços voltados para permanência e lazer, privilegiando o transporte público e coletivo, em processos de gestão em que haja a construção de diálogos entre moradores e busca de formas de convívio saudável com a diversidade do público.

Operando na perspectiva de construção de uma cidade mais humana, somam-se as múltiplas facetas que o espaço urbano assume e as disputa de diferentes forças políticas, econômicas e sociais no modo de gerir e ocupar a cidade, desde as cida-

des mercantilizadas, privatizadas, espetacularizadas, às cidades que se tornaram também espaço de protesto, diálogo, reflexão, embates ideológicos. Além dos problemas estruturais da cidade que é também espaço de trânsito, de violência, de desigualdades sociais, de luta por moradia e por espaço para os mais diferentes atores e seus diversos discursos.

O universo das ações de intervenção urbana pesquisadas defende a criação de novas formas de apropriações e práticas urbanas que estimulem a construção de significados e usos construídos pelos usuários desses espaços - a prática é também chamada de *placemaking*, no inglês, significando a criação de novos espaços em lugares já existentes.

Essas ações se apresentam como processos para a construção coletiva de espaços públicos, especialmente no entorno de bairros residenciais, e por esse motivo, a defesa da maior participação dos moradores na construção dessas ações.

Por esta via, a sociedade civil, a população urbana, o morador, o usuário, o ator político e urbano se tornariam peças chave na construção de práticas que constituem modos de vida na cidade e ocupação dos espaços públicos.

O espaço público, assim, é visto para além de suas instâncias físicas, mas também pelo seu caráter reflexivo dado pelas dinâmicas sociais e culturais do seu entorno (SANTOS, 2012), sendo tema unificador dessas ações o ideal de restauração, recuperação e resgate do espaço público na construção de autonomia dos moradores em relação à construção da cidade.

Estas práticas de intervenção urbana tomam como base a defesa do “direito à cidade” (LEFEBVRE, 1991; HARVEY, 2012) - ao vislumbrar processos simbólicos que busquem retomar a capacidade dos moradores de (re)construir a cidade, atuando enquanto atores políticos, e não apenas sujeitos às decisões do Estado, propondo novas formas de organização da sociedade.

A defesa do direito à cidade neste contexto se depara com o

poder econômico de setores como o mercado imobiliário que determina o planejamento urbano, formas e lugares para uso desse espaço, negligenciando o direito ao acesso à cidade, à mobilidade urbana, à moradia da população que não faz parte desse mercado.

Para estas práticas, discutir o planejamento urbano é um ato intrínseco ao ato de morar na cidade, sendo um poder coletivo de moldar o modo de ocupação do espaço urbano de forma compartilhada com o poder público, setores econômicos e sociedade civil.

É neste cenário de atuação da sociedade civil na reestruturação de espaços urbanos que surgem conceitos práticos para um novo modo de urbanismo, na forma do urbanismo tático, urbanismo de guerrilha, urbanismo bottom-up, urbanismo P2P, urbanismo DIY (Do It Yourself, ou Faça Você Mesmo), pop up urbanismo, urbanismo insurgente, urbanismo open source, urbanismo espontâneo e outras nomenclaturas similares.

O urbanismo tático (LYDON, 2011, MOULD, 2014; ALISDAIRI, 2014; ROBINSON, 2015) é o termo mais usado na corrente destas práticas emergentes, agregando a premissa de outras correntes semelhantes, sendo o termo adotado ao longo deste trabalho.

Sua abordagem considera promover a mudança na cidade de forma gradual, agindo nos espaços urbanos em escala local, buscando ideias que possam ser executadas a curto prazo, com baixo orçamento, e realizada (desde a concepção até execução do projeto, passando inclusive pelo seu financiamento) pelos moradores do entorno e usuários desses espaços (LYDON, 2011).

Há o intuito de valorizar os espaços urbanos locais, as comunidades que moram em seu entorno e usuários dessas regiões, desenvolvendo o capital social dessa população e fomentando o diálogo entre as diferentes esferas de poder local.

Apesar de seu caráter temporário e efêmero, muito devido a questões financeiras, estariam inseridas na aplicação dessas tá-

ticas urbanas noções de pertencimento e empoderamento que podem gerar mudanças a longo prazo, inclusive, possuindo um caráter político ao pautarem as políticas públicas aplicadas na região.

O termo foi utilizado pela primeira vez durante as ações de reformulação da Times Square, em Nova York, executados pelo Departamento de Transportes (DOT) em 2009. A Times Square abriga o escritório da NASDAQ, uma das principais bolsas de valores do mundo, a sede dos estúdios da rede de televisão americana ABC e MTV, os famosos teatros da Broadway e diversas lojas de grandes marcas, sendo o ponto turístico mais visitado do mundo.

A experiência de reformulação foi simples: criação de um espaço que deu prioridade à circulação de pessoas, diminuindo os espaços dedicados aos veículos. Inicialmente em um modelo temporário, o projeto se mostrou tão efetivo que se tornou uma política pública permanente na região.

A reestruturação, desenvolvida pelo escritório norueguês Snøhetta, foi iniciada em 2009 e segue até hoje, tendo com preceito fundamental a criação de espaços para circulação de pessoas, eliminando calçadas e ruas e inserindo novos mobiliários urbanos e pavimentações sem obstáculos para os pedestres.

Basicamente, estão sendo criados nichos urbanos como pequenas praças ao longo da Times Square, um dos pontos turísticos mais famoso do mundo, no coração de Manhattan.

Englobando ideais do capitalismo em seu modelo mais consumista, como é a representação da Times Square, ao mesmo tempo que oferece espaço para o lazer e permanência, naquela rua que antes era marcada por congestionamentos, poluição e insegurança - claro, oferecendo ao redor destes espaços, diversos produtos e modos de consumo.

No projeto de apresentação dessa reestruturação é mencionado o “impacto positivo mensurável na segurança pública, na quali-

5. Informações disponíveis em <https://snohetta.com/projects/327-times-square#> Acesso em 14 de janeiro de 2018

dade do ar e na produção econômica” do projeto pensado para “encontros democráticos” de seus usuários, e ainda que “a nova praça da Broadway reinventou a Times Square como um palco contemporâneo para o espetáculo da vida pública, revivendo seu lugar no coração da cidade de Nova York⁵” (tradução da autora)

O urbanismo tático nasce, portanto, de uma experiência em uma das principais ruas de comércio do mundo, famosa também pela obrigatoriedade de letreiros luminosos utilizados para publicidade em todos os seus altos prédios.

Com a melhora do projeto de design da região, objetivou-se criar espaços mais confortáveis para permanência de seus consumidores/pedestres, criando novas atividades de entretenimento paralelos às funções de consumo da região - sem, porém, questionar o que é hoje fundamental: a participação da sociedade civil na construção de espaços públicos.

A partir desta experiência, um grupo de urbanistas criou a empresa de design e planejamento urbano “The Street Plans Collaborative”, produzindo uma coleção de livros em modelo de cartilhas referenciais, intituladas “Urbanismo tático: ação a curto prazo, mudanças de longo prazo”.

Essas cartilhas estabeleceram uma tipologia deste modo de atuação definida por cinco critérios fundamentais, sendo:

1. promover o interesse das pessoas em participar das ações
2. um processo coletivo de análise de problemas e possíveis soluções de uma determinada região, sempre trabalhando em escala local
3. ações de curto prazo
4. ações de baixo custo (gerando grande recompensas em nível emocional)
5. desenvolvimento de capital social e capacidade institucional, ou seja, estabelecer diálogos entre sociedade civil e organizações públicas, privadas e o terceiro setor.

De forma sintética, o urbanismo tático é uma forma de organização e sistematização de processos de aprendizagem e criação de ideias que auxiliem na solução de desafios em escalas locais (LYDON, 2012).

Os trabalhos do grupo The Street Plans Collaborative buscam unir planejamento e design, em um processo chamado de research-advocacy projects (em tradução livre, pesquisa em projetos politizados), tendo como principais ações a construção de mobiliários urbanos, como os parklets, que possibilitem e incentivem a permanência das pessoas em espaços públicos que antes eram utilizados para circulação de veículos ou não possuíam atrativos enquanto espaços de lazer.

Segundo Lydon, o urbanismo tático surge do entrelaçamento de três situações do contexto americano: a grande recessão, as mudanças demográficas e a internet e sua “economia cívica”..

Primeiro, a grande recessão se refere ao que ficou conhecido como Crise do Subprimes, com início em 2007 e estouro em 2008, motivada pela concessão de créditos imobiliários de alto risco e brusca quebra de grandes instituições financeiras. A crise no setor imobiliário forçou a população a mudar seus hábitos de moradia, ocupando bairros que eram até então desvalorizados e imóveis antigos que estavam vazios.

Essa situação gerou o segundo movimento, das mudanças demográficas e o aquecimento econômico e social dessas regiões de novas moradias, além de processos de requalificação urbana e novas dinâmicas comerciais.

A terceira situação insere o campo da internet e a “economia cívica”, definida como o “espírito de empreendedorismo combinado com a aspiração de renovação cívica” (LYDON, 2012), na defesa de um modelo econômico que reflita a respeito dos modos de construir uma sociedade mais sustentável e assim compartilhar prosperidade entre todos.

O urbanismo tático segue essa linha ao utilizar ferramentas, tanto online quanto físicas, de compartilhamento de conhecimentos e práticas como o uso de blogs, redes sociais, e-books e atividades nos espaços físicos que possibilitem trocas, com oficinas e construções coletivas.

O urbanismo tático surge então da união dessas três situações políticas, sociais e econômicas, tendo como pilar fundamental o ideal de compartilhamento, entendido enquanto uma tática para distribuição de conhecimento visando o aprimoramento de sistemas, produtos, situações e etc, ao contrário da lógica proprietária em que o conhecimento é dominado por uma empresa/pessoa especialista, e apenas ela é capaz de oferecer melhoramentos à situação proposta.

Uma de suas táticas fundamentais é inverter a ordem do planejamento urbano tradicional, alterando a centralidade na questão financeira.

Abrindo a segunda edição da cartilha de Urbanismo Tático, uma frase de Jaime Lerner, arquiteto e urbanista, ex-prefeito de Curitiba-PR, fala sobre essa questão: “A falta de recursos não é mais uma desculpa para não agir” (LYDON, 2011). A ideia de que a ação só deve ser tomada depois de todas as respostas e de todos os recursos serem encontrados é uma receita certa para a paralisia. O planejamento de uma cidade é um processo que permite correções; é extremamente perigoso acreditar que o planejamento pode ser feito somente depois de cada variável possível ter sido controlada”.

A proposta do urbanismo tático, e de seus similares, é baseada na experiência do usuário para apontar problemas e soluções que podem ser executadas a baixo custo.

Esta é uma das diferenças do urbanismo tático em relação ao urbanismo tradicional: enquanto o primeiro busca táticas aplicadas local e temporariamente, de baixo custo e execução rápida direcionados aos problemas identificados pelos usuários, o segundo trabalha na lógica do planejamento estratégico em larga escala e a longo prazo.

Neste modelo, na grande maioria das vezes, o usuário final do espaço que será requalificado não tem nenhum papel no processo de planejamento da ação que será executada.

Este modelo tradicional tem como resultado os diversos espaços públicos presentes em diversas cidades: em um extremo, a presença de obras que demoram anos para serem iniciadas ou entregues por falta de recursos, e do outro, diversos espaços que não são utilizados por falta de demanda da população, por problemas de gestão e outras questões da rotina de uso desses lugares que não havia sido prevista durante sua construção.

Ou ainda, espaços que são construídos para um determinado fim, e na prática, são usados para outros usos e públicos, muitas vezes criando incomodos entre diferentes grupos do entorno.

Estas situações demonstram o descompasso entre planejamento urbano e a rotina de uso dos espaços urbanos, uma vez que são pessoas diferentes que fazem parte destes dois momentos da cidade.

Com uma bibliografia bastante extensa de compartilhamento de experiências táticas, com diversos e-books, blogs e divulgação nas redes sociais, o urbanismo tático se tornou uma marca referente a um modo de organizar moradores e ações em espaços públicos e/ou coletivos.

Esse modo de agir, somado à indicação de lugares e formatos de ações, criou uma rede de “cartilhas” online, algumas construídas de formas bastante didáticas organizadas em itens como onde/ como/quem, seguindo a linha do Faça Você Mesmo (Do it yourself) em tutoriais práticos de modos de fazer.

Um outro termo deste mesmo universo, o urbanismo aberto ou p2p (peer-to-peer, ponto a ponto) traz no nome sua referência e base de ação: a internet e o compartilhamento, respectivamente. O termo se refere à tecnologia de compartilhamento em que os próprios usuários se tornam distribuidores de partes dos arquivos, sendo fundamental para o desenvolvimento do modo de compartilhar arquivos e informações online que temos hoje.

Essa tecnologia deu origem ao universo do Napster para distri-

buição de arquivos em formato mp3, depois na criação de plataformas de torrent e mais recentemente o desenvolvimento de leis de direitos autorais específicas que permitem a modificação dos códigos de acordo com as necessidades dos usuários, como as licenças creative commons e copyleft, e a constante luta jurídica em relação à distribuição ilegal de arquivos online.

O termo urbanismo é utilizado pelo matemático Nikos Salingaros, que nos anos 1990 passou a publicar trabalhos na área de estudos urbanos criticando a arquitetura moderna por desconsiderar em seus projetos os modos de apropriação das pessoas em relação aos seus lugares de moradia e convívio, a construção de vínculos emocionais e a necessidade da arquitetura possibilitar o bem-estar em suas formas.

Para Salingaros, o que a arquitetura moderna faz ao defender a “casa máquina”, em uma referência à Le Corbusier, é criar ambientes anti-humanos com geometrias mortas que causam ansiedade, inibem a convivência, destroem a sensibilidade do usuário e o meio ambiente por ocupá-lo de maneira ruim e com materiais impróprios.

Neste contexto, critica a arquitetura que projeta o mundo com base em demandas financeiras, como a utilização de materiais que seria resultante da produção industrial, como o metal e vidro, incapazes, segundo Salingaros, de propiciar ambientes aconchegantes.

Contra esse materialismo, o modelo de urbanismo P2P também é um modo de pensar a cidade em uma escala humana, na defesa do direito humano de escolher o ambiente construído no qual deseja viver (SALINGAROS e BAUWENS, 2008), em um processo aberto para a criação de ambientes construídos, trabalhando com o estímulo à criatividade e esforço conjunto para produzir e compartilhar conhecimento técnico de construção.

O urbanismo p2p pontua quatro falhas do urbanismo atual, sendo 1. O planejamento urbano executado por pessoas que ignoram as necessidades locais físicas e humanas, criando obras em grande

escala que ao invés de criarem soluções urbanas, destroem a paisagem, o convívio e a natureza; 2. O urbanismo no modelo top-down (de cima para baixo) coloca a questão financeira como primordial do planejamento urbano, quando o correto seria uma abordagem bottom-up (de baixo para cima) que coloca o usuário como central e considera formas de urbanização econômica e socialmente viáveis; 3. a necessidade de projetos em pequena escala executados pelos moradores, sendo portanto necessário distribuir conhecimentos técnicos básicos para as pessoas comuns. Essa abordagem também substitui a necessidade de ativar o poder público em caso de pequenos reparos, uma vez que a própria população seria capaz de trazer essas soluções 4. Necessidade de entender as demandas locais e criação de soluções assertivas, por isso a participação dos moradores, evitando as grandes construções de altos gastos e baixos usos.

Com estes termos defende-se o empoderamento do indivíduo capacitando-o a compreender como as escolhas da concepção de formas do ambiente alteram suas dinâmicas de moradia e apropriação. Consequentemente, capacita os moradores a irem contra as manobras da elite que dita o ambiente em que se vive nos espaços urbano e cria diversos padrões arquitetônicos replicáveis para as mais distintas realidades - ou o que Salingaros chama de anti-padrão.

Esses anti-padrões criaram espaços insalubres, uma vez que suas características específicas de modos de uso e interesses sociais são desconsideradas em nome da padronização - como uso de materiais que não levam em consideração a temperatura e a luminosidade do espaço, os objetivos de uso e o público alvo desses ambientes.

Trabalha-se na defesa de que o espaço construído seja projetado baseado nos impulsos reais dos usuários, em uma escala humana e adaptável às necessidades humanas.

Esta noção de urbanismo defende o compartilhamento de conhecimento desde as necessidades de construção e desenho de formas, até noções técnicas de projeto e ferramentas de cons-

trução, defendendo a possibilidade de replicação desse conhecimento por qualquer pessoa independente de sua formação, sendo um o processo de formação no seu modo prático de ação.

Os conhecimentos trazidos da internet e novas tecnologias podem ser combinadas nesse contexto tornando possível a implementação de processos compartilhados - e por isso a defesa de publicações abertas disponíveis online, em um processo de distribuição de conhecimento e formação emancipatória.

Assim, ao compartilhar o conhecimento técnico, espera-se que projetos de espaços urbanos públicos tendam a ser melhor planejados e construídos contando com a participação de diferentes pessoas em seu processo de criação.

Do mesmo modo que seus similares, o urbanismo p2p defende a requalificação de espaços públicos em processos em que é fundamental o compartilhamento de experiências e conhecimentos de forma livre e colaborativa, na defesa de espaços com vida social pública e compartilhada.

Desta forma, entende-se que seja produzido, além de um espaço urbano, uma comunidade de pessoas que participam da construção de sua cidade, acompanham seu desenvolvimento e reivindicam a cidade para si, indo ao contrário do movimento de financeirização da arquitetura urbana, como é a realidade atual.

Um outro termo desse universo de novos modos de ação urbana, é o conceito de urbanismo bottom-up (de baixo para cima) (GLICK, 2014; GORDON, 2018; KARSTEN, 2009, NABIAN, 2013; BLOKLAND, 2008), termo emprestado de abordagens de processamento de informações, também muito aplicado para projeções financeiras e outros sistemas complexos.

Este modelo tem como proposta estimular que ações aconteçam de baixo para cima, ou seja, com a participação da população, moradores e sociedade civil guiando a gestão pública. É contrário, portanto, ao modelo atual de políticas públicas aplicadas na cidade, sem diálogo com as necessidades dos usuários.

Esse modelo de urbanismo representa processos que buscam organizar situações pensadas da pequena escala para escalas maiores, permitindo, portanto, que a dimensão humana seja levada em consideração na concepção de projetos urbanos.

Para sua dinâmica funcionar, é necessária a participação popular para definir demandas e caminhos para soluções acessíveis e, quando necessário, no caso de situações mais complexas, buscar apoio do poder público e outras esferas de gestão, desburocratizando situações que poderiam demorar para serem resolvidas se fossem depender apenas da iniciativa do poder público.

Seu funcionamento leva em consideração a capacidade de auto-organização da sociedade civil, fomentando o empoderamento das pessoas em relação aos espaços da cidade e, consequentemente, uma perspectiva de participação na organização e gestão desses espaços, identificando demandas e produzindo conhecimento para pautar e acompanhar a agenda de gestão pública.

Há também o termo urbanismo de guerrilha (HOU, 2010), que designa ações de ativação e reestruturação urbana baseada na ação dos moradores enquanto produtores da cidade, criticando o contexto de repressão do Estado e seus associados, em especial a política econômica capitalista.

Utilizando a ideia de guerra como *modus operandi* da vida contemporânea, o urbanismo de guerrilha defende que vivemos em um estado análogo ao de guerra em relação ao medo, morte, disputas territoriais e simbólicas.

Portanto, a guerrilha urbana propõe como tática a desobediência civil e soberania popular que possa, de alguma maneira, quebrar os paradigmas desse estado de censura e exceção que se tornou o estado político vigente (CANUTO, 2016).

Pensado na perspectiva de dispositivos de controle e transformação, bebendo da análise foucaultiana sobre o tema e na experiência do guerrilheiro Carlos Marighela durante a ditadura no Bra-

sil, o urbanismo de guerrilha busca através de pequenas ações causar impactos na cidade, muitas vezes buscando a linguagem poética e artística para tais fins, como ações com granadas de sementes e criação de hortas urbanas.

Todos esses termos se unem à ideia do urbanismo tático por incentivarem estratégias de ação que permitam intervenções construídas de forma autônomas pela sociedade civil, tendo como preceito que esta autonomia gera maior participação dos moradores em relação ao planejamento urbano e consequentemente respostas mais assertivas para as necessidades reais desses espaços.

Além disso, essas experiências argumentam trazer uma nova abordagem para políticas públicas, chanceladas desde sua concepção pelos usuários ao invés de serem construídas apenas pelo poder público e empresas sem vínculo cotidiano com o espaço.

I. AÇÕES TÁTICAS

Apesar dos diferentes termos apresentados de urbanismo, todos eles propõem, em suma, maior autonomia dos moradores em relação ao planejamento e construção de seus espaços públicos e privados.

Nesta seção, será analisada a proposta de Mike Lydon, um dos mais conhecidos defensores do urbanismo tático, para conciliar o planejamento urbano com a participação dos usuários, exemplificando diferentes ações, momentos e atores envolvidos nesses processos.

Gráfico 1. Espectro Tático. Fonte: LYDON, Mike.

*"Chair Bombing" construção de bancos e espaços para sentar

**"Adbusting" intervenção em peças publicitárias, alguns veem como vandalismo, outros entendem como formas de protesto

Neste gráfico foi proposta uma análise das ações táticas divididas entre ações autorizadas e não autorizadas e os atores envolvidos em cada uma delas.

A separação por grau de autorização já indica o grande espectro de táticas possíveis e a necessidade de, em alguma instância,

haver participação do poder público e outros agentes formalizadores. Indica também a possibilidade de incorporação das táticas desse modelo de urbanismo por diferentes esferas, e, portanto, com objetivos divergentes, demonstrando a capacidade de ação conjunta de diferentes atores no planejamento e construção da cidade.

Dentre as táticas não autorizadas, Lydon enumera ações como “Construir Um Quarteirão Melhor; Reparação de Cruzamentos; Logradouros Recuperados; Jardinagem de Guerrilha; Bicletários Informais; Chair Bombing, Ad-Busting”

No contexto de São Paulo, todas essas práticas enumeradas podem ser vistas em diferentes praças e espaços públicos das regiões centrais da cidade, em ações que tem tido forte crescimento nos últimos anos.

A região central da cidade possui diversas praças que foram “adotadas” por moradores ou grupos organizados a fim de melhorar sua manutenção, como o grupo WikiPraça, uma plataforma digital na construção de redes de cuidados com praças e espaços públicos das cidades. Essa rede possui ação em outras cidades do país por sua estrutura é virtual e aberta, sendo possível adequar seu conteúdo de acordo com as demandas específicas.

Em São Paulo, o WikiPraça teve forte ação no Largo do Arouche, tendo sido um projeto piloto do Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Prefeitura de São Paulo, com diversas atividades realizadas entre o início de 2014 até 2016, mas diminuindo consideravelmente suas ações no local em 2017.

Existe ainda o Projeto de Lei 289/2013, que trata da gestão participativa das praças, aprovado no dia 12 de maio de 2015; o Movimento Boa Praça, nas praças Paulo Schiesari e Antônio Resk, a praça Amadeu Decome e a praça François Belanger, todas na zona oeste de São Paulo, e o grupo Praças, que também trabalha com a ideia de adoção das praças pelos moradores, atuando com as praças Vilaboim, Higienópolis e Horácio Sabino, na Vila

Madalena.

Outra tática urbana utilizada é a Jardinagem de Guerrilha (REYNOLDS, 2009; TRACEY, 2007; ADAMS, 2013), bastante presente em São Paulo, e mesmo no Largo da Batata e nos seus arredores. Esta é uma tática permanente para melhora de praças e como tática de ocupação de lotes abandonados, como o Bosque da Batata e o Largo das Araucárias, entre as ruas Paes Leme e Butantã.

As ações voltadas à mobilidade urbana, principalmente relacionadas ao ciclismo, tem grupos como Bike Anjo, Sampa Pé, Vá de Bike e outros coletivos que promovem eventos para conscientização sobre o ciclismo na cidade, como Pedalada Pelada, ações de intervenção em locais que poderiam ter uma ciclovía e conscientização sobre aspectos de segurança com motoristas de veículos particulares e ônibus.

Entre essas ações, estão aquelas que transitam por processos de legitimação e autorização, como o caso de vendedores ambulantes. Nos dois objetos de estudo deste trabalho, os ambulantes são tratados como um problema a ser eliminado: no caso do Largo da Batata, antes da Operação Urbana Faria Lima reestruturar a região, a presença de vendedores ambulantes era uma parte constituinte de sua formação e sua história.

Após a reforma, eles foram expulsos do grande centro do Largo, e passaram a montar suas barracas do outro lado, na praça sentido Rua Teodoro Sampaio - que aliás, em seu início, também é ocupada por diversas barracas de ambulantes de forma permanente.

No caso da Avenida Paulista a situação se repete. São dois modelos de vendedores ambulantes, alguns que montam suas barracas nas calçadas com ou sem autorização (há regras que gerem sua presença, mas nem todos mantêm essas documentações atualizadas) e outros vendedores que andam com seus carrinhos vendendo bebidas e alimentos.

Em frente ao bar conhecido como “Praia da Paulista”, ao lado do Parque Trianon, acontecem rodas de samba aos domingos, e é lá a presença regular de carrinhos de churrasco, além dos tradicionais vendedores de bebidas. Alguns domingos, segundo os vendedores, a polícia faz vista grossa e os deixa trabalhar, em outros dias a fiscalização é mais severa, e esses vendedores são expulsos da Avenida e tem seus produtos recolhidos.

Não é difícil presenciar essa cena: vários policiais, de carro, moto ou a pé, em ações violentas contra os vendedores ambulantes, causando uma confusão no trânsito de pessoas. Algumas se assustam e se afastam, outras correm em direção à cena com seus celulares. Segundos depois, os policiais encerram sua ação, deixando para trás vendedores gritando consternados enquanto socorrem seus amigos que foram violentados, normalmente com uso de gás lacrimogêneo que permanece irritando os olhos durante alguns minutos.

Um rapaz entrevistado durante evento no Largo da Batata, o Batata Eletrônica, resumiu esse tipo de situação dizendo que “o braço do sistema só chega na repressão”, ao falar sobre o papel do Estado nas ações de ocupação desses espaços.

Não à toa, durante as Manifestações de Junho, especialmente no fatídico dia 14 de junho após a maior repressão policial contra os manifestantes na Rua Augusta, o grito de guerra que mais se ouvia era “Que coincidência, sem polícia, não tem violência”.

O Estado, mesmo quando apoia as ações de ocupação urbana organizadas pela sociedade civil, nos moldes do urbanismo tático e seus semelhantes, é o mesmo aparelho de Estado que executa a violência e repressão contra os cidadãos quando estão se manifestando nesses espaços.

Quando se está em pauta o uso de espaços públicos para fins que não se enquadrem em regras ou que causem algum tipo de desconforto, como a presença de vendedores ambulantes, a repressão é rápida e violenta.

Apesar de seu papel de censura, algumas ações táticas têm sido apoiadas pelo Estado, algumas inclusive assimiladas enquanto política pública.

A revitalização de espaços públicos tem sido de grande importância na cidade de São Paulo, mesmo que não necessariamente para fins de lazer ou por demandas populares. Na prática, muitas delas acontecem para que regiões em processo de valorização se adequem às novas demandas do mercado econômico, e nesse processo, muitas ações identificadas como táticas tem servido para fins que são, de fato, econômicos.

Algumas dessas ações apontadas por Lydon estão presentes em São Paulo, como a criação de parques e revitalização de praças, oficialização de espaços de food truck, regularização de vendedores de rua (ou comércio pop up, na linguagem tática), os parklets, ciclovias, revitalizando ruas e criando novos formatos de ocupação do espaço urbano.

Além de ações pontuais de ocupação, grandes eventos e programas de políticas públicas tem trabalhado questões sobre ocupação de espaços da cidade, como o Programa Ruas Abertas.

Dialogando com o debate a respeito do acesso à cidade que estava transbordando das Manifestações de Junho de 2013, dois grandes eventos de arquitetura foram concebidos a partir dessas discussões: a Design Weekend realizada em agosto, e a X Bienal de Arquitetura de São Paulo, entre os meses de setembro a novembro.

Os dois eventos, já tradicionais em suas áreas, buscaram naquele ano incorporar as demandas que haviam despontado nas ruas durante as manifestações em relação à ocupação da cidade e possibilidades de uso do espaço urbano.

O Design Weekend (DW!) é um festival urbano que objetiva conectar a cultura do design com outros campos como urbanismo, arquitetura e arte, tendo também um viés econômico e comercial em sua programação, por meio de ações voltadas à inclusão so-

cial, inovação tecnológica e novos mercados, organizando feiras de negócios, exposições artísticas, com venda e premiações, além de ações de intervenções e instalações em espaços públicos de São Paulo.

Dialogando com os acontecimentos de 2013, o DW! promoveu uma intervenção urbana no Largo da Batata, logo após a entrega da Operação Urbana que reestruturou aquele espaço. A intervenção foi assinada pelo coletivo de designers Design Ok em parceria com Lauro Andrade, idealizador do evento, e propôs o debate sobre espaços de lazer e arborização de espaços públicos. Foram construídas também duas Zonas Verdes - termo alternativo à denominação dada aos Parklets -, uma na Rua Amauri, 225, e outra na Rua Maria Antônia, em frente ao Centro Universitário Maria Antônia.

A X Bienal de Arquitetura de São Paulo, por sua vez, trouxe como tema “Cidade: Modos de fazer, modos de usar”, com atividades de intervenção em média e pequena escala, abordando questões como habitação, participação social na tomada de decisões do poder público e mobilidade urbana.

Durante o evento, a mobilidade foi experimentada como parte da programação, e não apenas discutida em um formato teórico, como é tradicionalmente. Para isso, a programação do evento se espalhou por diferentes espaços da cidade de São Paulo, em lugares como o Sesc Pompéia, o MASP e o Centro Cultural São Paulo.

Dialogando diretamente com os acontecimentos daquele ano e com a agenda urbana de promoção de espaços públicos, a Bienal promoveu palestras e oficinas intituladas “Cidades Performativas: uma discussão sobre arte, arquitetura e espaço público” trazendo artistas, curadores, urbanistas dos Estados Unidos e da Europa, países em que ações de urbanismo tático já são tradicionais, para pensar a ocupação criativa de espaços urbanos como elemento transformador das relações entre moradores e a cidade.

Capítulo 1.

_s_t_e_f

3 curtidas

_s_t_e_f sidewalk intervention

Ver 1 comentário

24 DE JANEIRO DE 2014

melitadesa

10 curtidas

melitadesa Bom dia São Paulo!!! #largodabatata

10 DE OUTUBRO DE 2014

wesley.ae

6 curtidas

wesley.ae Ontem foi dia de Hand Bike com o Bike Tour SP! A Renata amou o passeio e já quer fazer os outros roteiros!

#biketoursp #acessibilidade #dreambike

#PaulistaAberta

9 DE NOVEMBRO DE 2015

tetescht
Paulista Avenue

118 curtidas

tetescht A Paulista virou o grande calçadão, a praia paulistana. De bike, skate, patins ou a pé.

Música, arte, feira, gente, uma miscelânea boa

#nichemeetSP #paulistaaberta #show

#desafioSP25 #mobgraphia #docgaleria

Ver todos os 4 comentários

8 DE DEZEMBRO DE 2015

Imagens 7 e 8: Em cima, à esquerda, ação de urbanismo tático da Batata Precisa de Você, à direita, Jardim Pop Up, construído durante o Design Weekend no Largo da Batata
Imagem 9 e 10: Abaixo, à esquerda, ciclismo na Paulista Aberta, à direita movimentação na Paulista Aberta . Fonte: Instagram

A programação da Bienal propôs também a criação de um parklet ao lado do Conjunto Nacional, na Rua Padre João Manuel - substituído por uma segunda versão melhorada.

Esses eventos, e outros momentos de diálogo sobre ações urbanas organizadas na cidade, levantaram também questões sobre como as ações táticas podem ser divididas, como proposto por Lydon no espectro tático (gráfico 1), entre autorizadas pelo poder público, as não autorizadas, e ainda outras de resistência às formas oficiais de ocupação.

Em uma visão crítica à lógica do urbanismo neoliberal, ao dividir ações táticas entre autorizadas e não autorizadas, também é apresentada de antemão a possibilidade do tático ser assimilado para fins econômicos - com ou sem parcerias com o poder público.

Tendo como exemplo mais tradicional, atual e em crescimento, a implantação dos parklets, enquanto uma política pública em parceria com estabelecimentos comerciais.

A assimilação dos parklets enquanto uma política pública, e portanto uma ação tática autorizada, foi uma iniciativa da gestão urbana do então prefeito Fernando Haddad (PT) em 2014, com o decreto nº 55.045/14, apresentando as diretrizes jurídicas e projetuais, objetivos e, principalmente, as justificativas de sua implementação na cidade. Com esta iniciativa houve um novo alinhamento da gestão de Haddad com o modelo de urbanismo voltado à construção de espaços públicos mais democráticos.

Inicialmente, os parklets autorizados pela prefeitura, mas sob responsabilidade de estabelecimentos privados, foram assimilados com grande concentração em regiões centrais da capital paulista, como o Jardim Paulista, Itaim Bibi, Pinheiros, a Rua Oscar Freire.

Essas são áreas de alto poder aquisitivo e economicamente baseadas no comércio de luxo. Os parklets foram instalados em frente à restaurantes, bares e coffee shops, atrelando a perma-

nência nesses espaços ao consumo os estabelecimentos, mesmo que essa prática seja ilegal.

A partir de dezembro de 2015, objetivando difundir a política dos parklets para outras regiões da cidade, a prefeitura, em parceria com as subprefeituras, passou a adotar os chamados parklets públicos, instalados em vias de grande fluxo de pedestres, próximas a equipamentos públicos municipais e comércios locais.

Imagem 11. Mapa dos Parklets na cidade de São Paulo. Fonte: DIAS, Ana Carolina.

Apesar da tentativa de levar a proposta para regiões periféricas com o apoio do poder público, os parklets privados foram melhor assimilados pela parceria com comércios localizados em áreas de maior poder aquisitivo.

No eixo de crescimento de ações autorizadas vistas no gráfico 1, percebe-se a existência de diversas ações que já acontecem no contexto de São Paulo além dos parklets já citados, como o Programa Ruas Abertas em que está inserido a Avenida Paulista; os movimentos de food truck já com espaços dedicados, como é o caso do Calçadão Urbano de food truck na Rua Augusta; a percepção do Largo da Batata e outras localidades como praças

em potencial na cidade; a permanente discussão sobre o modo de ocupação e o futuro do Minhocão e do Parque Augusta; e os eventos, como os já citados Design Weekend e a X Bienal, e outros programas que mantiveram as discussões sobre modos de apropriação da cidade em constante pauta.

Retomando às ações indicadas no gráfico 1 do espectro tático, todas elas estão presentes de alguma maneira nas intervenções do Largo da Batata e seus arredores - construção de áreas de lazer, bancos para permanência, mesas de ping-pong, mobiliários apropriados para uso dos skatistas, pintura de faixas de pedestres, movimentos de jardinagem urbana, parceria público-privada e social para construção do bicicletário e do grupo Bike Anjo, trave de futebol, entre outras ações de ocupação.

Na Avenida Paulista, o movimento de ciclismo é um exemplo de conquista de um público bastante fiel, e junto dele, a privatização de sua gestão. Aos domingos funcionários do Banco Santander são responsáveis pela organização do fluxo das bicicletas, com bandeiras indicando pontos de PARE, contendo o fluxo de bicicletas junto do semáforo e outras ações de controle dos ciclistas, além de pontos de locação de bicicletas - no caso da locação, há também pontos do Itaú Bike, mas o serviço ainda é bastante precário, com um número pequeno de bicicletas em vista da demanda, e várias delas com defeitos que impossibilitam seu uso.

Na Paulista a presença de ilegalismos táticos é menor e pode ser explicado por diferentes características: a presença policial, civil e militar, e de seguranças privados em prédios e estabelecimentos comerciais ao longo de toda a Avenida inibindo ou dificultando ações de intervenção não autorizadas que sejam permanentes, sendo mais comum intervenções instantâneas e efêmeras.

A característica mista que compõe a avenida - tendo trechos com grande número de instituições culturais, diversos shoppings centers e lojas de grande porte, uma enorme quantidade de escritórios verticais - permite que toda a extensão da avenida seja ocupada por pequenas intervenções que também sofrem ações

de terceiros, seja no sentido de dialogar ou de remover, mas sem alterações estruturais do espaço.

Estas características diminuem, mas não impedem a existência de diversas formas de ações ilegais, pontuais e efêmeras na Paulista. Como exemplo, a presença de vendedores ambulantes é curiosa. Em diferentes situações, é possível testemunhar a ação de policiais contra esses vendedores, em um rápido espetáculo de motos e carros invadindo a Paulista ocupada por pedestres, onde policiais expulsam vendedores com uso de gás lacrimogêneo enquanto diversas pessoas correm em direção ao pequeno caos para registrar e compartilhar em suas redes virtuais.

Em outros momentos, o que é mais rotineiro, são vendedores com mesas nas calçadas expondo seus produtos, em sua maioria artesanatos, como uma feira livre ao longo de toda a Avenida, especialmente no trecho entre o MASP e a Rua Augusta.

A presença de imigrantes africanos é bastante forte, com a venda de tecidos e artesanatos típicos, além da venda de bijuterias, objetos de decoração, como quadros, peças de crochê, objetos feitos em madeira e outros.

Durante a Paulista Aberta, existem algumas programações oficiais de ocupação das calçadas em frente aos estabelecimentos comerciais, como no Shopping Center 3 e na FIESP, mas a Avenida é mesmo uma grande arena para pequenos palcos com apresentações de músicos, artistas circenses e diversas linguagens artísticas.

II. OS ATORES E OS LUGARES DAS TÁTICAS

Além do formato das ações em si, na segunda cartilha de urbanismo tático produzida por Mike Lydon (2012), há a inserção de um novo questionamento do autor em relação às cidades e locais em que o urbanismo tático é melhor aplicado.

Segundo Lydon, os melhores lugares para essas táticas são cidades compactas, caracterizadas por um “tecido urbano pedonal subvalorizado e subutilizado” (LYDON, p.3, 2012), revelando a frágil resiliência social, econômica e física desses territórios que são baseados no transporte de veículos particulares, sendo também cidades mais fáceis de canalizar o capital social criativo.

Paralelamente ao urbanismo tático, há um forte aumento de cidades espetacularizadas e sua estrutura que tende a inibir a participação popular, por deixar de ser pensada a partir das necessidades de seus moradores, (JACQUES, 2004) para serem produzidas enquanto atrações turísticas.

Esse movimento aconteceu durante os grandes eventos esportivos sediados no Brasil, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, com construções que deixaram de ser utilizadas após os jogos - e que muitas vezes expulsam os moradores locais em nome da requalificação urbana.

A proposta das ocupações urbanas é de perseguir os processos contrários, aqueles em que o cidadão se torna ator protagonista no processo de contínua construção da cidade; em que o espaço urbano se torna palco para suas ações, ao contrário da ideia de moradores como figurantes do cotidiano da cidade.

As ocupações seriam então processos de revitalização urbana em seu sentido de uso público, e não econômico, buscando a participação da população que se apropriará, ao longo do processo, desse espaço urbano (JACQUES, 2004).

Por serem ocupações que incentivam o trabalho criativo e coletivo dos moradores do entorno, tem-se o lazer e a colaboratividade

como elementos condutores das ações, objetivando a revitalização urbana através de novos usos dos mesmos espaços.

E aqui é necessário fazer um adendo: as organizações e práticas urbanas lideradas pela sociedade civil são importantes motores da organização urbana atual, presentes em diferentes países e muito em evidência na cidade de São Paulo. Esses movimentos urbanos buscam estratégias alternativas de ocupação, não substituindo, contudo, a responsabilidade do poder público no que se refere à gestão e planejamento urbano a longo prazo.

Esses modelos de urbanismo possuem em comum a crítica em relação ao atual modo de gestão das cidades de forma descolada entre usuários e planejadores, tanto urbanistas, poder público e outros atores envolvidos com obras e estruturação urbana.

Dessa crítica, vem a defesa por maior participação da população em diferentes etapas do planejamento da cidade, tendo como principal instrumento a prática em ações coletivas, pontuais e por vezes efêmeras, mas que, segundo seus militantes, contribuem com um processo de maior interesse da população nos espaços da cidade.

Para esse modelo de urbanismo torna-se extremamente necessário conhecer as reais necessidades do usuário, questionando o conhecimento técnico da arquitetura e as práticas intuitivas de construir cidades.

Coloca-se em dúvida o atual planejamento na cidade e suas estruturas construídas, defendendo a possibilidade de utilizá-las de outras formas ou modificá-las conforme o uso atribuído pelos usuários.

Nessa corrente, há a defesa de menos espaços dedicados aos automóveis ou construções em escalas gigantescas, como ocorre predominantemente nos projetos urbanos atuais e seus arranha-céus. A prática das intervenções urbanas defende formatos pequenos, com estruturas temporárias, removíveis conforme o uso - com a possibilidade de mudar mobiliários de localização,

estruturas que tenham diferente usos, assumir que os modos de utilização da estrutura física do espaço devem ser tão versáteis e variáveis quanto o público que as utiliza.

Muda-se a noção de físico como estrutura de cimento-rígido, passando a criar espaços e mobiliários urbanos capazes de acompanhar os diferentes públicos e seus mais diversos usos.

O urbanismo tradicional surgiu como uma resposta à urbanização pós-revolução industrial, buscando ordenar o espaço urbano que recebia grande número de pessoas de forma desorganizada e controlar esse novo organismo (a cidade), muito ágil em seu desenvolvimento. Para isso, o planejamento das cidades buscou traçar meios de organizar o aglomerado de pessoas, indicar seus trajetos, pontos de permanência, de convivência, e em última instância, os modos de vida dessas pessoas.

O novo modelo de urbanismo revê a ideia daquele urbanismo original, vinculado ao conhecimento técnico e ao poder público, e passam a defender maior participação social em diversas etapas do processo de construção da cidade, formando pessoas capazes de identificar problemas, propor e executar soluções.

Esses novos modelos de urbanismo se posicionam como uma prática na defesa pela adequação de espaços na escala humana, escala de seus usuários, a cidade para pessoas (GEHL, 2010), como sendo o primeiro passo rumo a cidades mais amigáveis e com mais espaço para interações humanas.

O que se mostra hoje, com as crescentes manifestações e ações presentes nas ruas de forma até então não planejada, ao menos não pelo poder público, é que a orientação no modo de vida das pessoas não é feita simplesmente ao construir estruturas que lhes ditem como viver.

As pessoas também desejam, mesmo que inconscientemente, moldar as situações e lugares ao seu modo de vida, podendo transformar regiões altamente planejadas em espaços vazios, ou dar novos usos a espaços planejados para outros fins.

Não é difícil encontrar praças esquecidas, enquanto as pessoas se encontram em esquinas, ruas, espaços vizinhos a bares e outros comércios. Essas situações permitem que as pessoas se comuniquem, vejam uns aos outros, acompanhem a circulação de outras pessoas, a movimentação do entorno, se sintam seguras, acompanhadas, mas não vigiadas (JACOBS, 2000).

O planejamento urbano passaria a ser, na perspectiva do urbanismo tático, um processo permanente de construção de formas de lidar com diferentes situações, com diferentes públicos que surgem a cada momento.

O planejamento urbano deixaria de tentar ser capaz de dar respostas a longo prazo, o que não consegue na prática, para ter maior capacidade de maleabilidade conforme a necessidade, sendo necessário o diálogo contínuo com os usuários do espaço - e a compreensão dos motivos que tornam espaços pouco convidativos ao público.

Os espaços públicos onde ocorrem as táticas urbanas ainda se limitam àqueles espaços em regiões centrais da cidade e táticas de construção de mobiliários urbanos, hortas urbanas e práticas de melhoria física desses espaços.

Porém, a estrutura ideológica que os circunda ainda é preconceituosa e discriminatória, funcionando em uma lógica de continuidade do modelo de exclusão social enraizado em nossa sociedade.

No formato atual, o lugar das táticas é no centro de São Paulo, e não em outro lugar qualquer da cidade. Apesar do momento político ser de pautas diversificadas na prática do acesso à cidade, o ator político-social visível que circula pelas áreas nobres da cidade não faz parte da minoria que é defendida nos movimentos políticos atuais.

Afinal, mulheres ainda são vítimas de violência nas ruas, no transporte público, em suas residências; os negros ainda são

a maioria discriminada e alvo de extermínio policial; os homossexuais ainda são constante vítimas de homofobia nas ruas; os moradores de rua são invisibilizados ou vítimas de políticas de extermínio.

Frente a essas condições sociais e políticas no Brasil, mas também como um debate em escala mundial, novas formas de organizações sociais, com demandas específicas e formação de novos atores políticos têm dado forma a movimentos de protesto e resistência.

Esses movimentos de resistências não são, porém, uma novidade deste momento apenas. Autores como Lefebvre (2001) e Harvey (2012) já apontavam como, em seus respectivos contextos, as contradições geradas pela política econômica de acúmulo de capital e a exclusão social e física que ela produz, já eram lócus de formação de novos sujeitos políticos que reivindicavam por mudanças sociais.

Demandas como o acesso à transporte público universal, tem em sua essência um projeto político que abrange reconquistar o direito à cidade, direito esse que talvez nunca tenha sido realmente dado à boa parte da população, constantemente empurrada para as bordas da cidade e assim negado, ou dificultado, seu direito a acessar equipamentos da vida urbana (CANETTIERI, 2015; 2016).

A base fundamental para a ação do urbanismo tático é trazer os moradores da cidade, aqui chamados de sociedade civil organizada, como protagonistas do planejamento urbano, especialmente em relação aos espaços públicos da cidade, pensados enquanto espaços de convivência.

No entanto, o discurso desse modelo de urbanismo em relação às formas de empoderamento de novos atores políticos se desfaz na prática quando identificamos o lugar das táticas, e consequentemente, quais os atores sociais são integrados a este contexto.

Como um exemplo, as ações conhecidas como mutirão⁶ possuem diversas semelhanças com as ações táticas: são ações informais, buscam soluções rápidas e baratas para os problemas identificados pelos próprios moradores, trabalham com uma gestão coletiva e horizontal organizada também por eles, mas não são identificadas como ações táticas na literatura específica ou pelos seus participantes.

6. Ver: OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 74, p. 67-85, mar. 2006.

Esta ausência de identificação se dá por diferentes questões, sendo uma delas devido à origem do termo e sua contextualização.

O termo “urbanismo tático” é de origem americana, utilizado pelo arquiteto Mike Lydon e seu grupo The Street Plans, sistematizando referenciais teóricos e práticas urbanas de acordo com o contexto específico dos EUA, depois replicado à mesma lógica para outros países, especialmente na Europa onde o termo é hoje referência de modelo de intervenção.

Quando o “tático” foi replicado em outros espaços, como no Brasil, não foi discutida uma adaptação do termo, suas práticas e modos de ação, ocasionando um desajuste entre a ideologia e as demandas reais do contexto.

Essa replicação faz com que as especificidades do contexto brasileiro sejam invisibilizadas frente as táticas, fazendo com que situações que não se enquadrem nas características apresentadas nas cartilhas, extraídas do modelo americano e posteriormente europeu, não sejam consideradas ações táticas.

Ao serem desconsideradas táticas, essas ações de intervenção são colocadas à parte da discussão sobre direito à cidade - apesar de diversas práticas, como os próprios mutirões, estarem inseridos na mesma lógica de acesso à cidade e participação, mas com outros atores envolvidos e lugares de ação.

De maneira generalista, o que tende a diferenciar práticas táticas de outros modos de intervenção, não são as ações em si, mas os atores envolvidos e o local onde elas são realizadas.

Retomando o gráfico do espectro tático da página 68, são apresentados três grupos de atores envolvidos nas táticas urbanas, os chamados taticistas, separados por grau de formalização: os atores sociais, como as organizações de bairros, classe artística e militantes; os atores empresariais e organizações não lucrativas; e o poder público.

O primeiro grupo, formado por organizações de bairro, classe artística e militantes, constitui os principais envolvidos nas ações de ocupação. Isso se dá pela importância desse modelo de urbanismo em defender o empoderamento da sociedade civil na construção de seus espaços urbanos.

O segundo grupo de atores indicados no gráfico trata de organizações já formalizadas e com relações econômicas com a cidade, como estabelecimentos comerciais que abrem um parklet em frente à sua loja, criando um espaço de lazer que possui o perfil tático.

O terceiro grupo é formado pelo poder público e se refere a demandas estruturais, obras de pavimentação e manutenção de programas como o Ruas Abertas. Compreender o poder público na mesma lógica tática e dando a ele um papel determinado neste contexto, demonstra a necessidade da parceria entre todos esses agentes de trabalho para criar intervenções em diferentes instâncias da cidade.

A separação entre atores proposta por Lydon representa as articulações entre sociedade civil, poder público e empresas na gestão urbana proposta pelos novos modelos de urbanismo.

Como apontado por Dardot e Laval em seu estudo sobre neoliberalismo na obra “A Nova Razão do Mundo” (2016, p.133), uma das originalidades do neoliberalismo é a relação estabelecida entre as instituições e a ação individual, fundamental para compreendermos os processos de requalificação urbana propostos por esse novo modelo de pensar o espaço urbano.

Pela necessidade de articular diferentes instituições, surge a necessidade de um elemento que possa dialogar com essas diferenças: o empreendedor social, mesclando o caráter empresarial e social⁷ do movimento.

7. Utiliza-se a palavra social em seu sentido mais amplo, referente à sociedade, ao que é público, comunitário. Dardot e Laval (2016) apresentam uma discussão feita por Hayek sobre a palavra "social" e seu uso já saturado (p.158-160).

Frente a essa necessidade de articulação, surgem figuras centrais para representar os movimentos urbanos, ao mesmo tempo que assumem funções de gestão, articulação e empresariamento.

Neste processo, chega-se a um entrave prático e ideológico: a economia de mercado não pode ser social. Não é possível, na dinâmica econômica que temos estabelecida hoje, pensar em uma economia baseada em princípios de solidariedade, cooperação, sem fins lucrativos (DARDOT E LAVAL, p.120).

Quando a produção urbana, mesmo que na lógica tática, assume mecanismos de mercado, ela se torna um negócio nos mesmos moldes dos modelos econômicos, e não mais uma questão social.

Apesar de serem baseadas em ideais comunitários - como a colaboração, gestão compartilhada e horizontal - as ações denominadas táticas na realidade tendem a se construir mesclando lógicas de colaboratividade com as lógicas do mercado, fazendo com que muitas das ações culturais passem a ser, na prática, busca por patrocínios para financiar as ações dos movimentos e seus integrantes.

Com isso, muitos dos movimentos sociais atuais funcionam também como projetos de carreira para seus integrantes, alcançando posição prestigiada na sua área de atuação, criando assim um novo grupo de pessoas que fazem de sua prática, que até então era de militância em prol de um bem social e cultural, uma profissão.

A necessidade de legitimar suas ações exige muitas vezes a aplicação de princípios de eficiência baseados nos ideais do setor privado, com necessidade de comprovar seus resultados por meios quantitativos, como é a lógica da gestão econômica.

Algumas vezes parece ser mais importante o número de mobiliários que são construídos em determinada praça do que a qualidade de uso desses mobiliários, ou ainda se a escolha do tipo de mobiliário realmente atendeu à demanda daquele espaço.

Na dinâmica de funcionamento da economia neoliberal, em que as ações devem se enquadrar nas lógicas empresariais, a necessidade de otimização de recursos financeiros visa ao utilitarismo das ações, mas a lógica social e cultural não dialoga nos mesmos termos de utilitarismo do sistema financeiro.

Por isto, frente às necessidades econômicas da vida em sociedade e as possibilidades de crescimento e prestígio de uma carreira, o que separa a prática social de um trabalho que opera nas mesmas lógicas financeiras de mercado é uma linha bastante tênue.

Essa linha se desfaz quando o que era até então um objetivo social (no caso, a melhora de um espaço público), passa a ser uma disputa de espaço e prestígio diretamente ligada ao campo profissional.

Desenvolve-se ao longo do tempo uma postura de empreendedorismo voltado a projetos sociais, colocando-os assim em uma lógica econômica e não mais social - uma economia da cultura.

Utilizam-se, portanto, mecanismos de mercado para gerar desenvolvimento na sociedade, assumindo totalmente uma lógica neoliberal de empresariamento da vida associando a vida privada com a vida profissional.

Laval e Dardot (2016, p.151) ainda frisam: a neogestão cria o sujeito unitário, aquele que se envolve de tal forma com seu trabalho que não existe mais distância entre o indivíduo e a empresa.

Os autores ainda apontam como uma das originalidades do neoliberalismo (idem, p.133) está na relação estabelecida entre as instituições e a ação individual, surgindo a figura do empreendedor

social, mesclando o caráter empresarial e social de movimentos.

Essa relação é fundamental para compreendermos os processos de requalificação do Largo da Batata realizados, inicialmente, pelo grupo A Batata Precisa de Você, apresentando no Capítulo 2 deste trabalho.

No atual modelo de gestão adotado pelo Brasil, se faz necessária a parceria entre poder público, privado e sociedade civil para a realização de determinadas ações nos espaços públicos, como a construção dos mobiliários urbanos, sem serem necessariamente relações negativas.

No processo atual de neoliberalização, tanto dos movimentos de intervenção quanto do próprio Estado, quando arranjos táticos se apresentam como alternativa de resolução de conflitos assumindo a responsabilidade que antes era do poder público, o Estado pode se retirar.

Nessa situação, o que inicialmente foi defendido como uma emancipação do planejamento urbano por parte da sociedade civil, pode ser transformada em uma política de terceirização de responsabilidades em relação ao espaço público, o que historicamente é utilizado como justificativa para políticas de privatizações.

A melhoria dos espaços urbanos é hoje pauta permanente em cidades europeias e norte-americanas, ainda que o movimento seja inicial no Brasil, já conta com diversas experiências internacionais. Na Europa, muitas cidades se desenvolvem pautadas na ampliação dos índices de qualidade de vida baseados no uso de espaços urbanos e estímulo à circulação de pedestres em locais públicos mesclando turismo, consumo e lazer (GEHL, 2010; HARVEY, 2003; JACOBS, 2000).

Em busca desse modelo de desenvolvimento, no ano de 2013 a prefeitura de São Paulo contratou o escritório do arquiteto e urbanista Jan Gehl, criador do termo “Cidade para Pessoas”, referência no que diz respeito à construção de espaços urbanos

de qualidade para a permanência e o lazer do usuário, ao invés da tradicional construção de estruturas viárias para circulação de carros e seus estacionamentos.

A proposta de Gehl em São Paulo foi revitalizar a área do Vale do Anhangabaú, do Largo São Francisco e seus entornos, e incluiu propostas para melhorar a caminhabilidade da famosa Rua 25 de Março.

Apesar do movimento que coloca o usuário em primeiro lugar na construção das cidades, São Paulo nos últimos anos tem vivido um grande embate ideológico: de um lado um movimento que apoia essa criação e liberação de espaços públicos para o lazer das pessoas, muito voltada à criação de trajetos que possam ser usufruídos por caminhadas a pé. Por outro, a crença de que o progresso é baseado na qualidade do transporte dos veículos individuais, necessitando assim de desenvolvimento em infraestrutura viária, como vias de acesso e estacionamentos, e apoio para o consumo e modernização da frota, como o IPI reduzido para carros.

Esses dois grupos hoje disputam ideologicamente o caminho a ser seguido para construção do mesmo espaço urbano, e esses ideais não coabitam a cidade de forma pacífica por serem antagônicos.

Politicamente, essa diferença ideológica ficou visível nas políticas adotadas durante a gestão de Fernando Haddad (PT) em São Paulo entre 2013 e 2016, e recentemente com a atuação de João Dória (PSDB), a partir de 2017.

Essa luta por espaço tem uma questão agravante por ser um espaço urbano, mas não necessariamente de gestão pública, uma vez que muitas das obras viárias das cidades são feitas mediante concessões e privatizações para o capital privado, portanto muito da construção das cidades hoje é baseada no ideal de progresso em seu sentido econômico e muitas delas controladas pelo setor privado.

Outra prática recorrente na cidade de São Paulo, e um dos pilares da política neoliberal, são as parcerias estabelecidas entre o poder público, o terceiro setor e a sociedade civil. Nelas, o poder público apoia ações mediante a concessão de prédios, espaços públicos, em alguns casos investimentos em equipamentos, mas coloca a responsabilidade da gestão dessas ações para terceiros, fazendo com que sua continuidade dependa do apoio de empresas privadas e da atuação de grupos organizados da sociedade.

Como colocado por Dardot e Laval, esse modelo de gestão “embaralha as missões do serviço público, alinhando-as formalmente a uma produção do setor privado” (p. 317) em parceria com a sociedade civil organizada e movimentos sociais, terceirizando o que era até então de responsabilidade do Estado.

Chega-se assim a duas particularidades das ocupações urbanas: primeiro, a tendência em ações concentradas nas regiões centrais da cidade, que sofrem ou sofreram processos de gentrificação - processo de enobrecimento de uma região, verificado no Largo da Batata especialmente por conta da Operação Urbana Faria Lima.

Sendo regiões habitadas principalmente pela classe média, uma vez que a população mais pobre foi expulsa devido aos altos custos, os moradores que promovem as ações nesses espaços são também de classe média, especialmente os jovens que moram na região com suas famílias ou estão iniciando sua vida adulta, buscando portanto, melhores condições de vida para si com a melhora do espaço em que vivem.

Segundo, a necessidade desses movimentos em estabelecer parcerias com o poder público e privado, o primeiro para autorizá-las e o segundo para financiá-las. Essa necessidade faz com que alguns processos sejam demorados e complexos, e o excesso de burocracias muitas vezes implica em alterações nos projetos.

No caso do setor privado, a necessidade de conceber projetos

que dialoguem com as necessidades das empresas, com contrapartidas publicitárias e atendendo às demandas específicas de cada patrocinador, aumentam ainda mais os obstáculos que os projetos precisam superar até conseguir um cenário adequado para sua realização.

Apesar do discurso de empoderamento, palavra chave utilizada em diversas situações atualmente, a prática das táticas se mostra diferente do objetivo desejado, tanto em termos de localidades quanto do perfil de atores envolvidos.

O discurso sobre apropriação do espaço e criação de novos atores políticos de forma horizontal se esvazia quando percebemos quais as localidades onde essas táticas urbanas são realizadas, diferenciando-se de ações de mutirão e outras ações informais realizadas em áreas pobres da cidade, como favelas, por exemplo (NOGUEIRA, 2016; GLICK, 2014).

Isso se dá uma vez que, como citado anteriormente, ações de mutirão ou ocupações em territórios de classes mais pobres não entram na bibliografia das ações táticas, não são entendidas pelos seus participantes como táticas, e muitas vezes não são sequer entendidas como ações positivas de intervenção.

Pelo contrário, muitas das práticas realizadas em territórios mais pobres, mesmo que tenham modelos semelhantes às táticas urbanas, como ocupação de espaços vazios, criação de eventos e mobiliários urbanos, quando colocados no contexto urbano de pobreza, são entendidos como delito, infração no uso desses espaços.

A realização de bailes funk, churrasco na rua ou na laje, encontro de jovens em espaços públicos do bairro, exemplos corriqueiros no cotidiano de bairros da periferia, não são categorizados como ações táticas. Na verdade, aos olhos do poder público e também de muitos moradores da própria periferia e de espaços da cidade, essas ações são sinônimos de criminalidade, destruição de patrimônio público, vandalismo.

A diferença nessas duas situações é fundamentalmente quem faz parte desse processo. De modo grosseiro, quando é uma ação praticada pelo morador na favela, é entendido como ocupação ilegal e vandalismo. Quando é uma ação praticada por artistas e moradores de uma região nobre, ou em processo de ascensão (que inclui gentrificação urbana), é chamada de intervenção urbana.

No contexto político atual do Brasil, há ainda uma terceira categoria, que acontece tanto na Paulista quanto no Largo da Batata, quando essas mesmas ações são identificadas como práticas associadas à uma militância de esquerda, e então os envolvidos são chamados de vândalos, comunistas, petralhas⁸ pelo grupo contrário à essas ações.

Também por conta desta diferença de percepção de acordo com cada contexto, o uso do termo “ocupação urbana” por vezes é identificado como ações na periferia ou nos centros urbanos, mas com uma noção de processos que envolvem em alguma instância violência, como ocupações por moradia, direcionado a problemas estruturais tendo, em algum momento, em conflito com o poder público de repressão, a polícia.

8. Petralha é a contração da palavra petista, do PT, com os irmãos Metralha, personagens da Disney de uma quadrilha de ladrões formada por três irmãos. A autoria do termo é oficialmente desconhecida, mas Reinaldo Azevedo, colunista da Revista Veja, reclama sua autoria desde os anos 90, se referindo aquele que rouba dinheiro público para justificar seu projeto de poder

No caso das táticas urbanas, já com um termo específico para denominar essas ações, elas são aplicadas por categorias de atores do meio criativo, como arquitetos, designers e artistas, propondo ações voltadas ao lazer e sociabilidade.

As ambições são diferentes e igualmente necessárias, porém, quando movimentos de periferia agem em nome de problemas que fazem parte de seus cotidianos, como a moradia, ou mesmo suas práticas culturais, como os bailes funks, seus moradores são hostilizados e recebem o Estado em sua forma mais repressiva - ações da polícia civil ou militar com bombas de gás e truculência já são tradicionais nos noticiários.

Já nas regiões centrais da cidade e nos bairros de classe média, as ações de moradores são entendidas como práticas de requalificação urbana e lazer, inclusive contando com a parceria do

poder público em algumas situações.

A ausência do Estado se apresenta nas duas formas: no tático, sua ausência é vista como falta de planejamento a longo prazo em relação à qualidade de vida daquele bairro e manutenção e melhoria de espaços públicos ou novos usos para esses espaços. No caso de mutirões, há a ausência do Estado em conceder direitos constitucionais, como acesso à moradia, saúde e educação.

No primeiro caso, a precariedade na atuação do Estado permite que arranjos informais assumam essa gestão, mas elas são regulamentadas ou limitadas pelo Estado conforme seus interesses, mesmo que atuando de formas mais ou menos visíveis (NOGUEIRA, 2016).

Quando o Estado se desresponsabiliza e autoriza ações informais, na verdade ele articula um contexto em que o argumento das privatizações se torna legítimo: o Estado não foi capaz de assumir a gestão da região, frente à sua ausência a sociedade civil se organizou e passou a gerir os problemas de determinado espaço, e resta ao empresariado “auxiliar” essa população.

O terceiro setor pode financiar essas gestões que o Estado terceirizou, informalmente, para a sociedade civil. Nessa lógica, a privatização é vendida como um benefício que o Estado concede à população para manter e melhorar sua autonomia em relação aos espaços táticos.

As condições neoliberais permitem, portanto, o desenvolvimento desses novos modelos de urbanismo baseados na autonomia do usuário, ao mesmo tempo em que a autonomia do usuário na resolução de problemas urbanos permite que o Estado se ausente dessa responsabilidade (NOGUEIRA, 2016) e passe a privatizar os espaços até então públicos.

Esse processo de retroalimentação explica também porque o urbanismo tático cresce em diversos países do mundo simultaneamente, enquanto o modelo de gestão do Estado neoliberal

avança na prática também simultaneamente em diversos países.

No Brasil, as gestões federais, estaduais e municipais todas trabalham hoje com o mesmo discurso: o Estado não tem condições de assumir determinados custos sociais, mas há diversas empresas que possuem capital financeiro e interesse em assumir essas funções.

Problematizando a composição de um novo modelo de ator político baseado em práticas na cidade e na defesa de maior autonomia dos moradores, Saskia Sassen (2006) aponta as cidades globais, como São Paulo, como complexas zonas de fronteira em que há uma enorme mistura de diversidade populacional convergindo em um mesmo lugar, e este lugar como um campo de ação em que a cidade possui poder de fala.

A autora enumera como minorias discriminadas, outsiders, populações em situações críticas podem criar um novo modelo político, com bases híbridas de atuação com capacidade de voz e possibilidade de escuta.

Para isso, as ruas se tornam palco para manifestações em que essa população até então silenciada, passa a ter um espaço em que ela possa “fazer história e política” (idem p. 213).

O problema desta análise é que ela faz uma oposição entre urbano e rural, sendo o rural o espaço sem um ator político, e confere ao então ator político formado no espaço urbano a necessidade de se fazer ser ouvido, através da ocupação das ruas.

Na prática, quem define qual é a voz a ser ouvida não é a pressão social apenas, mas qual a origem desse social e o quanto ele consegue atingir o meio político para, então, poder ter suas reivindicações minimamente consideradas.

Novamente, os acontecimentos de junho de 2013 podem dar luz à essa questão. A questão do transporte público é um problema estrutural de diversas, senão todas, as cidades brasileiras.

Dos primeiros bondes brasileiros aos ônibus atuais, a qualidade e o número de veículos de transporte, o preço das passagens, suas rotas e horários são sempre motivo de reclamações por parte dos usuários.

E esses usuários são os trabalhadores, que no contexto de São Paulo, são moradores da periferia que precisam fazer longas viagens com diversas trocas de veículos, para conseguirem chegar no centro da cidade onde ficam seus locais de trabalho.

O principal usuário do transporte público de São Paulo é o trabalhador da periferia que precisa se deslocar até o centro da cidade. No entanto, o principal organizador das manifestações pelo transporte público em 2013 foi o Movimento Passe Livre (MPL), movimento em defesa do passe livre estudantil.

Formado por estudantes universitários, jovens brancos de classe média, moradores de bairros centrais de São Paulo, foram eles que ocuparam as ruas e fizeram o movimento de 2013 crescer e ganhar as manchetes de jornais.

As cotidianas e pequenas manifestações da periferia contra o transporte público normalmente não são noticiadas em grande escala, e quando são pautadas pela mídia, são apresentadas como atos de vandalismo, as vezes comentando sobre os trabalhadores que não conseguem chegar aos seus locais de trabalho e são penalizados pelo seu atraso, mas sem uma problematização da questão.

Nos anos que se seguiram após 2013, outros aumentos do transporte público ocorreram, ainda sem aumento da frota ou qualquer melhoria significativa do sistema de transporte, mas nenhum movimento, nem mesmo o MPL, conseguiu mobilizar uma nova frente contra esse aumento ou uma nova discussão política sobre o sistema estrutural como um todo.

As Manifestações de Junho de 2013 perturbaram a ordem naquele ano, mas ela foi retomada nos anos seguintes e nenhum ator político foi construído durante as manifestações com poten-

cial para pautar discussões a nível de prática política. Pelo contrário, como ficou provado com o golpe de 2016 que oficializou o restabelecimento da ordem política em sua face neoliberal.

A análise de Sassen confere à sociedade civil o potencial de se tornar um ator político e coloca a cidade global como uma cidade múltipla, diversa e heterogênea com espaço político para a atuação dos mais diversos atores. Acontece que, apesar dessa diversidade populacional, na prática da cidade, essa diversidade é virtual e não corresponde aos frequentadores ou moradores desses locais, uma vez que com o crescimento da cidade e os processos de gentrificação, a população mais pobre é continuamente expulsa dos centros urbanos, homogeneizando os moradores dos bairros - e talvez suas opiniões.

Quando os moradores de Higienópolis se opuseram à construção de uma estação de metrô em seu bairro, e foram atendidos pelo governador de São Paulo, a voz que ecoou nessa decisão foi uma voz hegemônica para quem não há necessidade de transporte público, uma vez que eles não precisam do metrô para se locomover - os moradores desse bairro possuem seus veículos particulares, usufruindo de benefícios econômicos como a política de IPI reduzido e outros benefícios fiscais, ou seja, também se beneficiam de políticas públicas.

A mão de obra que trabalha nessa região, mas não mora nesse mesmo local e, portanto, utiliza o transporte público, não possui voz política para se posicionar nessa situação, ao contrário, foi taxada de “gente diferenciada” em um sentido totalmente pejorativo.

Os atores envolvidos nas ações de urbanismo tático em prol da requalificação dos centros de São Paulo também não são os moradores da periferia. Isso porque a ocupação do Largo da Batata, especialmente do movimento A Batata Precisa de Você, e a ocupação aos domingos da Avenida Paulista, são situações de quase hegemonia racial: são ocupações brancas, de classe média, os atores envolvidos possuem alto nível de acesso à educação.

A hegemonia do público tanto nos eventos do Largo quanto na Paulista Aberta é algo perceptivo, e se reflete também nos conteúdos online postados pelos usuários, nas pautas colocadas nos eventos de teor político realizados nesses espaços ou nas matérias publicadas em jornais.

Os dois locais, assim como o centro paulistano, são de predominância branca, em que a população negra frequenta para prestar serviços, usualmente em posições como mão de obra barata, ocupações de atendimento, como garçons, seguranças, manobristas, vendedores ambulantes.

O mesmo acontece em relação aos moradores e usuários dos espaços públicos e dos eventos culturais propostos nos momentos de lazer. Essa São Paulo qualificada para o acesso à cultura tem como público alvo a classe média, que é branca. E consequentemente, os atores políticos que possuem poder de voz nessas regiões também são, em sua maioria, pessoas brancas, inserindo também a questão social e racial em relação à qual grupo essas ações táticas possuem maior aderência.

Contudo, não apenas a origem social deste ator político determina seu lugar de fala na construção de um diálogo que possa ser reconhecido em uma esfera superior, como também a localização geográfica dessa demanda.

Como falado anteriormente, demanda popular e ação tática no espaço urbano é algo presente nas regiões mais abastadas da cidade, o centro urbano. Na periferia está a auteridade do Estado e o enfrentamento às situações de falta de acesso a direitos universais.

Esta situação ocorre porque há uma diferenciação entre espaços públicos e acesso público. O segundo requer uma demanda dos usuários para torná-lo público (SASSEN, 2006), demonstrando por meio de práticas e modos de usar a demanda pela abertura deste espaço.

No caso da Paulista Aberta, existiu um longo histórico de pressão

social pela abertura da avenida aos domingos, para que a partir dessa pressão social, a gestão pública transformasse essa demanda em uma política pública.

Novamente, ocorre um raciocínio de determinismo entre a criação de novos atores sociais, ou ativação de atores sociais, para pressão em relação a uma demanda e a partir desta pressão, a formulação de uma política pública.

O que acontece na prática, e é uma realidade em diferentes países, é o uso de ações táticas absorvidas pelo mercado imobiliário acarretando em processos de gentrificação desses locais.

Desta forma, o urbanismo tático se torna uma ferramenta gentrificadora, mesmo que esse não seja o objetivo dos atores envolvidos. A requalificação do contexto urbano torna essa região mais atrativa economicamente e com potencial para aumentar os valores de moradia, comércios e serviços.

Partindo do pressuposto de que ainda há desigualdade urbana evidenciada pela segregação territorial - uma constatação feita por Erminia Maricato em 2002, mas atual até hoje, em 2017, sem perspectiva de uma mudança estrutural desse processo. É comum áreas que passam por processos de requalificação urbana, de cidades para pessoas, sofrerem simultaneamente severos processos de gentrificação.

Sutilmente, ou as vezes de forma bastante dura, os antigos moradores são expulsos dessas áreas quando seu custo de vida começa a se elevar, seja pelo valor dos aluguéis, que afeta diretamente a economia familiar, seja o custo de outros setores do bairro, como a gourmetização⁹ e hipsterização¹⁰ dos comércios locais.

Neste processo, os tradicionais bares que passaram a ser chamados de cervejarias (comercializando cervejas artesanais e produtos importados); as padarias se tornam “coffee shops” e aderem à economias específicas como produtos vegetarianos, veganos, sem lactose, sem glúten; as quitandas com produtos

9. O termo “gourmet” surge na gastronomia se referindo ao uso de ingredientes raros ou de origem nobre, portanto com alto valor agregado. Nos últimos anos, o gourmet passou a ser utilizado para designar além de ingredientes, uma experiência diferenciada. Ver “A gourmetização em uma sociedade desigual: notas sobre a diferenciação do consumo de alimentos industrializados no Brasil”, de Valter Palmieri Júnior

10. A hipsterização surge no Brasil na mesma esteira da gourmetização e fenômenos de gentrificação, em uma lógica de diferenciação social e consumo de experiências e estéticas específicas, criando uma nova esfera de economia urbana. Ver “The perfil of hipster economics”, de Sarah Kendzior.

orgânicos e outros produtos que passam por um remanejamento de conceito, e conseqüentemente, aumento preço.

O crescimento de modos de ação tática quase simultaneamente em diversas partes do mundo está sendo incorporado como forma de atuação política e econômica nos modos de vida e de consumo urbano.

Esses processos tão similares apontam como esses movimentos podem estar, mesmo que de forma involuntária, sendo mobilizados a serviço do Estado neoliberal (NOGUEIRA, 2016) e servindo para fins urbanos econômicos, e não puramente sociais como seus participantes defendem.

“Até mesmo o urbanismo oficial e acadêmico participa da dissimulação dessa realidade ao reforçar a cidade cenário ou cidade mercadoria, cheia dos símbolos indutores do consumo e da alienação, que constituem embalagem do processo de formação das rendas de localização.” (MARICATO, 2002)

Assim, Maricato afirma como a luta de classes se materializa nas cidades, onde as relações mercantis, antes identificadas pela expropriação do trabalhador, passam a ser presentes nas relações sociais cotidianas cada vez mais mercantilizadas, sejam elas com fins mercadológicos diretos ou em relações de sociabilidade que são geridas pela mesma lógica da gestão de mercadorias.

Neste cenário as funções sociais das ações táticas de requalificação do espaço urbano se tornam ferramentas de aceleração de processos de gentrificação, trabalhando em lógica semelhante ao urbanismo de políticas neoliberais. Estas, por sua vez, defendem o planejamento urbano tradicional baseado na segregação social, visualizando os espaços públicos da cidade como espaços de trajetos, e não de permanência.

Alguns desses desajustes ficaram evidentes e foram discutidos durante a exposição *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*, realizada no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) entre o final de 2014 e início de 2015, e poste-

riormente documentada no livro homônimo, ambos organizados pelo arquiteto e curador português Pedro Gadinho.

A curadoria convidou seis grupos formados por arquitetos de diferentes nacionalidades para pensarem projetos urbanos para megalópoles mundiais (Istambul, Rio de Janeiro, Nova York, Mumbai, Hong Kong e Lagos).

Os projetos apresentados foram baseados no urbanismo tático e sua proposta de arquitetura e planejamento socialmente engajados, “tendo como objetivo produzir um projeto orientado para o futuro, construindo uma proposta em sintonia com os problemas existentes em cada localidade designada (...) não necessariamente por meio de intervenções, mas na construção e aplicação de ferramentas que quando acionadas, pudessem ser usadas para abordar de forma estratégica a desigualdade no espaço urbano” (ZEIGER, 2014).

Nesse contexto, o urbanismo tático é utilizado, ou ao menos defendido pelos seus entusiastas, como uma ferramenta que busca oferecer respostas à situação urbana atual: alto crescimento populacional, adensamento das cidades, infraestruturas urbanas insuficientes e/ou inadequadas, polarização das classes sociais, empresariamento das cidades, alienação popular, rearranjos entre público e privado (Estado e mercado), problemas sociais, políticos, estruturais, em suma, uma crise da urbanização planetária em processo de intensificação (BRENNER, 2016 p.7; apud Gadinho, 2014).

O conceito de urbanismo tático foi utilizado pelo MoMa como um quadro de ações e interpretações, ou seja, as táticas, que abrangem uma grande variedade de experimentos de projetos urbanos que trazem, em teoria, respostas à algumas das questões urbanas apontadas enquanto um meio de promover a “justiça social na concepção e apropriação do urbano” (idem).

Usualmente tendo seu espaço de atuação limitado, circunscrito a uma praça ou parque, uma rua ou um bairro específico, o urbanismo tático defende que seu principal meio é mudar a

perspectiva de responsabilidade do urbano. Parta tal, o oferece maior autonomia e participação à sociedade civil, por meio de ações coletivas, empoderamento e maior coesão social, buscando compartilhar com o Estado a responsabilidade na atuação do projeto urbano das cidades.

Sem, no entanto, ser o Estado, o urbanismo tático atua de forma paliativa, temporária e efêmera na resolução momentânea de problemas urbanos, ou ao menos realçar problemas urbanos percebidos pelos moradores, mas invisíveis dentro da máquina estatal e seus procedimentos formais de planejamento urbano (BRENNER, 2016)

Nesta abordagem, o grande trunfo do urbanismo tático se volta diretamente contra ele, ao defender uma retórica muito semelhante ao neoliberalismo, eliminando ou diminuindo o papel do Estado na gestão, neste caso, do espaço urbano, ao atuar nos espaços em que há falhas de governança, sem, no entanto, atuar para sua melhoria ou ameaçar seu controle.

Ou ainda, são assimilados pelo neoliberalismo e passam a fazer parte de sua agenda enquanto um produto de publicidade, como os parklets que rapidamente passaram a se tornar extensões dos empreendimentos econômicos e não extensões de espaços públicos, como é sua proposta.

“Porém, diante de toda a diversidade contextual e mutação evolutiva, o denominador comum dos urbanismos neoliberais é o projeto fundamentalista do mercado de ativação das instituições públicas locais e capacitação dos atores privados para estender a mercantilização no tecido social urbano, coordenando a vida coletiva da cidade através de relações de mercado e promovendo, assim, o desmantelamento de espaços urbanos não mercantilizados e auto gerenciáveis” (BRENNER, 2016, p. 11)

Na perspectiva deste urbanismo neoliberal, e atuação da arquitetura tradicional, cria-se ambientes inumanos, que destroem a sensibilidade das pessoas e a própria terra devido à falta

de planejamento (SALINGAROS, 2010).

Os urbanistas táticos criticam a arquitetura tradicional em sua noção de projeto, argumentando que é necessário testar *in loco* as possibilidades de soluções de problemas urbanos apontados pelos próprios usuários destes espaços, antes de oficializar a implantação de uma obra, oriunda de um planejamento feito por pessoas que estão fora do contexto local.

As duas críticas se debruçam sobre o papel do profissional de planejamento urbano representado pelo poder público versus a potencialidade do conhecimento informal dos moradores quando aplicados no planejamento para resolução de problemas urbanos, ao mesmo tempo que enfatizam a construção do acesso ao planejamento e conhecimento em arquitetura como uma ferramenta de empoderamento.

A discussão que se segue nos próximos capítulos desse trabalho percorre os processos de formação dos dois objetos de estudos, a ocupação do Largo da Batata pelo movimento A Batata Precisa de Você e a #Paulista Aberta, ambos atuando em um diálogo com a lógica do urbanismo tático.

Esses dois processos serão analisados pelo seu funcionamento ao aplicarem na prática os limites e potencialidades do urbanismo tático no contexto brasileiro. Características como suas capacidades em criar novos atores sociais dentro de seus contextos de ação, quais são esses atores e como eles se articulam entre si; como esses processos criaram modos específicos de gestão ao longo do tempo e a atuação nos espaços físicos e online dessas ocupações.

Capítulo 2. A Batata Precisa de Você

2.1. BREVE FORMAÇÃO DO BAIRRO DE PINHEIROS

A historiadora Ebe Reale, em seu livro “Brás, Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos” lançado em 1982, apresenta a história do bairro de Pinheiros que se segue.

O bairro de Pinheiros tem sua história iniciada em meados de 1560, juntamente ao nascimento da cidade de São Paulo. A população indígena que ocupava a região foi expulsa com a chegada dos portugueses, tendo parte sido enviada para as periferias da cidade, enquanto outros grupos indígenas foram reunidos no primeiro aldeamento cristão da região, que somava mais de mil indígenas em 1589, catequizados pelo jesuíta Padre José de Anchieta.

No século XIX, ainda pouco habitado, o coreto do então Largo da Matriz se tornou palco de tradicionais rodas de viola com apresentações de músicos do bairro.

Nesse período, surgiram pequenos comércios, como padarias e um local para pouso de tropeiros, dando início ao comércio de mulas e rodas de viola, que se tornou característica do bairro.

Há também forte presença de imigrantes italianos trabalhando em carvoarias, além das atividades econômicas de agricultura e olarias, utilizadas para produção de telhas e tijolos que posteriormente passaram a ser usados em diversas construções da cidade de São Paulo como um todo, trazendo novos moradores para a região, chegando a 2500 habitantes em 1910, de acordo com o Diário Popular da época.

Já neste período foi criado um loteamento destinado às residências de classe média, aumentando o comércio local ao longo da Rua Teodoro Sampaio.

O Rio Pinheiros era mais estreito nessa região, o que facilitava sua travessia, mas também a ocorrência de enchentes, e fez com que a região crescesse como ponto de conexão com o sul do país. Datado desde de 1632, há pedidos de construção de uma ponte sobre o rio Pinheiros, inserida em um contexto de constante discussão sobre quem deveria assumir os custos dessa obra.

Em 1904, o bairro de Pinheiros passou por grande desenvolvimento ao receber a linha de bonde, conectando o bairro até o cemitério do Araçá e o cruzamento da Teodoro Sampaio com a Capote Valente. A partir deste trecho, os usuários desciam do bonde e seguiam a pé por uma íngreme ladeira, uma vez que os trechos brejosos não permitiam a circulação do bonde.

Mais tarde, depois de vários pedidos, foi feito um traçado da Teodoro sobre os aterros para que fosse possível a passagem dos trilhos, fazendo com que em 1909 finalmente a linha do bonde chegasse até o Largo de Pinheiros.

Neste mesmo ano, foi criado o Mercado Rural em Pinheiros, nomeado posteriormente como Mercado dos Caipiras, sendo o único grande vale paulistano não alterado até então pelo sistema ferroviário metropolitano.

A ausência do sistema ferroviário ocasionou na também ausência de indústrias na região, permitindo que ela se tornasse sobretudo residencial, além de sua importância na circulação de pessoas de São Paulo para o sul do país.

Em 1915, foi instalada a rede elétrica de luz e em 1929, o bairro recebeu água encanada, mas até os anos 30, Pinheiros ainda sofria com constantes epidemias, contaminações de poços e a presença de mendigos “leprosos”.

Em 1922, foi instituída a primeira cooperativa de produtores agrícolas do Brasil, a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata em Cotia S/A, depois estendido a tomate e ovos, facilitando a colocação de seus produtos agrícolas no Mercado de Pinheiros, agora expandido com a

construção de um depósito, se tornando um importante pólo comercial do bairro (CALDEIRA, 2013). Foi a partir da cooperativa que os bairros do Butantã emergiram.

O bairro de Pinheiros foi acometido por uma tragédia em 1929, com uma grande enchente que desalojou parte do comércio e moradores. Com a destruição de ruas inteiras. A enchente foi provocada pela empresa de eletricidade Light, fundamental na formação do bairro, que ao abrir suas comportas, inundou a região mudando para sempre sua topografia.

A Light recebeu gratuitamente da prefeitura toda área alagada, e é a partir desse acontecimento que o Rio Pinheiros começou seu longo trajeto rumo à situação de calamidade ambiental que se encontra atualmente.

Em um contexto de sucessivas enchentes, a Light, empresa de serviços elétricos, responsável pela gestão da região alagada, trabalhou para retificar o Rio Pinheiros - seu curso foi reduzido de 46km para 26km, seu curso foi invertido com o auxílio de um forte sistema de bombas, seu leito original aterrado e construído um novo canal para a passagem das águas.

Com essa alteração, a região de várzea, antes ocupada para jogos de futebol, foi anexada ao bairro e catapultou o desenvolvimento comercial no eixo da rua Butantã e Cardeal Arcoverde, tendo início a formação de uma zona residencial de alto nível junto à Avenida Rebouças e a Euzébio de Queiroz.

Pelo sucesso desse processo de urbanização, foi também criado o Bairros Jardins, ficando conhecido como bairro-modelo Alto de Pinheiros, loteado nos anos 30 pela Companhia City - mesma empresa que criou o Jardim América - caracterizado por sobrados de classe média.

Em 1936, após um processo de discussão muito grande entre os moradores e poder público, foi inaugurada uma nova Avenida Rebouças, toda reformada, sendo larga e “moderna”, conectando o bairro de Pinheiros ao centro da cidade de reforma rápida e

menos íngreme.

Em 1970, o bairro era sobretudo comercial e residencial, caracterizado por sobrados de classe média, com uma base industrial bastante reduzida com pequenas confecções, cerâmicas e objetos de adorno, tendo seu comércio concentrado nas ruas Teodoro Sampaio, Butantã, Largo de Pinheiros e suas adjacências, com uma associação Comercial do Bairro bastante coesa, organizando eventos e campanhas filantrópicas.

Em seu livro, Rabelo comenta que a população de Pinheiros sempre teve grande participação política, ocupando o Largo de Pinheiro para grandes comícios eleitorais e manifestações políticas durante os períodos de campanha.

A comunidade de Pinheiros oferecia forte apoio a Ademar Pereira de Barros (Partido Social Progressista, PSP), principal rival de Jânio Quadros durante os anos 50 e 60, revezando entre os cargos de prefeito de São Paulo e governador do Estado, e posteriormente um dos líderes da Marcha da Família com Deus pela Liberdade e apoiador do golpe militar de 1964.

Em 1995, foi criada a Operação Urbana Faria Lima¹¹, durante a gestão do então prefeito Paulo Maluf. As Operações urbanas foram parcerias entre poder público e privado, visando a melhoria de determinadas regiões da cidade, objetivando transformar a região de Pinheiros em um pólo de escritórios.

O projeto buscava resolver problemas de mobilidade com a construção de uma infraestrutura de transporte com corredores de ônibus e estações de metrô para priorização de transporte público; remanejamento das vias locais, com duplicações e reestruturações de ruas e avenidas; além da melhoria dos espaços públicos e das condições de moradia das comunidades locais (SALES, 2005; CASTRO, 2007).

Em matéria do jornal Folha¹², o Largo é apresentado como uma “ilha de pobreza, congestionada de ônibus e de ambulantes”, e a Operação Urbana Faria Lima teria como objetivo “criar uma

11. A primeira Operação Urbana Faria Lima foi aprovada pela Lei 11.732/1995, em. Em 2004 foi aprovada a Operação Urbana Consorciada Faria Lima pela Lei 13.769/04, com a adequação para o Estatuto da Cidade, da Lei Federal 10.257 de 2001. Nesse contexto, foi desenvolvido o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – PDE, de 2002, revisado em 2014.

12. Matéria ‘Ao vencedor, o largo da Batata’.. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/urbanidade/gd201201.htm>

praça que englobe o largo de Pinheiros e estimule na região o desenvolvimento de um novo perfil de atividades econômicas”, buscando elevar o nível socioeconômico de seus frequentadores.

Um dos principais pontos dessa Operação foi a Reconversão Urbana do Largo da Batata, objeto de Concurso Público Nacional de Arquitetura e Urbanismo em 2002, na gestão municipal de Marta Suplicy (PT), promovido pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, pela Empresa Municipal de Urbanização e pela Administração Regional de Pinheiros.

O Concurso de Reconversão do Largo da Batata representou uma proposta para reorganiza-lo como parte do desenvolvimento territorial da região - tanto a área do projeto quanto a área de influência, como foi chamado o entorno do Largo, uma vez que a proposta causaria mudanças em todo o bairro, alterando as dinâmicas de intercâmbio de produtos, pessoas e significados que constroem diariamente a história do Largo da Batata e do bairro de Pinheiros (LODI, 2008).

O concurso objetivou a seleção de um projeto urbano em nível de estudo preliminar contemplando as seguintes premissas:

- *A proposição em espaços públicos existentes ou propostos e/ou sugestão em áreas privadas de elementos arquitetônicos e/ou escultóricos marcantes, de forma a promover a constituição de um conjunto urbano de referência na escala da metrópole; (PMSP, 2002)*
- *Criação de extensas áreas públicas livres e de qualidade para uma valorização urbanística compatível com o conceito da Centralidade de Pinheiros na região: praças, equipamentos públicos e culturais, mobiliário urbano, arborização, organização do transporte público.*
- *Promover o interesse da iniciativa privada em empreender no setor, de acordo com as normas e procedimentos da Operação Urbana Faria Lima, fato que não vinha ocorrendo devido à degradação do bairro e ausência de condições mínimas de infraestrutura urbana.*

- Tais objetivos deveriam ser alcançados com um número mínimo de desapropriações e com impacto reduzido nas atividades existentes no bairro e no público que as utiliza.

Trecho do edital do Concurso de Reconversão do Largo da Batata, 2002

A proposta era a construção de um novo espaço que tivesse a circulação de pedestres em seu planejamento, uma vez que as vias de pedestres existentes eram mal iluminadas e em precárias condições de conservação, e simultaneamente, inibisse a presença do comércio ambulante, que era até então uma marca do Largo devido à alta circulação de usuários do transporte público no local, porém mal vista para este novo objetivo comercial em relação ao Largo.

No concurso foi selecionado o projeto do arquiteto Tito Lívio Frascino e seus associados, tendo em seu princípio a manutenção dos valores de memória e de identidade do bairro, através da melhoria, ampliação e promoção quantitativa do espaço público local, para “recuperar a condição de referência da região” (FRASCINO, 2013).

O projeto selecionado propôs o deslocamento de ruas e alteração do trânsito em determinadas vias, tendo como objetivo a criação de calçadas e praças, um projeto de arborização e iluminação, novos equipamentos culturais (públicos e privados) e reestruturação do sistema viário.

Além dos benefícios sociais, o projeto buscava também valorização imobiliária da região para diferentes faixas de renda, mas sempre tendo como prioridade a qualificação dos espaços públicos locais.

Em entrevista concedida à pesquisadora Letícia Lodi, em 2008, ainda no processo das obras, o arquiteto Tito Lívio Frascino a respeito das dificuldades em se realizar as propostas de projetos apresentados nos concursos em geral.

No caso do Largo da Batata, além da demora para a execução dessas obras, o projeto selecionado sofreu tantas alterações ao longo do tempo que já não seria possível entregar a proposta original.

Na opinião de Frascino, isso se dá muito por conta do vínculo entre a proposta e a administração pública atuante naquele momento, não sendo, portanto, um projeto do município a longo prazo, mas sim um concurso vinculado à gestão no poder.

Segundo o arquiteto, no modelo que temos hoje de concursos no Brasil, um projeto pode perder sua importância de acordo com princípios da gestão naquele momento, apontado que o ideal seria que esses concursos estivessem vinculados ao interesse público municipal de forma desvinculada da gestão. Ou seja, se uma obra for considerada de benefício público, ela será executada enquanto uma responsabilidade da gestão municipal, independente do partido em atuação¹³.

13. Esta opinião é compartilhada pelo arquiteto Jan Gehl e o longo trabalho de limpeza dos canais de Copenhagen, na Dinamarca. Ver "Public Spaces in Copenhagen", Gehl Architects.

No caso de concursos privados, vinculados à empresas como a Petrobras, Frascino afirma que há maiores índices de execução das obras uma vez que há uma política de continuidade dos editais e concursos abertos dentro das empresas (LODI, 2008).

Em documento oficial da prefeitura municipal de 2016, apresentando os processos pelos quais as Operações Urbanas Consorciadas foram sendo modificadas ao longo do tempo até seu funcionamento atual, as Operações Urbanas são mencionadas enquanto

“um instrumento de política urbana gerido de forma consorciada entre o Poder Público e a Sociedade Civil, por meio de um Grupo de Gestão, contando com a participação de órgãos municipais e entidades representativas da sociedade civil organizada, responsável pela definição e implantação do Programa de Intervenções, bem como a definição de aplicação dos seus recursos” tendo “como objetivo a melhoria da acessibilidade viária e de pedestres, a reorganização dos fluxos de tráfego, priorizando o transporte coletivo, bem como a criação

e qualificação ambiental de espaços públicos e o atendimento habitacional às comunidades que vivem em ocupações irregulares localizadas em seu perímetro ou no entorno imediato.”
(Caderno sobre a Operação Urbana Consorciada Faria Lima, página 2)

A demora no processo da idealização do projeto até sua execução causou grandes perdas no caso do Largo da Batata. Aprovado em 2002, as obras tiveram início em 2007, já na gestão de Gilberto Kassab, depois de um prolongado processo de demolições e desapropriações.

Em 2007, houve um grave desmoronamento nas obras da Estação Pinheiros da linha 4-amarela do Metrô, localizado próximo ao Largo da Batata, paralisando todo processo das obras.

Em 2009, os trabalhos foram interrompidos novamente para análise do sítio arqueológico da região, quando foram encontrados objetos dos séculos XVIII e XIX.

Durante esse período, moradores e comerciantes conviveram com constantes reformas, alterações de sinalizações, expulsão de camelôs e diminuição do fluxo de pessoas com a remoção do terminal de ônibus. A própria reforma inibiu a presença de pedestres, além da priorização das obras viárias para o uso de veículos particulares. Com o tempo, houve um aumento da especulação imobiliária e o custo de vida na região, gerando um processo massivo de gentrificação (MASCARENHAS, 2014; CARVALHO, 2016).

No mesmo momento em que, finalmente, foram entregues as obras de revitalização do Largo da Batata, ocorriam as Manifestações de Junho de 2013.

Iniciadas pelas pautas contra o aumento das passagens do transporte público, organizadas pelo Movimento Passe Livre, o Largo da Batata ganhou visibilidade, sendo um dos locais utilizados para concentração das atividades relacionadas às manifestações, junto de outros pontos da cidade como a Avenida Paulista,

Imagem 12 a 15. Mapa do Largo da Batata ao longo das obras. 2008, 2012, 2014 e 2017, respectivamente. Fonte: Google Earth.

a Praça Roosevelt e as mediações da Rua da Consolação.

Ainda com tapumes, cimento e outros resíduos das obras que estavam em processo de finalização, o uso do Largo como espaço de concentração fez com ele se tornasse um importante catalisador dos movimentos de 2013, com diversos registros compartilhados nas redes sociais de multidões ocupando os espaços pós reforma.

O Largo a partir de 2013 passou a ter uma nova participação no dia a dia da cidade de São Paulo. Depois de quase uma década entre projetos e reformas, o que foi entregue à cidade não correspondeu às demandas e expectativas.

Pelo contrário, enquanto espaço de manifestação, a ampliação do Largo foi comemorada e ocupada por milhares de pessoas, mas depois da euforia inicial, e a retirada dos escombros das obras, percebeu-se que o que tinha sido entregue naquele espaço repelia a presença de pessoas.

Ao final da reforma, o Largo da Batata tornou-se um grande vazio cimentado e árido. Sem bancos e outros mobiliários para permanência, espaços com sombra, proteção para chuva ou abrigos para os passageiros de ônibus, as obras de revitalização não entregaram um dos seus principais objetivos: a criação de equipamentos públicos e privados que valorizassem o espaço enquanto local de convívio e lazer. Estabeleceu-se ali um movimento que passou a buscar relembrar a história do Largo em um diálogo com o movimento de tensionamento sobre o direito à cidade e modos de ocupação de espaços públicos que as manifestações haviam promovido.

No projeto inicial de Frascino havia, inclusive, a proposta de um pequeno coreto, trazendo uma referência às rodas de viola que aconteciam na época da formação do bairro. Sobre o assunto, Ricardo Pereira da Silva, diretor da SP Obras, órgão municipal responsável pela reforma, declarou: “Desistimos do coreto e do espaço para banquinhas de artesanato por acreditar que seria difícil manter tudo isso limpo e por temer que moradores de rua

14. Os problemas da reurbanização do Largo da Batata Disponível em <https://vejasp.abril.com.br/cidades/os-problemas-da-reurbanizacao-do-largo-da-batata/> Acesso em 18 Agosto de 2017

ocupassem o espaço”¹⁴.

Essa ausência de mobiliários e estruturas para permanência de pessoas, somou-se ao contexto de discussão sobre o direito à cidade trazido à tona com a pauta do transporte levantada pelo Movimento Passe Livre no início das Manifestações. Além de poder se locomover pela cidade, os manifestantes queriam ocupá-la.

Esse desejo foi tomado por grupos da sociedade civil, em sua maioria jovens, como incentivo para agir formalmente na cidade, surgindo a partir desse momento diversos grupos, coletivos, artistas, militantes e diversas formas de abordagem para repensar o uso de espaços públicos da cidade.

No Largo da Batata, o principal movimento que surgiu deste contexto foi A Batata Precisa de Você, com ações voltadas à ocupação do espaço tendo como objetivo devolver sua capacidade de receber pessoas para o lazer.

Formado por ausências - de arborização, de bancos, espaços de permanência - a iniciativa buscou retomar o Largo enquanto um local qualificado para receber pessoas em seus momentos de lazer, e junto a isso, um processo experimental de gestão compartilhada de espaços públicos.

Nas próximas seções serão apresentados acontecimentos relacionados ao movimento da Batata Precisa de Você, o contexto em que o grupo se inseriu e atuou na perspectiva do urbanismo tático.

2.2. O MOVIMENTO A BATATA PRECISA DE VOCÊ

O movimento A Batata Precisa de Você foi criado no início de 2014 por Laura Sobral, estudante de arquitetura e moradora do bairro, junto de outros moradores do entorno do Largo da Batata, em sua maioria jovens universitários, arquitetos, artistas, pessoas envolvidas com movimentos de agricultura urbana e temáticas semelhantes.

O grupo se formou no contexto das grandes manifestações políticas pós 2013, somado à entrega da reforma do Largo da Batata como um grande vazio cimentado, descampado e árido, com grande circulação de pessoas, mas sem estrutura para ser um ambiente de permanência.

O movimento surge exaltando a existência desse não lugar que o Largo se tornou pós-obras e a necessidade de se criar estratégias de ocupação para devolver ao Largo a possibilidade de vida pública para além de uma via de passagem como ele havia se tornado.

O discurso do grupo estava totalmente alinhado aos ideais do urbanismo tático: formado por moradores e frequentadores do Largo, objetivava reviver este espaço como um local de convivência; almejava a criação de uma gestão compartilhada entre cidadãos, associações locais e o poder público; propunha a utilização do local como palco de experimentações voltadas à criação de mobiliários urbanos - principal tática do grupo, atividades culturais e intervenções artísticas.

Por intermédio de uma gestão compartilhada entre cidadãos, associações locais e o poder público e privado, a ocupação se propôs ser um palco de experimentações voltadas à criação, atividades culturais e intervenções artísticas, almejando ser também um laboratório a céu aberto de mobiliários urbanos.

Com diversas atividades agendadas pelos interessados, entusiastas da Batata buscaram fazer do espaço um ambiente de lazer e não apenas de passagem e permanência, transformando

luanavilhosa

25 curtidas

luanavilhosa eu achei essa foto animal e acabei esquecendo de postar. é de um movimento de ocupação cultural no Largo da Batata. o negócio é testar possibilidades de ocupação, reivindicando infraestrutura permanente pro Largo virar em um espaço de qualidade. aquela praça, aquele espaço muito loco, que ninguém fazia nada, agora tem uma galera suaa levando arte, cultura, fazendo festa... todas as sextas feiras leve uma cadeira de praia, ou um banquinho e tal... #abatataprecisadevoce #thepotatoneedsyou #largodabatata #pinheiros #sampa #splovers #largodabatata #sp #saopaulo #brasil #sampa #serpaulistano #arte #cultura #instaart

25 DE JUNHO DE 2014

bibiolas

Largo da Batata

80 curtidas

bibiolas Isso que eu chamo de hora do almoço. Curtindo uma prainha montada em uma praça em plena quinta-feira em sao paulo #praia #sp #largodabatata

Ver todos os 10 comentários

29 DE SETEMBRO DE 2016 • VER TRADUÇÃO

raphaelfrancoart

15 curtidas

raphaelfrancoart Leva nova de mobiliário na Batata!!!!: #batatasconstrutoras #gamb #acidadeprecisadevoce #abatataprecisadevoce

13 DE DEZEMBRO DE 2015

_bijari

Largo da Batata

Curtido por gabrielbarone e outras 189 pessoas

_bijari Bijari 20 anos: "Estão Vendendo Nosso Espaço Aéreo" foi um laboratório urbano focado nas transformações em curso no Largo da Batata em 2004 quando buscamos retratar as dinâmicas e fluxos sociais, culturais e econômicos em choque nesse enclave urbano. Durante 1 mês estivemos entrevistando pessoas nas ruas do Largo: camelôs, passantes, lojistas, policiais... A pesquisa culminou numa intervenção em memória ao atual (antigo) Largo da Batata: 200 balões, placas, infláveis, cartões postais, cartografias-volantes e megafones abertos ao publico foram os meios usados nesta ação de debate público. No ano seguinte o processo desta experiência foi exposto em Kassel (Alemanha) na mostra Kollektive Kreativitat. #1997-2017 #largodabatata #gentrification #revitalização #zonadeação #therevolutionwillnotbetelevised #bijari #somosbijari

Ver todos os 5 comentários

9 DE NOVEMBRO DE 2017

Imagem 16 a 19. Momentos da ocupação no Largo da Batata. Fonte: Instagram

“o até então não lugar, em um lugar” com possibilidades de convivência. (Relatório A Batata Precisa de Você).

Ao longo do tempo, o movimento ganhou novos adeptos, com empresas patrocinadoras, diálogo com a prefeitura municipal, participação em editais públicos e desenvolvimento de diversas atividades com diferentes parcerias que alimentaram a programação no local, tornando-se referência na área de ocupação urbana.

Em seu ano de criação, foram diversas as matérias publicadas por pequenos e grandes jornais, desde o Catraca Livre, jornal online independente que era uma das principais mídias alternativas daquele ano, até A Folha de São Paulo e o Estadão, acompanhando as atividades promovidas pelo grupo.

Em 2015, Laura Sobral, coordenadora do movimento, já era referência sobre temas relacionados à ativação de espaços públicos pela sociedade civil, participando de eventos como o TEDx São Paulo, dando entrevistas para diversas mídias, organizando cursos de formação nos SESC's e outras instituições culturais. Com o tempo, Sobral criou, junto de outros entusiastas do tema, o Instituto A Cidade Precisa de Você difundindo para outras regiões as experiências desenvolvidas no Largo.

Enquanto um movimento da nova geração conectada online, o uso das redes sociais se tornou uma ferramenta fundamental para articulação das pessoas interessadas, tendo sido criado um grupo no Facebook em 18 de Janeiro de 2014, apresentado como um espaço aberto de diálogo para construção de ações e gestão daquele espaço.

Em entrevista de 2015, Laura Sobral falou sobre o uso das redes sociais: “Apesar de usar a ferramenta virtual para se articular, a gente não acredita no ciberativismo, ativismo de sofá, a gente precisa de gente que faz. Pode dar o palpite que você quiser na internet, ele não vai ser deliberativo se você não vier aqui decidir.” (GIANNELLI, 2017).

Para Sobral, sendo um movimento de ativação de um espaço físico, é esperado que as pessoas interessadas estejam presencialmente nesse espaço e nos momentos de decisão e fruição. O grupo no Facebook foi utilizado, portanto, enquanto uma ferramenta de facilitação na comunicação, mas não como espaço de tomada de decisão.

A Batata Precisa se pautou na valorização das relações pessoais estabelecidas no encontro presencial contando com a regularidade desses encontros, que inicialmente aconteciam às sextas-feiras a partir das 18 horas, como um momento de troca entre as pessoas e criação de novas formas de ocupar o espaço.

Uma das características da Batata Precisa de Você foi o diálogo estabelecido entre o movimento, o poder público (tanto a subprefeitura regional quanto a prefeitura de São Paulo) e o setor privado para realização de atividades de ativação e ocupação do espaço.

Em uma entrevista gravada para um vídeo de comemoração do movimento a Batata Precisa de Você, Sobral comentou sobre essas articulações:

“Nesse tempo que a gente agiu sobre o Largo da Batata, a gente teve uma certa autonomia, mas também esse questionamento e tentativa sobre como a gente conseguiria trabalhar junto com o poder público para, ao mesmo tempo, manter essa autonomia cidadã sobre o espaço, mas também dialogar com eles e ver como a gente consegue cooperar. Acho que isso é um desafio que a gente tem, sobre como uma gestão compartilhada com uma certa autonomia cidadã pode se dar (...) Esses terrenos de teste onde podem sair coisas que muitas vezes não se permitem em outros espaços da cidade, e que eventualmente podem ser boas soluções e podem ser democratizadas” (Largo da Batata, 2014)

Sobral comenta nesta entrevista a importância de haver mecanismos oficiais que permitam a gestão compartilhada dos espaços, como portarias, leis, editais de apoio e incentivo, criando re-

lações construtivas entre diferentes instâncias de poder e gestão de espaços de acordo com seus limites e potencialidades.

A necessidade de bancos e sombras foi a principal demanda levantada pela Batata Precisa para ocupar o espaço do Largo. Com a ausência total de espaços de sombra, uma vez que não havia árvores ou qualquer aparato, o grupo entendia que permanecer naquele espaço era insalubre, desconfortável e nada convidativo.

Inicialmente, o problema era resolvido com banquinhos, cadeiras de praia, cangas e guarda-sol levados pelos participantes, criando um espaço, ainda que pequeno, confortável para permanência naquele espaço.

Com o tempo, a Batata Precisa seguiu o modelo de outros grupos de intervenção urbana ao utilizar como uma de suas principais matérias primas as madeiras de paletes para construção de mobiliários urbanos temporários.

Foram feitas diversas oficinas, inseridas na lógica da gambiarra e do Faça Você Mesmo (do inglês, Do it Yourself, DIY), de mobiliários utilizando paletes doados ou comprados de forma coletiva pelos participantes. Porém, pelas características próprias do material, esses mobiliários tinham seu tempo de vida limitados, especialmente por estarem expostos às mudanças climáticas.

Devido aos limites financeiros para criar mobiliários permanentes, e também pela necessidade de ampliar e melhorar as ações de intervenção no espaço, a Batata Precisa aproveitou de mecanismos públicos para captar recursos para suas ações.

Em outubro de 2014, o movimento A Batata Precisa de Você foi um dos selecionados pelo Edital Redes e Ruas da Prefeitura Municipal de São Paulo para realização de diversas ações de ativação do espaço. O Edital foi uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo em parceria com as secretarias municipais de Cultura, Direitos Humanos e Cidadania e Serviços, e teve apenas duas edições, uma em 2014 e outra em 2015.

O edital previa o apoio a projetos voltados à ações de inclusão, cidadania e cultura digital, buscando criar redes de relacionamento entre os projetos selecionados e outros aparelhos do município, como os telecentros, as praças participantes do programa Wifi Livre SP e os Pontos de Cultura da cidade.

A proposta do edital mostrava o interesse da gestão municipal em fortalecer ocupações dos espaços públicos da cidade em diálogo com inclusão digital, cultural e participação cidadã, linhas semelhantes às defendidas pelos novos urbanismos.

Para as atividades no Largo da Batata organizadas pelo grupo A Batata Precisa de Você, os recursos do edital foram fundamentais para articulação de uma estrutura de eventos que passou a acontecer com regularidade no Largo, com reuniões, oficinas e debates durante o ano de 2015.

Neste processo, o Largo passou também a fazer parte da rede de Wifi Livre da cidade, uma política de inclusão digital da Secretaria de Serviços por meio da Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital.

A programação da ocupação, agora com o apoio financeiro do Edital, manteve a dinâmica de encontros às sextas feiras no final da tarde, com atividades diversas como oficinas de jogos e artesanatos, pintura de bancos, cinema de rua, festas temáticas, pintura de faixa de pedestre. Conversas sobre temas caros ao movimento, como a gestão do lixo, o plantio de plantas, a ocupação do Largo durante o carnaval (o que se tornou um problema ao longo do tempo pela crescimento muito grande do evento); discussões temáticas sobre os modos de ocupar a cidade, o deslocamento urbano, políticas urbanas, movimentos cicloativistas, a relação com a prefeitura e a subprefeitura. Além de, paralelamente, fomentar a promoção de outros eventos no Largo, como a Virada Sustentável, o Batata Eletrônica, a Gaymada, organizados por outros grupos que não A Batata Precisa de Você.

Para cada sexta-feira, era criado um evento no Facebook para divulgação da programação nas redes sociais, sendo eventos

abertos ao público e realizados sempre no mesmo ponto do Largo, como uma forma de criar identificação com o público e o local.

Ao final do período de atividades financiadas pelo Edital, o grupo lançou uma publicação com o registro de todas as ações desenvolvidas ao longo dos 18 meses de ocupação do espaço, no formato de uma cartilha prática sobre modos de realizar ocupações regulares no espaço público, sendo utilizado o processo do Largo da Batata como exemplo de transformação da cidade por meio da participação social.

Com as atividades regulares da Batata Precisa de Você, outros grupos surgiram para organizar ações de ocupações. Entre eles, os mais ativos foram as Batatas Construtoras, responsável por diversos mobiliários urbanos temporários, as Batatas Jardineiras, gerenciando o plantio de novas mudas e o cuidado dos canteiros, e pessoas que passaram a ser chamados de Batateiros, atuando no Largo e em outros espaços da cidade com o objetivo de ativar espaços urbanos.

No final de 2015, com o crescimento do movimento da Batata Precisa de Você, o próprio grupo se organizou para lançar seu próprio edital, o Batata Lab.

O edital incentivava a construção de mobiliários urbanos com os temas conforto, lúdico e sombras, com o objetivo de “apoiar o desenvolvimento de espaços públicos que ofereçam infraestrutura para que se tornem espaços de convivência e conforto para seus frequentadores e população do entorno; e promover o trabalho de profissionais que investigam sobre espaços públicos e mobiliário urbano, dando a oportunidade aos seus autores de implementarem seu trabalho em local de grande visibilidade, o Largo da Batata.” (Edital Batata Lab, 2015).

O concurso foi realizado com parcerias entre sociedade civil organizada, representada pela A Batata Precisa de Você, o terceiro setor como financiador do projeto, com o Instituto A Cidade Precisa de Você e o Instituto de Pesquisa e Inovação em Urba-

nismo (IPIU). Contou também com o apoio da Subprefeitura de Pinheiros, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – Coordenadoria de Promoção do Direito à Cidade, sendo o primeiro grande edital produzido e financiado em parceria com diversas entidades públicas e privadas.

Foram construídos três mobiliários, o Rematéria, proposto pelo coletivo Batatas Construtoras, um dos braços do coletivo A Batata Precisa de Você; o Trançado proposto pelo grupo de arquitetos do coletivo Quasares, com estudantes de arquitetura do Instituto de Arquitetura da USP São Carlos; e o Projeto Ilha, também de arquitetos do grupo Erê Lab, construído na Praça das Araucárias, ao lado do Largo da Batata.

O Instituto de Pesquisa e Inovação em Urbanismo (IPIU) foi criado em 2014 e é apoiado pela LOTE 5, empresa de loteamento de terrenos e construção de condomínios com sede em São Paulo. O Instituto atua como uma extensão da empresa para aplicar seus princípios de qualidade de vida urbana através do financiamento de pesquisas na área. Com loteamentos em diversas cidades do interior paulista, a LOTE 5, apesar de trabalhar no cerne do mercado imobiliário, divulga em seu material publicitário o interesse em buscar fomentar ações para a construção de cidades pensadas de forma benéficas para seus moradores.

Os mobiliários construídos não possuem nenhum material de identificação ou promoção dos patrocinadores, o que é um diferencial, uma vez que na área da cultura, por conta das leis de mecenato, o marketing empresarial é uma das principais contrapartidas oferecidas para o patrocinador.

O relacionamento entre setor privado e a Batata Precisa de Você é um ponto interessante a ser notado, uma vez que suas parcerias, públicas e privadas, não são publicizadas, mas sim a divulgação dos seus resultados para a praça, normalmente na forma de novos mobiliários, em diversas matérias de jornais, principalmente online, parabenizando as ações promovidas naquele espaço.

Nos dois anos que se seguiram das instalações, os três mobiliários tiveram dificuldades de manutenção. O Rematéria era muito utilizado para a prática de skate, algo que foi incentivado até em sua estrutura de metal, mas que com o tempo requer manutenção do material que é comprometido com o atrito das rodas do skate, além do desgaste natural sofrido pelo tempo.

O Trançado nos dois carnavais que se seguiram foi quebrado, uma vez que sua estrutura não foi pensada para uma grande quantidade de pessoas penduradas ou sentadas no seu topo - o que acontecia rotineiramente quando se aglomerava multidões - e outras características de sua estrutura ocasionaram problemas, como a parte de baixo dos bancos que acumulava lixo devido ao entrelaçado feito de cordas.

O mesmo com o parque infantil, desgastado naturalmente pelo tempo e uso, passou a precisar de manutenção em sua pintura e detalhes dos brinquedos para garantir a segurança, além de estar em um local de grama e terra, o que aumentava sua demanda por limpeza.

Essa demanda por manutenção se tornou um problema com o tempo, e era incerto de quem era a responsabilidade e quais deveriam ser os procedimentos para realizar a manutenção necessária aos três mobiliários.

No final de 2017, apenas o Rematéria continuava no Largo, com alguns cuidados organizados pelos integrantes das Batatas Construtoras. O Trançado havia sido desmontado já no primeiro semestre daquele ano, após algumas tentativas de reforma da estrutura, e o parque infantil foi desmontado por ordem da prefeitura em agosto de 2017, sem diálogo com os integrantes da Batata Precisa ou o Erê La (que foi apenas avisado para retirar as peças que tivesse interesse), gerando descontentamento dos envolvidos na ocupação do Largo.

No grupo do Facebook, esse tema foi uma das postagens mais comentadas de 2017, quando os integrantes da Batata Precisa

casaejardim

Curtido por [joiadecasablog](#) e outras 2.235 pessoas
casaejardim Mudar nossa relação com a cidade e voltar a ocupá-la! Esse é o objetivo da intervenção do [@ere_lab](#), vencedor do concurso [#batatalab](#), organizado pelo instituto A Cidade Precisa de Você, com patrocínio do Instituto de Pesquisa e Inovação e Urbanismo e apoio da Prefeitura de São Paulo. A Praça das Araucárias foi ocupada por equipamentos de design brasileiro inéditos, direcionados para as crianças. O Largo da Batata sempre foi uma região complexa de São Paulo e quem diria que um dia ele abrigaria uma linda praça para as crianças brincarem?

Foto: [@rcanella](#) / [@gucalazans](#) [#olhomágicocj](#) [#design](#) [#sustentabilidade](#) [#erelab](#) [#erelabnabatata](#) [#acidadeprecisadevoce](#) [#abatataprecisadevoce](#) [#batatalab](#) [#cidadeparacriança](#)

Ver todos os 24 comentários

21 DE JANEIRO DE 2016

cidadeepraticar
Largo da Batata

28 curtidas

cidadeepraticar trepa-trepa [#batataepraticar](#)
foto do [@vicente_tito](#)
[#cidadeepraticar](#) [#abatataprecisadevoce](#)
[#batatalab](#) [#mobiliariurbano](#) [#crianca](#) [#parquinho](#)

Ver 1 comentário

8 DE JUNHO DE 2016 • VER TRADUÇÃO

gamb
Largo da Batata

Curtido por [diegoreeberg](#) e outras 169 pessoas
gamb Novo mobiliário urbano de São Paulo, o Remateria foi feito pelos amigos batateiros e construtores no Largo da Batata e é uma homenagem ao nosso amigo Andre Macedo que re materializava as coisas e disseminava a ideia de reutilização e ressignificação da matéria prima esquecida ou simplesmente ignorada. Desenvolveu diversos cursos, workshops e vivências na marcenaria. Ficamos com muito orgulho! 🙏
[#batataconstrutores](#) [#gambatata](#) [#largodabatata](#) [#abatataprecisadevoce](#) [#acidadeprecisadevoce](#) [#mobiliariurbano](#) [#mobiliariurbanoso](#) [#arquitetura](#)

Imagem 20 a 22. Mobiliários construídos através do Edital Batata Lab. Fonte. Instagram

indicaram o esforço em conversar com prefeitura e subprefeitura para manutenção dos mobiliários, em especial o parque infantil. Foi feito um abaixo assinado, mas seus pedidos por uma reunião não foram atendidos, apenas se viu o desmonte do parque acontecer sem aviso prévio.

No mesmo período, diversos canteiros construídos pelo grupo das Batatas Jardineiras foram retirados, mesmo quando as plantas já estavam com médio porte, sendo substituídos por outras mudas. Com o tempo, essas novas plantas morreram por falta de manutenção - nem prefeitura, nem os batateiros assumiram esses novos jardins que foram plantados.

Os mobiliários construídos por esses editais, Redes e Ruas e Batata Lab, além de outros criados pelo movimento da Batata Precisa, coletivos parceiros e outras iniciativas, foram retirados com o tempo, restando no final de 2017 muito pouco do que foi construído durante o período iniciado em 2014.

Na próxima seção serão apresentados alguns processos e acontecimentos que geraram os conflitos deflagrados em 2017 entre diferentes movimentos que ocupavam o Largo e a delicada relação com o poder público, sendo fundamental para compreender os desdobramentos da ocupação do Largo da Batata.

2.3. A BATATA PRECISA DE VOCÊ NAS REDES SOCIAIS

Nesta seção será feito um percurso das atividades do grupo nas redes sociais acompanhando o engajamento no grupo do Facebook da A Batata Precisa de Você, de janeiro de 2014, data de sua criação, à dezembro de 2017, onde o desmonte da ocupação na Batata pode ser percebido, tanto online quanto no seu espaço físico.

Os gráficos que seguem representam o engajamento (soma de postagens, curtidas e comentários) ao longo do ano, sendo um gráfico para cada um dos quatro anos analisados.

As imagens são as cinco postagens com maior número de engajamento ao longo do ano, não sendo necessariamente o mês com maior atividades no grupo, mas sim a postagem que, individualmente, obteve maior número de interações.

Ao longo do texto serão apresentados alguns acontecimentos políticos do período e como os temas discutidos no grupo se relacionaram ou não com essas situações.

A análise que segue busca fazer um paralelo entre essas informações em um esforço de compreender como a rede da Batata Precisa se posicionou conforme a conjuntura política do país.

Uma vez que o movimento da Batata Precisa surgiu a partir da esteira de discussão sobre a cidade levantada nas Manifestações de 2013, a análise de suas redes investiga a forma com que o grupo se organizou ao longo dos anos que se seguiram, bastante movimentados politicamente e com diversas pautas sociais despontando ao longo do tempo.

O ANO DE 2014

Em janeiro de 2014 foi criado o grupo no Facebook com as primeiras ações de divulgação do movimento da Batata Precisa de Você e adesão de novas pessoas.

Um grupo no Facebook, no formato do selecionado pelo movimento, funciona da seguinte maneira: é um grupo aberto, ou seja, qualquer pessoa pode participar, visualizar, postar e comentar no grupo. Alguns usuários são administradores, atuando como moderadores, podendo excluir postagens e comentários, e até banir usuários do grupo¹⁵.

15. No final de 2017, o grupo contava com 6504 participantes, 15 administradores e 40 usuários bloqueados.

Com gestão municipal de Fernando Haddad (PT), iniciada em 2013, o clima de protestos do ano anterior foi mantido em 2014 com grandes manifestações contra os investimentos na Copa, greve de professores no Paraná e o início da Operação Lava Jato, fundamental para o desenvolvimento do cenário político dos anos seguintes. Foi também ano da Copa do Mundo no Brasil, entre os meses de junho e julho, e eleições presidenciais, com Dilma Rousseff disputando a reeleição contra Aécio Neves, candidato do PSDB.

Em São Paulo, o ano foi marcado por uma grave crise hídrica que deixou regiões mais pobres da cidade em estado de racionamento, e o início dos Rolezinhos¹⁶, encontros de grupos de jovens da periferia em shopping centers da cidade, organizados por meio de eventos no Facebook.

16. Ver PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L.M. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. *Revista de Estudos Culturais*. São Paulo, v.1, n. 1, 2014. COSTA, E.; BARBOSA, J. L. Rolezinho: territórios e territorialidades em ciberculturas. *Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 1, ano XI, 2016.

Os rolezinhos deflagraram a discriminação social aplicada nestes estabelecimentos comerciais, gerando processos jurídicos para que a entrada desses jovens fosse proibida. Para os jovens, foi uma forma de questionar o acesso à cidade, no caso dos shoppings, dialogando diretamente com a matriz do debate iniciado no ano anterior pelo Movimento Passe Livre.

Em 2014 também foi comemorada a aprovação do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, com diretrizes quanto à moradia social, altura limite de construções em cada área da cidade, número de vagas de garagem em prédios, tratamento do lixo e redução do impacto ambiental, fachadas comerciais integradas às calçadas, o uso social da propriedade, aumentando o IPTU de edifícios ociosos e desapropriação de edifícios vazios, o projeto para criação de um Fundo Municipal dos Parques, e outras nor-

mas que visavam o acompanhamento do crescimento da cidade de São Paulo até o ano de 2030.

17. Naquele momento, a Igreja Nossa Senhora de Monte Serrat, ao lado do Largo, estava na lista de imóveis em processo de tombamento. Lista completa disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Pinheiros_web_1392057256.pdf. Acesso em 18 de março 2018

A questão do Plano Diretor, que tocava em assuntos como parques e uso de espaços públicos, foi colocada nas postagens do grupo da Batata em cinco ocasiões, com poucos comentários, abrindo uma conversa sobre como o movimento da Batata Precisa¹⁷ poderia participar das audiências públicas que estavam acontecendo, mas sem desenvolvimento desse processo. Em algumas situações, integrantes do movimento avisaram sobre sua participação nos encontros, principalmente Laura Sobral.

Visto naquele ano como uma grande conquista para a cidade, em 2016 o Plano Diretor teve novos ajustes na área de zoneamento, mas sua aplicação, como será discutida adiante, não promoveu as mudanças esperadas e foi flexibilizada na gestão seguinte.

Em São Paulo, também houve crescimento no número de ciclistas, uma vez que foram instaladas ciclovias em diversos pontos da cidade, um novo processo de licenciamento dos Food Trucks - que naquele ano passaram a ocupar também terrenos, e não mais apenas calçadas e vagas de estacionamento como era inicialmente.

Os blocos de carnaval ressurgiram em São Paulo, especialmente na Vila Madalena e no Largo da Batata, triplicando o número de cadastros de blocos na prefeitura. Esse aumento gerou uma nova economia na cidade, mas com ela novos problemas de gestão do espaço público, como será discutido adiante.

Paralelamente, nas redes sociais da Batata Precisa de Você, neste ano houve um constante aumento no número de interações no grupo, com pico em agosto, mês de maior atividade do grupo em todo o período analisado.

No mês de agosto de 2014, o Largo recebeu diversos novos mobiliários produzidos pela equipe do movimento da Batata, as Batatas Construtoras e foi aberto o Bicicletário pela Prefeitura Municipal com a participação do coletivo Bike Anjo

Diversos grupos promoveram intervenções no local, com festas, mobiliários, exposições, oficinas; o evento Design Weekend em parceria com o coletivo Design OK, produziu o Jardim Pop Up, posteriormente doado para o Largo sob responsabilidade da subprefeitura de Pinheiros; foi construída uma mesa de ping pong financiada coletivamente via Catarse; ocorreu o lançamento do edital Redes e Ruas da Prefeitura Municipal, no qual a Batata Precisa foi selecionada posteriormente; foi feita a primeira publicação propondo a mudança de nome da Estação de Metrô Faria Lima para Estação Largo da Batata; aconteceram feiras de artesanato e de produtos orgânicos, como a Virada Sustentável; e foram realizadas diversas conversas sobre a gestão do espaço, como o agendando de dias para montagem de mobiliários, ações de plantio de árvores, de limpeza do espaço, sistematização dos lixos recicláveis e diversos eventos ao longo das semanas, com noites de forró e outras festas temáticas.

INTERAÇÕES NO FACEBOOK – GRUPO “LARGO DA BATATA”

Gráfico 2. Interações no grupo da A Batata Precisa de Você em 2014.
Fonte: Autoral

Além da programação no espaço físico, outros temas pautaram as discussões no grupo online, aproximando o grupo de acontecimentos externos, como o Movimento Ocupe Estelita, a movimentação do Parque Augusta, a ativação da Wikipraça no Largo do Arouche, o início da discussão sobre o Concurso do Batata Lab (realizado no ano seguinte) e a ocupação do terreno ao lado da Igreja Nossa Senhora de Monte Serrat, com jardins verticais e estrutura na parede para exibição de filmes.

A postagem com maior número de engajamentos aconteceu em outubro, com a comemoração da seleção no Edital Redes e Ruas, as outras postagens de maior engajamento eram divulgações de eventos e comemoração de novos mobiliários instalados no Largo.

Postagens pontuais sobre a crise hídrica sofrida pelo Estado naquele período começaram a surgir em agosto, mas apenas em setembro é apontado o nome de Geraldo Alckmin (PSDB), reeleito governador na eleição daquele ano, com divulgação de manifestações contra o governo que seriam realizadas no Largo. Nada foi postado sobre a realização desses protestos.

O prefeito Fernando Haddad foi citado em postagens que buscavam apoio ao movimento da Paulista Aberta e outras divulgações pontuais de diálogos entre movimentos relacionados às ações de intervenção urbana e a prefeitura municipal.

A palavra “manifestação” apareceu por três vezes nas postagens: a primeira apontando a estrutura de carros policiais ocupando todo o entorno do Largo, e outras duas no final de outubro sobre a crise hídrica do estado, novamente nomeando o governador reeleito, mas com ausência de qualquer debate sobre o contexto do momento.

Em contrapartida, a palavra “mobiliário” foi usada 39 vezes, indicando ações no Largo ou referências de outros lugares, e outras 14 menções à intervenção urbana, todas se referindo também às ações internas ou externas - o movimento em prol do Parque Augusta estava bastante articulado naquele ano.

O que é percebido neste ano inicial da Batata Precisa de Você é que houve iniciativas de diálogo com o poder público, tanto subprefeitura quanto prefeitura, grande participação nos encontros de sextas-feiras dos envolvidos diretamente com o movimento da Batata Precisa, mas também de outras pessoas interessadas com o grupo e a ocupação do espaço ao longo de todo o ano.

Barão Di Sarno ▸ A BATATA PRECISA DE VOCÊ!
14 August 2014 · 🌐

Gente, esta boniteza que está aí no Largo é a ação da DesignOK no Design Weekend que começa amanhã! Eu, além de batateiro, faço parte deste grupo de designers 😊 Fiquei feliz que conseguimos fazer nossa ação deste ano aqui na Batata! Nem acredito que tudo foi levantado num dia e debaixo de toda aquela chuva!

Acompanhem a página da designOK. Sempre tem novidades interessantes:

<https://www.facebook.com/grupodesignok?fref=ts>

Like

Share

236

5 shares

25 comments

Laura Sobral ▸ A BATATA PRECISA DE VOCÊ!
29 September 2014 · 🌐

Esse espaço entre a Pais Leme e a Butantã daria um belo cinema, hein? Imagina pintar uma tela branca na empena e passar filmes semanalmente? Fazer uns banquinhos... Quem se habilita?

Like

Share

151

Laura Sobral ▸ **A BATATA PRECISA DE VOCÊ!**

14 June 2014 · 🌐

Hoje a festa foi incrível!! Obrigada a todos que construíram essa possibilidade, o Largo esteve lindíssimo, a lua saiu só pra nos assistir ❤️
— with [Conrado De Biasi](#) and 2 others.

👍 Like

➦ Share

👍 206

4°

Gionei Ramos Souza Ramos ▸ **A BATATA PRECISA DE VOCÊ!**

13 August 2014 · 🌐

Olha. Como tá. Ficando show! !!

👍 Like

➦ Share

👍 210

5 shares

28 comments

5°

A quantidade de publicações ao longo do ano também se manteve estável, com exceção do mês de outubro, onde houve forte queda nas interações online, apesar dos eventos tanto às sextas quanto de outros grupos ainda estarem acontecendo.

Foi também mês de eleições federais, com a acirrada disputa entre Dilma e Aécio. No grupo online, o assunto surgiu entre os dias 22 e 25 de outubro, marcando uma disputa de discurso que ganhou novos formatos nos anos seguintes - especialmente com as ações de re-inauguração do Largo da Batata, em 2017.

Nesses dias, foi realizado no Largo uma manifestação pró Aécio. Ela não foi divulgada no grupo, mas seus resultados geraram reclamações e textos emocionados pró Dilma.

Em um deles, é falado sobre como o processo de prefeituras de direita¹⁸ à frente da gestão da cidade durante grande parte do período de obras sufocou o comércio com descuidos que poderiam ter sido evitados, colocou os usuários de transporte público em situações degradantes, promoveu a desvalorização de imóveis antigos em prol de uma política de supervalorização imobiliária, desconsiderou a cultura local que originou o bairro e o próprio nome do Largo da Batata, ao desmontar o terreno e em seu lugar construir uma complexa estrutura viária, shoppings e uma estação de metrô que em seu nome já revela os interesses da obra, homenageando a avenida Faria Lima.

18. Aqui é feita uma polarização genérica sobre os partidos políticos, em que PT representa a esquerda e PSDB a direita.

Além da questão ideológica da manifestação pró Aécio, também houve reclamação quanto às condições que o Largo ficou após a manifestação, de muito lixo e mobiliários danificados, sem que a prefeitura ou os organizadores tomassem as medidas necessárias para limpeza do espaço para receber suas atividades cotidianas.

A questão da limpeza do Largo pós evento é uma discussão constante no grupo, sendo ela oferecida pela prefeitura e, segundo o coletivo, insuficiente para manter o espaço limpo de forma permanente, especialmente quando havia grandes aglomerações.

Apesar da reclamação, no dia seguinte houve uma nova manifestação, desta vez pró Dilma, mas a discussão política não se estendeu em nenhum momento, nem com novos comentários de aprovação ou reclamação.

O grupo da Batata Precisa em nenhum momento, seja em 2014 ou nos anos posteriores, abriu espaço para que discussões políticas fossem realizadas naquele espaço, mesmo que fosse como indicações de pautas para conversas realizadas presencialmente.

Todo o grupo é organizado com ideais de esquerda, com apoio à Dilma e ao Haddad, com algumas críticas pontuais ao segundo. Não há também críticas direcionadas a outros governantes, ou discussões sobre as PEC em votação e outros temas políticos que inflamavam as redes sociais em diversos momentos.

Foi se instalando um estágio de apatia política dentro do grupo virtual, apesar de não corresponder com as atividades realizadas no Largo em si, que neste momento contava com a realização de diversas manifestações, se mantendo como o espaço de protestos que foi estabelecido durante as manifestações de 2013.

Em alguns raros momentos, que serão apontados quando ocorrerem, houve discussões nos comentários, mas todos eles, como é característico das redes sociais, se tornavam brigas pessoais entre os usuários, sem qualquer construção conjunta ou espaço para o diálogo entre todas as partes envolvidas.

Essa apatia política permeia todas as atividades do grupo nos anos seguintes, ficando ainda mais problemática em 2017, sendo um potencial motivo para o declínio da atuação do movimento na ocupação do Largo ao longo do tempo.

O ANO DE 2015

O ano de 2015 teve como contexto o novo mandato de Dilma Rousseff, e com ele uma constante disputa de discursos a favor e contra a manutenção do mandato da presidenta eleita.

Foi também um período crítico na gestão de Haddad. Com muitas críticas contra as ciclovias construídas, as ciclovias na Faria Lima foram objeto de acusação de superfaturamento e irregularidade no processo de contratação, fazendo com que diversas outras obras do setor sofressem processos jurídicos para análise de sua regularidade.

Outro tema que foi questionado neste ano foi o projeto “De Braços Abertos” na defesa de um atendimento humanista dos usuários de drogas que frequentam a Cracolândia. A crítica era contra o funcionamento do projeto, alegando que as regras de trabalho estabelecidas para os usuários não estavam sendo cumpridas, as condições de abrigo dessas pessoas também apresentavam irregularidades. Sendo um assunto recorrentemente delicado na cidade, mais uma vez, a Cracolândia se tornou um problema político, sem indicação de solução pela via municipal.

Outras promessas de campanha foram alvos de críticas, como a não construção do Arco do Futuro, obra que objetivava redirecionar o crescimento da cidade construindo vias paralelas na região da Avenida Cupecê nas marginais Tietê e Pinheiros, e as Avenidas Jacu Pêssego até a divisa com Mauá. Alegando falta de orçamento, o projeto não teve apoio da Câmara ou de iniciativas privadas, e não foi finalizado.

Outras obras também não finalizadas foram criticadas, como os Centros Educacionais Unificados (CEU), creches, hospitais, investimento em infraestrutura.

No entanto, um dos problemas mais críticos da gestão de Haddad foi sua atuação no transporte. As ciclovias foram constantemente tema que dividiu opiniões, as faixas exclusivas de ônibus e os corredores também criaram diversas crises pela demora nas obras e seus custos. Além da diminuição na velocidade máxima das marginais, associada ao aumento no número de radares, criou um movimento anti Haddad extremamente enraivecido.

Neste ano, as tarifas de transporte público aumentaram para

R\$3,50, o aumento proposto em 2013 antes das Manifestações, somando às correções do período.

Em âmbito nacional, o ano foi marcado pelos “panelaços” contra Dilma, quando parte da população batia panelas em suas janelas em protesto contra pronunciamentos da presidenta. Os protestos eram constantes, com adesão de artistas e da FIESP com a campanha “Não vamos pagar o pato”, contra o aumento dos impostos.

Nessa época, o dólar atingiu o valor de R\$4,00, o maior da história, houve escândalos envolvendo brasileiros em processos de corrupção na FIFA e o Movimento dos Secundaristas, especialmente no estado de São Paulo, contra as reformas na educação.

Esse ano marcou o início das investigações sobre as pedaladas fiscais contra Dilma, posteriormente a publicação de uma carta enviada por Michel Temer (PMDB) à Dilma, reclamando sobre seu papel de “vice decorativo” e da falta de confiança da presidenta em relação ao seu papel enquanto vice. Finalmente, em dezembro, Eduardo Cunha, também do PMDB, aceitou o pedido de impeachment contra Dilma.

Nas redes sociais da Batata Precisa de Você, esse ano registrou o maior número de atividades da rede de todo período analisado, com pico em Abril, e o mês de março marcado pelo casamento de Laura Sobral, realizado com uma festa pública no Largo da Batata.

O ano contou com atividades realizadas por meio do Edital Redes e Ruas e com o início das discussões sobre o Edital BatataLab, ambos comentados anteriormente. Esses dois editais, especialmente o Redes e Ruas, foi um dos responsáveis pela movimentação nas redes e no espaço físico da Batata naquele ano, com investimento financeiro e de pessoal para que a ocupação acontecesse de forma periódica.

Neste ano o grupo Batata Construtoras esteve bastante presente, realizando oficinas de mobiliários temporários, os eventos e

reuniões semanais vinculados ao Edital Redes e Ruas continuavam sendo divulgados, e postagens sobre a gestão do espaço relacionados à manutenção dos mobiliários, novas plantas e limpeza do local foram pautas constantes de discussão.

Gráfico 3. Interações no grupo da A Batata Precisa de Você em 2015.
Fonte: Autoral

As principais postagens seguiram a mesma temática, de comemoração de novos mobiliários construídos ou recebidos no Largo e seu entorno, como o banco do designer Hugo França, colocado na praça em frente à Paróquia Nossa Senhora do Monte Serrate, ao lado do Largo da Batata, no aniversário de 461 anos da cidade.

Neste ano também houve ausência de discussões políticas em relação à Dilma, que vivia seu primeiro ano de gestão e passou a ser alvo de investigação no processo que culminou em seu impeachment no ano seguinte. Como tema político, novamente a questão da crise hídrica foi levantada, mas com citações em apenas quatro momentos ao longo de todo ano.

Em âmbito municipal, o então prefeito Haddad foi citado em nove postagens referentes, em sua grande maioria, à divulgação do que acontecia com o movimento do Parque Augusta, e em duas situações às negociações entre prefeitura e A Batata, com indicações de abertura de diálogo com a prefeitura e o desejo de construção de uma relação de cooperação entre as duas instân-

cias.

O ANO DE 2016

O ano de 2016 manteve o debate político intenso, agora com o processo de impeachment de Dilma Rousseff já em votação na Câmara e no Senado.

Em março, aconteceu o que foi chamado das maiores manifestações pelo impeachment da presidenta, reunindo mais de 1.5 milhão de pessoas, segundo os organizadores.

Nesse processo, o Movimento Brasil Livre (MBL) teve importante papel na organização dos diversos protestos que fecharam a Avenida Paulista e forte presença também nas redes sociais, criando diversos memes e se tornando um referencial de notícias contra Dilma e o PT, além de parcerias com políticos que defendiam o impeachment, como Eduardo Cunha.

Com a finalização do processo que destituiu Dilma Rousseff, seu vice Michel Temer assumiu a presidência pouco antes das Olimpíadas do Rio de Janeiro. As manifestações continuaram, agora contrárias à permanência de Temer no cargo, sendo a maior delas realizada também na Avenida Paulista, em setembro, com 100 mil pessoas, segundo os organizadores.

De certo modo, a partir de 2015, com a polarização das manifestações enquanto pró ou contra Dilma, passou-se a ter uma disputa pela capacidade de levar pessoas à Avenida Paulista para os protestos, como uma competição numérica entre as manifestações organizadas pelo MBL, contra aquelas organizadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e movimentos de esquerda.

Com o avanço da gestão de Michel Temer, vários escândalos ocupavam as manchetes políticas dos jornais. De maio a novembro, seis ministros pediram demissão de seus cargos no governo.

Novas crises envolvendo a PEC 55, conhecida como a PEC do

Conrado De Biasi ▶ A BATATA PRECISA DE VOCÊ!

24 February 2015 · 🌐

1º

O mais novo banco da Batata. Inauguração amanhã às 10h com muito oba-oba!

<http://www1.folha.uol.com.br/.../1579049-designer-faz-banco-d...>

👍 Like

➦ Share

👍 521

11 shares

105 comments

Tom Bojarczuk ▶ A BATATA PRECISA DE VOCÊ!

16 November 2015 · 🌐

2º

proposta de mobiliário urbano de sombra para o largo da batata, que tal? a ideia é um financiamento coletivo pra comprar os materiais

👍 Like

➦ Share

👍 189

André Macêdo ▶ **A BATATA PRECISA DE VOCÊ!**

23 May 2015 · 🌐

Céu de batateiro

👍 Like

➦ Share

👍 224

1 share

11 comments

3°

Helena D. O. Camargo ▶ **A BATATA PRECISA DE VOCÊ!**

12 October 2015 · 🌐

Olha só como foi a manhã hoje na Batata! Encontrei com o
📍 Chicagolasvegas Brasil e descobri que podemos fazer aula de inglês ao
ar livre. 😊

👍 Like

➦ Share

👍 218

4°

Leonardo Bianchini ▶ **A BATATA PRECISA DE VOCÊ!**

18 March 2015 · 🌐

depois de algum tempo sem vir, percebi hoje que o projeto vingou.
que felicidade ter uma feira organica ATIVA no largo da batata 😊
bora continuar divulgando, comparecendo e tornando o mundo mais
verde!

👍 Like

➦ Share

👍 161

8 shares

10 comments

5°

Teto de Gastos na gestão pública, as votações da Reforma da Previdência, e diversas denúncias de envolvimento de Temer em processos de corrupção, temas que continuaram sendo críticos ao longo de toda gestão do peemedebista, constantemente em crise e com baixíssimos índices de aprovação.

Outros temas na política nacional contribuíram para a crise política, como a reforma da educação que gerou os protestos dos secundaristas, bastante forte no Estado de São Paulo, alterando inclusive a agenda para realização das provas do ENEM; a prisão, em setembro, de Eduardo Cunha, que havia iniciado o processo de impeachment de Dilma Rousseff; a votação e desconfiguração pela Câmara do Projeto Anticorrupção; uma série de crises financeiras nos estados, especialmente no Rio Grande do Sul que decretou calamidade financeira, e no Rio de Janeiro que lançou um pacote de austeridade contra a crise.

Em São Paulo, o ano foi marcado por sérias brigas entre taxistas e motoristas de UBER, que havia acabado de chegar no Brasil e recebido com fortes protestos e reações violentas das pessoas contrárias ao seu funcionamento no país.

Nesse ano, novo aumento na tarifa do transporte público, que de R\$3,50 passou para R\$3,80, com as reclamações cotidianas dos usuários, mas sem protestos ou qualquer manifestação capaz de promover uma discussão sobre esse novo aumento.

Para as eleições, as pesquisas de intenção de votos mostravam Fernando Haddad com recordes de maior rejeição na cidade, responsabilizando especialmente suas políticas de transporte - com a criação de ciclovias, faixas exclusivas de ônibus, a diminuição das velocidades nas marginais e a abertura da Avenida Paulista aos pedestres nos domingos. Além de toda a crise nacional sofrida pelo Partido dos Trabalhadores naquele momento, pós impeachment de Dilma, com o andamento dos processos de julgamento contra Lula incessantemente televisionados, com atenção aos casos do triplex e do pedalinho.

Como contraponto, o empresário João Dória (PSDB), até então

desconhecido por boa parte do eleitorado paulistano, construiu sua campanha se colocando contrário às políticas de seu rival Haddad, especialmente nas questões de transporte.

Com o slogan de “Acelera SP”, prometeu a retomada das velocidades nas marginais e avaliação do programa de ciclovias. Como estratégia, João Dória reforçou sua trajetória como empresário e não como político, uma vez que grande parte da população se mostrava descrentes dos políticos no país. Assim, com uso de um discurso empresarial e produtivista, João Dória foi eleito em primeiro turno para seu primeiro cargo político.

As eleições municipais de 2016 demonstraram em números a vertiginosa queda do PT em todo país, enquanto o PSDB cresceu junto de uma maior fragmentação partidária¹⁹.

Enquanto isso, no grupo do Facebook da Batata Precisa de Você, houve um total descolamento entre o contexto político do país e da cidade em relação aos temas discutidos pelo grupo.

As temáticas que percorrem o mês de junho, pico das interações daquele ano, foram divulgações de eventos externos relacionados às temáticas urbanas; uma postagem com discussão buscando retomar os mutirões de limpeza e atividades no Largo, apontando também a falta de suporte oferecido pela prefeitura; a necessidade de revitalização das jardineiras do Largo; organização de novas festas, especialmente de forró; divulgação dos documentos organizados pela prefeitura, o Caderno sobre a Operação Urbana Consorciada Faria Lima e um relatório sobre ações promovidas no Largo, identificando diversos mobiliários construídos pelo movimento da Batata Precisa.

Em julho, foram instaladas mesas permanentes próximas à área do Bicletário, financiadas pela Associação da Faria Lima e com manutenção sob responsabilidade da Sul América, segundo os participantes do grupo, sendo o principal post do ano em número de engajamentos.

Esse ano foi marcado por discussões sérias e constantes entre

19. O Jornal NEXO fez uma análise de “Como o resultado da eleição municipal influencia no cenário nacional”. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/03/Como-o-resultado-da-eleicao-municipal-influencia-no-cenario-nacional>. Acesso em 20 de Junho de 2018

Sergio Reis ▶ **A BATATA PRECISA DE VOCÊ!**
20 July 2016 · São Paulo · 🌐

1º

A BATATA PRECISAVA DE MESAS!

👍 Like

➦ Share

👍❤️👎 301

Laura Sobral ▶ **A BATATA PRECISA DE VOCÊ!**
18 April 2016 · 🌐

2º

Pensei em fazer um chamamento amanhã na Batata 18h por Reforma Política e #ForaCunha.

Se formos poucos, conversamos sobre esse lance todo.

Se formos muitos... ah, que bom se formos muitos!

Quem acha válido? — 🔍 looking for hope.

👍 Like

➦ Share

👍❤️👎 169

4 shares

16 comments

Tiago Silva ▶ **A BATATA PRECISA DE VOCÊ!**
10 April 2016 · 🌐

3º

Pessoal assunto no mínimo atípico, mas não poderia deixar de relatar!...

Movimento "CONTRA O GOLPE" aqui na NOSSA BATATA.... É de fuder!!!!!!

👍 Like

➦ Share

👍❤️👎 24

4 shares

91 comments

Mara Gama ▶ **A BATATA PRECISA DE VOCÊ!**

26 June 2016 · São Paulo · 🌐

4^o

Bom dia batateiros. São 7:18 de domingo e desde ontem tem um bate-estaca infernal na Batata. É uma rave? Alguém sabe do q se trata? Não deu para dormir e continua não dando. Super incivilizado impor um som alto e extremamente invasivo a noite inteira. Alguém sabe quem autoriza isso? É péssimo pq a vizinhança acaba se indispondo com os movimentos bacanas da Batata. Caramba. Se alguém souber o q posso fazer dá um toque? Ninguém merece. Tá alto para caramba. Moro na Ferreira de Araujo. Três ruas abaixo do largo. Desculpem o textão.

👍👎👤 21

Conrado De Biasi ▶ **A BATATA PRECISA DE VOCÊ!**

10 February 2016 · São Paulo · 🌐

5^o

Carnaval ou Vendaval ?!?

👍 48

1 share

51 comments

três grupos: os integrantes do movimento da Batata Precisa, os organizadores da festa Batata Eletrônica e moradores do entorno que simpatizavam com o movimento. Essa situação foi importante por ter gerado atritos tão profundos que fizeram com que usuários fossem bloqueados do grupo, o evento Batata Eletrônica deixou de ser apoiado pelo movimento da Batata Precisa e os integrantes dos dois grupos deixaram de dialogar.

No ano em que o impeachment da presidenta Dilma foi homologado, houve quatro postagens de posicionamento contra o processo de impeachment que estava em processo, todas pontuando serem apartidárias.

A segunda postagem com maior número de interações daquele ano aconteceu em abril, quando Laura Sobral levantou uma conversa sobre a manifestação #Fora Cunha que seria realizada no Largo. Foram feitos dezesseis comentários, todos aprovando a ação, sem nenhum debate sobre o tema.

Interações no grupo do Facebook da A Batata Precisa de Você

Gráfico 4. Interações no grupo da A Batata Precisa de Você em 2016.
Fonte: Autoral

A terceira postagem mais comentada reclamava das manifestações contra o impeachment que ocupava o Largo, com tom de deboche ao falar em golpe.

Como resposta, uma acalorada discussão dividida entre quem se posicionou pelo direito democrático de manifestação política, quem defendia a não utilização do grupo para discussão desse

tema, enquanto outros definiam as manifestações contra o processo de impeachment como badernas de petistas - este último, como um termo pejorativo.

Esse foi o momento de discussão política mais acalorado no grupo, com uma forte postura de limitar qualquer posicionamento que fosse a favor do impeachment, e portanto contrário à Dilma.

Neste e em outros momentos o posicionamento homogeneamente de esquerda do grupo ficou evidente, e para além disto, a não possibilidade de diálogo com pessoas que tinham opiniões diferentes, uma vez que toda conversa era em tons pejorativos, de ironia, desrespeito e arrogância entre todos os envolvidos, independente de qual seu posicionamento.

Também não houve discussão sobre temas políticos para além da divulgação das ações que aconteceriam nos espaços físicos da cidade ou assinatura de petições online, mantendo a mesma apatia diagnosticada nos anos anteriores.

O prefeito Fernando Haddad foi citado apenas em poucas situações de divulgação de eventos que buscavam pressionar a prefeitura em ações referentes a movimentos de urbanismo, como o Parque Augusta e o fechamento de espaços culturais na cidade.

O ANO DE 2017

O ano de 2017 marcou a menor interação na rede online desde sua criação, tendo seu pico com número semelhante aos piores meses dos anos anteriores.

O cenário anti-PT foi pano de fundo do contexto político, já com o impeachment de Dilma Rousseff efetivado, o ano foi de intensificação das denúncias contra Lula em âmbito nacional, avistando as campanhas para eleições federais do ano seguinte, e de desmonte de políticas públicas efetivadas por Fernando Haddad em âmbito municipal.

A gestão de João Dória teve início com a realização de sua pro-

messa de campanha, a de ser um zelador da cidade, o João Trabalhador, apelido que ele próprio criou. Vestido de gari, nos seus primeiros dias de gestão Dória, criou o Programa Cidade Linda, “limpando” diversos muros da cidade que estampavam grafites e pixações.

O programa previa ações de manutenção de pavimentos, limpeza e recuperação de praças, reparos na iluminação, sinalização, colocação de lixeiras, e demonstrou o interesse em convocar a população para participar dessas ações.

Além das críticas contra a ação de “limpeza” das pinturas na cidade, o que causou muitos protestos nas redes sociais e diversas ações de artistas grafiteiros, o programa também foi alvo de ação judicial contra o uso da marca “SP Cidade Limpa” como material publicitário, alegando que materiais promocionais da prefeitura devem utilizar brasão e bandeira oficiais do município, e não o uso de outras logomarcas, o que se caracterizaria como promoção pessoal do administrador .

Outra mudança promovida por João Doria cumprindo, sua promessa de campanha, foi o aumento na velocidade das marginais, que havia sido motivo de muitas críticas contra a gestão anterior.

Em julho de 2015 a gestão de Haddad havia diminuído o limite de velocidade nas marginais com o argumento de que velocidades menores causariam menos acidentes, e conseqüentemente, uma velocidade média maior, além da segurança da vida.

A questão foi tema de constante discussão e críticas severas, mesmo quando os números da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) demonstravam melhorias no trânsito e a prefeitura petista buscava amparo nesta política com experiências semelhantes no exterior.

Com o novo aumento da velocidade, houve aumento no número de acidentes, mas eles foram atribuídos à “imprudência e desobediência” dos motoristas, segundo Doria²⁰. Houve mudança nas metodologias de análise de dados sobre o número de acidentes

20. Ver Folha UOL “Acidentes com mortes nas marginais contrariam discurso da gestão Doria”. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/12/1940174-acidentes-com-mortes-nas-marginais-contrariam-discurso-da-gestao-doria.shtml?loggedpaywall#> Acesso em 20 de junho de 2018

de trânsito, questionando os dados anteriores. Foram implantados também novos sistemas de vigilância e atendimento, com maior policiamento e ambulâncias.

Em maio de 2017, ocorreu outro escândalo envolvendo ações catastróficas da prefeitura com a “limpeza” da cracolândia, marcada por ações como derrubada de prédios com pessoas dentro, a destruição de barracas, uso de balas de borracha e bombas de gás, apreensão de pessoas e substâncias químicas, retirada de cobertores e mangueiras de água fria nos moradores.

A ação buscava “sufocar o tráfico” na região da Luz, mas teve como resultado mais uma grave crise pública da gestão, condenada por diversas entidades de defesa dos direitos humanos, e um aumento significativo do fluxo de moradores de ruas espalhados por outros pontos da cidade.

O novo prefeito também defendeu a flexibilização do Plano Diretor Estratégico e a Lei de Zoneamento da cidade, aprovados em 2014 e 2016, respectivamente. Argumentando que o Plano dificultava o interesse de construtoras em investir na cidade, a revisão previa mudanças em regras estabelecidas como altura máxima de prédios, limite de vagas de garagem por apartamento, diminuição nos impostos cobrados para construção de empreendimentos mais altos que o limite imposto para determinados locais do centro.

Doria defendeu atender à uma demanda do mercado imobiliário, que tem interesse em construir, mas dificuldade em cumprir as regras estabelecidas pelas leis anteriores. Essa flexibilização, segundo ele, estimularia a construção civil, que seria um dos principais geradores de renda para a cidade.

Outros pontos do Plano Diretor, como adoção de novos modelos de transporte para além do veículo particular, já haviam sido descartados com a política de aumento das velocidades das marginais, o desinteresse em investimento nas linhas de ônibus e as críticas contra as ciclovias existentes.

Outro escândalo da gestão aconteceu em outubro, com a proposta de erradicação da fome na cidade utilizando o composto “farinata”, que ficou conhecido como “ração humana”, um granulado criado a partir da doação de sobras de alimentos próximo do vencimento descartados pela indústria e comércio.

As críticas contra a ração humana vieram de diversos grupos, da população, pesquisadores à ONU, além de denúncias que condenavam a parceria ilegal feita entre a prefeitura e a empresa Sinergia, responsável pelo processamento do granulado. Depois de muita repercussão negativa, que incluía um vídeo antigo de Dória afirmando que “pobre tem fome, e não hábito alimentar”, o programa foi encerrado.

Frente a esse cenário caótico da gestão de João Dória, ficou nítida a desarticulação de grupos de oposição e o crescente fortalecimento de uma direita conservadora, refletindo na ocupação do Largo da Batata e movimentos de intervenção urbana.

Na contramão dos processos de urbanismo tático, mas talvez seguindo uma lógica semelhante reestruturada para fins comerciais, a gestão de João Dória demonstrou grande capacidade em encolher movimentos sociais em defesa da cidade.

Ocupações de espaços públicos, políticas culturais e questões de mobilidade urbana foram redirecionadas para outros setores, privatizando a gestão de programas e locais que eram até então de responsabilidade pública - e possuem como problema estrutural a má gestão e o baixo orçamento.

Com a gestão de Dória, editais de fomento e parcerias público privadas se tornaram uma exceção, assumindo em seu lugar uma política de troca com o setor privado. Nela, o empresariado se responsabiliza pela gestão de determinados lugares em troca de isenção fiscal, argumentando que o Estado não precisa de mais impostos, e sim de mais eficiência - o que em sua lógica, só é alcançável na gestão privada.

Com a quebra de processos de diálogo, e também pelo contexto

político nacional como um todo, muitos dos movimentos sociais, grupos organizados e mesmo políticas públicas que dialogavam com o urbanismo tático dentro da gestão de Haddad, foram desmanteladas na nova gestão municipal.

No caso do Largo da Batata, o ano de 2017 foi de retrocesso na construção de diálogo com o poder público, constante diminuição da participação popular e desconstrução de mobiliários por falta de manutenção.

O Largo da Batata foi “re-inaugurado” em outubro de 2017 em uma ação da prefeitura e da subprefeitura, após diversas ações retirando mobiliários construídos por moradores e jardins que estavam sendo cultivados desde o surgimento do movimento.

Foi feito o chamado “banho estético e estrutural”, com nova iluminação, árvores, troca de pisos, construção de novos mobiliários com uma arquitetura hostil - com claro objetivo de inibir a utilização por grupos excluídos socialmente, como os moradores de rua que tiveram um aumento nessa região após as operações caóticas na cracolândia.

A implantação de um mastro de 33 metros de altura com a bandeira do Brasil simboliza, segundo assessores de Dória, que o Largo volte a ser de todos, se referindo à Batata Precisa de Você como um movimento de esquerda.

Na rede online da Batata Precisa, o pico de interações aconteceu em Fevereiro, com diversas discussões sobre o carnaval no Largo da Batata, o maior evento realizado no espaço com a concentração de milhares de foliões, mas um forte despreparo da gestão do espaço para receber tamanha quantidade de pessoas, tanto em relação à segurança, como em questão do espaço, como a limpeza do local e destruição de diversos mobiliários e canteiros.

Desde o período pré-carnaval, o Largo foi cercado com tapumes fechando a circulação, foi construída uma roda gigante muito criticada pelos integrantes da Batata Precisa por ter fins publicitários e depois, durante as festas, especialmente no dia 28 de

Mariana De Toledo Marchesi · A BATATA PRECISA VOCÊ!
19 February 2017 · 🌐

Pessoal, para tentar prevenir maiores danos à Batata e às pessoas que ali frequentam durante o Carnaval, nós decidimos enviar uma carta ao prefeito regional de Pinheiros e ao secretário municipal de cultura, pedindo a retirada dos tapumes e a proteção de canteiros e mobiliários.

O texto que vc lê abaixo foi escrito pela [Maria Eudóxia Carvalho](#), Laura Sobral e eu, mas pretendemos mandar em nome do coletivo se houver mais adesões. Portanto, se vc tiver sugestões ou se quiser assinar a carta conosco, avise nos comentários!

Nós, do movimento A Batata Precisa de Você, escrevemos para alertar sobre a situação crítica do Largo da Batata no Carnaval, que nesse ano está ainda mais preocupante, haja vista os acontecimentos do fim de semana que antecede as festividades: <http://www1.folha.uol.com.br/.../1860105-com-metro-interditad...>

No ano passado, a enorme concentração de pessoas causou danos importantes a mobiliários e árvores, como mostram as fotos em anexo. Os danos foram consideravelmente amenizados nos canteiros protegidos por gradis metálicos, conseguidos em negociação entre a Subprefeitura de Pinheiros e a Secretaria Municipal de Cultura.

Entretanto, acreditamos que essa situação possa se agravar muito este ano, devido ao fechamento da praça com tapumes de placas metálicas, com poucas e estreitas saídas. Levando em consideração o porte dos eventos que o Largo da Batata suportará, tememos que o fechamento da praça coloque em risco os participantes, assim como as árvores, jardins e mobiliários existentes no local.

Considerando que é sempre melhor prevenir os danos do que repará-los, pedimos, com a máxima urgência:

1. A remoção dos tapumes que fecharam a praça;
2. A proteção, com gradis de metal, dos canteiros ajardinados, das árvores e mobiliários, durante todo o período em que a praça receba grandes eventos, da seguinte forma: para os canteiros que tem grama + árvores, que sejam cercados com 3 gradis em conformação triangular; para os 5 canteiros que tem os jardins experimentais, é necessário que os gradis acompanhem o perímetro do canteiro (conformação retangular); para os mobiliários de geometria mais elaborada, como Rematéria, Traçado e parque infantil Erê Lab (fotos anexas), recomendamos o cercamento total com gradis.

Enfatizamos nosso receio sobre a segurança de milhares de pessoas na situação de confinamento que as placas metálicas que cercam o Largo conforma. Solicitamos que o laudo dos bombeiros para tal conformação seja publicado para que sejam verificadas as condições de segurança do evento.

É importante dizer que nós, da A Batata Precisa de Você consideramos legítimo e desejável o carnaval de rua, ocupação festiva das ruas da cidade. Porém, iniciativas patrocinadas e de grandes proporções precisam ser pactuadas previamente com a população da cidade, tanto os usuários e residentes dos espaços quanto os legítimos bloquinhos auto-organizados por grupos de pessoas em cada bairro. Queremos que o carnaval de rua beneficie as pessoas da cidade e seja sua manifestação cultural, e não que os cidadãos sofram pela sua comercialização.

Considerando a integridade do Largo da Batata um interesse comum entre população, poder público e patrocinadores, estamos certos da sua colaboração da Prefeitura Regional e da Secretaria Municipal de Cultura para preservá-la, não só no período carnavalesco, como durante o ano todo.

Like

Share

104

6 shares

66 comments

Maria Eudóxia Carvalho · A BATATA PRECISA DE VOCÊ!
28 July 2017 · São Paulo · 🌐

PR de Pinheiros retirou hoje, sem qq menção a diálogo ou sequer aviso, um dos canteiros cooperados pelas Batatas Jardineiras. Desse canteiro foi retirada uma árvore jovem, saudável com copa q já produzia sombra. Mais de 15 espécies de plantas nativas ou PANC, flores. E solo vivo, rico em matéria orgânica e sua cobertura. Em pouco tempo acabaram com o trabalho de 1 ano. No lugar: terra argilosa e morta.

Perguntamos: é assim q se verdeja? Q se cuida da saúde e da segurança dos cidadãos? — with [Roberta Moraes Curan](#) and 4 others.

Like

Share

149

87 shares

32 comments

Juliana Vieira Santos > A BATATA PRECISA DE VOCÊ!

13 September 2017 · 🌐

acabei de receber no whatsapp.

"novo" largo da batata?

3°

Like

Share

61

15 shares

85 comments

Diego Mengato Alexandre > A BATATA PRECISA DE VOCÊ!

15 November 2017 · 🌐

132 pessoas com as mãos para cima na praça por do sol. Essa foto é da madrugada.

Se alguém acha normal um procedimento desse, provavelmente flerta com algum tipo de autoritarismo.

Eu nunca tinha visto nada parecido com isso.

Primeiro : o que essas 132 pessoas estavam fazendo para serem colocadas dessa forma na praça por do sol?

Segundo : isso pra mim é uma cena lastimável da Polícia Militar.

Terceiro : se isso é o tipo de abordagem que será feita na região avisem seus filhos e parentes para tomar muito mais cuidado.

Se alguém conhece jornalistas na região repassem sobre esse acontecimento absurdo.

Eu quero segurança mas não táticas nazistas no meu bairro.

Like

Share

103

58 shares

14 comments

4°

Maria Eudóxia Carvalho > A BATATA PRECISA DE VOCÊ!

17 August 2017 · 🌐

Alguma coisa acontece... No Largo da Batata! Sem qualquer diálogo com a comunidade, um canteiro aparece arrasado aqui, e novamente, quando tentamos reestruturar o solo... Hoje ficamos sabendo, com profunda tristeza, que o parque infantil Erê Lab, querido e muito frequentado em todos os horários, será desmanchado. Ontem tiraram as cerquinhas de metal e o brinquedão-escada (minha filha, que adora o lugar, chama assim 😊)

Cadê a responsabilidade do poder público com a saúde e o bem estar da população mais vulnerável (crianças, idosos, grávidas, cidadãos de baixa renda)? A gente sabe que intervenções que levam verde, árvores pra espaços públicos beneficiam de forma proporcionalmente maior as categorias de risco acima (British Medical Journal, 2008) Sobre o ganho em desenvolvimento neuropsicomotor que espaços lúdicos públicos oferecem, é tão conhecido que já é política de Saúde do Estado (http://portal.saude.sp.gov.br/.../primeir.../spppi_caderno_3.pdf).

Alguém então explica **racionalmente** o comportamento da Prefeitura Regional de Pinheiros de tratorar o verde e desmanchar o parque infantil? — with Patricia Andrade and 5 others.

Like

Share

78

86 shares

15 comments

Imagem 38 a 42. As cinco principais postagens no grupo da A Batata Precisa de Você em 2017. Fonte: Facebook

Fevereiro, foram registradas ações de repressão policial contra os foliões com uso de bomba de gás lacrimogêneo.

Interações no grupo do Facebook da A Batata Precisa de Você

Gráfico 5. Interações no grupo da A Batata Precisa de Você em 2017.
Fonte: Autoral

Em junho, foi realizado um grande evento a favor das Diretas Já no Largo, com shows de músicos como Pitty, Criolo, Emicida. Apesar da importância política do evento, no grupo da Batata houve apenas duas postagens sobre o tema, sem nenhuma discussão: uma perguntando sobre melhores prédios para cobertura fotográfica do evento e outra divulgando uma foto durante a manifestação.

Também houve um novo movimento de ocupação do terreno ao lado da Igreja Nossa Senhora de Monte Serrat, com a construção do Bosque da Batata através de iniciativa popular, retomando a ocupação feita em 2014 que não foi levada adiante.

Em 2017, no contexto político pós impeachment e as diversas reformas em votação em Brasília e uma política municipal de desmonte das estruturas montadas no Largo, o grupo foi tomado por postagens que reclamava das ações públicas, mas não conseguia retomar qualquer diálogo com o poder público e seguia vendo suas ações serem desmontadas e os mobiliários deteriorados.

2.4. REDES DE ARTICULAÇÃO

Além do grupo no Facebook, a Batata Precisa de Você também possui uma página com quase 13 mil seguidores, funcionando como uma plataforma de divulgação de atividades realizadas pelo grupo, um complemento formal e menos participativo que o grupo em si.

Criada em 2014, a página teve 952 postagens até dezembro de 2017. Dessas, 230 tiveram uma ou nenhuma forma de interação (seja curtida, comentário ou compartilhamento), enquanto outras 80 contaram com mais de 100 engajamentos.

As cinco principais postagens se dividiram em quatro ações de ocupação do Largo e seu entorno, com o casamento de Laura Sobral, o mobiliário urbano com a mesa de ping pong, as ações de ocupação do Bosque da Batata, e uma intervenção na faixa de pedestre.

A postagem com maior número de engajamentos aconteceu em outubro de 2014, após uma manifestação política que deixou o Largo e seus mobiliários destruídos. Nos comentários, apoiadores da Batata Precisa reclamaram da ação de vandalismo, algumas pessoas se prontificaram a ajudar na limpeza, enquanto outras indicaram que aquela situação não era resultado da ação dos manifestantes em si, mas que os mobiliários já estavam danificados antes da mobilização.

Essa postagem também trouxe a questão do não posicionamento político da Batata Precisa, já no corpo do texto da postagem, mas foi criticado nos comentários quando algumas pessoas apontaram que essa manifestação, pró-Aécio, que gerou a postagem, não provocou estragos diferentes do que outras manifestações, pró-Dilma, que aconteceram também no Largo da Batata.

O tom de briga sem formação política ou um trabalho de conscientização e gestão sobre o espaço foi mantido, e mais uma vez pessoas se mostraram insatisfeitas com a postura do movimento da Batata Precisa tanto na gestão do espaço e seus mobiliários,

A Batata Precisa De Você

23 de outubro de 2014 · 🌐

gostariamos de pedir que, independente do partido político, ao se concentrarem na Batata há de se ter cuidado com o trabalho que está sendo feito na praça, conservando e cuidando do patrimônio público. Esse é o estado que a passeata de ontem deixou o Largo da Batata, bancos quebrados, chão sujo... um grande desrespeito pelo que estamos construindo naquele espaço já faz quase um ano. Muito triste. Hoje e amanhã alguns de nós vamos na praça pra tentar recuperar pelo menos algo do que foi quebrado. Toda ajuda é bem-vinda.

A Batata Precisa De Você é suprapartidária. Como cidadãos, nós integrantes da Batata, temos os nossos partidos, candidatos e referências – ou não – mas que não serão evocados por nenhuma ação [A Batata Precisa de Você.]

👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar

👍 550

Mais relevantes ▾

33 compartilhamentos

59 comentários

1º

A Batata Precisa De Você via Veja São Paulo

21 March 2015 · 🌐

A Batata Precisa de Casamentos Públicos

Músico e arquiteta se casam no Largo da Batata

VEJASPABRIL.COM.BR

618 Likes · 74 Comments · 42 Shares

A Batata Precisa De Você

24 de março de 2015 · 🌐

hoje em dia o horário de almoço na Batata é assim 😊

PingPoint

[foto Kalindi Devi]

3º

👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar

👍 581

Mais relevantes ▾

28 compartilhamentos

25 comentários

A Batata Precisa De Você

7 de maio de 2017 · 🌐

4°

Bosque na Batata

O vazio urbano que virou bosque

Hoje nasceu um bosque em São Paulo. Após a preparação da terra, moradores vieram e plantaram dezenas de espécies nativas,

SAO-PAULO.ESTADAO.COM.BR

367 curtidas · 17 comentários · 77 compartilhamentos

A Batata Precisa De Você

20 de abril de 2015 · 🌐

5°

Nossa faixa de pedestres ficou tão glamour que só faz é sair em notícia

VEJASPABRIL.COM.BR

Largo da Batata ganha faixa de pedestres colorida

Curtir

Comentar

Compartilhar

👍 488

Mais relevantes ▾

19 compartilhamentos

13 comentários

Imagem 43 a 47. As cinco postagens com maior engajamento na página A Batata Precisa de Você. Fonte: Facebook

quanto no seus posicionamentos políticos com grupos que, visivelmente, eram de oposição.

Na próxima seção, será apresentada a rede de relacionamentos online da página da Batata Precisa de Você, ou seja, com quais outras páginas esta rede está vinculada.

Para construir a rede de relacionamentos, foi feita a extração de dados utilizando o aplicativo Netvizz com a opção de visualizar apenas a rede conectada diretamente à Batata²¹, chamado de grau 1. Para criação deste grafo, foi utilizado o software de análise e visualização de redes Gephi.

21. No caso do Largo da Batata, a rede de grau 2 não será analisada devido ao seu tamanho e relacionamento com outras redes que escapam do escopo sobre questões urbanas. Essa rede está disponível para consulta no Anexo 1.

Em algumas pontas destas arestas existem setas, que indicam que há uma “curtida” entre esses nós, de acordo com a indicação da seta. As cores das arestas também significam as cores dos nós para onde elas se destinam, e essas cores são definidas pela categoria da páginas, determinada pelo usuário ao criar a página no Facebook, sendo neste grafo notável que a maioria das páginas refere-se à comunidades.

A disposição da rede foi organizada para que fosse possível visualizar quais perfis são centrais na formação da rede; a distância entre os perfis não possui peso, uma vez que as relações possuem a mesma equivalência, baseadas em curtidas.

A rede da Batata Precisa de Você é formada por outras páginas que se dividem em categorias, sendo sete comunidades, duas causas e dois parques, e uma organização comunitária, feira livre, festival e ONG.

A página da Batata Precisa “curte” as páginas do Festival Cultivar, Praias do Capibaribe, PrototypeFestival, Circuito Rios e Ruas, Karaokê na Praça, Cidadeapê, Rede Novos Parques

Ela segue e é seguida, mutuamente, pelas páginas Feira de Orgânicos do Largo da Batata, Matias Valadão, A Cidade Precisa de Praias, Ocupação Literária, Parque Augusta, Salvemos o Bosque da Casa Gomm, Rios e Ruas.

Esta rede demonstra o engajamento online do movimento com outros movimentos de intervenção urbana em diferentes regiões do país, que se tornaram parcerias também com atividades no espaço físico do Largo.

Como exemplo, o movimento das Praias do Capibaribe surgiu na cidade de Recife e fez uma grande rede de articulação promovendo vivências lúdicas da população pernambucana com as margens do rio Capibaribe desde 2011. Em 2015, foi estabelecida um intercâmbio cultural entre os participantes dos dois coletivos, Batata Precisa e Praias do Capibaribe. Desta parceria, surgiu o projeto A Cidade Precisa de Praias, premiado pelo Programa Rede Nacional Funarte Artes Visuais 11ª Edição do Ministério da Cultura, produzindo atividades de intervenção e materiais gráficos sobre o processo e resultados das atividades feitas em parcerias nas cidades de São Paulo e Recife.

Outra parceria aconteceu com o movimento Salvemos o Bosque da Casa Gomm, um movimento na cidade de Curitiba que foi contrário à construção de uma rua no local em que existia um bosque abandonado. Pressionando o poder público e privado, no caso um shopping construído nas proximidades, a população buscou barrar a obra viária para no lugar dela criar um bosque aproveitando da paisagem que já havia no local. A rede de articulação entre esses dois grupos aconteceu apenas de forma virtual, mas os modelos de ocupação se assemelham em suas práticas, especialmente em relação ao Bosque da Batata e o Bosque das Araucárias, ao lado do SESC Pinheiros, atrás da Igreja do Largo.

Ambos os movimentos percebem a necessidade de uma ocupação constante e qualificada daquele espaço, com projeto de paisagismo e mobiliários urbanos, para incentivar que o espaço seja ocupado pelos moradores, evitando que fique vazio - o que nessa ótica, significa dizer que o espaço será ocupado de modo “inconveniente”, por usuários de drogas, moradores de ruas, atraindo violência e afastando o uso para o lazer.

A rede da Batata Precisa também conta com páginas privadas,

REDE A BATATA PRECISA DE VOCÊ INFORMAÇÕES RETIRADAS DAS PRÓPRIAS PÁGINAS DO FACEBOOK

CAUSA

SALVEMOS O BOSQUE DA CASA GOOM

é um movimento em defesa da construção de um parque comunitário em Curitiba em um trecho arborizado em que seria construída uma Rua Hermes Fontes, para ligação com o shopping Pátio Batel, em um acordo com a prefeitura pelos danos ao trânsito causados pela construção do shopping. Nessa localidade, havia também a Casa Gomm, uma residência centenária, e um bosque em processo de tombamento pelo Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (Cepha). Após pressão dos moradores para impedir a construção desta nova rua e manter o bosque, prefeitura e shopping firmaram um acordo substituindo a obra viária pela criação de um parque no local.

<https://www.facebook.com/SalvemosOBosqueDaCasaGomm/>

Página em atividade

CIRCUITO RIOS E RUAS CAIXA é uma extensão do Rios e Ruas e leva corredores, caminhantes e passeadores a conhecer melhor a história hidrográfica da capital paulista. É organizado pela CC&M, uma das empresas de corrida mais antigas do Brasil.

<https://www.facebook.com/circuitorioseruas/>

Última atividade: novembro de 2017

PARQUE

PARQUE AUGUSTA é uma página em defesa da criação deste parque em uma área de 24.603 metros quadrados, localizada na confluência da Rua Augusta com a Rua Caio Prado e a Rua Marquês de Paranaguá, no bairro de Cerqueira César no distrito da Consolação, próximo ao centro da cidade de São Paulo.

É uma propriedade privada, mas com áreas registradas em cartório como públicas (80% dela não pode, por lei, ser alterada) e que uma parcela significativa da população paulistana quer ver transformada em parque público sem edificações em seu interior.

<https://www.facebook.com/parqueaugustaja/>

Página em atividade

PERFORMANCE

PROTOTYPE FESTIVAL foi um Festival de Sustentabilidade na Arte, realizado na Praça Victor Civita, como um espaço em que a arte dialoga permanentemente com a sustentabilidade e o bem estar. O evento foi promovido pelo Goethe-Institut e o Ministério da Cultura com patrocínio da Mercedes-Benz do Brasil, como parte da "Temporada Alemanha + Brasil 2013-2014"

<https://www.facebook.com/PrototypeFestival.SaoPaulo/>

Última atividade: outubro de 2015

PARQUE ABERTO

MATIAS VALADÃO é um personagem fictício da Rua Matias Valadão, no Jardim Paulistano, em uma travessa da Avenida Faria Lima. O personagem incentiva o uso desta rua, apresentada como um espaço vago, bem iluminada e acessível, pronta para receber os públicos mais diversos.

<https://www.facebook.com/ruinhalavadao/>

Últimas atividades: outubro de 2013

COMUNIDADE

PRAIAS DO CAPIBARIBE é um coletivo que realiza intervenções culturais visando a transformar os espaços da beira do Rio Capibaribe em lugares de convivência cidadã.

<https://www.facebook.com/PraiasDoCapibaribe/>

Última atividade: novembro de 2017

A CIDADE PRECISA DE PRAIAS

Intercâmbio entre os coletivos Praias do Capibaribe e A Cidade Precisa de Você [A Batata Precisa de Você] nas cidades de São Paulo e Recife

<https://www.facebook.com/acidadeprecisadepraia/>

Última atividade: agosto de 2015

OCUPAÇÃO LITERÁRIA ações realizadas em espaços públicos e de ampla acessibilidade com troca de livros e contação de histórias

<https://www.facebook.com/ocupacaoliteraria/>

Página em atividade

KARAOKÊ NA PRAÇA é uma atividade itinerante em praça pública, gratuito e aberto ao público.

<https://www.facebook.com/karaokenapracabr/>

Última atividade: setembro de 2017

RIOS E RUAS é um projeto de formação de público para reconhecer a natureza de rios soterrados por ruas e construções contribuindo assim para despertar uma compreensão afetiva sobre o uso do espaço urbano (do mesmo grupo do Circuito Rios e Ruas)

<https://www.facebook.com/rioseruas/>

Página em atividade

REDE NOVOS PARQUES é uma rede de articulação com potencial de criação de parques e áreas verdes públicas e urbanas ameaçadas e desejadas de São Paulo.

<https://www.facebook.com/redenovosparquessp/>

Página em atividade

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

CIDADEAPÉ é uma Associação pela Mobilidade a Pé em São Paulo foi criada em março de 2015 por um grupo de pessoas que se juntaram para ter uma representatividade formal perante o poder público a fim de defender as condições dos espaços da cidade para quem se desloca a pé: os pedestres. Por uma cidade acessível, amigável e, sobretudo, caminhável.

<https://www.facebook.com/cidadeapesp/>

Página em atividade

FEIRA LIVRE

FEIRA DE ORGÂNICOS DO LARGO DA BATATA realizada todas as quartas feiras

<https://www.facebook.com/feiraorganicoslargodabatata/>

Última atividade: junho de 2017

ONG

FESTIVAL CULTIVAR EVENTO CULTURAL que promove a valorização e o reconhecimento da biodiversidade e riqueza ambiental brasileira. Evento idealizado, produzido e com curadoria do Instituto Árvores Vivas

<https://www.facebook.com/festivalcultivar/>

Página em atividade

REDE DE INTERAÇÕES DA PÁGINA A BATATA PRECISA DE VOCÊ

- Legenda de cores dos nós**
- Comunidade
 - Causa
 - Parque
 - Performance
 - Parque Aberto
 - Org. Comunitária
 - Feira Livre
 - ONG

Grafo 1. Rede de interações da página A Batata Precisa de Você, grau 1. Fonte: Autoral

como o Rios e Ruas que divide centralidade na rede com a própria Batata. O Projeto Rios e Ruas é um conjunto de iniciativas para dar visibilidade aos rios soterrados nas cidades, trabalhando com expedições, intervenções urbanas, exploração das áreas e sensibilização do público sobre o tema. O Circuito Rios e Ruas foi um projeto patrocinado pela Caixa com diversas atividades de corridas e passeios, divulgando o trabalho do grupo em cidades do estado de São Paulo e principalmente da capital.

Outros participantes dessa rede são coletivos e iniciativas culturais que atuam principalmente na cidade de São Paulo em bairros do centro e zona oeste, também propondo articulações entre a sociedade civil, o poder público, iniciativas privadas, tendo como palavra chave ações que promovam vínculos afetivos entre os moradores e o espaço urbano.

Em uma análise geral do funcionamento das redes da Batata Precisa, foi percebido que o ano de criação do grupo (2014) foi o que teve o maior número de interações, atividades e ações de ocupação do Largo.

Os anos seguintes foram todos com índices menores de interações, tendo picos pontuais de acordo com os acontecimentos das ações no espaço físico da Batata, mas sempre abaixo dos dois anos iniciais.

Em novembro de 2017 a desarticulação do grupo da Batata Precisa com a sociedade civil e o espaço físico do Largo ficou evidente durante a realização do 1º Festival do Instituto A Cidade Precisa de Você.

Primeiro, os locais escolhidos para o evento: o SASP - Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, a Escola da Cidade e a Galeria Metrópole, os três na região da República. Esses locais, especialmente os dois primeiros, são espaços privados para arquitetos no centro (por conta da formação de boa parte dos membros desse grupo), locais que não propõe diálogo com a sociedade civil e o direito à cidade de forma ampla, e seu público é bastante específico.

Caso o evento fosse pensado para convidar a sociedade civil e pessoas fora do círculo de amizades dos organizadores, o Festival deveria acontecer em outros espaços de ativação urbana, como o próprio Largo da Batata, praças e parques da cidade, podendo ter maior diversidade de público.

Na programação, na primeira roda de conversa, foi feita uma vitrine de cursos previstos para o ano seguinte, com temáticas como metadesign, uma proposta para se repensar a estrutura permanente da cidade e a necessidade de construção de um sistema distribuído para produção de significados conjuntos; a questão da mulher na cidade e na construção de espaços mais seguros, a cidade feminista; um curso sobre fenomenologia urbana propondo um consultório urbano para melhor compreensão da cidade; temas como permacultura, ecologia social, urban commons e uma agenda urbana global.

No segundo dia, tratou-se de questões legais da cidade, indicando a necessidade de se pesquisar temas como patrimônio e gestão dos mobiliários; a ausência de gestão das terras públicas, com a presença de uma ex-funcionária da prefeitura durante a gestão Haddad; a formação do Conselho de Desestatização de Áreas Públicas, formado por João Doria; e os centros sociais de moradia autogeridos que estavam em desenvolvimento.

Todos esses temas, importantes no debate sobre a cidade, representaram pautas do público ali presente, novamente, uma classe média, branca, com formação universitária e experiências no exterior. Uma conversa que não alcança os próprios usuários do Largo da Batata, os moradores expulsos pela Operação Urbana e o processo de gentrificação sofrido pela região, ou os novos moradores de rua que passaram a habitar o Largo após as ações de higienização da cracolândia, ou grande parte da população que, de fato, tem seu direito de acessar a cidade limitado.

Essa lacuna no debate proposto foi identificada por um dos participantes, no que foi a fala mais política do evento, e uma advertência formal sobre o que estava sendo apresentado ali. Feita por

um representante do grupo Coletivo Sistema Negro, Viny Rodrigues, mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, repreendeu a programação do festival por não trazer nenhum convidado para discutir a sociabilidade negra na cidade, contando como ele precisou se auto-convidar para participar daquela mesa, mais uma vez, precisando mostrar para um grupo de urbanistas a ausência da negritude na cidade, em um país de maioria de pessoas negras que são sistematicamente invisibilizadas.

Além da negritude, Rodrigues pontuou a necessidade e dificuldade em se estabelecer parcerias públicas para a gestão da cidade em uma escala que supere os parques do centro e áreas nobres, e alcance, finalmente, a camada da população que tem recorrentemente seu acesso à cidade negado ou coibido por políticas estruturais que o impedem de se locomover, consumir e usufruir a cidade.

Essa dificuldade do grupo da Batata Precisa de Você em lidar com outros grupos e diferentes modos de atuação ficou explícita no caso do Batata Eletrônica.

Uma das discussões mais constantes do grupo no Facebook do Largo da Batata envolvia integrantes da Batata Precisa contra a dinâmica do evento do Batata Eletrônica.

Luiz Pereira, jovem negro morador da zona oeste, assumiu como porta voz da organização do Batata Eletrônica, motivo de diversas discussões no grupo virtual por estender o horário do evento, pelo volume do som que incomodava os vizinhos, pela sujeira deixada no Largo após o evento, por estacionar carros no Largo sobre o piso que estava se deteriorando, e por problemas de comunicação entre os grupos, Batata Eletrônica e A Batata Precisa de Você.

Não serão discutidos os pormenores desta situação, mas Luiz Pereira foi bloqueado do grupo no Facebook no final do segundo semestre de 2016, depois de inúmeras discussões com outros usuários do grupo tendo como argumento principal a necessidade de seguir regras de uso do espaço, estabelecidas durante as

reuniões às sextas-feiras da Batata Precisa.

Imagem 48. Trecho de discussão a respeito do Batata Eletrônica. Fonte: Facebook

Já o grupo organizador do Batata Eletrônica acusava os integrantes da Batata Precisa de barrá-los das reuniões que deveriam ser abertas, falta de apoio na organização dos eventos e principalmente, um senso de propriedade da Batata Precisa em relação ao Largo e os eventos ali organizados.

Depois do bloqueio deste e outros usuários relacionados, o assunto Batata Eletrônica não foi citado em 2017 nenhuma outra vez no grupo do Facebook, porém os eventos continuaram sendo divulgados em outros espaços e grupos online, e contam frequentemente com um público bastante grande.

Este é o principal caso de ativação do espaço do Largo sem o envolvimento, direto ou indireto, de membros da Batata Precisa, e é também o único grupo que manteve a realização do evento mensalmente, com poucas exceções, até o final de 2017.

Em conversas com o público e produtores do Batata Eletrônica, algumas diferenciações ficaram muito claras entre os dois grupos. A primeira, produtores e público do Batata Eletrônica não são, em sua maioria, moradores do entorno, ao contrário da Batata Precisa. São moradores também da zona oeste, mas de regiões mais pobres e distantes.

É nítida a presença de uma maioria também jovem, porém negra e com menor escolaridade. Isso é percebido pelas suas falas, gírias e sotaques, e no Facebook, os textos nos comentários durante as discussões demonstram a falta de domínio da língua escrita, mas empenhados em se comunicar.

Nos comentários, alguns bastantes grosseiros e irônicos contra as pessoas do Batata Eletrônica, uma das medidas consideradas para que o evento passasse a cumprir as regras de uso estabelecidas era que os equipamentos da Batata Precisa não seriam mais emprestados para o Eletrônico se a situação fosse mantida.

Essa e outras situações fizeram com que os organizadores do Batata Eletrônico se sentissem injustiçados, tanto pela decisão em relação aos equipamentos, quanto pelo sentimento de que o espaço do Largo era de domínio do outro grupo, a quem eles deveriam se reportar, apesar de seus esforços em realizar aquele evento.

Comparativamente, é possível notar que o público dos eventos é um pouco distinto do público dos eventos da Batata Precisa, pela sua origem ser de outros bairros ou outras regiões da própria zona oeste, serem ligeiramente mais jovens e oriundos de classes sociais mais baixas, mas assim como em qualquer evento, são jovens socializando com seus pares.

As letras das músicas, que não se limita às batidas do eletrônico,

fazem referências ao funk e ao rap da periferia. Nas conversas, a realização do evento é vista como uma oportunidade de juntar os amigos na cidade, “já que tem poucos espaços pra gente ir”, mostrando bastante orgulho pela capacidade de organização, conseguir apoio financeiro, divulgar e realizar um evento de sucesso - todas as noites do Batata Eletrônica são cheias e ocupam o Largo em boa parte de sua extensão, junto de skatistas próximos aos bancos e do público dos bares no lado oposto.

O mesmo grupo de promotores do Batata Eletrônica realiza também outros eventos na cidade, e um deles acontece no Beco do Aprendiz, que será utilizado aqui como uma metáfora que demonstra com clareza a diferença entre os grupos do Batata Eletrônico e da Batata Precisa.

O Beco do Aprendiz é localizado na Vila Madalena, ao lado do Beco do Batman. O segundo é hoje um ponto turístico para apreciação de grafites, presente em guias de turismo da cidade de São Paulo, junto de cervejarias e pubs da “Vila Madá”. O primeiro, já não é famoso como ponto turístico, seu acesso é mais sinuoso, a iluminação precária, as rondas policiais são mais constantes.

Os dois passaram pelo mesmo movimento, iniciado no Beco do Aprendiz e depois levado para o Batman, inicialmente um ponto de encontro dos estudantes da Cidade Escola Aprendiz, um projeto do jornalista Gilberto Dimenstein que ensinava a arte do grafite para os adolescentes pixadores.

Por um período, o Beco do Aprendiz passou a ser local de moradores de rua, tráfico e consumo de drogas, expulsando os novos artistas para o Beco próximo, do Batman. Como resposta, houve diminuição na circulação de pessoas no Beco do Aprendiz e maior presença policial - no seu sentido opressor e violento. Neste processo, o Beco do Aprendiz, apesar de também ser coberto de grafites, não se tornou um ponto de referência, como aconteceu com o Beco do Batman.

Os grupos Batata Eletrônica e Batata Precisa de Você possuem distinções sociais semelhantes à essa situação dos becos, e

como falado por um organizador do Batata Eletrônico, eles não possuem apoio da prefeitura, porque para eles “o braço do sistema só chega na repressão”, enquanto a Batata Precisa percebe no Estado um parceiro em potencial.

Esse cenário é representado no Largo da Batata e no bairro de Pinheiro pelo processo de gentrificação que está avançando rapidamente pelo bairro. Como apontado por analistas destes processos em cidades americanas e européias (SMITH, 2006; ZUKIN, 2013), o que acontece em Pinheiros repete diversos padrões: o mercado imobiliário é o primeiro setor a estimular iniciativas de classes médias na região, ocupando o bairro com mercados de nicho de alto padrão.

O custo de moradia e o preço dos produtos do entorno já expulsam os moradores mais pobres automática e rapidamente. Aos poucos, os comerciantes antigos também vão deixando de ter importância para a dinâmica desses novos moradores, fechando seus comércios ou quando possível adaptando-os às novas demandas.

É possível perceber pelo público do Largo e, principalmente, pela mudança na paisagem urbana formada pelo comércio no entorno, a força no deslocamento dos moradores da camada popular e o caráter altamente classista construído no local. Marcas “gourmet” nos diversos novos pubs e cafés que tomaram o lugar dos tradicionais mercados de bairro, padarias, e a loja de produtos de pesca que ainda resiste na lateral do Largo, é já comprimida pelo mercado hipster construído ao seu redor (MASCARENHAS, 2014).

Na esquina do Largo, na saída da Avenida Faria Lima, a tradicional lanchonete é um dos poucos lugares que se mantém no modelo bastante paulistano servindo pão na chapa e leite pingado no café da manhã, um Prato Feito (PF) no almoço. As mesas colocadas nas calçadas durante a noite com apresentação de voz e violão de músicas populares, de Tim Maia aos novos sertanejos universitários e feminejos (música sertaneja cantada por vocalistas femininas), com shows de forró às quintas e sextas

feiras, bastante popular e contando com um público cativo.

Em diversos momentos ao conversar com as pessoas que estavam passando pelo Largo à noite às sextas-feiras a fala era a mesma: as pessoas estavam saindo do trabalho, na região da Zona Oeste ou Centro da cidade, iriam esperar o show de forró que começa às 20h, e no último ônibus seguiriam para suas residências, várias da zona sul e zona norte.

Essa dinâmica era tão constante, que não era difícil perceber a presença das mesmas pessoas em diferentes semanas. Foi também perceptível duas noções nas falas dessas pessoas: a primeira, da sensação de segurança no Largo da Batata, algo que se manteve mesmo com o perceptível aumento de pedintes e moradores de rua no início de 2017, após as ações de expulsão dos moradores da cracolândia; a segunda, um certo desinteresse em entender melhor o porquê de algumas atividades estarem acontecendo no Largo ou o “aparecimento” de alguns mobiliários urbanos.

Em diferentes situações, conversando com as pessoas sentadas nos bancos de paletes construídos por meio de ações da Batata Precisa de Você e os parceiros “batateiros”, ou nos bancos permanentes construídos pela prefeitura, ou ainda as cadeiras de metal que também são colocados pela subprefeitura. Ao perguntar sobre a opinião das pessoas sobre aqueles bancos, a resposta era de um balançar de ombros e um comentário de algo como “é legal pra gente esperar sentado”, sem um questionamento sobre o processo que aconteceu para a colocação daqueles novos bancos.

Por se tratar de um espaço em constante alteração e ocupação por grupos diversos, sua dinâmica faz com ele seja facilmente entendido enquanto espaço de lazer e entretenimento, e essa dinâmica aparentemente acaba se sobrepondo à construção de uma identidade única do espaço. É importante essa noção de participação baseado no interesse pessoal que está presente na Batata, e não necessariamente uma atividade de formação ou estímulo à participação tendo como pano de fundo um debate

político sobre direito à cidade.

Durante o período de pesquisa de campo, ainda nessa mesma falta de entendimento sobre os processos, houve uma abrupta separação entre o comércio localizado no fundo do Largo e toda a extensão do Largo.

Em 2013, com a entrega das reformas, o espaço era todo aberto, sem separação entre o comércio e a extensão do Largo. Com o passar dos anos, foram sendo construídas grades dividindo esses dois espaços.

Em 2015, a separação era feita por uma grade metálica com diversas aberturas para que fosse possível atravessar entre o espaços em que as mesas dos bares eram dispostas e a extensão do Largo. Nesse período, foi construída uma rua irregular nesse espaço dos bares, onde alguns carros estacionavam até o meio da via.

No final de 2017 essa separação já era feita com barras de cimento, com apenas três passagens para pedestres entre o que divide o comércio e a extensão do Largo. Alguns bancos de cimento também foram colocados, nos dois lados das barras, para uso do público dos bares ou para usuários do Largo. No canto esquerdo, entre a Rua Berel Aizenstein até a Paróquia Nossa Senhora do Monte Serrat, a presença de moradores de rua e pedintes era mais intensa, marcada por uma linha imaginária entre os dois espaços que dividia esse público.

Apesar do aumento na presença de grupos de mendigos nas esquinas do Largo, principalmente nas proximidades da igreja, não foi identificado diminuição do fluxo de pessoas, maior presença de policiamento ou casos de violência e assaltos.

Nas conversas com as pessoas que circulavam pelo Largo, e também na Avenida Paulista, há uma separação gritante entre “nós” e “eles”, em que eles, os moradores de rua, são expulsos para as bordas do local e invisibilizados. Aparentemente, sua presença ao se tornar invisível, não requer nenhum tipo de ação,

seja por atendimento de apoio ou de expulsão.

Desta forma, analisando apenas a paisagem urbana do Largo da Batata, foi possível verificar como ela se alterou e foi claramente moldada para uma identificação e consumo de classe mais alta e jovem, processos comuns de gentrificação (SMITH, 2006).

Os comércios, moradores e públicos antigos estão sendo comprimidos entre esse público, e a menos que nos próximos anos haja uma ação de resistência, mesmo que simbólica, para permanência dos comércios tradicionais, a tendência atual é que eles desapareçam e dêem lugar para mais comércios gourmet e hipsters que atendem um público específico, consumidor de produtos conceituais de alto valor agregado, expulsando a população com menor capacidade de consumo das áreas comerciais do bairro.

2.5. APONTAMENTOS

No contexto apresentado, a viabilização financeira de projetos de recuperação de espaços públicos em grande escala requer parcerias entre poder público, financiamento privado e sociedade civil. O caso do Largo da Batata, em especial o Edital BatataLab, demonstra um caminho possível de articulação entre esses distintos setores (por vezes não são tão distintos em suas práticas), contribuindo para processos que beneficiem a utilização desses espaços para a sociedade, em relação à sua estrutura e manutenção.

Em uma lógica em que o poder público aprova, o empresário financia e a sociedade organizada executa, o funcionamento do caso do BatataLab é interessante para os envolvidos, com bons resultados para os profissionais selecionados e os usuários do local, além dos atores que articularam o edital. Algo semelhante aconteceu com o Edital Redes e Ruas, com o diferencial de ser uma parceria entre sociedade civil organizada e poder público, sem o financiamento direto do setor privado, como no caso do primeiro edital citado.

Esse caso ganhou espaço na mídia, tanto as de nicho quanto as de massa, pela qualidade das obras construídas, valorizando o trabalho dos agentes envolvidos e divulgando suas criações. Com foco no produto - e não nas empresas e patrocinadores envolvidos - a ação tem seu mérito por estabelecer uma parceria profícua entre os diferentes agentes sociais e setor público e empresarial, oferecendo uma melhora estrutural no espaço público e incentivo à pesquisa e experimentação da ocupação do espaço.

Os acontecimentos da Batata Precisa, especialmente nas redes sociais, resultou em características básicas da gestão neoliberal de governança dos homens: desconfiança como princípio e vigilância avaliativa como método (DARDOT e LAVAL, 2016, p 319).

Se no começo da pesquisa a ocupação no Largo da Batata organizada pela Batata Precisa parecia um ótimo exemplo a ser seguido, ao final ela se mantém um exemplo de ocupação, mas com um funcionamento delicado, um sistema de empresariamen-

to dos envolvidos para fins profissionais pessoais e falta de capacidade em se manter contínua, seja pela equipe inicial, seja por incorporar novas pessoas à tarefa de manter aquele espaço permanentemente ativo.

Apesar do entusiasmo dos envolvidos no movimento da Batata e sua aspiração por construir espaços públicos melhores para todos, coexiste a separação clara de que público está contido neste “todos”.

Quando o movimento foi perdendo seu fôlego inicial, e posteriormente quando perdeu o apoio da gestão municipal, ficou claro que o direito à cidade que era tratado ali não se referia à toda a sociedade, mas apenas à parte que converge com as necessidades do mercado que estava ali se difundindo.

Desta forma, o espaço público do Largo da Batata passou a ser uma área de entretenimento cultural, dividindo o público entre aqueles que são usuários do espaço, os consumidores dos estabelecimentos comerciais e aqueles que são gestores profissionais de sua dinâmica. E neste último, assumiu o controle a prefeitura municipal, expulsando gradualmente a presença de movimentos como a Batata Precisa no local.

O mesmo efeito pode ser percebido nas redes sociais, com drástica diminuição das atividades nas plataformas virtuais, além de situações que demonstraram o frágil sistema de construção conjunta do processo de gestão, como é o princípio do urbanismo tático.

Esta situação ficou clara nos diversos conflitos com membros dos grupos do Batata Eletrônica e em discussões estabelecidas com pessoas que eram contrárias ao uso do Largo para manifestações contra o impeachment de Dilma - ou seja, fora da homogeneidade ideológica do grupo.

Essas situações demonstram que as redes da Batata Precisa não funcionavam, de fato, como um espaço democrático de diálogo, uma vez que opiniões que não se alinhavam aos ideais do grupo eram refutadas. Não há dados se houve exclusão de

postagens, o Facebook não permite essa visualização, mas existem 40 usuários bloqueados no grupo, alguns deles relacionados ao Batata Eletrônica. O bloqueio significa não poder interagir de nenhuma maneira com o grupo, um ato de censura em relação à quem pode participar daquele espaço de discussão.

Com o decorrer dos anos, as interações na rede caíram consideravelmente, acompanhando a diminuição das atividades no espaço físico. Em 2017, por exemplo, os dois meses de pico de atividades tinham como assuntos principais os blocos de carnaval que levaram multidões para o Largo, e depois a ação de abertura de um “novo” Largo da Batata promovida pela prefeitura e subprefeitura.

Discussões a respeito da ocupação em si estava sendo substituída por denúncias e reclamações contra as ações municipais em retirar mobiliários, jardins e outras situações que desagradaram os participantes. Não houve dentro do grupo online nenhum momento de discussão a respeito desse processo de desmonte promovido pelo poder público com construção de propostas para realinhar os canais de comunicação entre os setores, ou mesmo enfrentar a situação enquanto, talvez, uma oposição à gestão municipal.

O movimento A Batata Precisa de Você sofreu estruturalmente com a diminuição dos canais de comunicação com o setor público, algo que se repetiu com outros movimentos sociais no mesmo período, e que levaram às revoltas de 2013 e desarticulação da base social que mantinha o governo de esquerda no poder - talvez por, na prática, não ser a esquerda do diálogo que os movimentos desejavam.

A Batata Precisa também não foi capaz de criar meios de gestão de forma pública, transparente e participativa, possibilitando a inclusão de pessoas que não faziam parte de suas redes de contato pessoais. Isso ficou evidente no caso do Batata Eletrônica e na homogeneidade apresentada pelo grupo de “batateiros” participantes das atividades no Largo e no Festival do Instituto.

A pluralidade da gestão não conseguiu ultrapassar o limite do dis-

curso e ser inserida na prática diária de intervenção nos espaços físicos e virtuais.

Essa gestão mais participativa é o que está sendo buscado por esse e outros diversos grupos que defendem a horizontalidade e pluralidade na atuação na cidade, mas ainda não conseguiram se opor ao mercado que transforma ações de melhorias urbanas (*placemaking*, termo utilizado em inglês neste contexto), em processos de gentrificação desses espaços.

E finalmente, a ocupação no Largo da Batata analisada aqui foi concentrada naquela articulada pelo movimento A Batata Precisa de Você e grupos que se associavam a eles.

No entanto, vale lembrar que o Largo da Batata é um ponto de articulação e ativismo para muitas outras manifestações, a maioria delas que questionam as políticas nacionais atuais. É também um território de disputa política que foi claramente contestado pela direita ao estampar a bandeira nacional em um mastro gigantesco e re-inaugurar aquele espaço, sufocando as ações promovidas pela Batata Precisa e outros grupos.

Encerrado o período de pesquisa em 2017 com o cenário apresentado, a continuidade das ações de ocupação no Largo sugerem a necessidade de fortalecimento de outros grupos além da Batata Precisa de Você atuarem no local.

A tendência é que sejam buscadas formas mais orgânicas de ocupação daquele espaço e menos centralizadas em um grupo único de ação, mais focadas na relação cotidiana das pessoas em dinâmicas de socialização e encontros informais que ocupam e dinamizam o espaço, usufruindo de mobiliários urbanos construídos.

Capítulo 3. #PaulistaAberta

3.1. BREVE FORMAÇÃO DA AVENIDA PAULISTA

A ocupação original da Avenida Paulista pode ser pensada a partir da presença de dois grupos, inicialmente os barões de café e ricos comerciantes que criaram a avenida e a tornaram um ponto central na cidade, e posteriormente a transformação dessa elite com a ocupação do capital financeiro já nas mãos de grandes instituições, transformando a Avenida de mansões habitadas por poderosas famílias para a Avenida atual de edifícios comerciais e financeiros que divide suas funções residencial e, principalmente, comercial.

Inaugurada em 1891 como a avenida mais larga e imponente da cidade, continha apenas duas pistas de circulação para bondes e carruagens. Foi a primeira avenida planejada, idealizada pelo engenheiro uruguaio Joaquim Eugênio de Lima aos moldes europeus, exigindo sua planificação por meio do aterramento do vale onde hoje é a Avenida 9 de Julho - esse e outros processos de reestruturação de rios e vales de São Paulo explica em parte o porquê da cidade ter sérios problemas no escoamento das águas de chuvas e suas frequentes enchentes.

Desde sua concepção, a Avenida Paulista foi planejada para ser um eixo de sofisticação com alto valor imobiliário, com moradias voltadas para a burguesia da cidade. Seus primeiros moradores foram fazendeiros e comerciantes, constituindo uma arquitetura heterogênea na Avenida, dos clássicos aos extravagantes, passando por projetos experimentais (MORSE, 1954).

Hoje, muitos desses casarões foram derrubados em nome do desenvolvimento comercial da região; os que restam, como a Casa das Rosas, foram transformados em espaços culturais e há ainda outros que travam longos processos judiciais por questões de tombamento e disputas entre herdeiros.

Nos anos 30, novas construções modificaram seu trajeto, como

a construção da Avenida 9 de Julho. Em 1938, com a mudança do meio de transporte dos bondes para automóveis, ocorreu o encurtamento dos jardins e calçadas que haviam na Avenida.

Apenas em 1991 viria a ser inaugurada a Linha 2 do metrô, com as estações Consolação, Trianon-MASP, Brigadeiro e Paraíso, com um projeto cuidadoso em relação às modificações na paisagem que poderiam ser ocasionadas com a construção dessas estações.

Em 1956 foi construído o Conjunto Nacional, um dos primeiros edifícios a mesclar usos comerciais e residenciais, representando o forte deslocamento das instituições bancárias da região central da cidade, como a Luz e a Sé, em direção à Avenida Paulista.

Com essa mudança, a elite transferiu gradualmente sua vida social e cultural também para a Paulista, motivando a construção do MASP, nos anos 60, com projeto modernista assinado por Lina Bo Bardi, referência em arquitetura e cartão postal da cidade.

Nesse mesmo contexto, ocorreram várias ações irregulares de demolição dos casarões antigos, a fim de impedir o tombamento como patrimônio histórico de mansões e abrir espaço para novos estabelecimentos comerciais.

Geograficamente, a Avenida Paulista é um dos pontos mais elevados da cidade, por isso é também chamada de Espigão da Paulista, situada entre as zonas oeste, centro sul e centro da cidade, com um eixo viário ligando as avenidas Doutor Arnaldo, 9 de Julho, Rebouças, Avenida Angélica, Rua da Consolação, a Brigadeiro Luis Antônio e a 23 de Maio.

Nos anos 1990, eleita “símbolo da cidade” nas comemorações de seu centenário, a presença de trabalhos artísticos inseridos nas calçadas da Avenida passou a fazer parte do seu dia a dia, construindo uma nova estética e relação entre artistas, as ruas e o público (CASTRO, 2017).

Desde seu início a Avenida foi utilizada para fins de entretenimento, como corridas de automóvel, festas de carnaval e outras

manifestações culturais. A Corrida Internacional de São Silvestre, criada em 1924 e realizada anualmente no dia 31 de dezembro, tem como ponto de saída e chegada o prédio da Gazeta, sendo a mais tradicional corrida da América Latina. Em 1997 ocorreu a primeira Parada do Orgulho LGBT, hoje considerada a maior parada gay do mundo. No mesmo ano ocorreu a primeira festa de Réveillon da Paulista, que hoje atrai mais de um milhão de pessoas para assistir diversos shows musicais e fogos de artifícios.

A Avenida Paulista foi criada para ser a representação de um ideal a ser alcançado enquanto metrópole do primeiro mundo, apresentando os problemas sociais dos países subdesenvolvidos - como moradores de ruas e pessoas em situação de miséria - ao mesmo tempo que exhibe modernidade em sua arquitetura, nos estabelecimentos culturais e comerciais.

A Paulista é hoje um modelo de consumo de elite, mas também de consumo de massa, dialogando com novos estilos de vida, consumo de serviços e de entretenimento. Em seus 2,8 km de extensão, a Paulista recebe uma média de 1,5 milhões de pessoas e 4200 veículos diariamente (dados da Associação Paulista Viva atualizado em 2011), demonstrando, em números, a importância de oferecer um espaço seguro para o trânsito de pedestres.

Em 2010, a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras remanejou a responsabilidade da Avenida que antes era compartilhada entre as subprefeituras de Sé, Pinheiros e Vila Mariana, para a subprefeitura da Sé, argumentando que a divisão causava atrasos, dificuldade nos encaminhamentos necessários e divisão dos recursos de manutenção.

É também, historicamente, ponto de manifestações sociais, tanto para comemorações (como final de campeonatos de futebol, resultado de eleições, de processos de impeachment) quanto para protestos políticos das mais diversas vertentes, somando grandes multidões ou pequenos grupos em protestos que acontecem diariamente, ocupando especialmente o vão do MASP.

Nos anos 1970, com a consolidação do movimento de bancos, estatais e repartições públicas, a avenida passou a ser também

cenário de protestos da classe trabalhadora.

Já nesse momento, era apontada a possibilidade de expansão dos vetores financeiros, comerciais e imobiliários da cidade para outras regiões, como Berrini e a Faria Lima, na zona oeste da cidade.

O registro da primeira manifestação na Avenida é datado em 1976, quando boiadeiros protestaram contra suas condições de trabalho. Em 1989, novamente a Paulista foi central na Greve Geral levantada principalmente pelos bancários contra o arrocho salarial e toda situação financeira caótica daquele período - sendo posteriormente criado o Plano Real para controlar o sistema financeiro do país.

As manifestações se multiplicaram ao longo dos anos, recebendo na Avenida grupos dos mais diversos interesses em diferentes momentos políticos do país, como as Diretas Já, o processo de impeachment de Fernando Collor, movimentos estudantis, Movimentos dos Sem Terra (MST), Central Única do Trabalhador (CUT), e mais recentemente os movimentos a partir de junho de 2013, e posteriormente contra ou favor do impeachment de Dilma Rousseff (PT).

De certa forma, pela regularidade com que pequenas manifestações acontecem na Paulista, é possível dizer que a ordem da Avenida é perturbada quando não há pequenos médios ou grandes atos de ação coletiva, ao contrário do que normalmente é dito, de que a realização desses protestos traria transtornos e perturbações ao entorno.

A Avenida Paulista é formada cotidianamente por múltiplas espacialidades compostas por pequenos universos que se revelam por diferentes linguagens, de formas mais ou menos agressivas ou conflitantes, mas é sempre múltipla, constantemente agitada, permanentemente ruidosa.

Quando perguntados, nos anos 1990, sobre o porquê de se comemorar na Avenida Paulista e não em outro bairro ou rua da cidade, torcedores de futebol responderam: “Porque nos iden-

Imagens 49 a 51. Protestos na Avenida Paulista. Acima, 1989, ao meio, 1992 e abaixo, 2014 Fonte: Estadão Conteúdo

tificamos com ela, porque é a própria cidade; comemorando na Paulista comemoramos na cidade toda e a cidade toda” (Limena, p.133, 1996).

A esse respeito, Limena comenta:

“As inúmeras manifestações culturais, artísticas, políticas, econômicas, religiosas, esportivas e de lazer (fontes da imprensa revelam que, em média, ocorre uma manifestação pública na Avenida por dia, desde o início dos anos 80) denotam as distintas formas de apropriação simbólica e material de seus espaços, de acordo com uma outra definição de princípios que não aquela prescrita pela linguagem do poder.

Entram em cena práticas cotidianas de resistência ou de protesto desenvolvidas por sujeitos que elaboram seus próprios códigos de reconhecimento; que constroem seus paradigmas de dignidade, articulando-os num sentido comum, na construção da representação do mundo; que consciente ou inconscientemente questionam as premissas e critérios através dos quais se pensou a constituição do espaço urbano e os usos nele implícitos” (LIMENA, p.130)

Ocupar a Paulista possui também um significado emblemático para além da cidade: demonstra um movimento de ações mais concretas que busca trabalhar a cidade enquanto espaço público de circulação de pessoas - as cidades mais humanas. É compreender a rua como espaço da experiência na construção de novas formas de sociabilidade e identidades individuais e coletivas fora das instituições socialmente estabelecidas.

Ao longo do tempo, a Avenida Paulista deixou de ser apenas uma localidade na cidade para se tornar referência de expressão cultural de São Paulo e do Brasil, ocupada pelo mercado financeiro em um processo de urbanização intenso, uma imensa diversidade e tensões nos planos cultural, político e estético.

Tanto em termos individuais quanto coletivos, a Paulista apresenta diversos mecanismos de ocupação do espaço urbano, sendo fundamental no processo de privatização de espaços públicos e na politização de espaços privados.

A Avenida se tornou referência da cidade de São Paulo desde sua criação, apoiada no binômio industrialização e urbanização, e por suas ambiguidades e tensões expressas tanto no campo

individual quanto coletivo, por aspectos culturais, políticos, estéticos. Essas ambiguidades foram evidenciadas durante as Manifestações de Junho de 2013, utilizando a Avenida Paulista como um dos principais palcos das disputas ideológicas daquele momento e permanecendo até hoje em constante tensão.

Este capítulo se esforça em compreender esses processos dentro do período circunscrito pela pesquisa, de 2013 a 2017, e como o contexto político, urbano e social da Avenida Paulista e do país se entrelaçaram e possibilitaram as formas de ocupação da avenida atualmente.

Para esta análise, o capítulo será dividido em três seções: a primeira retomando alguns dados citados anteriormente no Capítulo 1 em relação ao movimento que emergiu pós Manifestações de Junho de 2013 e que culminou com o Programa Ruas Abertas, com a ocupação Paulista Aberta aos domingos, objeto da pesquisa.

Na segunda seção será apresentado o histórico anterior à esse Programa, durante a gestão de Marta Suplicy (PT) na prefeitura de São Paulo nos anos de 2001 a 2004, em um comparativo do que foi o programa de ocupação da Paulista neste período e a ocupação realizada atualmente.

Na terceira seção será apresentado o funcionamento da Paulista Aberta ao longo do tempo, tanto no espaço físico da Paulista, quanto nas redes sociais e as interações que emergiram desta ocupação.

Por fim, serão feitos comentários a respeito desta ocupação, apontando suas conquistas e mudanças com a alteração da gestão municipal e perspectivas de continuidade do programa.

3.2 OCUPANDO A PAULISTA

A pulsão econômica, cultural e sua enorme visibilidade não impede, porém, a Paulista de ser cenário de constantes violências, físicas e sociais. É constante a presença de pessoas em situação de miséria e a ocorrência de atos de violência em suas mais variadas formas -assaltos, agressões, casos de racismo, homofobia, assédio contra mulheres. Ao mesmo tempo em que é constante também a realização de manifestações culturais e políticas das mais diversas. Além de ser centro financeiro da cidade, ponto turístico da capital, com presença de instituições e coletivos culturais, além de hospitais, hotéis, consulados, forte mercado informal e conexão com as principais avenidas da cidade.

Conhecida pela sua potência cultural, durante as Manifestações de 2013, independente do motivo do protesto, ocupar a avenida foi um símbolo importante para difundir o teor das reivindicações - algumas com massiva cobertura da grande imprensa, outras com difusão maior por mídias digitais e alternativas, mas sempre presentes nas redes sociais através dos compartilhamentos entre manifestantes e usuários online.

Inicialmente, com as manifestações de Junho de 2013 pautando a questão do transporte público e, no limite, o direito à universalização do acesso gratuito ao transporte público, como é o objetivo do Movimento Passe Livre (MPL), a questão do direito à cidade passou a se fortalecer como uma pauta a ser levantada tanto por militantes, quanto por pesquisadores sobre a cidade, artistas e suas intervenções nos espaços urbanos, produtores culturais e outras áreas que passaram a dar atenção especial à forma com que as cidades estavam sendo ocupadas para além dos movimentos cotidianos.

Rapidamente, a Paulista passou a ser central também na defesa de uma agenda política que debatia o direito à cidade na perspectiva de uma cidade para as pessoas e espaços públicos com qualidades para o lazer. Esta militância em São Paulo (formada por uma classe média jovem) viu nesse debate uma oportuni-

dade para reacender a disputa sobre o uso da Avenida Paulista também como um espaço público de lazer.

Em 2012, tinham sido feitas algumas ações no Dia Mundial Sem Carro, com a abertura da Praia na Paulista na Praça do Ciclista para discutir a questão da mobilidade urbana e em 2013 movimentos do “Se a Paulista fosse nossa” promovendo intervenções artísticas na Avenida com a Alameda Rio Claro, fazendo um bloqueio parcial no sentido via Consolação.

O movimento tomou fôlego ainda em meados de 2014, quando integrantes do grupo Sampa Pé e outros interessados iniciaram uma discreta ocupação na Avenida Paulista no número 1919, o Palacete Franco de Mello, um dos últimos casarões residenciais remanescentes da história da Avenida.

Com ações ainda tímidas, como colocação de cadeiras de praia na calçada e mesa de ping pong aberta para a população, a iniciativa funcionou como uma primeira experiência da possibilidade de ocupar a Paulista como espaço de lazer, utilizando a oportunidade para coleta de assinaturas e conversas com os pedestres a respeito do tema.

Nesse momento, os grupos envolvidos com a ocupação pediram a autorização para ocupar um trecho da Avenida, fechando-a para a circulação de veículos em apenas um dos sentidos.

O objetivo era “oferecer mais espaço de lazer, encontro e atividade física ao cidadão paulistano aos domingos no local mais frequentado e emblemático da cidade – a Avenida Paulista” (Sampa Pé, 2014). Como foi enunciado no projeto enviado pelos grupos Sampa Pé e Minha Sampa para a prefeitura de São Paulo, em 22 de Dezembro de 2014.

O projeto indicava o interesse do fechamento da Avenida no sentido Paraíso, no trecho entre os Parques Trianon e Mário Covas, aos domingos entre às 7h da manhã e às 16h da tarde.

Nele, foi esclarecido que não havia interesse em uma programação cultural que pudesse gerar aglomeração de grandes multi-

dões. A intenção era simplesmente permitir a livre circulação das pessoas por aquele trecho para fins de lazer e práticas esportivas, e ainda para mobiliários urbanos, canteiros e food trucks que pudessem dar suporte às atividades.

No dia 28 de Junho de 2015, foi feita a inauguração de uma ciclovia²² em toda extensão da Avenida Paulista, comemorada e divulgada como uma política de acesso à cidade e melhoria da mobilidade urbana pelos apoiadores da gestão de Haddad. Sua construção foi fortemente criticada como uma obra de alto custo para os cofres públicos, mal planejada e de poucos resultados reais para a melhoria da circulação na cidade na opinião dos críticos do prefeito.

22. O coletivo Vá de Bike fez um resumo da história da construção da ciclovia na gestão de Haddad. Disponível em <http://vadebike.org/2016/06/historia-ciclovias-paulista/> Acesso em 20 de Junho de 2018

A Avenida, como um grande cenário de experimentações urbanas, ganhou ao receber a ciclovia, mas essa não foi uma política capaz de repensar a questão da mobilidade e do transporte na cidade. O ciclismo continuou sendo mais voltado ao lazer, enquanto o transporte na cidade ainda é primordialmente de veículos particulares e um sistema viário precário - tanto para esses veículos quanto para a frota de ônibus.

Frente ao cenário de discussão política em relação à mobilidade urbana e aos usos dos espaços públicos, aumentou a pressão popular por novos usos da Avenida aos finais de semana para atividades de lazer.

Mais uma vez, o movimento de mudança no funcionamento desse espaço buscou a parceria com o poder público, para se legitimar através da autorização do poder do Estado, e não enquanto um movimento de contestação e resistência, como é o caso de outros modos de ocupação por moradia, por exemplo.

No dia 28 de setembro de 2015, a mobilização online “Se a Paulista fosse nossa” reuniu 1500 assinaturas em prol da causa através do site Panela de Pressão²³, um aplicativo para mobilização online da Rede Minha Sampa. Essas assinaturas online foram enviadas ao então prefeito Fernando Haddad indicando o desejo da sociedade civil em ter a Paulista aberta aos domingos para lazer.

23. Campanha disponível no link <http://panela-depressao.nossascidades.org/campaigns/478#> Acesso em 22 de Março 2018

Imagem 52. Mapa da Avenida Paulista

Na plataforma do Painel de Pressão, são diversos os comentários contra ou a favor da iniciativa (alguns desses comentários estão na página ao lado), tendo como argumento favorável principalmente o desejo em ter mais espaços públicos de lazer na cidade, e como comentários contrários, a importância de manter a Avenida aberta para a circulação de veículos devido às necessidades dos moradores e dos hospitais da região.

Em junho de 2016, foi publicado o Decreto nº 57.086 instituindo o Programa Ruas Abertas de forma permanente e a criação do Comitê de Acompanhamento e Fortalecimento do Programa Ruas Abertas. Além da Avenida, outras ruas seriam selecionadas para participar do programa ruas abertas, sendo uma para cada subprefeitura, por meio de audiências públicas²⁴ realizadas a partir de Setembro de 2015.

24. Um resumo a respeito das audiências realizadas pode ser lido no link <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-instituioficialmente-programa-ruas-abertas/moradores-decidem-quais-ruas-poderao-ser-abertas> Acesso em 22 de Março 2018

No dia 29 de Dezembro de 2016, Haddad promulgou a oficialização do Programa Ruas Abertas na forma da Lei nº 16.607, incluindo não apenas a Avenida Paulista, mas também 32 ruas que também se tornaram espaços de lazer em toda a cidade em parceria com as respectivas subprefeituras.

No texto da Lei, estava prevista a supervisão do Programa através da criação de um Comitê Intersetorial de Ruas Abertas, formado por oito secretarias e a regularização da comercialização de alimentos e bebidas por vendedores ambulantes.

Estava previsto também a possibilidade de parcerias entre o Programa, a subprefeitura, a sociedade civil e empresas para montagem de estruturas temporárias durante a realização das Ruas Abertas, como banheiros químicos, geradores de energia, mobiliários urbanos, realização de atividades específicas e outras estruturas que potencializam as atividades durante os dias de abertura.

Outras especificações sobre o Programa eram previstas, como critérios de seleção das ruas participantes, situações e regras para alteração do horário das atividades caso haja necessidade, além de uma rede de comunicação que divulgasse as atividades para os mais diversos setores, dos moradores das ruas e

██████████ · São Paulo, Brazil

Apoio, e, na verdade, pediria mais ainda: que todos os domingos fossem como foi o domingo da inauguração da ciclovía, com a interdição de toda a Av. Paulista aos carros. Claro que veículos de emergência estariam liberados, bem como os veículos de moradores. Até onde sei, não houve nenhum transtorno maior causado pela interdição, porque não adotá-la permanentemente, todos os domingos?

Like · Reply · 2 · 2y

██████████

Não houve pra vc que não mora aqui e não circula pela região. Amigos, reflitam, devemos pressionar para que sejam criados mais parques, mais áreas verdes e que sejam bem cuidadas (pois não estão sendo), lutem para que seus bairros tenham isso, não tem lógica fechar ruas ou importantes avenidas, a prefeitura quer polemizar e tirar o foco do que é importante. Lazer no concreto, vc acha mesmo que devemos nos contentar com tão pouco?

Reply · 2y

██████████

Amigos, reflitam, devemos pressionar para que sejam criados mais parques, mais áreas verdes e que sejam bem cuidadas (pois não estão sendo), lutem para que seus bairros tenham isso, não tem lógica fechar ruas ou importantes avenidas, a prefeitura quer polemizar e tirar o foco do que é importante. Quem quer fechar a Paulista para lazer se esquece que isso afetará todo o entorno (hospitais inclusive), não apenas para milhares de moradores como para os que trabalham e dependem da locomoção por todas as regiões adjacentes.

Like · Reply · 1 · 2y

██████████ · UNIP

icado e polemico, porém algo de se pensar
o assunto, aquilo que não agrada a mim
e é versá, eu tendendo que os parques
go chamado lazer... as avenidas foram
calçadas para pedestres, cada um é
o vejo que a Paulista seja o local ideal.
Ibirapuera e tantos outros perderam o
os pedalaram, então é melhor construir
ovo bairro.... Com todo o respeito a quem
a ainda é lugar de carros e calçada ainda é
mas aí se construirmos, perdemos o pouco
a situação!!!!
São Paulo nasceu, essa cidade cresceu
esqueceram dos amantes das bicicletas, os
adas e outros mais, quando construíram as
sou em nada disto, acho que para novos
estão sendo replanejados... é uma boa
o que está mais que pronto fica difícil....
ição e saber a real opinião de cada um, e
parecem a esta votação e o que fosse
ais, objeto de polêmica.

regiões impactadas, artistas de ruas, vendedores ambulantes, e outros grupos envolvidos, em um processo chamado por Fernando Haddad de “militância pró-ativação”, buscando através da participação de diversos setores, o melhoramento das atividades e a inclusão desta ação como uma prática cotidiana dos bairros da cidade.

Em matéria oficial da prefeitura, o Programa foi divulgado da seguinte forma:

“Com o impedimento do trânsito de veículos motorizados, a intenção é que as vias do Rua Aberta recebam atividades esportivas, gastronômicas e culturais gratuitas. Além de incentivar a apropriação dos espaços públicos, consolidando as relações sociais nos bairros, as políticas do programa também visam incentivar a comercialização de artesanatos e alimentos de baixo custo, considerando os empreendedores e artistas locais como peças fundamentais, promovendo a inclusão cultural, geração de renda e a recuperação urbana de espaços degradados e sem uso.” (Secretaria Especial de Comunicação, 2015)

O programa foi premiado na 60ª edição do Prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), realizado em maio de 2017, na categoria urbanidade dentro da área de arquitetura.

“Esse é um projeto importante para a Prefeitura e para a cidade de São Paulo, porque traz a questão da mobilidade e de o cidadão ocupar os espaços. Por muito tempo, as pessoas foram se afastando das ruas e praças, deixando de sair de casa e participar da cidade. Esse projeto traz um resgate do convívio e do encontro das pessoas”, afirmou o presidente da APCA, José Henrique Fabre Rolim.

Naquele momento, estavam envolvidos com o Programa as Secretarias Municipais de Coordenação das Subprefeituras, Transportes, Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, Cultura, Segurança Urbana, Esportes, além da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e da Agência São Paulo de De-

37 curtidas

cafe_charlotte 30 graus na cachola e a pista ocupada por pedestres e ciclistas 🍷🍷🍷 por que só agora São Paulo?!

#sp #avenidapaulista #semcarros #paulistaaberta #goodvibes #goodmood #lifeisgood #livesimply #rideabike #inspirações #cafecharlotte

Ver todos os 5 comentários

10 DE ABRIL DE 2016 · VER TRADUÇÃO

57 curtidas

cycloffee #yoga #folk #paulistaaberta #onibus

Ver 1 comentário

22 DE NOVENBRO DE 2015

Curtido por revista5 e outras 50 pessoas

jonfaal Já tem ciclovía! #ciclovias #cicloviapaulista #saopaulocity

Ver todos os 3 comentários

28 DE JUNHO DE 2015

143 curtidas

flaviadurante Orquestra Voadora na Av. Paulista! #carnavalresp #paulistaaberta #orquestravoadora #sãopaulo

Ver todos os 3 comentários

14 DE FEVEREIRO DE 2016

Imagem 54 a 57. Momentos na Paulista Aberta. Fonte: Instagram

envolvimento para a realização do Programa em toda a cidade.

Além do Programa Ruas Abertas, outras ações sobre modos de ocupar a cidade também estavam em discussão, como o Programa Ruas de Cultura e Lazer, complementar ao Ruas Abertas, o Programa de Vagas Vivas, com a construção de parklets como extensão das calçadas em vagas de estacionamento, e as Ruas 24 Horas, sendo vias com funcionamento ininterrupto de atividades de lazer, especialmente no período noturno das 22h às 5h, predominantemente vias comerciais.

Imagem 58. Mapa das ruas no Programa Ruas Abertas. Fonte: Google Maps

Ao longo de todo esse período de negociação para que o Programa Ruas Abertas se tornasse uma lei municipal, diversas pesquisas foram realizadas para medir o impacto desta ação na Avenida Paulista, com dados sobre a opinião dos moradores, comerciantes e pedestres da região, além de análises comparativas quanto aos ruídos sonoros e dispersão de poluição gerados em dias normais e nos dias de realização da Paulista Aberta.

Os grupos Minha Sampa e Sampa Pé divulgaram o “Relatório da Pesquisa e Mapeamento do Comércio da Av Paulista” feita em agosto de 2015, no segundo dia de abertura oficial da Avenida. A publicação online apresenta um histórico resumido sobre todo

o processo de idealização do Programa Ruas Abertas, e aplicou um questionário com os estabelecimentos comerciais presentes na Avenida.

Como resultado, foram mapeados 107 estabelecimentos comerciais, definidos como os comércios na escala da rua com fachadas viradas para a calçada da Avenida, desconsiderando neste caso shoppings e lojas que tenham acesso por outras ruas além da Avenida.

Desses comércios, 57% permaneciam abertos aos domingos, principalmente bares, restaurantes e bancas de jornal. Dentre eles, houve uma divisão de opiniões a respeito da abertura da Avenida e a pesquisa mostrou que essas respostas não necessariamente estavam vinculadas aos reflexos que essa abertura causava nas vendas, mas sim por questões ideológicas dos entrevistados.

A metade dos entrevistados era a favor da abertura da Avenida e indicava um impacto positivo no seu comércio, contra 29% que indicaram impactos negativos e outros 25% de indiferença, mostrando que, até aquele momento, os próprios comerciantes ainda não haviam analisado o impacto real nas vendas, mas vários deles indicaram que havia maior movimento com o a circulação de pedestres.

Apesar desta pesquisa ter sido feita em um momento ainda muito recente do Programa, já foi percebido que as organizações comerciais que estavam lutando contra a abertura da Avenida em processos judiciais contra a prefeitura, alegando que o impedimento da circulação de automóveis causaria a ruína das vendas aos domingos, não representavam a opinião da maioria dos comerciantes e não possuíam de fato uma pesquisa sobre os impactos reais no comércio local.

A segunda pesquisa foi realizada em janeiro de 2016, com a aplicação de uma metodologia desenvolvida pelo grupo Cidade Ativa com painéis interativos, em que as perguntas estão dispostas em um painel e as pessoas são convidadas a colar adesivos que indicam suas respostas em um quadro coletivo. Segundo o grupo,

esta metodologia torna o questionário menos pessoal e mais coletivo, uma vez que ao responder, os participantes (e não entrevistados) são capazes de visualizar a opinião de outras pessoas também.

O questionário aplicado objetivava identificar os participantes da pesquisa e do evento na Paulista, suas relações com diferentes partes da cidade, com as ciclovias e a iniciativa da abertura para pedestres na Avenida Paulista.

A aprovação da Paulista Aberta foi unânime, tanto nas pesquisas feitas aos domingos quanto nos dias de semana em que o painel ficou exposto, além de grande aprovação das ciclovias recém construídas.

A pesquisa estabeleceu também uma relação entre as pessoas que aprovam a Paulista Aberta e as ciclovias, e têm interesse em práticas esportivas e frequentam praças e parques, em oposição às pessoas que não praticam atividades físicas e tem como preferência passear em shopping centers da região.

Em relação ao transporte, a pesquisa mostrou que a maioria das pessoas utiliza veículos particulares para se locomover na cidade, mas que havia interesse em utilizar mais bicicletas e transporte públicos.

A pesquisa mapeou o público da Avenida, tanto aos domingos quanto em dias comerciais, com ligeira maioria de homens, grande maioria na faixa etária de 30 a 59 anos, pessoas que praticam atividades físicas, residem, trabalham, fazem compras e passeiam no centro da cidade, utilizam transporte público e tem interesse em utilizar mais bicicletas como alternativa de locomoção. Eles indicaram também aprovar o público presente aos domingos na Avenida, as atividades realizadas e a segurança do local.

Estas pesquisas realizadas pela equipe do Cidade Ativa obteve resultados semelhantes às diversas outras pesquisas divulgadas pelo Datafolha na mesma época. Em fevereiro de 2016, o Datafolha divulgou que 61% dos moradores da região aprovaram a Paulista Aberta, enquanto 47% dos paulistanos no geral eram a

escolasaopaulo
Avenida Paulista

Curtido por **porondeandeisp** e **outras 259 pessoas**
escolasaopaulo Um sonho que a cidade realiza!
Venha conviver! #economiacriativa #porondeandeisp
#parquedebambu #bancoscomencostoparasampa
#pingPoint #benandjerrys #paulistaaberta
#escolasaopaulo

Ver todos os 9 comentários

28 DE JUNHO DE 2015

diegow.feliciano
Avenida Paulista

27 curtidas

diegow.feliciano "Você é só mais um no meio da multidão"

#spdagaroa #cidadedagaroa #paulista
#paulistaaberta #domingo #lazer #multidao

5 DE FEVEREIRO DE 2017 · VER TRADUÇÃO

cidade.ativa

34 curtidas

cidade.ativa Paulista Aberta para pessoas todo domingo!
Sua opinião foi muito importante para essa vitória.
A saúde de todos agradece!
#paulistaaberta #cidadeativa #sãopaulo #saúde
#pedestres #health #activedesign #ruaaberta
#paineisinterativos #pesquisa

Ver 1 comentário

15 DE OUTUBRO DE 2015

rafa.b
Avenida Paulista

160 curtidas

rafa.b Quando cada passo é uma dança
#cidadeativa #corridaamiga #mobilidadeativa
#parceiroluta #parceiroadança

Ver todos os 4 comentários

2 DE MARÇO · VER TRADUÇÃO

Imagem 59 a 62. Momentos na Paulista Aberta. Fonte: Instagram

favor da abertura. O público entrevistado que aprovava a abertura era primordialmente jovem, de 16 a 34 anos, já haviam participado de atividades aos domingos e apoiaram também a gestão de Haddad. Na oposição, entre as pessoas contrárias à abertura da Avenida, estavam pessoas mais velhas, de 45 a 59 anos, que não haviam participado das atividades na Paulista e não aprovaram a gestão de Haddad e as ciclovias.

Pelos resultados das pesquisas, a aprovação da Paulista Aberta era maioria tanto por parte do público quanto dos comerciantes, mas esses resultados não refletiam as lutas judiciais que estavam sendo enfrentadas, organizadas principalmente pela Associação Comercial de São Paulo e a Associação Paulista Viva, e também organizações dos moradores que se dividiam entre ser a favor da abertura defendendo os novos usos da Avenida, e os contrários que reclamavam da dificuldade em entrar e sair de seus apartamentos por conta do fechamento da via.

3.3. HISTÓRICO DAS OCUPAÇÕES NA PAULISTA

Ocupar a Avenida Paulista como espaço de lazer não é uma demanda atual apenas, ela já possui um histórico, desde sua origem, como território de disputa e espaço a ser “conquistado” por diferentes grupos sociais que contestam sua ocupação.

Em 1967, foi elaborado o projeto de uma Nova Paulista, assinado por Nadir Mezerani, tendo como proposta diminuir a circulação de automóveis e possibilitar o maior trânsito de pedestres.

Nos anos de 1980, foi criado o programa “Domingo Feliz” que previa a utilização da Avenida para fins de lazer (PETERS, 2016).

Na gestão de Marta Suplicy, o projeto Domingo na Paulista já transformava trechos da via em área de lazer. Em pesquisa feita pelo DataFolha na época, a ação contou com 76% de aprovação da população e chegou a reunir 35 mil pessoas, mas foi interrompida no início da gestão de José Serra (PSDB) alegando que o projeto “agradava a poucos, prejudicava muitos e agregava pouco à cidade”.

Foram selecionadas três matérias dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo entre 2004 e 2005 que exemplificam a atmosfera de discussão que permeava o projeto na época.

É notável que as matérias daquele período poderiam ser reeditadas para o momento atual com pequenas alterações. Apesar das pesquisas feitas nesta época de 2004 e 2005, e outras realizadas entre os anos de 2014 e 2015 com a retomada do debate sobre o tema, os argumentos a favor e contra o projeto mantêm-se inalterados: como pontos a favor, a importância de espaços públicos dando prioridade ao lazer de pedestres; para aqueles contrários à ação, a necessidade de circulação de carros na Avenida e reclamação de barulho, especialmente por parte dos moradores do entorno.

Das diversas pesquisas que foram feitas sobre a aceitação do Programa Ruas Abertas na Avenida Paulista, os principais argumentos contrários à sua utilização como espaço de circulação

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

DOMINGO NA PAULISTA

Numa cidade tão carente de áreas de lazer como São Paulo, eventos do tipo "Domingo na Paulista" merecem elogios. Esse projeto ainda experimental da prefeitura, que interdita aos domingos trechos da avenida Paulista, abrindo espaços de entretenimento para a população, já é um sucesso. No último domingo, 25 mil pessoas foram se divertir no principal cartão postal de São Paulo, segundo a Polícia Militar.

Até o próximo dia 20, "Domingo na Paulista" segue em caráter experimental. A ideia é tornar a interdição e a programação cultural definitivas, mas antes será preciso avaliar os impactos sobre o trânsito, o comércio e a vida dos moradores da região. Eventualmente, será preciso tomar medidas para reduzir os efeitos negativos produzidos pela iniciativa.

Reconhecer a importância de projetos como "Domingo na Paulista" e apoiá-los não deve, contudo, servir para isentar a prefeitura de seguir abrindo novas áreas de lazer, especialmente na periferia. A região da Paulista é uma das mais bem-servidas da cidade por parques e praças. E é justamente nos bairros mais carentes que é maior a necessidade de ações que privilegiem o lazer. É conhecida, por exemplo, a associação entre ambientes urbanos deteriorados e a violência.

Deve-se reconhecer que a administração da prefeita Marta Suplicy deu um passo importante com a implementação dos CEUs (Centros Educacionais Unificados), as escolas com equipamentos culturais e esportivos, que abrem seu espaço para a comunidade nos finais de semana. Mas as carências são ainda muito grandes.

É de esperar que iniciativas como "Domingo na Paulista" e a abertura dos CEUs prosperem e se aprofundem. Há quem afirme que a capacidade de divertir-se ao longo de toda a vida é um dos traços que distinguem homens de animais. Nesse sentido, entregar-se ao lazer nada mais é do que exercer a própria humanidade.

Nova ameaça à Paulista

A transformação da Avenida Paulista, que está completando 113 anos, numa imensa feira de artesanato aos domingos – entre a Rua da Consolação e a Avenida Brigadeiro Luís Antônio, ou seja, na maior parte de sua extensão – é um autêntico presente de grego que ela e a cidade que simboliza não merecem e, por isso, espera-se que a Prefeitura não conceda a autorização para tal solicitada pela recém-constituída Cooperativa de Artesãos e Antiquários do Estado de São Paulo.

A intenção dos autores da idéia é criar 1.200 vagas para artesãos e antiquários, que não poderiam mais trabalhar com mercadorias expostas no chão. Todos seriam instalados em barracas padronizadas de acordo com as regras da Prefeitura para esses casos – a cidade tem hoje 57 feiras regularizadas, entre as quais as do Masp e do Trianon –, com ajuda e assessoria da Cooperativa, que promete fornecer-lhes “infraestrutura física e de apoio”. Os chamados “expositores” contarão com serviços de limpeza e segurança e seus clientes teriam à disposição banheiros químicos e “proteção (toldos) contra intempéries naturais”. Eles seriam “organizados por setores temáticos como artes plásticas, artes cênicas, artesanato, moda e acessórios, entre outros”.

“Há cinco anos, existe uma feira informal aos domingos que reúne esses artesãos. O que fizemos foi regularizar essa atividade”, afirma o presidente da Cooperativa, Teddy Albuquerque. Todos os que moram na Paulista e imediações, freqüentam essa avenida ou simplesmente pas-

sam por ela aos domingos sabem que tal afirmação não corresponde à verdade. A tal feira informal felizmente ainda ocupa pequenos trechos da Paulista. O que a Cooperativa pretende, com todo aquele aparato, é transformar a avenida-símbolo da cidade na “maior feira de artesanato da América Latina”. Essa expressão, destinada a impressionar os incautos, na verdade mal disfarça o que pode ser um desastre.

É fácil imaginar as consequências da transformação da Paulista, aos domingos, num imenso mercado a céu aberto, com a in-

A REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA EXIGE ATENÇÃO À SUA REAL VOCACÃO

terdição de circulação de veículos entre a Consolação e a Brigadeiro. Será que os autores da idéia se esqueceram dos transtornos que isto pode acarretar para o trânsito naquela região, com repercussão numa grande parte da cidade? Esqueceram-se de que na Paulista e imediações situam-se importantes hospitais – que, é claro, funcionam normalmente aos domingos, ao contrário dos escritórios – e que a “maior feira de artesanato da América Latina” pode dificultar seriamente o acesso a eles dos doentes?

É preciso considerar ainda um outro aspecto da questão. Diz o presidente da Cooperativa que os cuidados tomados naquela minuciosa organização possibilitarão a “diferenciação entre o artesão e o ambulante (camelô)”. Só a ingenuidade ou o desconhecimento do histórico do problema dos ca-

melôs podem explicar tamanho otimismo. O mais provável é que, ou os camelôs aproveitem essa oportunidade para se infiltrar entre os “artesãos”, ou que estes se transformem também numa nova forma de ambulantes, e a Paulista se veja ocupada em massa por eles, não apenas no domingo, mas durante toda a semana. Isto representaria uma pá de cal nos tímidos esforços que vêm sendo feitos para livrar a Paulista dos camelôs.

Os autores da idéia dessa feira tiraram uma lição oposta à sugerida pela experiência do Domingo na Paulista, criado pela prefeita Marta Suplicy e que transformou o trecho dessa avenida, entre a Alameda Casa Branca e a Rua Peixoto Gomide, numa área de lazer aos domingos, das 9 às 14 horas. Os protestos contra a iniciativa, feitos por moradores da região e dos que a ela precisam ter acesso aos domingos, demonstram o óbvio, isto é, que não se pode prejudicar a maioria da população para satisfazer a minoria beneficiada pelo lazer proporcionado pelo Domingo na Paulista. Os transtornos da feira seriam muito maiores, proporcionais ao trecho que se pretende interditar, bem superior ao do Domingo na Paulista.

A revitalização da Paulista, que avançou muito graças aos esforços da Associação Paulista Viva, exige que se adote um outro comportamento com relação a essa avenida, a começar pelas autoridades. Além do combate aos camelôs, é preciso deixar bem claro que foge à sua vocação ser local de manifestações e de experiências de lazer ou feira de artesanato que levem à sua interdição, mesmo parcial, aos domingos.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

LAZER

Prefeitura afirma que evento prejudicava o trânsito

Serra pára Domingo na Paulista que alcançou 76% de aprovação

DA REPORTAGEM LOCAL

Apesar de ter alcançado 76% de aprovação, o Domingo na Paulista não será mais realizado pela Prefeitura de São Paulo. Segundo Caio Luiz de Carvalho, presidente do São Paulo Turismo (antigo Anhembi Turismo), o evento "agrada a poucos, prejudica muitos e agregava pouco à cidade".

O Domingo na Paulista começou a ser realizado no ano passado, pela gestão Marta Suplicy (PT), quando chegou a reunir 35 mil pessoas, e foi suspenso por José Serra (PSDB) no início deste ano, sob o argumento de que era preciso reavaliá-lo. Em dois domingos, o evento foi realizado como teste, mas o palco foi suprimido e o evento passou a ocupar só uma faixa da avenida, em vez de duas, como antes.

Na ocasião, alunos do curso de Turismo da USP (Universidade de São Paulo) entrevistaram 1.245 pessoas, entre frequentadores, motoristas e moradores, para descobrir o nível de aceitação do evento: 76% dos entrevistados apoiaram o Domingo na Paulista.

Segundo Carvalho, o projeto gera problemas no trânsito do entorno quando é realizado nas duas faixas da avenida e "não é inteligente" fazer o evento limitando-o a uma faixa. **(AMARÍLIS LAGE E SIMONE HARNIK)**

Imagem 65. Matéria "Serra pára Domingo na Paulista que alcançou 76% de aprovação". Fonte: Folha de S Paulo

têm sido refutados com base nas pesquisas e experiências feitas aos domingos.

Primeiro, em pesquisas feitas tanto pelo DataFolha quanto pelos grupos da sociedade civil, como o Cidade Ativa, todos os hospitais afirmaram que o fechamento do trânsito na Avenida aos domingos não altera sua capacidade de atendimento, uma vez que todos os hospitais possuem acessos alternativos por outras ruas. Portanto, é errado dizer que a Paulista Aberta dificulta o acesso aos hospitais da região.

O segundo argumento, referente aos ruídos sonoros produzidos aos domingos, também foi rebatido na pesquisa feita pelo Cidade Ativa que afirma que nos dias da abertura da Avenida, os ruídos diminuem tanto na Paulista quanto em suas transversais, demonstrando que os ruídos sonoros produzidos pela circulação de veículos cotidianamente ou pelas caixas de som aos domingos são similares em termos de decibéis, enquanto que nos dias de evento o ruído produzido nas ruas transversais é menor do que em dias de circulação normal de veículos.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado para o nível de concentração de poluentes, sendo também significativamente menor nos dias de Paulista Aberta, sem circulação de veículos, em comparação com os dias de tráfego normal pelas vias.

A discussão entre ter ou não a possibilidade de abertura da Avenida Paulista para atividades de lazer aos domingos demonstra ser mais uma questão de apoiar ou não uma visão política que preza pela questão de ocupação de espaços públicos de maneiras não convencionais, contra a percepção utilitarista das vias públicas dedicadas única e exclusivamente à circulação de veículos.

Pela condição caótica do trânsito em São Paulo, sendo também uma realidade em diversas outras metrópoles ao redor do mundo, a construção de novas vias, pontes, viadutos, marginais e afins não tem realmente atingido suas metas de melhorar o fluxo do trânsito. Em São Paulo há o caso emblemático do Minhocão, que hoje se tornou um grande problema estrutural, sem ter resol-

vido a questão do trânsito como sua construção almejava.

O que é percebido na prática das cidades é o contrário, a construção de diversas vias não apenas não auxilia na redução de congestionamentos, como aumenta o trânsito de veículos individuais, sendo um dos principais motivos pelo excesso de veículos em circulação (SPECK, 2000); desestimula o investimento em transporte público, o que seria uma possibilidade de melhorar o fluxo de carros e a circulação de grande quantidade de pessoas; e limita a discussão em relação a outros modos de transporte, como o ciclismo urbano.

A repetição do mesmo ideal desde as ações de ocupação da Paulista em 2004 e novamente em 2014 da necessidade de circulação de automóveis, em especial os veículos particulares e de acesso aos hospitais do entorno (mesmo com a aprovação da ocupação por todos esses hospitais), demonstra que a postura contrária às ações de lazer na Paulista não são de fato uma preocupação com o trânsito e a acessibilidade da região, mas sim uma questão de fins individuais e ideológicos.

As ações de ocupação de espaços públicos, aqui englobadas dentro das práticas desenvolvidas pelo urbanismo tático, se mostram estar além de uma discussão sobre arquitetura e modos de usar e ocupar espaços públicos, mas são também uma reivindicação política sobre acesso e empoderamento da cidade, sendo necessária uma discussão que leve a uma reforma urbana, estrutural e ideológica.

Movimentos que promovem a reestruturação do paradigma de utilização da cidade colocando o pedestre como questão central para pensar modos de circulação e utilização da cidade, ao invés do veículo particular como é atualmente, defendem um novo modelo de pensamento sobre o espaço urbano e seus usos, e principalmente, um novo modo dos moradores pensarem em si mesmos dentro deste espaço urbano.

Devido a esse novo paradigma que é proposto, o programa Ruas Abertas é tratado nesta pesquisa como a abertura das vias para circulação de pedestres, ao contrário do raciocínio da mídia tra-

dicional que divulga o programa como o fechamento da Paulista para carros.

Ambas as informações são corretas, mas a segunda coloca o protagonismo da cidade no veículo, enquanto a primeira compreende a necessidade de oferecer maiores possibilidades de circulação aos pedestres em suas mais variadas formas: seja na criação de espaços de lazer e de permanência, ou a melhoria de redes de transporte individuais, como calçadas mais agradáveis e seguras e ciclovias em amplas redes de atendimento, ou ainda transportes coletivos como redes de metrô, trem e ônibus, e para esta última, a importância dos corredores exclusivos de ônibus.

3.4 REDES DE ARTICULAÇÃO

Dando continuidade à discussão sobre a ocupação dos espaços públicos enquanto uma questão política, mostrou-se interessante fazer um paralelo sobre os movimentos de ocupação da Avenida Paulista e seus diálogos com os acontecimentos políticos do mesmo período no país e na cidade de São Paulo.

Para isso, assim como no Capítulo 2, foi feito um paralelo sobre o que estava sendo discutido nas redes sociais a respeito da Paulista Aberta, quais ações estavam emergindo nas ruas durante as atividades no domingo e o que acontecia no cenário político nacional ao longo do período da pesquisa, do início de 2013 até o final de 2017.

Foi realizado um acompanhamento das postagens feitas pela página Paulista Aberta, criada no dia 25 de Agosto de 2015, já no processo descrito anteriormente com o abaixo assinado online criado na plataforma virtual Panela de Pressão.

Este hiato entre 2013, início do período de análise e das Manifestações de Junho que fortaleceram o debate sobre as ocupações urbanas, e o segundo semestre de 2015, quando a página é criada, pode ser explicado pelas articulações realizadas de forma offline até então. Como exemplo, as ocupações pontuais de alguns trechos da Avenida e discussões que levaram ao fortalecimento da ocupação da Paulista para uma pauta específica que pode apenas então ser difundida enquanto uma demanda pública aberta à participação de forma ampla por toda a sociedade civil. Até então, a discussão se mantinha em grupos específicos, utilizando ou não plataformas digitais, mas principalmente enquanto uma demanda discutida de maneira informal.

Quando a pauta se fortaleceu, foi criada a página no Facebook e o abaixo-assinado online, alinhando a discussão sobre o tema aos suportes tecnológicos atuais: o abaixo-assinado coletou assinaturas físicas na própria Paulista durante o período de pequenas intervenções, até que seus agitadores acreditaram que a pauta poderia extravasar para novos suportes, que ainda são vistos como modos experimentais de participação política, como

o abaixo-assinado em seu formato digital através da plataforma Panela de Pressão.

Da criação desta página no Facebook no final de agosto de 2015, até o final de 2017, foram feitas ao todo 216 postagens, sendo 77 em 2015; 101 em 2016; e 38 em 2017.

Analizando apenas esses números, 216 postagens ao longo de 3 anos significa uma postagem a cada 5 dias. Nessas postagens, foram feitos ao todo 246 comentários, tendo 25 posts sem nenhuma reação (curtida, comentário ou compartilhamento), e apenas 18 posts com mais de 100 reações (a soma de curtidas, comentários ou compartilhamentos). Ao todo, foram 7166 reações nos 216 posts da página.

Isso significa que, daquelas 2932 pessoas que inicialmente assinaram o abaixo-assinado virtual criado na plataforma digital Panela de Pressão, o “Queremos a Paulista inteira Aberta ao lazer aos domingos!”, nem todas se relacionaram mais que duas vezes com a página do projeto almejado.

Engajamento no Facebook da página Paulista Aberta

Gráfico 6. Engajamento no Facebook da página da Paulista Aberta. Fonte. Autoral

O baixíssimo envolvimento com a página online do movimento não significa porém que houve baixa participação virtual com o projeto. Talvez a escolha pela criação de uma página ao invés de um grupo tenha sido um dos fatores dessa baixa participação online.

Uma página no Facebook só pode ter posts publicados por pessoas autorizadas, não sendo possível estabelecer uma relação colaborativa na criação de conteúdo, diferente do caso de um grupo, em que todas as pessoas participantes têm liberdade para postarem mesmo que haja regras estabelecidas aplicadas pelos mediadores do grupo.

Em entrevista com Rafaella Basile, membro do grupo Cidade Ativa e uma das pessoas que organizou o movimento pela Paulista Aberta em seu início, comentou que a proposta da página no Facebook era como um mural de notícias sobre o processo do movimento, mas que nunca foi estabelecida uma plataforma de comunicação nas redes sociais sobre a programação, e ainda que não era um desejo daquele grupo de pessoas assumir o gerenciamento das atividades, uma vez que elas deveriam acontecer organicamente conforme a demanda dos usuários - como de fato acontece.

Existe também um grupo fechado #PaulistaAberta no Facebook, mas conta com apenas 273 membros. Ser fechado significa que o administrador deve permitir a entrada de novas pessoas, e não há registro de atividades. Ou seja, existe o grupo, mas ele não está em funcionamento.

Esse posicionamento explica, por exemplo, porque a página da Paulista Aberta não tem grande engajamento online, uma vez que não possui uma estratégia de engajamento e ativação nas redes. É uma pista também a ausência de um grupo no Facebook, onde nenhuma pessoa sentiu necessidade, ou autonomia, para criar e administrar um grupo em nome de um movimento que, na prática, não possui uma gestão centralizada.

No que se refere às redes sociais da Paulista Aberta, o modo de interação do público nas redes, os organizadores e as próprias ferramentas utilizadas possuem suas especificidades e, portanto, esses dados serão trabalhados de forma distinta àquela proposta no caso da Batata Precisa de Você.

A análise sobre a página da #PaulistaAberta está estruturada da seguinte forma: serão apontadas as principais postagens da página no Facebook desde sua criação, vinculados a um comentário sobre o momento político dessas postagens em relação ao contexto do Programa Ruas Abertas e da política municipal/estadual/federal, conforme os acontecimentos daquele momento. Em seguida serão destacados alguns comentários feitos nessas postagens que possam dar elementos de análise em relação à recepção do público ao Programa.

A postagem com maior número de engajamentos aconteceu no dia 15 de outubro de 2015, com a publicação de uma matéria da Central Brasileira de Notícias (CBN), uma rede de rádio brasileira, pertencente ao Sistema Globo de Rádio. O primeiro comentário dessa postagem é da própria página da Paulista Aberta também com uma matéria da CBN explicando que moradores usuários dos hospitais teriam liberação para passar com seus veículos durante o período do evento, em uma tentativa de explicar, de antemão, que esse não seria um problema, uma vez que as principais críticas ao fechamento do trânsito na Paulista ocorrem em relação ao acesso aos hospitais.

Apesar do grande número de curtidas e compartilhamentos, 303 e 313, respectivamente, a postagem contou com apenas 19 comentários, em sua grande maioria de pessoas marcando outras pessoas para lerem a notícia, uma prática cotidiana no Facebook, com alguns poucos e rápidos comentários comemorando a notícia ou criticando o programa, mas sem discussões ou reflexões.

A segunda postagem mais engajada, já na contramão daquela primeira, foi uma nota contra o desmonte do Programa Ruas Abertas, postada no dia 12 de maio de 2017, ainda no primeiro semestre da nova gestão municipal com o prefeito eleito João

1º

O secretário Tatto anunciou oficialmente: a Paulista está ABERTA a partir deste DOMINGO (18/10), e em definitivo! \o/

Avenida Paulista vai fechar para carros todos os domingos

Decisão começa a valer neste fim de semana. Interdição vai ocorrer das 9h às 17h. CBN.GLOBORADIO.GLOBO.COM

303

Ordem cronológica

313 compartilhamentos

19 comentários

2º

NOTA SOBRE O DESMONTE DO PROGRAMA Ruas Abertas

É com muita preocupação e um sinal de alerta que recebemos a denúncia sobre o desmonte do Programa Ruas Abertas, publicado hoje na Folha de São Paulo, intitulada "Doria esvazia programa de Haddad que veta carro em ruas aos domingos".

O programa foi um desdobramento da abertura da Avenida Paulista aos domingos. A Paulista Aberta, por sua vez, tornou-se realidade após intensa pressão da sociedade civil por mais de um ano, para mostrar que era possível transformar vias de trânsito em espaços de lazer para as pessoas, mesmo que temporariamente. O programa Ruas Abertas já recebeu diversos prêmios, como a 60ª edição do Prêmio APCA, concedido pela Associação Paulista de Críticos de Arte, e foi oficializado através de lei municipal em dezembro de 2016.

Organizações como SampaPé, Cidade Ativa, Minha Sampa e Bike Anjo têm acompanhado o andamento da implantação do Ruas Abertas por toda a cidade e cobrado a Prefeitura sobre a sua execução de acordo com as premissas da iniciativa. Desde junho de 2016, essas entidades compõem um Comitê de Fortalecimento e Acompanhamento do Programa Ruas Abertas junto à Prefeitura Municipal, onde discutem e propõem alterações importantes que possam consolidar essa política pública.

Nossa visão é de uma cidade aberta, livre e inclusiva. Acreditamos que a abertura de espaços públicos para as pessoas promove uma cidade mais sustentável, saudável, lúdica, com locais de convivência da diversidade, de lazer e fruição do espaço urbano. O fechamento de ruas para veículos é uma importante ferramenta para mudar a maneira como os cidadãos se relacionam com a cidade e vislumbrar novas formas de apropriação dos espaços públicos, e tem sido aplicada em diversas cidades do Brasil e do mundo como Rio de Janeiro, Bogotá, São Francisco, Cidade do México, Paris, entre outras.

Por esse motivo, seguiremos buscando o diálogo como uma forma de fortalecer essa política pública e o interesse público. Exigimos da Prefeitura Municipal de São Paulo que o programa, previsto em lei, seja discutido com a sociedade civil antes de sofrer quaisquer alterações. Ainda mais em casos como este, em que é resultante de grande articulação e diálogo entre a sociedade civil e os diversos atores públicos envolvidos.

Apoiadores:

SampaPé
Cidade Ativa
Bike Anjo
Cidadeapé - Associação pela Mobilidade a Pé em São Paulo
Clicados na Ciclovía
Corrida Amiga
Pé de Igualdade

O texto completo sobre a evolução do programa e as demandas da sociedade civil pode ser lido aqui: http://www.mobilize.org.br/.../programa-ruas-abertas-uma-con...

318

Ordem cronológica

124 compartilhamentos

15 comentários

PaulistaAberta está com **Bike Anjo São Paulo** e outras 5 pessoas.

21 de junho de 2016 · São Paulo · 🌐

Estivemos com o prefeito HADDAD! Passo gigante para consolidar a Paulista Aberta e o Programa Ruas Abertas em política pública permanente para São Paulo! - Nesse dia 20/06, organizações e ativistas que criaram e apoiaram a mobilização pela Paulista Aberta, estiveram reunidos com o prefeito Fernando Haddad para dialogar, propor melhorias e ampliação do Programa Ruas Abertas, que inclui a Paulista Aberta e avenidas em outros bairros da cidade. Vamos trabalhar nos próximos meses, junto com a gestão da Prefeitura, para ajudar a consolidar o Ruas Abertas em toda a cidade de SP! Valeu pra toda galera que tem feito da Paulista Aberta um sonho dos paulistanos! Curta, compartilhe e saiba mais em: bit.ly/PaulistaAbertaSempre

👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar

👍❤️ 195

Ordem cronológica ▾

15 compartilhamentos

9 comentários

4°

PaulistaAberta

22 de dezembro de 2015 · 🌐

Obrigada a todas as pessoas que acreditaram nesse sonho de me manter aberta às pessoas aos domingos! Hoje sou uma avenida mais feliz ❤️
ass: Avenida Paulista

Paulista aberta é reconhecida como 'projeto inspirador' por site de arquitetura - São Paulo
~...

SAO-PAULO.ESTADAO.COM.BR

👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar

👍❤️ 187

Ordem cronológica ▾

15 compartilhamentos

4 comentários

PaulistaAberta está 😞 se sentindo pensativo.

18 de março de 2016 · 🌐

Já que o MP-SP parece não se importar mais, né?

Vamos fechar a Paulista pra sempre?

A ideia não foi minha, mas curti. Quem lançou foi o fotógrafo Ivson Miranda no facebook: "Já que a Paulista está fechada há mais de 30 horas e ninguém parece ter tido problemas, fecha de vez..."

PAGINADARACHEL.WORDPRESS.COM

👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar

👍❤️😞 173

Ordem cronológica ▾

26 compartilhamentos

1 comentário

5°

Dória (PSDB).

A nota foi assinada por diversos grupos e coletivos da sociedade civil, dentre eles o Sampapé, Cidade Ativa, Bike Anjo, Cidade a Pé, que estavam se articulando desde o início da construção do Programa, contando com o apoio dos grupos Clicados na Ciclovia, Corrida Amiga e Pé de Igualdade.

Nos comentários, apoiadores e críticos do programa discutiram questões políticas baseados na polarização direita X esquerda, fascistas X comunistas, carros X bicicletas, Dória/PSDB X Lula/Haddad/PT, em comentários que mais levaram a brigas inconclusivas, do que a discussões sobre o programa em si.

A nota por sua vez, postada no site Mobilize.org - Mobilidade Urbana e Sustentável, é uma resposta à denúncia publicada²⁵, no mesmo dia, pela Folha de São Paulo sobre o desmonte do Programa Ruas Abertas.

A denúncia da Folha afirmava que a gestão do prefeito João Dória esvaziava o programa Ruas Abertas ao não enviar uma equipe da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) para a sinalização e fechamento das vias participantes do Programa, em uma ação simples, que ocasionava a não liberação das ruas para os pedestres.

A Folha ao entrar em contato com moradores e prefeituras, recebeu a informação que essa era uma prática já constante em algumas ruas do programa. Segundo a prefeitura, houve uma falha de comunicação entre prefeituras regionais que diziam que o Programa estava suspenso e funcionários afirmando que estavam sendo discutidas mudanças no projeto, enquanto a resposta oficial da prefeitura era de que o Programa estava acontecendo normalmente.

Essa diferença de informação a respeito da situação do Programa e as dificuldades que estavam sendo encontradas demonstrou, na prática, que havia um problema de gestão do Programa. A falta de consistência nas informações reafirma o que foi falado por uma moradora entrevistada para a reportagem: o que acon-

25. Ver: Dória esvazia programa de Haddad que veta carro em ruas aos domingos, Caderno Cotidiano. Disponível em <http://folha.com/no1883305> Acesso 20 de junho 2018.

tecida era um “desmonte sem alarde”, diminuindo aos poucos e silenciosamente o funcionamento do Programa, de forma que as pessoas quando se deram conta, já haviam perdido suas Ruas Abertas, sem confronto ou discussões.

A matéria ainda conversou com o vereador José Police Neto (PSD), da Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal e integrante da base de Dória, que afirmou a importância do programa e de outros usos das ruas para além da circulação de veículos, mas que o programa passava por uma fase de ajustes, apontando a necessidade de melhorar a comunicação para que o projeto tivesse o público esperado.

Já a nota do Mobilize.org apresentou o histórico do Programa desde sua formação, o processo participativo que foi instaurado para seleção das ruas participantes, evidenciou a demanda e o contexto global em que o Programa está inserido e apontou a necessidade de melhor articulação entre os grupos locais e as prefeituras regionais para aumentar a participação e o apoio das comunidades às essas iniciativas, afirmando o compromisso legal do poder público com a sociedade civil na realização do Programa, oficializado enquanto lei municipal.

Mais uma vez, os termos do debate se mantiveram os mesmos, iguais, inclusive, aos argumentos utilizados anteriormente em 2004 e 2005 quando movimento semelhante aconteceu.

A discussão sobre circulação de carros ou circulação de pessoas não consegue avançar para um debate sobre o modelo, qualidade e formato dessa ocupação, mantendo a questão sempre em uma dicotomia entre os que apoiam e os que são contrários. Não há qualquer avanço real no debate em relação aos modos de oferecer mais espaços públicos aos moradores, ao mesmo tempo que seja mantido os fluxos de veículos particulares.

A terceira postagem com maior engajamento retorna a Junho de 2016 quando se comemorava a consolidação do Programa Ruas Abertas. Na postagem, o contexto era da articulação com moradores de outros bairros da cidade para que fossem escolhidas novas ruas para a ampliação do Programa Ruas Abertas.

Nos comentários, pessoas comemorando o Programa, uma conversa sobre a permissão para venda de livros usados por um grupo de vendedores que faziam um abaixo-assinado para entregar à prefeitura, e críticos do Programa e do PT indicando que seria mais importante que a prefeitura investisse na melhoria do asfalto, transporte público e limpeza da cidade, especialmente nos bairros de periferia.

Novamente, comentários tanto de apoio quanto de crítica que se mantinham na mesma polarização do Programa, sem avançar o debate ou propor melhorias e alternativas.

A quarta postagem com mais engajamento data de 22 de dezembro de 2015, possui caráter comemorativo e de forte cunho emocional, com uma notícia do site Estadão divulgando a premiação da Paulista Aberta enquanto um projeto inspirador, na categoria comprometimento urbano do site especializado em arquitetura ArchDaily.

Além do Ruas Abertas, foi destaque da premiação a criação de ciclovias e faixas exclusivas para ônibus daquele ano, afirmando o alinhamento dessas políticas públicas ao Plano Diretor da cidade, aprovado em 2014, apontando o destaque recebido pela prefeitura municipal em mídias internacionais por sua gestão “visionária e corajosa”. O ArchDaily escreveu:

“Os princípios, estratégias e instrumentos do novo Plano Diretor se baseiam na criação do Fundo de Desenvolvimento Urbano, combate à ociosidade e retenção especulativa dos imóveis que não cumprem sua função social, compatibilização do crescimento urbano com um novo padrão de mobilidade, incentivos para que as novas construções melhorem a sua inserção urbana, além de reforçar o compromisso com a agenda ambiental e abordar outros pontos fundamentais como a habitação e zonas de interesse especial.

Mesmo sob pressão de uma sociedade conservadora, a atual gestão conseguiu impulsionar e ganhar reconhecimento da população em algumas de suas principais ações, como inserir uma rede de ciclovias que possibilitam o uso - até então ini-

maginável - de bicicletas, criar novas faixas exclusivas para ônibus, abrir a avenida Paulista – ícone da cidade – para que os pedestres possam ocupá-la durante todos os domingos, incentivar a arte e cultura urbana.” (Arch Daily, 17.12.2015. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/778962/architectures-most-inspiring-leaders-projects-and-people-in-2015>)

A quinta postagem com maior número de engajamento, feita no dia 18 de março de 2016, é uma provocação política sobre as críticas contra o fechamento da Paulista para carros.

Na ocasião, o fotógrafo Ivson Miranda postou em sua página no Facebook o seguinte texto “Já que a Paulista está fechada há mais de 30 horas e ninguém parece ter tido problemas, fecha de vez.”, se referindo à interdição da Avenida Paulista por 30 horas ininterruptas nos dias 16 e 17 de março de 2016.

No dia 13 de março, foram divulgadas manifestações em diversos estados, identificadas como a maior manifestação da história do país, a favor do impeachment da então presidenta Dilma. Naquele momento, não houve questionamentos dos tradicionais grupos contrários ao Programa Ruas Abertas. Pelo contrário, a Avenida foi mantida fechada para circulação de veículos ao longo de quase dois dias sem nenhum tipo de crítica.

Além da interdição para veículos, aquela manifestação ficou também conhecida pelas ações de agressão contra pessoas que estavam vestidas de vermelho, cor relacionada ao PT e comunismo. Outra mudança foram os manifestantes, em sua maioria vestidos de verde e amarelo, com bandeiras do Brasil e camiseta da CBF, posando para fotos junto de policiais militares - diferente da violência policial que é rotineira nas manifestações com outro teor político.

As cinco principais notícias sobre a Paulista Aberta são bastante representativas em relação à instabilidade do programa, ora comemorado pelos apoiadores, ora sendo criticado pelos opositores. Além da relação de apoio versus desmantelamento do programa com a mudança de gestão, com Fernando Haddad (PT)

que utilizou do programa como uma plataforma de divulgação de sua política urbana que dialogava com as propostas do urbanismo tático, e posteriormente com os conflitos junto à gestão de João Dória (PSDB) e sua política de empresariamento da cidade.

Na próxima seção deste capítulo, foram identificadas as redes de conexão da página da Paulista Aberta no Facebook. Para criação deste grafo, foi utilizado o software de análise e visualização de redes Gephi, e os dados foram extraídos do Facebook utilizando o aplicativo Netvizz, com extração da rede utilizando grau 1 e grau 2, assim como feito anteriormente no caso da Batata Precisa de Você.

No final de 2017, a página da Paulista Aberta contava com 3474 curtidas de perfis (cada perfil é uma pessoa, um usuário). E nesta mesma data, a rede estabelecida pela página da Paulista com outras páginas era representada pelo grafo que segue na próxima página.

O grau 1 representa todas as páginas que estão diretamente conectadas à página da Paulista Aberta. Na linguagem do Facebook são páginas “curtidas” pela página da Paulista e conta com quatro outras páginas: MobiRio, Cidade Lúdica, matias92 e Haddad Tranquilão.

A segunda rede representa uma conexão em grau 2, ou seja, representa as páginas que estão diretamente conectadas com a página da Paulista Aberta e outras páginas que elas curtem.

Por exemplo, a rede da página Haddad Tranquilão contém as páginas Paulista Aberta, Partido dos Trabalhadores e Ana Estela Haddad. Sendo uma conexão de grau 2, a construção desta rede se encerra neste ponto, fazendo a conexão de pontos de A (Paulista Aberta), B (Haddad Tranquilão) até a C (PT e Ana Estela Haddad).

A leitura do grafo deve ser feita da seguinte maneira: cada nó, em formato de círculo, representa uma página. Na rede de grau 2 são 20 nós, ou seja, 20 páginas estão conectadas; destes nós saem 34 arestas que sinalizam as conexões entre os nós, identi-

ficando que há 34 conexões entre esses 20 nós.

Em algumas pontas destas arestas existem setas que identificam que há uma “curtida” entre esses nós, de acordo com a indicação da seta. Por exemplo, a página da Paulista Aberta e a página matias92 se curtem mutuamente, e a página da Paulista Aberta curte a página Cidade Lúdica, mas o inverso não acontece.

As cores das arestas também significam as cores dos nós para onde elas se destinam, e essas cores são definidas pela categoria da páginas, determinada pelo usuário ao criar a página no Facebook, sendo neste grafo notável que a maioria das páginas refere-se a comunidades.

A disposição da rede foi organizada para que fosse possível visualizar quais perfis são centrais em cada pedaço da rede; a distância entre os perfis não possui peso, uma vez que as relações possuem a mesma equivalência, baseadas em curtidas.

Na página ao lado segue um breve quadro de apresentação de todos os atores que estão presentes nesta rede. As informações foram retiradas das descrições de cada página, e abaixo de cada apresentação, está marcada a data das últimas atividades dessa página.

Diferente do que era esperado, a rede é centralizada por um coletivo cultural, o matias92, e não pela própria Paulista Aberta. A seguir serão analisados os atores envolvidos e suas relações, para buscar possibilidades para essa não centralidade e compreender o significado dessa rede.

Começando, portanto, com a página matias92, central na construção dessa rede. Esta página está conectada mutuamente a três outras páginas da rede, sendo elas: Paulista Aberta, meiofio e Janelas de SP. E curte outras nove páginas, em sentido horário: Parque Augusta, A Batata Precisa de Você, Parque Minhocão, São Paulo Museum of Art (MASP), Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SML, Mirante 9 de Julho, Haddad Tranquilão, DJ Fatah e Avenida Paulista.

REDE PAULISTA ABERTA

INFORMAÇÕES RETIRADAS DAS PRÓPRIAS PÁGINAS DO FACEBOOK

COMUNIDADE

MATIAS92 é um coletivo formado por amigos que se reúnem regularmente para organizar festas, ações e intervenções que buscam ocupar o espaço público em São Paulo
<https://www.facebook.com/coletivomatias92/>
Última atividade: fevereiro de 2016

JANELAS DE SP é um projeto assinado por Nara Rossetto no qual publica semanalmente o desenho de uma janela de São Paulo.
<https://www.facebook.com/janelasdesp/>
Página em atividade

MOBILIZA JAPERI é um movimento social em prol da mobilidade urbana sustentável, nascido na cidade de Japeri (RJ) e tem orgulho de defender o transporte público e os deslocamentos não motorizados como direito social, como previsto na Constituição Brasileira.
<https://www.facebook.com/MobilizaJaperi/>
Página em atividade

CIDADE LUDICA é um coletivo que trabalha para fortalecer e promover projetos, coletivos e organizações que transformam o cenário urbano em espaços mais criativos, sustentáveis e inclusivos para todos.
<https://www.facebook.com/movimentocidadadeludica>
Última atividade: outubro de 2017

ONG

COLETIVO NÃO SÓ O GATO é um grupo de amigos que se reúne periodicamente para promover experiências e ações lúdicas na cidade.
<https://www.facebook.com/NaoSoOGato/>
Página em atividade

CASA FLUMINENSE é uma rede dedicada ao monitoramento e formulação compartilhada de políticas públicas para um Rio mais justo, democrático e sustentável
<https://www.facebook.com/casafluminense/>
Página em atividade

PARQUE MINHOCÃO atua no apoio e oficialização da implementação do Parque Minhocão ao longo dos 2,8 km do Elevado Presidente João Goulart, priorizando a qualidade de vida dos moradores vizinhos ao Minhocão.
<https://www.facebook.com/parqueminhocao/>
Página em atividade

FIGURA PÚBLICA

HADDAD TRANQUILÃO é um personagem fictício criado durante as eleições municipais de 2012 satirizando Fernando Haddad como um sujeito muito tranquilo. Se tornou famoso durante a gestão de Haddad e se envolveu com processos jurídicos ao longo da gestão e posteriormente na campanha de reeleição ao fazer sátiras pejorativas da oposição, especialmente contra João Dória.
<https://www.facebook.com/haddad.tranquilao/>
Página em atividade

ANA ESTELA HADDAD é coordenadora do São Paulo Carinhosa. Professora Associada da Faculdade de Odontologia da USP. Casada com Fernando Haddad.
<https://www.facebook.com/AnaEstelaHaddad13/>
Página em atividade

RUAS

AVENIDA PAULISTA página não oficial, criada em 2011, com informações sobre a Avenida.
<https://www.facebook.com/Av.Paulista.SP/>
Última atividade: março 2016

MIRANTE 9 DE JULHO divulgação da programação do espaço multicultural com música, artes em seus múltiplos suportes, cinema ao ar livre, comida, birita e café
<https://www.facebook.com/mirante9dejulho/>
Página em atividade

MUSEUS HISTÓRICOS

MASP - Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, localizado na Avenida Paulista, é uma das mais importantes instituições culturais do país.
<https://www.facebook.com/maspmuseu/>
Página em atividade

ORGANIZAÇÃO

MOBIRIO tem como objetivo principal servir de elo entre esses diferentes atores do sistema de transporte público na Região Metropolitana no Rio de Janeiro, permitindo pela primeira vez a definição de uma rede de transportes única e integrada. Só o estudo e planejamento dela, de maneira conjunta, permitirá o aumento de sua eficiência e a melhoria da mobilidade urbana na região.
<https://www.facebook.com/associacaomobirio/>
Página em atividade

ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO página oficial para acompanhar as ações e pautas de Urbanismo e Licenciamento da cidade, buscando aproximar os cidadãos dos serviços prestados e das discussões que definem os rumos de SP.
<https://www.facebook.com/PrefSP.smul/>
Página em atividade

SITE DE ARTES E HUMANIDADES

MEIOFIO grupo multidisciplinar de intervenção urbana para acolher pessoas, preencher espaços e trazer novas ideias.
<https://www.facebook.com/coletivomeiofio/>
Página em atividade

MÚSICO/BANDA

DJ FATAH toca na noite paulistana
<https://www.facebook.com/FatahDJ/>
Página em atividade

PARTIDO POLÍTICO

PARTIDO DOS TRABALHADORES página de notícias do partido
<https://www.facebook.com/pt.brasil/>
Página em atividade

PARQUE

PARQUE AUGUSTA é uma página em defesa da criação de um parque em uma área de 24.603m², localizada na confluência da Rua Augusta, próximo ao centro da cidade de São Paulo.
<https://www.facebook.com/parqueaugustaja/>
Página em atividade

REDES DE INTERAÇÕES DA PÁGINA PAULISTA ABERTA

Rede 1

Grafo 3. Rede de interações da página Paulista Aberta, grau 1 (A-B)
Fonte: Autoral

Rede 2

Legenda de cores

- Comunidade
- ONG
- Parque
- Parque Aberto
- Ruas
- Partido Político
- Org. Governamental
- Sites Artes/Humanidades
- Museus Históricos
- Músico/Banda
- Organização

Grafo 4. Rede de interações da página Paulista Aberta, grau 2 (A-B-C).
Fonte: Autoral

Em contrapartida, a página da Paulista Aberta curte apenas quatro outras páginas: a matias92, Cidade Lúdica, mobirio e Haddad Tranquilão.

Na prática digital, isso significa que não há uma gestão na construção de redes virtuais desta página, uma vez que curtir outras páginas significa receber suas informações no mural (ou timeline), que é o espaço do Facebook onde as informações circulam pela plataforma.

Algumas ausências são percebidas também com estranhamento, como o fato de que nenhuma das páginas publicamente articuladoras dos movimentos ou que assinaram notas públicas sobre o Programa fazem parte da rede online da página da Paulista Aberta, sendo algumas delas Minha Sampa, Cidade Ativa, Sampa Pé e Bike Anjo.

A primeira conclusão deste dado é que a página no Facebook da Paulista Aberta não possui um bom gerenciamento na rede social. No entanto, este fato pode ser explicado retomando a conversa com Rafaella Basile, do Cidade Ativa, quando ela dizia que esta página foi feita como um espaço de divulgação sobre a Paulista Aberta, mas que eles não se colocavam como promotores ou gestores das atividades que aconteciam ali.

Segundo Basile, os coletivos se uniram para dar início à ocupação, mas o que aconteceria aos domingos seria de acordo com a demanda e a organização das próprias pessoas. A página no Facebook, portanto, não representa o movimento, se colocando apenas como um canal de comunicação, mas que com o tempo, pode ser substituído por plataformas mais colaborativas (é necessário).

Esta perspectiva explica a ausência de uma presença maior da página e traz um outro ator para essas redes: o público e sua forma de interagir e divulgar a Paulista Aberta. Neste caso, a opção do público foi utilizar a hashtag #PaulistaAberta como recurso para participar da rede de pessoas conectadas ao movimento da Paulista Aberta.

Fora de sua própria rede de articulação, na página ou nas redes de seus parceiros e articuladores, outros momentos foram importantes no debate sobre a Paulista Aberta, mas um deles em especial apresentou diversas camadas deste contexto que serão exploradas a seguir.

O senador José Serra²⁶ (PSDB), oposição declarada ao governo petista, prefeito de São Paulo no período de 2005 e 2006, postou em sua página no Facebook, no dia 29 de novembro de 2015, o seguinte conteúdo:

26. O período de sua gestão foi de janeiro de 2005 a março de 2006, quando renunciou ao cargo para ser candidato à presidência em disputa contra Lula, reeleito em segundo turno. Seu vice Gilberto Kassab (na época no partido PFL onde permaneceu até 2007, mudando-se para o DEM até 2011 e depois para o PSD, onde permanece até o momento) assumiu o cargo e foi eleito na eleição seguinte, encerrando sua gestão em 2013, quando Fernando Haddad assumiu o cargo.

José Serra

29 November 2015 · 🌐

Infelizes são os paulistanos! Dilma na presidência e Haddad na prefeitura. Vocês sabiam que os níveis de despreparo para governar de ambos se equivalem? Somos infelizes ao quadrado!

Hoje, domingo, fui visitar um amigo que mora perto da [Avenida Paulista](#). A avenida foi fechada pelo prefeito, para lazer. E fica vazia, obviamente. No entorno dela, congestionamentos monumentais. Na ida, demorei meia hora para cruzar a Paulista. Na volta, mais quarenta minutos para sair do engarrafamento. Pensando bem a comparação com Haddad é injusta para Dilma.

👍 Like

💬 Comment

➦ Share

👍 😂 🤔 12k others

Top comments ▼

12,831 shares

Imagem 71. Postagem de José Serra sobre a Paulista Aberta. Disponível em <https://www.facebook.com/JoseSerraOficial/photo> Fonte: Facebook

Nesse momento, novembro de 2015, o contexto do Brasil era o início oficial do processo que levou ao impeachment de Dilma

Rousseff; ondólar alcançava seu recorde histórico atingindo a marca de R\$4,00; no início daquele mês as barragens de Mariana-MG tinham rompido, no mais grave desastre ambiental do país.

Em São Paulo, o Movimento dos Secundaristas mobilizava diversas escolas e a crise hídrica racionava o fornecimento de água para algumas regiões da capital e cidades metropolitanas.

Na Avenida Paulista, o clima era de comemoração pela aprovação do Programa Ruas Abertas pela prefeitura, mesmo que ainda com forte resistência de movimentos contrários.

Em setembro de 2015, tiveram início as manifestações com o apoio da FIESP com o bordão “Não vamos pagar o pato”, e a presença de patos amarelos gigantes na Avenida Paulista, além das constantes manifestações que estavam ocupando as ruas de diversas cidades do Brasil semanalmente.

No final de semana da postagem de José Serra, havia outros dois acontecimentos: no domingo 29 de novembro, devido à realização da prova da FUVEST, a Paulista Aberta começaria apenas a partir das 13 horas, e não às 9 horas como é comum; teve início o projeto FIESP na Paulista, (posteriormente chamado de Domingo na Paulista e existente até o momento), prevendo para aquele domingo um show gratuito da Orquestra Filarmônica Senai-SP. E naquele mesmo dia, a cidade entrou em estado de atenção devido aos temporais que provocaram alagamentos, queda de árvores e transtornos causados pela intensidade das chuvas e despreparo da estrutura da cidade para essas situações.

Dentro deste contexto, político e do dia do evento em si, a postagem de José Serra causou revolta. Foram mais de 12 mil curtidas, 16 mil comentários e quase 13 mil compartilhamentos, além de diversos eventos convidando Serra para a próxima Paulista Aberta, memes, matérias postadas em blogs e sites de jornalismo fora da imprensa tradicional.

Este caso é levantado nesta análise por seu forte caráter simbólico, tanto para o momento político, quanto como um com-

parativo entre o movimento pela abertura da Paulista atual, e o que foi a abertura da Paulista em 2004 e 2005, apresentado anteriormente. É significativo como esses movimentos se assemelham, com o diferencial da existência das redes sociais e mídias alternativas de notícias online atualmente.

José Serra foi prefeito de São Paulo entre 2005 e 2006, quando renunciou para concorrer ao cargo de governador, sendo eleito e cumprindo o mandato completo, entre 2007 e 2011. Uma de suas primeiras ações enquanto prefeito foi exatamente a de encerrar o programa de abertura da Avenida Paulista aos pedestres, chamado então de Domingo Aberto, alegando que a ação prejudicava o trânsito da região.

Mesmo 10 anos depois, sua reclamação se mantém a mesma em relação ao programa de fechamento dos veículos na Paulista: prejudica o trânsito causando congestionamentos.

A dificuldade de fluidez do trânsito de São Paulo é um dos problemas mais graves da cidade, não apenas na região da Paulista e também não se limita aos domingos, sendo uma constante da cidade. Portanto, não é o fechamento da Paulista para carros que gera congestionamentos, mas sim o sistema de transporte da cidade que é falho, tanto a circulação de veículos particulares quanto o sistema de transporte público que é insuficiente para atender toda a demanda da cidade.

Serra, como ex-prefeito de São Paulo e sendo do mesmo partido dos governadores²⁷ do Estado dos últimos vinte anos, foi cobrado nos comentários a compreender o problema estrutural do trânsito de São Paulo, sendo também responsável pela má gestão desse sistema - em um histórico que envolve atrasos e escândalos de corrupção na construção de novas linhas de metrô, políticas de transporte público falhas e construção de novas vias para veículos particulares que também se mostraram ineficientes.

Ainda sob sua figura política, Serra foi cobrado por apontar uma má gestão do partido oposto, enquanto omitia outros problemas da cidade de responsabilidade do governo estadual, como a gra-

27. O PSDB esteve na gestão estadual de São Paulo entre os anos de 1995 a 2006; depois o partido retornou ao poder de 2007 a 2018, estando atualmente no cargo Márcio França, do PSB, vice de Geraldo Alckmin, PSDB, que renunciou ao cargo em 2018 para concorrer às eleições presidenciais. No intervalo entre março de 2006 a janeiro de 2007, Cláudio Lembo (PFL), até então vice de Alckmin, assumiu o cargo para que o governador se candidatasse à presidência. O mesmo aconteceu em 2010 quando Serra renunciou para concorrer às eleições presidenciais, mas naquele momento seu vice também era do PSDB, Alberto Goldman.

ve crise hídrica e os protestos dos alunos secundaristas, e foi questionado por não optar por utilizar transporte público.

Além das cobranças políticas, os comentários apontaram como aquele dia havia sido específico, com a realização da FUVEST, o temporal, mas manteve o evento na FIESP e a realização da Marcha de Mobilização Mundial pelo Clima.

A repercussão desta postagem também demonstra a inabilidade de Serra em lidar com esse novo instrumento de comunicação direta que as redes sociais estabelecem. Essa inabilidade não é exclusiva dele, todos os usuários, públicos ou anônimos, estão sujeitos ao “tribunal do feicebuqui”²⁸.

28. Em referência ao disco lançado em 2013 pelo músico Tom Zé, quando ele também se envolveu em uma polêmica online.

Sem entender como lidar com a repercussão de sua postagem, Serra decidiu não fazer nenhuma outra declaração em entrevistas e optou por fazer uma nova postagem indicando o editorial do jornal Estadão intitulado “Haddad está preocupado” (ao lado), postado no mesmo domingo 29 de Novembro.

O conteúdo do editorial, e portanto a resposta de José Serra àquela situação, tratou pouco sobre a Paulista em si, mas criticou severamente a administração de Haddad, as ciclovias, o projeto político do PT e a situação do partido em relação à Operação Lava Jato, apontando o que seriam as reais demandas da sociedade e como elas não seriam respondidas com as estratégias de marketing adotadas enquanto ações políticas da gestão petista - como a Paulista Aberta e outros programas da gestão municipal foram chamados.

Neste seu comentário são estabelecidos os eixos de suas ideologias tanto em relação ao sistema político, quanto à política urbana no modelo de cidade (e sociedade) que se deseja. Para além da questão política ideológica, Serra não soube estabelecer um diálogo eficaz com os usuários da rede e seus potenciais eleitores.

Se em uma instância há uma disputa política simplificada em direita versus esquerda, em outra há uma disputa em relação à agenda urbana que também se polariza em extremos (como a

Haddad está preocupado

Tem razão de estar preocupado o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Logo agora que o petista está bem no meio de sua campanha “civilizatória”, como ele mesmo batizou suas iniciativas para favorecer um punhado de ciclistas e infernizar a vida da maioria dos paulistanos, recrudescer o escândalo de corrupção que traga o PT.

O Estado de S.Paulo
29 Novembro 2015 | 03h00

SIGA O ESTADÃO

Os mais recentes desdobramentos da Operação Lava Jato colocaram o PT de vez no centro do escândalo. Se antes o prefeito já começava a dar sinais de que pretendia desvincular-se do partido na campanha à reeleição, agora tal estratégia se tornou urgente. Por essa razão, não surpreende que, neste momento, Haddad esteja sendo mais explícito ao criticar os corruptos de “Quando você tem um sonho de transformar a sociedade em favor da igualdade e você se desvia para se apropriar de recursos ou para beneficiar quem quer que seja, você está cometendo dois crimes: o primeiro é colocar a mão em recurso público; o segundo, você está matando um projeto político”, explicou o prefeito. Entende-se que sua principal censura não é ao desvio de dinheiro, mas sim àqueles que, com seus delitos, desmoralizam o “projeto político” do PT – que, em sua concepção, visam a “transformar a sociedade em favor da igualdade”.

Ora, se estivesse realmente empenhado em ser um bom prefeito, Haddad não estaria preocupado em “transformar a sociedade”, pois dessa tarefa já tentaram se ocupar diversos ditadores ao longo da história, com resultados horrorosos. A cidade demanda um administrador sério e eficiente, pois problemas por aqui é o que não falta, e não um ideólogo que se investiu da missão de conduzir os paulistanos à terra prometida pelo PT – aquela na qual só podem ingressar os simpatizantes do partido, preferencialmente ciclistas.

Esse delírio messiânico de Haddad se traduz em uma série de fiascos da Prefeitura desde que ele assumiu o governo. Já se tornou constrangedora a frequência com que os projetos do petista foram suspensos ou sofreram restrições por parte do Tribunal de Contas do Município diante de falhas graves e de inconsistentes aumentos de custos – como no caso da importante licitação para a escolha dos novos concessionários de serviços de ônibus.

Também já ficou claro que se limita apenas a propaganda mambembe sua insistência em transformar a Avenida Paulista em parque ou em pintar ciclofaixas a torto e a direito. É assim, com um simulacro de planejamento e atitudes atabalhoadas – as grandes marcas de seu mandato –, que Haddad pretende impor aos “incivilizados” seu padrão de sociedade.

Para isso, ele quer mais um mandato – e sabe que, hoje, sua reeleição é praticamente impossível, em razão de sua grande rejeição pelos paulistanos. No entanto, Haddad acredita ser capaz de se diferenciar dos petistas pilhados com a boca na botija – que, como disse, colaboram para “matar o sonho das outras pessoas”, isto é, dos petistas como ele – e, assim, salvar o que resta da imagem do PT em São Paulo e de sua própria.

Trata-se da proverbial quadratura do círculo. Nem Haddad conseguirá se livrar do PT, a menos que provoque uma crise para deixar o partido, nem reverterá o desgaste de sua imagem perante os paulistanos – e essa situação, ao contrário do que parece supor o prefeito, tem menos a ver com a corrupção do PT e mais com a sua incompetência.

Toda vez que toma um ônibus lotado, ou fica num congestionamento monstruoso, ou encontra ciclofaixas ociosas em todo canto, ou enfrenta ruas esburacadas, ou não consegue matricular o filho em uma creche, ou não tem como se deslocar em razão da interdição de avenidas para o lazer de alguns, ou constata que o prefeito não governa para todos, o eleitor paulistano não pensa na roubalheira dos petistas – essa preocupação é uma espécie de pano de fundo na vida dos brasileiros –, e sim na notória inaptidão de Haddad para administrar São Paulo. Não há estratégia de marketing capaz de mudar isso.

Imagem 72. Matéria “Haddad está preocupado” Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-esta-preocupado,10000003241>

valorização do uso de veículos particulares contra movimentos de transportes alternativos).

E entre estes debates, as ferramentas de protesto da sociedade civil: as já conhecidas manifestações de ruas, que voltaram à tona em 2013, e a novidade das redes sociais como instrumento para amplificar as vozes de cada sujeito individualmente. Cada pessoa se torna um usuário na rede e este usuário curte, comenta e compartilha, ampliando a repercussão de situações que antes se limitariam aos seus pares.

Em uma análise sobre o tema, Bianca Tavorari (2015), pesquisadora do LabCidade da FAU-USP, resumiu o erro de José Serra ao concluir que há uma mudança em relação aos termos e meios de disputa pelo uso das ruas da cidade em que “a grande repercussão do texto mostra, entre outras coisas, que é preciso ter mais habilidade para ser oportunista e que a internet não perdoa a generalização de um ponto de vista elitista”. Segundo a autora, a postagem de Serra funcionou como um megafone de críticas contra ele mesmo, mas poderia ter sido usado como um canal de diálogo e troca com a sociedade civil conectada em rede neste espaço online que é novo na política brasileira.

A opção do então senador Serra em divulgar sua opinião nas redes sociais e sua falta de diálogo com as respostas recebidas pelas redes, demonstra como parte da sociedade ainda não vê as redes sociais como plataformas de construção política, onde vozes dissonantes podem ganhar escala, pois não são mediadas pelos veículos tradicionais de comunicação mas sim pelos próprios usuários da rede social²⁹ (SAKAMOTO, 2013).

Essa repercussão da opinião da sociedade civil que até então não possuía espaço de fala passa a ser ouvida e a pressionar, em alguma medida, na construção de políticas públicas, como o fechamento ou não da circulação de carros na Avenida.

Essa nova ferramenta de comunicação gera autonomia e cobrança, não dependendo apenas de uma vontade da cúpula política, mas também daqueles que ela, em tese, representa (a sociedade civil).

29. Há indícios de que o Facebook opera na visualização de conteúdo, limitando a visibilidade de alguns temas conforme a política da empresa. Mark Zuckerberg, presidente executivo do Facebook, declarou que irá utilizar a eleição brasileira de 2018 como caso de estudo da potencialidade de uso político da rede social.

3.5 APONTAMENTOS

No primeiro capítulo deste trabalho, foi apresentado o gráfico Espectro Tático, uma relação de iniciativas proposta por Mike Lydon que indicava possíveis ações táticas divididas entre autorizadas e não autorizadas, e seus respectivos responsáveis, os taticistas.

A ocupação aos domingos na Avenida Paulista se mostra uma experiência de várias dessas ações concentradas em um dia (com algumas ações pontuais permanentes), organizadas de forma múltipla, sem a existência de uma pessoa ou um grupo referencial (como o movimento A Batata Precisa de Você e a figura de Laura Sobral, no Largo da Batata discutido no capítulo dois).

No caso da Paulista Aberta, inicialmente era possível apontar grupos de referência que organizaram ocupações e negociações junto à prefeitura para a autorização da ocupação, como os grupos Minha Sampa e SampaPé, além de membros do Cidade Ativa, Bike Anjo e outros coletivos culturais.

No entanto, nenhum desses grupos ou nenhum indivíduo específico se tornou referência nas negociações. Segundo Rafaella Basile, do Cidade Ativa, um cuidado tomado pelas pessoas participantes daquele momento inicial foi de entender que seus trabalhos nas negociações com a prefeitura eram de militância por uma causa pública, mas que a ocupação só aconteceria se e como seus ocupantes desejassem.

Após a promulgação do Programa Ruas Abertas como lei municipal esses grupos saíram de cena para que a ocupação da Avenida se tornasse um movimento orgânico moldado de acordo com os participantes. Neste momento surge a presença do que hoje é característico da Paulista Aberta: a volumosa e heterogênea presença de artistas de rua.

Diferente da ocupação do Largo da Batata que é marcada pela construção de mobiliários urbanos, no desejo de tornar o espaço um “laboratório metropolitano de mobiliário urbano”, como definido pelo movimento A Batata Precisa de Você, a potencialidade da Paulista Aberta está em sua capacidade de absorver os mais

distintos e inúmeros artistas de rua em cada esquina e quarteirão ao longo de toda sua extensão.

Já em março de 2015, a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo em parceria com o Movimento Artistas de Rua - MAR, lançou a cartilha “Arte na Rua – um guia ilustrado sobre a legislação da cidade de São Paulo para artistas de rua”, apresentando a tradição da arte de rua na cidade, informações sobre direitos e deveres dos artistas, vocabulários próprios, leis e uma lista de responsabilidades que cabem aos artistas durante e após suas apresentações, como a relação com o entorno, a potência dos equipamentos sonoros, utilização da estrutura das ruas e compartilhamento do espaço com o público e outros artistas.

Durante as pesquisas de campo na Paulista Aberta e com conversas com o público, vendedores e artistas, é notável a grande rotatividade de diferentes grupos ao longo da Avenida e a presença constante de alguns deles em todos os domingos.

Cada artista é uma história, e em cada uma delas é representada sua relação com a arte, normalmente baseada em vínculos emocionais e não apenas financeiros, sua relação com a cidade e seus pequenos ou grandes deslocamentos para chegar até a Paulista.

A história desses artistas segue em torno do seguinte enredo: são pessoas que moram em outras regiões de São Paulo, em sua maioria distantes do centro, e vêm para a Paulista para se apresentar, aos domingos, e em alguns casos também durante a semana. A grande maioria desses artistas trabalham informalmente na Paulista (compreendendo o artista de rua enquanto um trabalho informal, onde o pagamento é feito por meio do “chapéu”, as doações espontâneas), mas não vêem a Avenida como espaço de lazer, trajeto de rotina ou local de trabalho permanente.

Não houve nenhum relato de roubo ou qualquer situação de desconforto dos artistas de rua, tanto em relação ao público quanto ao policiamento, sendo indicado por alguns que pelo contrário, o público da Paulista é bastante receptivo e generoso financeiramente.

Um dos problemas apontados foi a necessidade de uma estrutura de som melhor para ser possível competir com a quantidade de artistas que estão ocupando a Avenida - mostrando como há um processo de profissionalização nas apresentações. Esse movimento é percebido quando vemos mais artistas ocupando toda sua extensão, da Consolação à Vergueiro, concentrando-se ainda nas mediações do Shopping Center Norte e o MASP, e alguns acordos informais feitos entre artistas e seguranças de shopping que permitem sua presença na calçada em frente à entrada desses estabelecimentos comerciais.

A prefeitura, órgão citado por eles como responsável pela atividade da Paulista Aberta, não oferece suporte financeiro, com estrutura ou qualquer outra ajuda institucional, mas também não cobra nenhum valor para que os artistas se apresentem ali e não criam qualquer burocracia - não há, por exemplo, um cadastramento dos artistas ou algum processo de permissão para que eles se apresentem, vendam seus produtos e recebam as doações do público.

Outro grupo presente na Avenida Paulista são os moradores de rua e pedintes por toda sua extensão. O período da pesquisa, 2013 a 2017, também se refere a momentos de graves crises econômicas e políticas do país, e foi notável o aumento desses grupos sociais em diversas regiões da cidade.

Outro momento que modificou esse cenário se deu a partir de maio de 2017 com as ações de intervenção na Cracolândia. Essas ações se tornaram uma constante da gestão de João Dória, objetivando a higienização da região da Luz, o centro velho de São Paulo, conhecidamente o centro do fluxo de usuários de substâncias químicas, tráfico de drogas e moradores de rua. Foi perceptível nas pesquisas de campo nos dois locais da pesquisa um sensível aumento na presença de moradores de rua após as ações de higienização da Cracolândia.

A presença desse grupo social em estado de miséria na Avenida Paulista poderia contrastar com a riqueza presente ali, mas na prática, sua presença é invisibilizada com o passar do tempo,

formando aglomerados de moradores de rua na Praça do Ciclista, no vão do MASP e nas mediações do Shopping Pátio Paulista, no início da Rua Vergueiro, sem intervir na rotina da Avenida como um todo.

O uso de hashtags passou a ser central para indexar informações nas redes sociais. Criada no Twitter, e posteriormente adicionada ao Facebook e mais recentemente ao Instagram³⁰, a presença da #PaulistaAberta nas redes sociais não foi uma questão de discussão política constante, mas a ocupação em si se tornou o ato político, semanalmente aos domingos, de ocupação daquele espaço. Este fazer político tomou novas abordagens, deixando o modelo de protestos e manifestações, para assumir uma representação de modos de vida, experiências e formas de utilizar aquele espaço compartilhado nas redes.

Em uma busca na plataforma Instagram, no período de 2015 a 2017, foram encontradas mais de 12865 mil fotos utilizando a hashtag #PaulistaAberta. Algumas delas registram os ciclistas, outras cachorros, crianças brincando, apresentações de artistas, entre diversas outras atividades que acontecem na Avenida, e na maioria das vezes, *selfies* (autorretratos).

Não há na Paulista Aberta uma estrutura de organização centralizada, assim como a Batata Precisa de Você na gestão das intervenções no Largo da Batata. A ocupação da Paulista depende do fechamento da via para os carros, permitindo que as pessoas circulem livremente, sem uma definição a respeito de quais grupos podem se apresentar, quais atividades podem ser realizadas.

Os artistas, estabelecimentos comerciais, vendedores ambulantes utilizam a Avenida conforme seus interesses. Com exceção de eventos maiores que exigem a montagem de estruturas de palco e som, como no caso das aulas abertas de academias, não há necessidade de notificação junto a nenhum órgão em relação às atividades realizadas.

Não há uma regularização e gestão formal do que acontece na Paulista. Essa é uma fraqueza e potencialidade do movimento. Uma fraqueza uma vez que sua realização depende de uma

30. O Instagram foi selecionado pelas mídias da área como a rede social de 2017, com os seguintes números: Em 2017, o Instagram atingiu 700 milhões de usuários em todo o mundo. No Brasil a rede saltou de 35 milhões em 2016 para 50 milhões em 2017, colocando o Brasil no segundo lugar no ranking de países ativos na rede social, atrás apenas dos EUA. O crescimento dessa rede social se deu em dois momentos: primeiro em 2012, quando o Instagram foi comprado pelo Facebook, e depois em 2016 com o lançamento da função Stories (divulgação de vídeos de 15 segundos), derrubando seu concorrente direto, o Snapchat. Já o Facebook, a maior rede social do mundo, anunciou em 2017 possuir 200 milhões de usuários, sendo 86 milhões no Brasil.

ação pontual da CET que é o fechamento da via, quando ele não ocorre (como aconteceu algumas vezes), não há um grupo responsável que seja avisado anteriormente ou que possa divulgar o motivo do não fechamento.

Essa falta de informação fez com que outras Ruas Abertas, menos publicizadas, fossem fechadas sem que as pessoas tivessem tempo para se organizarem. Não há, portanto, um acompanhamento formal do programa Ruas Abertas, seja ela na Avenida Paulista ou das outras ruas participantes.

No entanto, essa falta de gestão centralizada é também uma potencialidade por fazer com que o movimento se difundisse como um hábito para os interessados. A Paulista Aberta estará aberta aos domingos, e as pessoas podem optar por ir até lá passear, sem que tenha nenhuma atividade programada, sem horários para chegar ou sair.

Esta liberdade de ir e vir, se somada ao grande compartilhamento de imagens nas redes sociais e ao grande número de pessoas que circulam pela Avenida todos os domingos, demonstra que o movimento conseguiu a aderência dos usuários enquanto um espaço de circulação e lazer, em um fazer político que não requer militância formal, mas ocupando o espaço para que seja legitimada sua importância para o público através da prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do urbanismo tático e seus similares, a base para a gestão de um espaço é o compartilhamento de ideias, experiências e técnicas entre sociedade civil, poder público e privado.

Propõe-se a produção para além de um espaço urbano, mas de uma comunidade de pessoas que participem da construção de seus bairros, que acompanhem seu desenvolvimento, reivindiquem a cidade para discutir suas formas de gestão.

Um dos problemas de alguns desses processos é sua lógica neoliberal: sob a chancela da participação, diminui-se o papel do Estado e legitima-se a agenda de privatizações (NOGUEIRA, 2016) .

As respostas trazidas pelo urbanismo tático para a crise do urbanismo se limitam, em muitos casos, às ações efêmeras e pontuais, mas não enfrentam uma discussão política sobre a cidade (BRENNER, 2016).

Na prática, fundamental para os taticistas, muitas ações vêm corroborando com os modelos neoliberais de gestão em processos de placemaking que se tornam motores de gentrificação, além de terceirizar para a sociedade civil o que deveria ser responsabilidade do Estado, e este, ao perceber que não é preciso sua presença, terceiriza para o setor privado a gestão de espaços e pessoas - em processos simultâneos de empresariamento de si e empresariamento da cidade (DARDOT e LAVAL, 2016)

As táticas se limitam, portanto, ao espaço público em sua esfera social enquanto local de sociabilidade, troca, lazer para um público específico de moradores que se reconhecem naquele local.

Os outsiders (BECKER, 1968) se tornam todos aqueles que não se adequam aos padrões daquele grupo, fazendo com que as táticas se tornem um novo processo de distinção social, ao invés de um processo de construção de pertencimento, como o tático defende em teoria.

Sem um debate político estruturado que defenda táticas de reorganização dos parâmetros de gestão do espaço público, o espaço das táticas se limita àquele tolerado pelo Estado, o administrador da cidade, em uma lógica de gestão pública visando interesses privados - que não condizem com as necessidades da população.

A cidade é gerida, portanto, por uma lógica neoliberal de gestão dos espaços públicos, o que significa gerir espaços públicos por políticas privadas - por políticas urbanísticas neoliberais (HARDT, NEGRI, 2005; RENA, 2014).

Nessa lógica, as Operações Urbanas Consorciadas (como a ocorrida na Faria Lima no entorno do Largo da Batata), fazem parte do vetor da privatização de espaços urbanos e consequente alteração da dinâmica social de bairros e regiões, onde a cidade é mais utilizada para fins de especulação imobiliária e outros usos financeiros e comerciais, e menos pela suas funções sociais.

Neste cenário urbano, a luta de classes passou a ser feita no chão da cidade (MARICATO, 2002), representada recentemente pelas Manifestações de Junho de 2013 aglutinando em suas diversas reivindicações e hashtags as demandas da população.

E é pelo uso de hashtags para disputar o espaço das ruas e das redes sociais virtuais que o poder dos movimentos sociais ganhou novas formas de atuação até então desconhecidas.

Nas ruas, manifestantes eram violentamente reprimidos pela polícia militar, mas o uso das redes sociais como plataforma de difusão de registros ao vivo diretamente dessas ruas não permitiu que a opressão seguisse sem ser notada, filmada, fotografada, compartilhada à exaustão.

Desenvolveram-se, na prática, modos de operacionalizar as conexões possíveis entre redes online e ruas, uma dando forma e conteúdo à outra a partir da participação de diferentes atores sociais: os usuários online, os manifestantes nas ruas, os coletivos organizados, a imprensa, o poder público e privado (ARORA, 2013).

As Manifestações de Junho de 2013, e movimentos populares ao redor do mundo que também utilizaram as redes sociais como plataformas de protestos, demonstraram possibilidades de uso das redes como espaço de resistência e ampliação das vozes manifestantes.

Após a turbulência das manifestações em 2013, a sociedade civil se organizou para reivindicar diferentes pautas, dentre elas, o direito à cidade, buscando atualizar as formas de participação social na defesa de uma agenda pública urbana.

A relevância das redes sociais neste contexto foi buscar formas de ressignificar ou possibilitar a construção de novos espaços de atuação da sociedade contra o aparelho de Estado atrasado, antiquado e corrupto que está em vigor (SINGER, 2013).

Com o uso das redes sociais na atuação dessas ocupações, os espaços virtuais também se tornaram plataformas para debate, gestão da ocupação, compartilhamento de informações.

Mesmo que essa participação se limite a assinaturas de petições online ou replicação de conteúdos de terceiros, as redes sociais permitiram novos modos de participação social e interação, algumas enquanto práticas de resistência, outras como amplificação de vozes representantes, modulando diferentes possibilidades de engajamento.

Na esteira das táticas urbanas, uma das ações que se constitui com o uso das plataformas digitais (usadas como suporte de difusão de informações, experiências, cartilhas) é o registro fotográfico de experiências.

As imagens são fundamentais para fortalecimento das ações táticas, compartilhadas à exaustão nas redes sociais, no formato de matérias jornalísticas e principalmente, experiências individuais registradas em *selfies* e postadas com hashtags que as aglutinam junto a um grupo na rede, unindo seus gostos e comportamentos a outros grupos que compartilham dessas hashtags e padrões de consumo.

A atuação da Paulista Aberta na rede virtual pouco acontece sem ser antecedida pelo uso da hashtag, (#PaulistaAberta) com inúmeros registros de suas atividades naquele espaço, sem necessariamente problematizar o contexto e o público que compõe o cenário desses registros fotográficos, dando mais atenção à questões estéticas das imagens em busca de maior reverberação nas redes sociais.

Além disso, as redes sociais funcionaram também enquanto uma vitrine das experiências realizadas pela sociedade civil organizada, no formato de imagens, cartilhas, formação de redes e fóruns de suporte, gestão e trocas de informações.

Nessas redes, é possível conhecer grupos e experiências que estão sendo realizadas em diversos países do mundo, divulgar suas próprias ações e estabelecer contatos com esses diferentes agentes táticos.

Na experiência brasileira, a cidade de São Paulo e suas últimas duas gestões municipais representam de forma sintomática a disputa política por uma agenda urbana - e os espaços permitidos para a participação da sociedade civil.

Durante o período de gestão de Fernando Haddad (PT) entre 2013 e 2016, pautas alinhadas ao urbanismo tático foram aplicadas na cidade, principalmente com políticas relacionadas à mobilidade urbana, como a criação do Programa Ruas Abertas, a construção de ciclovias e faixas exclusivas de ônibus e a diminuição da velocidade das marginais.

No entanto, muitas dessas obras de mobilidade aconteceram no centro da cidade e em regiões mais ricas, sem tratamento realmente eficaz para a população periférica que despende horas entre baldeações para se deslocarem de suas residências da periferia para seus postos de trabalho no centro.

Não agradou também os defensores dos carros, fazendo da diminuição da velocidade das marginais um tema de constante e ininterrupta reclamação.

No final de sua gestão, Haddad dividia sua popularidade entre aqueles que apoiavam sua política e o colocaram como sinônimo de qualidade em gestão, com expressões como #Cidadad, enquanto amargava altos índices de reprovação pelos contrários à sua política, sendo derrotado, em primeiro turno, pelo novato João Dória (PSDB), em uma campanha que o promoveu como empresário, e não um político, em resposta à crise de representatividade política que o país vive recentemente.

A gestão de Dória (entre 2017 e 2018, quando renunciou à prefeitura para tentar a posição de governador na próxima eleição, prática bastante comum dos políticos peessedebista) se coloca na contramão de diversas políticas de Haddad.

Na questão da mobilidade urbana, antes mesmo de assumir o mandato, Dória já havia entrado com pedido para retomar as velocidades das marginais, defendendo agora o slogan “Acelera São Paulo” e minimizando a importância de transportes alternativos aos veículos particulares.

Com uma agenda lotada de viagens e compromissos sociais, João Dória foi criticado por sua ausência na cidade, ao que respondeu que governava de forma moderna com o uso de tecnologias, se referindo ao celular, e não precisava, portanto, estar fisicamente em São Paulo.

A gestão de Haddad exemplifica alguns dos problemas do urbanismo tático ao defender uma agenda urbana que enfrenta uma forte oposição não apenas ideológica, mas também politicamente partidária, sem conseguir apoio de seus pares para prosseguir com aplicação desta agenda e formação da sociedade em relação às mudanças que ela propõe a médio-longo prazo.

No caso do urbanismo tático, seu fazer político se limita a ações temporárias e um discurso de participação que engloba públicos específicos e lugares pré determinados, sendo motor de processos de gentrificação, não conseguindo ampliar seu campo de ação para lugares mais periféricos da cidade ou enfrentar questões sociais de forma concreta.

Por outro lado, João Dória atua no cerne do mesmo urbanismo tático, porém com sua faceta extremamente neoliberal e desprezando toda sua defesa em relação à participação social nos processos de gestão.

Argumentando que a falta de recursos públicos impede a prefeitura de agir em determinados setores, Dória promove a cidade de São Paulo para os investidores de diversas áreas - do transporte, passando pela alimentação à gestão dos parques - defendendo que o setor privado possui recursos financeiros e conhecimento para assumir a gestão daquilo que o poder público não é capaz, aplicando o modelo de empresariamento da cidade (DARDOT e LAVAL, 2016) tendo o modelo das privatizações como horizonte.

Neste contexto, um dos limites do urbanismo tático percebido nos objetos estudados, e corroborados pelas análises críticas sobre o tema a respeito de sua falta de discussão política é a busca em seu processo por formas consensuais de trabalho, ignorando conflitos e defendendo a colocação de mobiliários como formas físicas para atrair o público para frequentar esses espaços, sem discutir socialmente os motivos de seu esvaziamento (BRENNER, 2016; DURAN, 2016).

Uma praça vazia é vazia por falta de bancos e iluminação? Ela é vazia mesmo quando ocupada por outsiders - moradores de ruas, usuários de drogas, prostitutas, não moradores do entorno, população de periferia, adolescentes no rolezinho, skatistas, e todo um grupo de pessoas que não se enquadram no perfil de taticistas?

Os dois objetos de estudos analisados não possuem lugares, de fato, vazios. Tanto o Largo da Batata quanto a Avenida Paulista são pontos de encontros de manifestantes, assim como se tornaram novas vias de fluxos de moradores de ruas, são utilizados por skatistas, são vias de acesso de pedestres, ponto de espera de ônibus, local de encontro de pessoas.

Na dinâmica cotidiana dos objetos estudados, o urbanismo tático ali aplicado soou menos como um processo democrático de participação plural, e mais como uma nova forma de imposição

de modos de uso.

Esses processos defendem espaços públicos de mais qualidade, porém internamente atuam na mesma lógica da estratégia urbana gentrificadora para valorização de espaços urbanos, expulsando camadas sociais mais baixas e impondo novos padrões de consumo local, sustentando e apoiando lógicas de desigualdades sociais.

Nesse modelo, o urbanismo tático deixa de ser um processo democrático de gestão e passa a operar em lógicas de exclusão social. No caso do Largo da Batata, os conflitos entre os grupos A Batata Precisa de Você e o Batata Eletrônica representou uma distinção na prática de suas ações.

Formados por pessoas de grupos e experiências sociais distintas, a questão do volume do som e a continuidade da festa para além de horários determinados gerou a proibição de empréstimo de equipamentos da Batata Precisa (comprada com recursos públicos ou de ações de financiamento coletivo) para os eventos do Batata Eletrônica.

Nesta situação, qual prática de mediação consensual e resolução de conflitos foi realmente aplicada, se as relações entre os grupos foram rompidas, física e virtualmente? Além do volume do som, quais outras razões simbólicas podem afastar grupos que defendem, no limite, o mesmo ideal de ocupação de um espaço público para fins de lazer?

Os processos colaborativos e horizontais empreendidos pela Batata Precisa foram encerrados quando encontraram um grupo que não desejava operar nas mesmas regras estabelecidas por eles (ou pela prefeitura, como o limite de horário para ruídos sonoros, da Lei do Psiu). No entanto, o sentimento de não ser representando pelo modelo formal de gestão e suas regularizações é um dos motivos pelos quais as ocupações táticas acontecem, buscando formas alternativas àquelas oferecidas pelo poder público.

Quando os grupos se depararam com um conflito ideológico que

incomodou a ambos os lados em seus respectivos formatos de ocupar e, portanto, reivindicar o uso daquele espaço, a saída encontrada foi o rompimento das relações entre os grupos.

No decorrer das discussões online, foi percebido que era preciso dispor de um tempo livre e se dedicar aos encontros semanais promovidos pela Batata Precisa para poder participar da construção de um corpo de regras e determinações estabelecidas naquelas reuniões para o uso do espaço do Largo. Essa necessidade demonstra que a participação não é para todos, e a representatividade é demarcada para um grupo específico.

As mudanças nos estabelecimentos comerciais e modos de consumo que estão em processo acelerado no Largo da Batata e seu entorno, demonstra mais uma vez que aquele espaço é para um público com poder aquisitivo alto e interesse em produtos específicos.

Atualmente, os grupos coabitam no espaço do Largo com pouco ou nenhum relacionamento entre si, quase como um ato permanente de protesto do Batata Eletrônica em apropriar-se daquele espaço seguindo as regras que entendem ser justas para o uso de um espaço público.

Na Avenida Paulista, já estabelecida enquanto uma região de alto custo de vida, a discussão em torno de temas como o ciclismo se limita a uma forma de lazer, não aprofundando o debate do uso de transportes alternativos enquanto mobilidade ativa, incluindo motoristas, pedestres e ciclistas, e a discussão a respeito de um sistema ciclovitário na cidade - interligando a periferia, onde se concentra os maiores usuários de bicicleta enquanto meio de transporte oficial, aos centros da cidade, onde se encontram os principais postos de trabalho.

O limite do urbanismo tático e do envolvimento online é percebido também no silenciamento das redes e das ruas nos movimentos políticos.

Se comparado a 2013, quando grande número de pessoas ocupou as ruas de todo país contra o aumento do transporte público,

ou 2015 quando sucessivas manifestações contra ou a favor do impeachment de Dilma Rousseff ocupavam, ao menos, a Avenida Paulista, o ano de 2017 representou o silenciamento das redes e das ruas frente às sucessivas votações por reformas e políticas que retiram direitos adquiridos, além da divulgação de corrupção envolvendo diretamente importantes nomes da política nacional, como o ilegítimo presidente da república Michel Temer (PMDB), sem nem sequer iniciar processos de investigação.

Dentro deste contexto, há um estranhamento quanto a ausência de discussões e posicionamentos políticos das atuações urbanas investigadas.

Essa situação demonstra, por um lado, a incapacidade de uma organização da sociedade civil em manter a longo prazo um enfrentamento atuante contra esse sistema, e por outro, a força dessa política tradicional, e por isso sua tradição, em manter sua autoridade em diferentes situações.

O que o contexto político atual demonstra é que os canais de diálogo e de cooperação entre os movimentos sociais e o poder público não estão disponíveis para serem construídos de forma compartilhada, porém as manifestações de 2013 já apontavam para a falta de comunicação desses atores, demonstrando que a fraqueza do diálogo entre poder público e movimentos sociais é uma questão estrutural na gestão do país.

Neste cenário de silenciamento e aniquilamento de direitos e conquistas democráticas que está diante do país, movimentos de resistência precisam se reorganizar para poder pressionar e fortalecer suas vozes enquanto sociedade civil organizada e impedir a continuidade dessa política de opressão.

Precisam, no entanto, buscar formas alternativas e radicalizar suas atuações, ou se tornam apenas uma roupagem moderna representando a continuidade da mesma política excludente que está em vigor, onde o urbanismo tático atua como uma camuflagem do mesmo urbanismo neoliberal que busca combater (BRENNER, 2016).

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, David Adams; HARDMAN, Michael. **Observing Guerrillas in the Wild: Reinterpreting Practices of Urban Guerrilla Gardening**, 2013

ALISDAIRI, Lana K. **A Cry and a Demand: Tactical Urbanism and the Right to the City**. 2014

ALONSO, Angela. **A política das ruas**. Novos Estudos. CEBRAP, v. Especial, p. 49-58, 2017.

AMARAL, Antonio Barreto. **O Bairro de Pinheiros**. São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de ALVES, Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1985. 143 p. (série História dos Bairros de São Paulo, v. 2).

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013**. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 18, n. esp., p. 41-47, 2014.

ARORA, Payal. **Usurping public leisure space for protest: Social activism in the digital and material commons**. Space and Culture. vol. 18 Issue 1, p55-68, 14p, 2015.

BLOKLAND, Tajla. **Gardening with a little help from your (middle class) friends: Bridging social capital across race and class in a mixed neighbourhood**. Networked Urbanism: Social Capital in the City. 2008.

BOFF, L. **“El dia triste” do Brasil: o golpe parlamentar**. 2016.

BRADLEY, Karin. **Open-Source Urbanism: Creating, Multiplying and Managing Urban Commons**. FOOTPRINT, [S.I.], p. 91-107, Junho 2015.

BRENNER, Neil. **Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?**. E-metropolis, n.27, ano 7, p.6-18, 2016.

CALDEIRA, D. A. . **O comércio em três tempos: breve história do Largo da Batata**. In: IV CINCCI - Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade, 2013, Uberlândia.

CAMILLO, Olair Falciroli de. **Avenida Paulista: um projeto de paisagem**. 2003. 176 p. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CANETTIERI, T.; DO VALLE, W. A. **Dos excluídos da cidade à revolução urbana: definições de um novo sujeito político**. E-metropolis, n.23, ano 6, p.35-43, 2015.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica, um ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CANUTO, Frederico ; CARVALHO, N. L. . **Das ruas: uma busca por estratégias e táticas de manifestação e repressão que ressignificaram o espaço urbano**. In: Congresso Interdisciplinar de Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2016, Belo Horizonte. v. 01. p. 48-62.

CARVALHO, Alan Freitas de. **O trabalho de Largo da Batata**. 2016 .

CASTELLS, M. **A era da Informação: economia, sociedade e cultura**; V.1, A Sociedade em Rede. 6a Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2013
São Paulo: Perspectiva, 2013.

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. 1a Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1a Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. **A formação da metrópole paulista: um diálogo entre Richard Morse e Antonio Candido**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 66, p. 221-238, abr. 2017.

CASTRO, Luiz Guilherme Rivera. **Operações urbanas em São Paulo: interesse público ou construção especulativa do lugar**. Tese de doutoramento, FAUUSP, São Paulo, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo**. Teoria e Debate.v. 113, 2013.

COSTA-MOURA, Fernanda. **Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos**. Ágora (Rio J.), Rio de Janeiro , v. 17, n. spe, p. 141-158, Agosto 2014.

D’ALESSIO, Vito; SOUKEF, Antonio; ALBARELLO, Eduardo. **Avenida Paulista: a síntese da metrópole**. São Paulo: Dialeto Latin American Documentary, 2002.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. (Orgs.). Geografias de São Paulo: representação e crise na metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. p. 19-58.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**; tradução Mariana Echalar. 1. Ed, - São Paulo: Boitempo, 2016

DESLANDES, Ann. **Exemplary Amateurism: Thoughts on DIY urbanism**. 2013, Cultural Studies 19/1.

DOUGLAS, Gordon C.C. **Do-It-Yourself Urban Design : The social practice of informal improvement’ through unauthorized alteration**. 2014, City & Community 13(1).

DUANY, Andres; PLATER-ZYBERK, Elizabeth; JEFF, Speck. **Suburban Nation: The Rise of Sprawl and the Decline of the American Dream**. North Point Press, 2000, pp 88-94.

DURAN, Sabrina. **Direito à Cidade: o hipster defende, o banco capitaliza e a construtora incorpora**. Debate “Civilização e Barbárie” SESC Sorocaba, 2016.

FERNANDES, Frederico. **Poesia e política: o espaço público brasileiro nas jornadas de junho de 2013**. Revista da Anpoll, 2015.

FINN, Donovan. **DIY Urbanism: Implications for cities**. Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability. 2014

FRASCINO, Tito Lívio. **Renovação Urbana E Mobilidade: O Projeto Do Largo Da Batata**. 19º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, Brasília. 2013.

FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (Org.). **2016, o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

FRÚGOLI JR., Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

GADANHO, Pedro; BURDETT, Richard; CRUZ, Teddy; HARVEY, David; SASSEN, Saskia; TEHRANI, Nader. **Uneven growth: tactical urbanisms for expanding megacities**. The Museum of Modern Art, New York, USA, 2014.

GADANHO, Pedro. **Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities**. New York: The Museum of Modern Art, 2014.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIANNELLI, Marcio Augusto. **A Batata precisa de insurgentes**. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 17, n. 199.05, Vitruvius, 2017.

GLICK, David. **Bottom-Up Urbanism: A Survey of Temporary Use in Europe**. Issuu, 2014.

HAMRA, José Eduardo Calijuri. **Urbanismo Bottom-up: sociedade em rede e processos de urbanização emergentes**. Mestrado, IAU, São Carlos, 2018.

HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; ZIZEK, Slavoj; DAVIS, Mike et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/carta Maior, 2013,

HARVEY, David. **Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution**. New York: Verso, 2012.

HARVEY, David. **The right to the city**. International Journal of Urban and Regional Research, v. 27, n. 4, p. 939-941, 2003.

HOU, Jeffrey. **Insurgent Public Space: Guerrilla urbanism and the remaking of contemporary cities**. Routledge, 2010

HOWARD, Philip N. **The Digital Origins of Dictatorship and Democracy: Information Technology and Political Islam**. New York: Oxford University Press, 2010.

IVESON, Kurt. **Cities within the City: Do-It-Yourself urbanism and the right to the city**. International Journal of Urban and Regional Research, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes. Breve histórico das errâncias urbanas**. Arqutextos, São Paulo, ano 05, n. 053.04, Vitruvius, out. 2004.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KARSTEN, Lia. **From a Top-down to a Bottom-up Urban Discourse: (Re)constructing the city in a family-inclusive way**. Journal of Housing and the Built Environment, 2009.

KOGAN, Gabriel. **Urbanismo tático, estágio avançado do urbanismo neoliberal**. Cosmopolita, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito À Cidade**. Tradução de Rubens Frias. Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo. 1991 (1968)

LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti. **Avenida Paulista : as imagens da metrópole**. 1996

LODI, Leticia Takeda. **O concurso público no projeto urbanístico: São Paulo, 1998 - 2004. 2008**. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. **A Tactical Urbanism-Short Term Action || Long Term Change**. Island Press/Center for Resource Economics, 2011.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1982.

MALINI, Fábio. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013. Coleção Cibercultura.

MARCONDES, V. **Novas tecnologias de conexão e o futuro da esfera pública**. Revista Verso e Reverso, Ano XXI - 2007/1 - Número 46

MARICATO, E.; ARANTES, O. ; VAINER, C. . **A cidade do pensamento único**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, Erminia. **Erradicar o analfabetismo urbanístico**. Revista Fase: São Paulo, 2002

MASCARENHAS, Luisa Prado. **Reconversão urbana do Largo da Batata: revalorização e novos conteúdos da centralidade de Pinheiros**. Universidade de São Paulo (mestrado), 2014.

MORSE, Richard. **De comunidade a metrópole: biografia de São Paulo**. São Paulo: Fundação do IV Centenário, 1954.

MOULD, Oli. **Tactical Urbanism: The New Vernacular of the Creative City**. Geography Compass, 2014.

NABIAN, Nashid. **Creating Smarter Cities**, 2013.

NOGUEIRA, Pedro C. E.; PORTINARI, Denise B. **Urbanismo tático e a cidade neoliberal**. Arcos Design. Rio de Janeiro: PPD ESDI - UERJ. Volume 9 Número 2 Dez 2016.

ORTELLADO, Pablo ; POMAR, M. ; LIMA, L. ; JUDENSNAIDER, E. . **Os protestos de junho entre o processo e o resultado. Vinte centavos: a luta contra o aumento**. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013.

ORTELLADO, Pablo. **Pablo Ortellado: 'experiência do MPL é aprendido para o movimento autônomo não só do Brasil como do mundo'**. Entrevista a Coletivo DAR e Desinformémonos, 2013.

PALLAMIN, V.M. **Arte urbana: São Paulo, região central (1945-1998): obras de caráter temporário e permanente**. Annablume, 2000.

PETERS, Laura Duque. **Paisagens Efêmeras: um domingo na Paulista**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola da Cidade - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2017.

PUJOL, Rocha; FG, Sampaio. **Manifestações populares no Brasil atual: sociedade civil em rede e reivindicações sobre o poder político**. XII Coloquio Internacional de Geocrítica. El control del espacio y los espacios de control. Barcelona, 2014

REALE, E. **Brás, Pinheiros e Jardins: três bairros, três mundos**. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1982.

RENA, N. ; BRUZZI BERQUÓ, Paula. ; CHAGAS, F. A. . **Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes**. Lugar Comum (UFRJ) , v. 1, p. 71-88, 2014.

REYNOLDS, Richard. **On Guerrilla Gardening-A Handbook for Gardening without Boundaries**. 2009. Disponível em: <https://www.farm-garden.org.uk/guerrilla-gardening>. <http://rakuten.livrariacultura.com.br>

RIEDER, Bernhard. **Studying Facebook via data extraction: the Netvizz application**. In: ANNUAL ACM WEB SCIENCE CONFERENCE, 5., 2013, Paris. P.346-355., 2013.

ROBINSON, Jennifer. **Thinking cities through elsewhere: Comparative tactics for a more global urban studies**, 2015.

ROLNIK, R. . **2013: o ano que não terminou**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 31 dez. 2013.

ROLNIK, R. . **O lazer humaniza o espaço urbano**. In: SESC SP. (Org.). Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000

ROLNIK, R. **Prédio vazio há mais de dez anos pode?**. Folha de São Paulo, 22 set. 2014.

SALES, Pedro Manuel Rivaben de. **Operações Urbanas em São Paulo: crítica, plano e projetos**. Parte 2 – Operação Urbana Faria Lima: relatório de avaliação crítica. Arquitectos , São Paulo, ano 05, n. 059.12, Vitruvius, abr. 2005

SALINGAROS, Nikos; MENA-QUINTERO, A. & Federico. **A Brief History of P2p-Urbanism**. Versão 4.0, Outubro 2010.

SALINGAROS, Nikos A.; BAUWENS, Michel. **Peer to Peer Urbanism**. Architecture Review, 2008.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética**. São Paulo: Editora, v. 34, 2003.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª Edição. São Paulo: Edusp, 2012.

SASSEN, Saskia. **Making Public Interventions in Today's Massive Cities**. London. London Consortium. Static. 2006.

SASSEN, Saskia. **Public Interventions: the shifting meaning of the urban condition**. Open, no. 11, 2006.

SAVAZONI, R. T. . **O Território Híbrido da CiberPolítica**. Revista Z Cultural (UFRJ) , v. ANO XI, p. online, 2016.

SILVA, Paulo. **Tactical urbanism: Towards an evolutionary cities' approach?** Environment and Planning B: Planning and Design, 2016.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 97, p. 23-40, Nov. 2013 .

SMITH, Neil. **A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global**. In: Bidou-Zachariassen, C. (ed.), De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de « revitalização » dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. São Paulo: Leya, 2016.

TALLEN, Emily. **Do-it-Yourself Urbanism: A history**. Journal of Planning History, 2014.

TATAGIBA, LUCIANA. **1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil.** Política & Sociedade, v. 13, p. 35, 2014.

TATAGIBA, Luciana. **Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016).** Sinais Sociais Nº 33- Edição janeiro > abril 2017.

TELLES, Vera da Silva, CABANES Robert (orgs.), **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios.** São Paulo, Humanitas, 2006

THAM, Cecília. **Hackable Cities: A Toolkit for Re-Imagining Your Neighborhood.** Seminar of Strategic Design + Management Program, Parsons The New School for Design. 2014.

THOMPSON, Nato. **Living as Form: Socially Engaged Art from 1991-2011.** Mit Press , 2012.

THOMPSON, Nato. **Seeing Power: Art and Activism in the Twenty-first Century.** Melville House, 2015.

TRACEY, David. **Guerrilla Gardening: A Manual** festo. 2007

TULLA I PUJOL, A. F. T. ; ROCHA, F. G. ; SAMPAIO, Fernando dos Santos. **Manifestações populares no Brasil atual: sociedade civil em rede e reivindicações sobre o poder político.** In: Actas del XIII Coloquio Internacional de Geocrítica: El control del espacio y los espacios de control. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2014. p. 1-21.

ZEIGER, Mimi. **Bottom-up, In-between, and Beyond: On the Initial Process of Uneven Growth.** 2014.

ZUKIN, S. **Entre o tecido físico e social das cidades.** Urbanismo, v. 291011, n. 22, 2013.

DOCUMENTOS PÚBLICOS (DECRETOS, EDITAIS, PROJETOS, RELATÓRIOS)

Cidade Ativa. **Relatório da Pesquisa e Mapeamento do Comércio da Av Paulista.** Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B4-voQTLWgRFZXNjTXEyaTlnR0k/view>

Editais Batata Lab, 2015 Disponível em <https://www.facebook.com/institutoipiu/photos/pcb.1639749746308043/1639749516308066/?type=3&theater>

Operação Urbana Consorciada Faria Lima. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/faria_lima/index.php?p=19591

Pedido para alterar o nome da estação Faria Lima para Largo da Batata, no **Projeto de lei nº 1262,** DE 2014. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1223635>

Pesquisa da Prefeitura de São Paulo sobre os usos do **Largo da Batata**. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/FARIA_LIMA/20160610_publicacao.pdf Acesso em 18 Ago 2017

Plano Diretor Estratégico, 2014 <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/arquivos/>

Prefeitura de São Paulo. **Arte na Rua – um guia ilustrado sobre a legislação da cidade de São Paulo para artistas de rua**. Disponível em https://issuu.com/smcspt/docs/arte_na_rua___web Acesso em 22 Maio de 2018

Programa Ruas Abertas. **Decreto 57.086** Disponível em http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=25062016D%20570860000

Projeto de intervenção da Gel Architecture para São Paulo <http://gehlpeople.com/work/cases/>

Regularização sobre comércio de alimentos em vias e áreas públicas. **Decreto nº55.085**. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/upload/pinheiros/arquivos/DECRETO%2055085%20FOOD%20TRUCKS-rev.pdf>

Relatório **Operação Urbana Consorciada Faria Lima**. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/faria_lima/index.php?p=19591 >

Resultado do Concurso Público Nacional Reconversão Urbana do Largo da Batata. Projetos, São Paulo, ano 02, n. 017., Vitruvius, mar. 2002 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/02.017/2143>>.

TAVALORI, Bianca. **José Serra e os usos da Avenida Paulista**. Carta Maior, 2015.

Anexo I

Rede de grau 2 da página do Largo da Batata.
Fonte: HAMRA, José.